

RESOLUÇÃO CEPRAM Nº 3543 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CEPRAM, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o que consta do processo nº 1420050053248,

RESOLVE: Art 1º - Aprovar o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC, conforme previsto no art. 53 do Decreto Nº 7.967 de 05 de junho de 2001, que complementa a Lei Nº 7.799 de 07 de fevereiro de 2001, abrangendo parte dos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, cujo objetivo principal é a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica, com excepcional biodiversidade que constitui valioso patrimônio ambiental. Art. 2º - Fica aprovado o Plano de Manejo do PESC, conforme apresentado no processo nº 1420050053248, e cujo cronograma das ações a serem implementadas para o manejo do PESC se encontra no bojo do supracitado processo. Art. 3º - As Zonas estabelecidas, sua localização e as normas de uso encontram-se definidas no anexo único desta Resolução. Art. 3º - São proibidas no PESC quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com seu Plano de Manejo. Art. 3º - A participação da comunidade na gestão do PESC dar-se-á através do Conselho Gestor do Parque e da parceria com entidades locais com o objetivo, dentre outros, de promover ações de vigilância, monitoramento, educação ambiental, realização de estudos, projetos e orientar a população quanto ao cumprimento das leis ambientais e do Plano de Manejo. Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. **JORGE KHOURY - Presidente**

**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CEPRAM Nº 3543 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU**

ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA

Definições e objetivos	Descrição	Normas de Uso
São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona Provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das Zonas Permanentes.	Esta Zona engloba todas as áreas a serem indenizadas, apresentando todas as fisionomias florestais existentes na área do PESC, bem como áreas agrícolas e as estruturas utilizadas para moradia dos habitantes locais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fiscalizações periódicas, buscando minimizar a utilização dos recursos naturais desta área; 2. Acompanhamento das atividades agrícolas realizadas pelos posseiros, visando diminuir os danos à biodiversidade local e a introdução de outras espécies exóticas na área; 3. Incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanente, em parceria com o programa Floresta Viva; 4. Monitorar as infra-estruturas existentes na zona, visando coibir a construção ou ampliação de instalações, o que acarretaria maior uso das terras e conseqüente degradação dos recursos naturais locais.

9. O asseio e a manutenção dos equipamentos da sede devem ser privilegiados em função dos usuários e da imagem do Parque.

ZONA DE USO CONFLITANTE

Definições e objetivos	Descrição	Normas de Uso
Constituem-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as Unidades de Conservação.	Esta zona está localizada nas áreas em que a BA 653 corta o interior do PESC ou limita sua área.	<ol style="list-style-type: none"> 1. A fiscalização será intensiva e abrangerá técnicas e rotinas de monitoramento; 2. Os serviços de manutenção da estrada deverão ser sempre acompanhados por funcionários da Unidade; 3. Em caso de acidentes ambientais, a administração da UC deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (9.605/98); 4. No caso de atropelamentos de animais, a administração deverá efetuar o respectivo Boletim de Ocorrência; 5. Deverá ser realizado monitoramento dos registros de atropelamentos, visando a redução deste índice; 6. Deverão ser instalados redutores de velocidade nos pontos identificados como críticos pelo monitoramento de atropelamentos, visando a redução deste índice; 7. A velocidade máxima permitida no trecho da rodovia BA 653 que corta o PESC deverá ser de 50 Km/h, visando evitar riscos de atropelamento.

ZONA TAMPÃO

Definições e objetivos	Descrição	Normas de Uso
Considerar-se-á como zona tampão o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, tendo como base para esta definição a Lei nº 9985 art. 2º, inciso XV.	Para o delineamento da zona tampão nesta fase inicial de manejo do PESC, partiu-se dos limites estabelecidos pelo termo de referência para a confecção do Plano de Manejo, que determinava os estudos em um raio de 5Km para Norte e Oeste e 2Km para Sul e Leste.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Efetivar o ordenamento territorial estipulado para as APAs Costa de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Rio Almada; 2. Nesta zona os proprietários rurais deverão ser orientados para a necessidade de fazer conservação de solos e água, segundo o que determina as técnicas e o zoneamento das APAs do entorno do PESC; 3. Estimular através de assistência técnica especializada a conversão de áreas agrícolas tradicionais para orgânicas; 4. Contribuir para a fiscalização e proteção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural já implantadas no entorno; 5. Estimular, através de programa específico estadual e/ou federal, a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural nesta zona de manejo; 6. Estabelecer relações com as escolas rurais inseridas nesta zona para explicar os motivos da criação e os objetivos do PESC; 7. Não serão autorizados quaisquer tipos de cortes e ou supressão da vegetação nativa; 8. Obras de infra-estrutura somente serão autorizadas se não danificarem ou não causarem prejuízos ao meio ambiente; 9. A instalação de indústrias potencialmente poluidora não será apoiada ou autorizada; 10. Não será permitida a utilização intensiva das águas do Rio Tijuipe, bem como seu represamento, salvo para trabalhos visando sua recuperação ambiental; 11. Manter rotinas de fiscalização para observação de ocorrências ambientais. Em caso positivo, entrevistar os interessados e acionar os órgãos competentes, se necessário; 12. Articular-se com outros organismos de atuação local, discutindo as ações para o desenvolvimento sócio-ambiental do entorno no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.

Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru



Bahia - Brasil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDENTE
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MINISTRA
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS
PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS
Militão de Moraes Ricardo

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA DA BAHIA
Paulo Ganem Souto

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA
Jorge Khoury Hedaye

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS – CRA
Maria Lucia Cardoso Souza

DIRETORIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - CRA
Teresa Lúcia Muricy de Abreu

UNIDADE DE COORDENAÇÃO ESTADUAL – UCE/BA - PROJETO CORREDORES
ECOLÓGICOS
Sidronio Bastos

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Durval Freire de Carvalho Olivieri

DIRETORIA DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Carlos Augusto Pamponet Ribeiro Dantas

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Sarah Maria Alvez

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

Mônica Ramos de Oliveira – Bióloga
Marco Aurélio Souza Silva – Engenheiro Florestal
Marcelo Barreto – Engenheiro Agrônomo

UNIDADE DE COORDENAÇÃO ESTADUAL – UCE/BA – PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS

Tatiana Bichara – Bióloga
Milson dos Anjos Batista - Biólogo

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Dr. ALEXANDRE SCHIAVETTI – UESC/IESB

MSc. FLÁVIO SANTOS LEOPOLDINO – IESB

MSc. ADRIANO PAGLIA - CI

MSc. LUIS PAULO PINTO - CI

Coordenadores de Área da Equipe

Dr. ADRIANA MARIA ZANFORLIN MARTINI – Meio Biológico Flora

Dr. MAURICIO SANTANA MOREAU – Meio Físico

MSc. MÔNICA FONSECA – Meio Biológico Fauna

Dr. SALVADOR TREVISAN – Meio Socioeconômico

Consultores

ANA CLÁUDIA FANDI – Educação Ambiental

ALESSANDRO COELHO MARQUES - Geoprocessamento

MSc. ALEXANDRE PRADO - Turismo

Dr. ANDRÉ MAURÍCIO AMORIM – Sistemática Vegetal

MSc. ANTÔNIO JORGE SUZART ARGÔLO – Répteis

MSc. BRUNO VERGUEIRO SILVA PIMENTA – Anfíbios

Dr. CECÍLIA KIERULFF – Primatas

CAMILA RIGHETO CASSANO – Primatas

MSc. CASSIANO GATTO – Análise da fauna

Dr. FRANCISCO CARLOS FERNANDES DE PAULA – Qualidade de Água

MSc HENRIQUE FRAGOSO BERBERT – Moderador Oficinas

OBERDAN COUTINHO NUNES – Aves

PEDRO DE SÁ PETIT LOBÃO - Aves

MSc. RAQUEL TEIXEIRA MOURA – Pequenos Mamíferos

Estagiários

ALEXANDRE LEITE BRAGA

VICENTE GUSTAVO DO VALLE MELO

SUMÁRIO

ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
INTRODUÇÃO	1
ENFOQUE INTERNACIONAL	3
ENFOQUE NACIONAL	4
REPRESENTATIVIDADE PARA O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	8
ENFOQUE ESTADUAL	9
POTENCIALIDADES DE COOPERAÇÃO	16

ENCARTE 2 - ANÁLISE REGIONAL	
DESCRIÇÃO	18
CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	20
Clima	20
Geologia	21
Geomorfologia	22
Solos	22
Hidrografia	23
Biodiversidade	23
ASPECTOS POPULACIONAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS	28
Estrutura Fundiária, Uso e Ocupação do Solo	30
Atividades Econômicas	34
Agropecuária, Extrativismo Vegetal e Sistemas Florestais	34
Turismo	43
Pontos Turísticos, Eventos e Monumentos Arquitetônicos	47
VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	56
POTENCIAL DE APOIO INSTITUCIONAL	60
ALTERNATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	63

ENCARTE 3 - ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	70
ORIGEM DO NOME E HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	71
CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS E BIÓTICOS	73
Clima	73
Geologia	77
Geomorfologia	80
Solos	83
Qualidade de Água	93
Vegetação	102
Fauna de Vertebrados	130
Unidades da Paisagem	180
Sócio-economia	182
Atividades ou situações conflitantes	196
Aspectos institucionais	197

ENCARTE 4, 5 e 6 - MANEJO E DESENVOLVIMENTO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU	199
PROPOSTAS DE ZONEAMENTO	201
PROPOSTA DE ZONEAMENTO SITUAÇÃO FUNDIÁRIA ATUAL	202
Zona de Ocupação Temporária	204
Zona de Recuperação	205
Zona Primitiva	206
Zona de Uso Extensivo	207
Zona de Uso Intensivo	208
Zona de Uso Especial	210
Zona de Uso Conflitante	211
Zona Tampão	212
PROGRAMAS DE MANEJO	214
Programa de Operacionalização	214
Subprograma de Regularização Fundiária	214
Subprograma de Administração e Manutenção	219
Programa de Manejo de Meio Ambiente	222
Subprograma de Proteção	222
Subprograma de Manejo de Recursos	225
Programa de Conhecimento	227
Subprograma de Pesquisa	227
Subprograma de Monitoramento	235
Programa de Uso Público	237
Subprograma de Educação Ambiental e Comunicação Ambiental	238
PROPOSTA DE ZONEAMENTO SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADA	242
Zona de Recuperação	244
Zona Primitiva	245
Zona de Uso Extensivo	246
Zona de Uso Especial	247
Zona de Uso Intensivo	249
Zona de Uso Conflitante	250
Zona de Amortecimento	252
PROGRAMAS DE MANEJO	253
Programa de Operacionalização	253
Subprograma de Cooperação Institucional	254
Subprograma de Desenvolvimento e Infra-estrutura	255
Subprograma de Administração e Manutenção	260
Programa de Manejo de Meio Ambiente	263
Subprograma de Proteção	263
Subprograma de Manejo de Recursos	266
Programa de Conhecimento	268
Subprograma de Pesquisa	268
Subprograma de Monitoramento	273

Programa de Uso Público	275
Subprograma de Recreação e Interpretação da Natureza	276
Subprograma de Educação Ambiental e Comunicação Ambiental	279
Programa de Integração Comunitária	283
Subprograma de Relações Públicas	283
Subprograma de Alternativas de Desenvolvimento	286
INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS	288
AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU	292
CRONOGRAMA DAS AÇÕES	296

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
Referências Bibliográficas	300

ANEXOS	
LISTA DE ESPÉCIES DE PLANTAS	
Lista das espécies botânicas da região do Parque Estadual da Serra do Conduru	
Lista das espécies botânicas coletadas no Parque Estadual da Serra do Conduru	
Lista das espécies botânicas coletadas no Campo Cheiroso	
MATRIZ DE ANÁLISE ESTRATÉGICA	
RELATÓRIO DAS REUNIÕES PARTICIPATIVAS	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ficha Técnica do Parque Estadual da Serra do Conduru (Bahia)	2
Figura 2. Domínios da Mata Atlântica, com destaque para as Florestas Costeiras do Sul da Bahia e a localização do Parque Estadual da Serra do Conduru	6
Figura 3. Unidades de Conservação existentes na Área do Corredor Central da Mata Atlântica na porção baiana	15
Figura 4. Localização do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré	18
Figura 5. Inserção do Parque Estadual da Serra do Conduru no mosaico de Unidades de Conservação da Região	20
Figura 6. Vista da Lagoa Encantada, município de Ilhéus, ao sul do PESC	48
Figura 7. Vista aérea da Baía do Pontal, município de Ilhéus	48
Figura 8. Vista das praias de Ilhéus do mirante de Serra Grande (Uruçuca), na estrada BA 001	50
Figura 9. Praia de Jeribucaçu, zona rural de Itacaré	52
Figura 10. Igreja Nossa Senhora da Escada, distrito de Olivença (Ilhéus)	55
Figura 11. Processo de moderação durante reunião participativa na biblioteca municipal em Serra Grande (Uruçuca)	57
Figura 12. Produção orgânica no entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru	66
Figura 12. Rede de estradas no Estado da Bahia e localização da Área de Influência do Plano de Manejo	70
Figura 13. Temperatura máxima, mínima e média dos meses do ano no período de 1961 a 1998 (CEPLAC/CEPEC/SERAM, 1998)	74
Figura 14. Umidade relativa do ar (CEPLAC/CEPEC/SERAM, 1998)	74
Figura 15. Distribuição da precipitação na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	76
Figura 16. Geologia da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	79
Figura 17. Províncias geomorfológicas do Sul e Sudeste da Bahia (LEITE, 1976)	80
Figura 18. Classes de altitude encontradas na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	82
Figura 19. Mapa pedológico da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	84
Figura 20. Mapa das Bacias Hidrográficas com os Pontos de Amostragem de Qualidade de Água da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	94
Figura 21. Ponto de amostragem número 8 no Rio Tijuípe, município de Uruçuca	95
Figura 22. Ponto de coleta número 18 no Riacho Pau-Brasil, município	95

de Itacaré	
Figura 23. Volume de chuva precipitado nos sete dias anteriores às coletas.	96
Figura 24. Oxigênio dissolvido medido em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência e Limite Mínimo Permissível segundo Resolução nº 20/1986 do CONAMA.	98
Figura 25. Condutividade elétrica e Sólidos Totais Dissolvidos (STD) medidos em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência.	99
Figura 26. pH medido em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência	100
Figura 27. Temperatura medida em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência	100
Figura 28. Vegetação do interior do Parque Estadual da Serra do Conduru, na trilha próxima à sede	108
Figura 29. Mapa de vegetação, identificando os sistemas vegetais presentes na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	109
Figura 30. Vista geral do Campo Cheiroso, município de Itacaré	122
Figura 31. Cactacea amostrada no Campo Cheiroso durante trabalho de campo no PESC	123
Figura 32. Linha de <i>pit falls</i> para coleta de répteis e anfíbios durante trabalho de campo no PESC	133
Figura 33. Ambiente selecionados para coleta de anfíbios via busca ativa	134
Figura 34. Disposição da rede de neblina durante coleta de aves no PESC	137
Figura 35. Exemplar de <i>Bothops bileatus</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	141
Figura 36. Exemplar de <i>Envalius cetenatus</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	143
Figura 37. Exemplar de <i>Chironius sp</i> coletado durante trabalho de campo no PESC	144
Figura 38. Exemplar de <i>Stereocyclops incrassatus</i> coletado durante trabalhos de campo no PESC	147
Figura 39. Exemplar de <i>Bufo crucifer</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	148
Figura 40. Exemplar de <i>Macrogenioglottus alipioi</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	151
Figura 41. Exemplar de <i>Hyla gr. circumdata</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	154
Figura 42. Exemplar de <i>Scinax alter</i> coletado durante os trabalhos de campo no PESC	156
Figura 43. Exemplar de <i>Phyllomys sp</i> registrado durante trabalho de campo no PESC	159
Figura 44. Indivíduo de <i>Pipra rubrocapilla</i> coletado durante trabalho de	167

campo no PESC	
Figura 45. Riqueza de espécies de cada grupo taxonômico registradas durante as coleta de campo em cada área no PESC.	178
Figura 46. Dendrograma de similaridade da fauna de vertebrados terrestres entre as áreas amostradas durante o Plano de Manejo do PESC.	179
Figura 47. Dendrograma de similaridade entre as áreas amostradas durante o Plano de Manejo do PESC para cada grupo taxonômico inventariado	179
Figura 48. Mapa das Unidades de paisagem na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	181
Figura 49. Critérios utilizados para a confecção do mapa de Unidades de Paisagem da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru	180
Figura 50. Área sofrendo alteração dentro do PESC por retirada ilegal de madeira	182
Figura 51. Aspectos sócio-econômicos da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	185
Figura 52. Uso da terra no Parque Estadual da Serra do Conduru em sua Zona Tampão	190
Figura 53. Pontos de interesse turístico na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	194
Figura 54. Acesso ao mirante na porção Sul do PESC	191
Figura 55. Vista da Cachoeira da Mata, localizada no Rio Tijuípe	192
Figura 56. Cartão Postal confeccionado por organizações não-governamentais e agricultores/posseiros do PESC para cobrar do Estado a implantação da Unidade de Conservação	195
Figura 57. Recursos Humanos existentes para a gestão do PESC	197
Figura 58. Pórtico de entrada do PESC no quilometro 13 da Rodovia BA 653	198
Figura 59. Alojamento existente na sede do PESC	198
Figura 60. Proposta de zoneamento nas condições fundiárias atuais do PESC	203
Figura 61. Nível de Prioridades e descrição das localidades a serem desapropriadas no PESC	215
Figura 62. Proposta dos níveis de prioridades para desapropriação no PESC	218
Figura 63. Proposta de zoneamento para o Parque Estadual da Serra do Conduru após sua regularização fundiária	243
Figura 64. Listagem das necessidades de construção de infra-estrutura aquisição de materiais para o manejo do PESC	289
Figura 65. Necessidades de Recursos Humanos e algumas atribuições funções para o manejo do PESC	290
Figura 66. Organograma proposto para o PESC	292
Figura 67. Proposta de aquisição de áreas para ampliação do PESC	295

Figura 68. Justificativas de ampliação das três zonas de prioridade de expansão do PESC	294
Figura 69. Cronograma das ações a serem implementadas para o manejo do PESC	296

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Unidades de Conservação do Estado da Bahia por categoria de manejo	11
Tabela 2. Informações sobre a área de abrangência do Parque Estadual da Serra do Conduru	19
Tabela 3. Estabelecimentos Agrícolas, segundo Categorias de Tamanho em Ilhéus e Itacaré (1985)	31
Tabela 4. Frequência absoluta e relativa de propriedades e área ocupada por intervalo de área da propriedade no município de Uruçuca, em 1985	32
Tabela 5. Área e Utilização as Terras por Atividade, na região, no período 1980 – 1985	33
Tabela 6. Produtos Agrícolas e Área Cultivada (1985 - 1989)	37
Tabela 7. Número de Pessoas Residentes por Família (1991)	39
Tabela 8. População Urbana e Rural por Domicílio (1991)	39
Tabela 9. População Por Faixa Etária e Por Município no Entorno do PESC em 1991 e 2000	40
Tabela 10. População Por Sexo, em 1991 e 2000, nos Municípios do Entorno do PESC	40
Tabela 11. População Residente de 10 Anos ou Mais de Idade, Total e Não Alfabetizada, e Taxa de Analfabetismo nos Municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca em 1991 e 2000.	41
Tabela 12. Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal Familiar “Per Capita” em Salário Mínimo (1991)	41
Tabela 13. Domicílios Particulares Permanentes por Forma de Abastecimento de Água nos Municípios do Entorno do PESC, no ano de 2000	42
Tabela 14. Domicílios Particulares Com Coleta de Lixo (Urbano) nos Municípios do Entorno do PESC, comparando com a Média do Estado 2000	42
Tabela 15. Valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – M) e ranking dos municípios da área de inserção do PESC	43
Tabela 16. Espécies vegetais pioneiras zoocóricas recomendadas por OLIVEIRA (2000) para a área do PESC	65
Tabela 17. Temperatura, umidade relativa, precipitação pluviométrica, número de horas de sol, direção do vento, no período de 1961 a 1998 na região do Parque Estadual da Serra do Conduru	75
Tabela 18. Características morfológicas dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru	85
Tabela 19. Granulometria, argila dispersa em água (ADA), grau de	88

floculação (GF), relação silte/argila, densidade de partículas e classe textural dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru	
Tabela 20. Características químicas dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru	91
Tabela 21. Resultado das variáveis físico-químicas medidas em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência	97
Tabela 22. Exemplos de espécies endêmicas que ocorrem na região do PESC e sua zona de amortecimento (THOMAS <i>et al.</i> 2003)	103
Tabela 23. Espécies da região do PESC que fazem parte da Lista Vermelha da IUCN (1997 e 2003) e suas respectivas categorias	105
Tabela 24. Classe de vegetação, área e porcentagem de cobertura dentro do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia	108
Tabela 25. Estrutura da vegetação de áreas em diferentes estádios sucessionais no PESC	110
Tabela 26. Famílias com maior número de espécies (Spp) e de indivíduos (Inds) em cada uma das quatro áreas analisadas no PESC	111
Tabela 27. Número de indivíduos, espécies e famílias de plantas amostradas em quatro áreas no Parque Estadual Serra do Conduru.	112
Tabela 28. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Mata da Torre. (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)	114
Tabela 29. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Fazenda Capitão (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)	115
Tabela 30. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Área Explorada (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)	117
Tabela 31. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Capoeira (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)	118
Tabela 32. Índice de similaridade de espécies entre as quatro áreas estudadas no PESC	119
Tabela 33. Répteis coletados ou observados no interior ou no entorno do PESC durante o período de 22/03 a 14/04/2004, com indicação do número de indivíduos coletados, habitat e status. MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão Habitats: FI = floresta, Ge = generalista, Ab = áreas abertas.	138
Tabela 34. Répteis de ocorrência potencial na área do PESC. Habitats: FI = floresta, Aq = aquática, Ge = generalista, Res = restinga, Ab = áreas abertas, Pe = periantrópica	139

Tabela 35. Serpentes mais abundantes em Ilhéus ou Itacaré.	143
Tabela 36. Espécies de anfíbios anuros registradas nas áreas do Parque Estadual Serra do Conduru e Fazenda Capitão (município de Itacaré e Uruçuca) no período de 22/03 a 03/04/2004. MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão F = hábito florestal; O = hábito oportunista.	146
Tabela 37. Lista de espécies de mamíferos registrados no Parque Estadual Serra do Conduru; nome comum e forma de registro (REG); Status, destaque para as raras, endêmicas à Mata Atlântica, ameaçadas, endêmicas à Mata Atlântica do sul da Bahia e espécies de interesse (Int).	161
Tabela 38. Espécies de pequenos mamíferos capturados na área de estudo com a indicação do número de indivíduos capturados e do status de espécie endêmica (E) e rara (R). MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão	162
Tabela 39. Espécies de mamíferos de ocorrência potencial na região do PESC que não foram registradas nos levantamentos para elaboração do Plano de manejo.	163
Tabela 40. Listagem das espécies de aves do Parque Estadual da Serra do Conduru contendo família, espécie, nome regional, forma de registro, área de registro e observação sobre a espécie	167
Tabela 41. Número de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e de interesse (valor econômico, xerimbabo, cinegéticas e peçonhentas) e riqueza total em cada grupo amostrado durante as coletas do Plano de Manejo do PESC	175
Tabela 42. Número de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e de interesse (valor econômico, xerimbabo, cinegéticas e peçonhentas) e riqueza total em cada grupo considerando as coletas de campo e também a ocorrência potencial no PESC	175
Tabela 43. Área das Unidades da Paisagem internas do PESC	180
Tabela 44. Panorama da ocupação do PESC em 2002 para 7000 ha	182
Tabela 45 Distribuição das propriedades rurais no PESC, por município de residência do proprietário, em dezembro de 2003	186
Tabela 46. Distribuição dos residentes do PESC, por local de residência, por fonte de renda e situação legal de ocupação das terras, em dezembro de 2004	186
Tabela 47. Número de residentes e total de pessoas (entre parêntesis) no PESC	187
Tabel 48. Quantidade de residências e de pessoas, segundo o número de indivíduos por residência no PESC	188
Tabela 49. Distribuição das residências por localidade e por tempo de residência no PESC	188
Tabela 50. Distribuição das residências por local do PESC, número de crianças entre 7 a 14 anos (entre parêntesis) e total de crianças fora da escola, por família	188
Tabela 51. Propriedades, de acordo com o principal produto nela	189

cultivado e o local no PESC, em dezembro de 2003	
Tabela 52. Uso da terra, área e porcentagem de cobertura de cada classe no Parque Estadual da Serra do Conduru	189
Tabela 53. Zonas de manejo, áreas e porcentagem de ocupação na proposta de zoneamento do PESC para as condições fundiárias atuais	204
Tabela 54. Total em área e porcentagem de aumento na área desapropriada do PESC após a regularização fundiária estabelecida pelas Prioridades de Desapropriação	216
Tabela 55. Zonas de manejo, áreas e porcentagem de ocupação na proposta de zoneamento do PESC para a condição fundiária regularizada	242
Tabela 56. Materiais e equipamentos necessários às atividades de monitoramento, fiscalização, Educação Ambiental e outras atividades	259
Tabela 57. Áreas de expansão do PESC e percentual de aumento para cada zona prioritária	293

ENCARTE 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo segundo da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, datada de 18.07.2000, um plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

DOUROJEANNI (2003) ressalta que um plano de manejo deve ser baseado na realidade da unidade de conservação para se escolher, entre as opções disponíveis, as decisões que tática e estrategicamente melhor viabilizem o cumprimento dos objetivos que a legislação prevê para a categoria.

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru (Bahia) foi elaborado para legitimar o domínio do Estado sobre a área, possibilitando a elaboração de estratégias de conservação para a área em questão, bem como para a identificação dos cenários a curto, médio e longo prazos.

A metodologia utilizada para a elaboração deste plano de manejo está descrita no Roteiro Metodológico de Planejamento para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2002), que apresenta três fases; enquadramento, diagnóstico e proposições para sua elaboração.

Também de acordo com a Lei do SNUC, os Parques sejam eles Nacionais, Estaduais ou Naturais Municipais são as Unidades de Conservação que se destinam à preservação integral de áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, e oferecem relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo, permitindo a visitação pública, condicionada a restrições específicas.

As características do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) estão apresentadas na Figura 1.

Figura 1. Ficha Técnica do Parque Estadual da Serra do Conduru (Bahia)

Nome da Unidade de Conservação: Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) Gerência Executiva: Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação Unidade Gestora Responsável: Diretoria de Gestão de Unidades de Conservação	
Endereço da Sede	Escritório Regional da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Av. Juca Leão, 463, Centro, Itabuna – 45600-770
Telefone	(73) 2118248
Superfície da Unidade de Conservação (ha)	9.275
Perímetro da Unidade de Conservação (km)	71,37
Superfície da Zona de Amortecimento (ha)	25.057,54
Perímetro da Zona de Amortecimento (km)	154,22
Área dos Municípios Abrangidos pela Unidade de Conservação (%)	12 % de Uruçuca 5,3 % de Itacaré 0,8 % de Ilhéus
Área da Unidade de Conservação Inserida nos Municípios (%)	44 % da Unidade - Uruçuca 41 % da Unidade - Itacaré 15 % da Unidade - Ilhéus
Coordenadas Geográficas Extremas (UTM)	N – 8413666.02 – 487569.57 S – 8393174.15 – 487579.05 L – 8412009.60 – 494878.41 O – 8397134.58 – 482908.31
Data da criação e Número do Decreto	Decreto Estadual nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997, com alteração dos limites pelo Decreto Estadual 8.702 de 04 de novembro de 2003
Bioma e Ecossistemas	Floresta Tropical / Mata Atlântica – Mata Ombrófila Densa submontana, em diversos estágios sucessionais
Atividades Ocorrentes:	
Educação Ambiental	Atividade não implementada até o momento.
Fiscalização	Realizada de forma esporádica pelos órgãos responsáveis e através de campanhas eventualmente financiadas pelo Projeto Corredores Ecológicos.
Pesquisa	Poucas pesquisas em andamento sendo caracterizada por coletas esparsas de poucos grupos biológicos de interesse.
Visitação	Realizada de forma desordenada nas cachoeiras e corredeiras da área tanto por grupos de moradores locais, como por alguns turistas agenciados.
Atividades Conflitantes	Agricultura, caça, pastoreio, corte e retirada de vegetação nativa, presença de posseiros em propriedades em razão de sua incipente regularização fundiária.

1.1 ENFOQUE INTERNACIONAL

A criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), que abriga os principais remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados do Ceará ao Rio Grande do Sul, foi reconhecida pela Unesco em várias fases consecutivas, entre 1991 e 1993. Apesar desse trabalho resultar de um grande esforço coletivo, ainda não foi possível incluir a Mata Atlântica existente no oeste de São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e em áreas dos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul como parte desta reserva.

O Sistema de Reservas da Biosfera do Programa “Man and the Biosphere” MAB - Unesco foi consolidado na década de 70, sob a influência da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. As Reservas da Biosfera têm três prioridades como base de todos os trabalhos a serem nelas desenvolvidos: a conservação da natureza e de sua biodiversidade, o desenvolvimento social sustentado das populações que vivem na área, com ênfase para as comunidades tradicionais, e o aprofundamento da educação ambiental e do conhecimento científico. Para viabilizar esses objetivos, elas devem obedecer a um zoneamento que está centrado em três áreas principais:

- a zona núcleo, que deve ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. O Parque Estadual da Serra do Conduru é uma das zonas núcleo da RBMA na região Sul do Estado da Bahia.

- a zona de amortecimento, que circunda completamente a zona núcleo. Sua função principal é protegê-la. Aí podem ser desenvolvidas, entre outras, atividades econômicas sustentadas e experimentos científicos. Nelas devem se localizar, preferencialmente, as comunidades de cultura tradicional. A função de zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Conduru é realizada pelas Áreas de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré/Serra Grande e Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada.

- a zona de transição está ao redor da zona de amortecimento. Nela são feitas, com flexibilidade, as atividades que acomodam a Reserva da Biosfera com as suas áreas de entorno.

A razão pela qual o Brasil aderiu ao Sistema de Reservas da Biosfera é que este é o mais alto reconhecimento internacional que se pode almejar para a proteção de um ecossistema. A declaração da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica endossa a sua situação de uma das florestas tropicais mais ameaçada do mundo, sendo, em consequência, uma das prioridades mundiais para a conservação da biodiversidade.

A Mata Atlântica Brasileira cobria praticamente toda a costa atlântica brasileira, sendo largamente utilizada pelas populações humanas antes mesmo da colonização do Brasil, no início do século XVI. Segundo Myers et al. (2000) a Mata Atlântica cobria uma extensão de 1.227.600 km², porém sua área de remanescentes primários foi extremamente reduzida.

Nos termos da Convenção para a Proteção dos Patrimônios Culturais e Naturais Mundiais adotada pela Conferência Mundial da UNESCO de 1972, o Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, denominado "Comitê do Patrimônio Mundial", incluiu, em dezembro de 1999, as áreas Sul e Leste da Mata Atlântica na "Lista de Patrimônio Mundial" como Bem Natural de Valor Universal (ATP, 2000).

Por se tratar de uma região com alto grau de ameaça, a Mata Atlântica vem recebendo investimentos para sua conservação de diversos organismos governamentais internacionais, tais como o Banco Mundial e a agência alemã KfW, bem como de organizações não-governamentais, como a Conservação Internacional do Brasil (CI) e The Nature Conservancy (TNC). Para o PESC estes parceiros poderão viabilizar sua regularização fundiária, colaborando para sua definitiva implantação. Em sua zona de amortecimento poderia apoiar, implantando e/ou consolidando, projetos de desenvolvimento sustentáveis.

1.2 ENFOQUE NACIONAL

De acordo com MITTERMEIER *et al.* (1998) a Mata Atlântica é um dos 25 ecossistemas mundiais mais ricos em diversidade biológica e também um dos mais ameaçados. Estes mesmos autores consideram que este ecossistema é

um dos cinco mais importantes para a conservação, devido principalmente à sua elevada endemicidade e sua reduzida área. Portanto, o estabelecimento de Unidades de Conservação no domínio da Mata Atlântica deve ser o elemento central para a estratégia de conservação “in situ” deste ecossistema, corroborando o artigo 8º da Convenção Internacional da Diversidade Biológica.

A Mata Atlântica é, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, patrimônio nacional da população brasileira. Sua conservação deve ser estimulada pelo poder público, cabendo, ainda segundo a Constituição da República, art 225, parágrafo 1º, inciso III “definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”.

Do total restante da Mata Atlântica menos de 40% está sob algum regime de proteção jurídica. MYERS *et al.* (2000) citam que pouco mais de 33 mil hectares deste sistema está protegido por Unidades de Conservação. CAPOBIANCO (2001) lista mais de 150 Unidades de Conservação sob responsabilidade do governo federal e pouco mais de 500 sob supervisão dos estados.

Segundo o relatório do Workshop sobre “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, a grande maioria das ecorregiões apresenta menos de 1% de sua área inserida em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Para a ecorregião das Florestas Costeiras da Bahia (Figura 2), somente 0,9% está protegida por Unidades de Conservação de Proteção Integral, dentre elas o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC). Como uma das sugestões deste Workshop foi proposta a implementação/regularização fundiária do PESC.

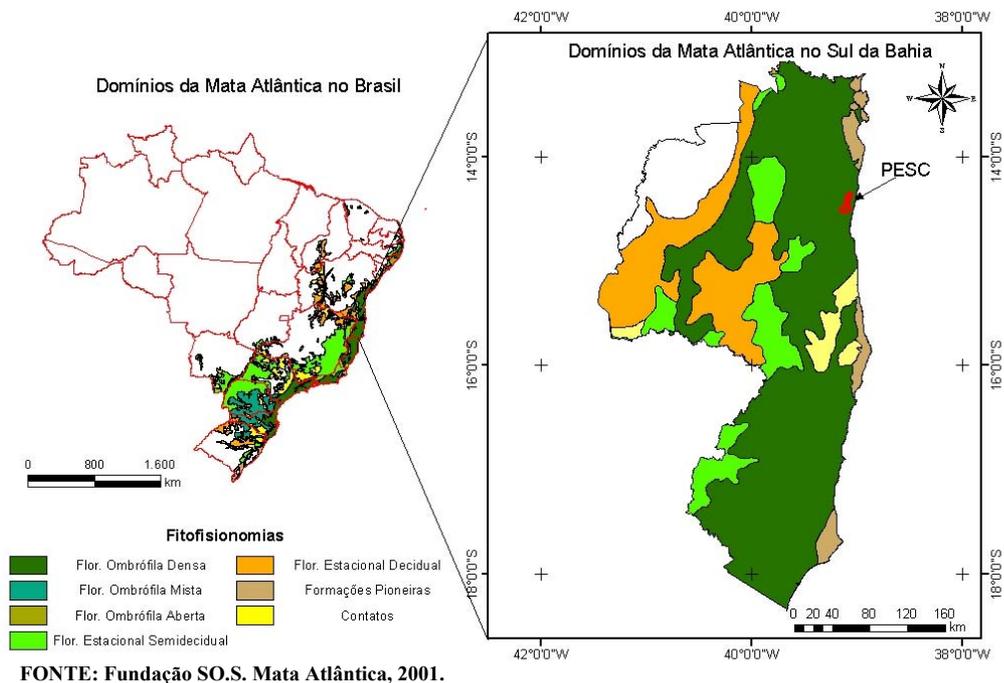


Figura 2. Domínios da Mata Atlântica, com destaque para as Florestas Costeiras do Sul da Bahia e a localização do Parque Estadual da Serra do Conduru.

O PESC possui uma área de aproximadamente 9.200 ha, representando um grande fragmento deste Bioma, uma vez que na Bahia os fragmentos de Mata Atlântica têm em média 1.630 ha e na Mata Atlântica como um todo os fragmentos têm ,em média, 792 ha (SOS Mata Atlântica, 1992).

Apesar da área decretada do PESC não apresentar uma diversidade de ecossistemas naturais, esta área abriga uma das maiores diversidades de espécies vegetais arbóreas conhecidas no mundo, contando com 458 espécies lenhosas, acima de 5 cm dap, ou 276 espécies acima de 10 cm dap, em um único hectare (THOMAS *et al.* no prelo). Das espécies encontradas nesta região, cerca de 26,5% têm sua ocorrência restrita às florestas do sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

Na sub-região baiana (sul do Rio de Contas até norte do Rio Jequitinhonha) em que se encontra o PESC, são encontradas cerca de 150 espécies, com ocorrência restrita a estas florestas (Thomas et al, 2003).

A riqueza específica de quelônios, crocodilianos, lagartos e anfisbenas não chega a destacar a região no contexto nacional. Entretanto, Ilhéus, um dos municípios que compõem o PESC, é, até o momento, a localidade da Mata Atlântica com a maior riqueza específica de serpentes (54 espécies) (ARGÔLO, no prelo), abrigando 70 % das formas assinaladas no bioma (DIXON, 1979). Considerando-se apenas serpentes típicas de florestas, o número de espécies em Ilhéus é equiparável ao de Manaus (MARTINS E OLIVEIRA, 1998), apesar das diferenças de latitude. Os graus de participação de elementos amazônicos e de outras regiões na composição da ofidiofauna da região explicam, em parte, os níveis de diversidade ofidiofaunística ali encontrados.

Os registros de anfíbios anuros na região decretada para o PESC e seu entorno somam 67 espécies. A área de Mata Atlântica de maior diversidade documentada até o momento é a Estação Biológica de Boracéia, em São Paulo, com 64 espécies (HEYER *et al.*, 1990). A grande riqueza de anfíbios verificada na região do Parque e entorno deve-se provavelmente aos vários tipos de paisagens antrópicas ali representadas. Além da elevada diversidade, estão presentes nesta região espécies de distribuição muito restrita, como *Adelophryne pachydactyla* (rãzinha), conhecida apenas do holótipo (exemplar utilizado como representante do nome da espécie), e espécies endêmicas (ou seja, espécies que ocorrem em apenas uma determinada região) das florestas de tabuleiro do sul da Bahia, como *Hylomantis aspera* (perereca-verde) e *Eleutherodactylus bilineatus* (rãzinha-da-mata). Além disso, o Parque Estadual da Serra do Conduru é a única Unidade de Conservação onde se encontra *Cycloramphus migueli* (rã), espécie também conhecida apenas do holótipo, coletado em Una – BA, e *Hyla sibilata* (perereca-verde), forma endêmica do sul da Bahia. O Parque é também a única UC onde é conhecida a ocorrência de uma espécie de *Hyalinobatrachium* (perereca-de-vidro) ainda não identificada,

que constitui o primeiro registro da Família Centrolenidae para o nordeste do Brasil.

1.3 REPRESENTATIVIDADE PARA O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A inserção do PESC no Domínio da Mata Atlântica já denota a importância de sua conservação no sentido de se somar ao SNUC mais uma Unidade de Conservação de Proteção Integral a este Bioma. Em função do elevado grau de ameaça, dos altos índices de riqueza de espécies e das altas taxas de endemismo observados neste Bioma, este se encontra classificado como um dos dez principais “Hotspots”, conceito utilizado para definir as ecorregiões mundialmente prioritárias para a conservação (MITTERMEIER *et al.* 1999, MYERS *et al.* 2000).

A conservação do Parque Estadual da Serra do Conduru está diretamente relacionada com a elevada diversidade biológica da região. A principal peculiaridade da região do PESC é, sem dúvida, sua altíssima riqueza de espécies. Dentre as áreas de ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Submontana em todo o território nacional, a área do PESC abriga a maior riqueza de espécies já registrada até o momento. Em um único hectare estudado na região foram encontradas 458 espécies de plantas lenhosas, acima de 5 cm dap, ou 276 espécies acima de 10 cm dap (THOMAS *et al.*, no prelo). Estes números colocam esta região entre as áreas com maior riqueza de espécies vegetais no mundo.

Uma outra característica que destaca a importância desta Unidade de Conservação é sua elevada taxa de endemismo botânico. Das espécies encontradas nesta região, cerca de 26,5% têm sua ocorrência restrita às florestas do sul da Bahia e norte do Espírito Santo (THOMAS *et al.*, 1998).

A Mata Atlântica é considerada por alguns autores como um centro de diversificação de espécies para gramíneas bambusóides herbáceas (SODERSTROM & CALDERÓN, 1974) e para a família Myrtaceae (MORI *et al.*

1983). Apesar dos estudos sobre centros de diversificação serem preliminares, a alta riqueza de espécies da família Myrtaceae observada na região do PESC (82 espécies em apenas 1 hectare, THOMAS *et al.*, no prelo) indica a importância da Mata Atlântica para a conservação deste grupo.

1.4 ENFOQUE ESTADUAL

Apesar da extensa área abrangida pelas Unidades de Conservação do Estado da Bahia, com pouco mais de 3 milhões e 300 mil hectares, a superfície total destas áreas representa apenas 5,88% do território baiano, percentual abaixo do preconizado pela IUCN, que por ocasião do III Congresso Mundial de Parques e outras Áreas Protegidas recomendou pelo menos 10% da superfície territorial do Estado, do País ou do bioma sob proteção (IUCN, 1984). São 36 Unidades de Conservação, distribuídas nos biomas do Estado: a caatinga, o cerrado e a mata atlântica, porém sem uma análise de sua representatividade.

O programa de conservação da diversidade biológica do Estado possui a característica de priorizar o estabelecimento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com um total de 28 Áreas de Proteção Ambiental (3.263.767 ha) e 2 Áreas de Relevante Interesse Ecológico (10.218 ha). As Unidades de Conservação de Proteção Integral perfazem somente uma área de 62.952 ha (tabela 1), ou 1,9% do território do Estado (Tabela 1).

Há ainda no Estado da Bahia diversas Unidades de Conservação federais de Proteção Integral, sendo 5 (cinco) Parques Nacionais – Chapada Diamantina (152.105 ha), Pau-Brasil (11.538 ha), Monte Pascoal (22.500 ha), Descobrimento (21.129 ha) e Marinho dos Abrolhos (88.249 ha), 1 (uma) Reserva Biológica, a de Una (11.400 ha), 1 (um) Refúgio de Vida Silvestre, o das Veredas do Oeste Baiano (128.521 ha) e 1 (uma) Estação Ecológica, a do Raso da Catarina (99.772ha).

Quanto as Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais o Estado da Bahia possui 2 (duas) Reservas Extrativistas Marinhas, a da barra do Iguape (8.117 ha) e da Ponta do Corumbau (38.174 ha), 1 (uma) Área de Relevante

Interesse, a de Cocorobó (7.504 ha), 2 (duas) Florestas Nacionais, Contendas do Sincorá (11.031 ha) e Cristópolis (12.839 ha) e o maior número de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) federais do País, com 58 áreas reconhecidas e diversas em processo de criação.

Porém quando se contabiliza o número total de RPPN criadas nos estados da federação o Estado da Bahia aparece em terceiro lugar no ranking, após os Estados do Paraná e de Minas Gerais, pois estes estados possuem um programa estadual de reconhecimento destas Unidades de Conservação, o que permite maior agilidade no processo de criação. Um ponto positivo é que em 2003 houve a sanção do Decreto Estadual nº 8851, de 22 de dezembro de 2003, que permite ao Estado da Bahia criar RPPN diretamente vinculada ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente. Por outro lado, até a metade do mês de fevereiro de 2005 não foi publicado nenhum instrumento normativo que regulamente os procedimentos para a criação, o que torna este decreto até o momento sem praticidade.

Das RPPN já criadas na Bahia 30 estão localizadas no corredor de biodiversidade denominado Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA – Figura 3). Além do Sul da Bahia, o CCMA abrange quase todo o Espírito Santo e trechos da Mata Atlântica do leste de Minas Gerais. Este corredor de biodiversidade abrange os maiores remanescentes florestais de Mata Atlântica do Nordeste e é formado por 25 unidades de conservação de proteção integral, 19 unidades de uso sustentável, e 37 RPPN, envolvendo aproximadamente 520.000 hectares de áreas sob diversas formas de proteção. Embora seja uma quantidade considerável de espaços legalmente protegidos, é evidente que só o fato de terem sido criados não é garantia de efetiva implementação e proteção.

Tabela 1. Unidades de Conservação Públicas do Estado da Bahia por categoria de manejo

CATEGORIA	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	NOME	ÁREA (ha)
USO SUSTENTÁVEL	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Mangue Seco	3.395
		Litoral Norte	142.000
		Lagoas de Gurajuba	230
		Rio Capivara	1.800
		Joanes-Ipitanga	64.463
		Lagoas e Dunas de Abaeté	1.800
		Lagoa de Pedra do Cavalo	30.156
		Baía de Todos os Santos	80.000
		Bacia do Cobre/São Bartolomeu	1.134
		Guaibim	2.000
		Tinharé/Boipeba	43.300
		Pratigi	85.686
		Costa de Itacaré/Serra Grande	62.960
		Lagoa Encantada e Rio Almada	157.745
		Santo Antônio	23.000
		Coroa Vermelha	4.100
		Caraíva/Trancoso	31.900
		Ponta da Baleia/Abrolhos	34.600
		Serra do Barbado	63.652
		Marimbus/Iraquara	125.400
		APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	11.900
		Bacia do Rio de Janeiro	351.300
		Lagoa de Itaparica	78.450
		Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco	1.085.000
		Serra Branca/Raso da Catarina	67.234
		Baía de Camamú	118.000
		Caminhos Ecológicos de Boa Esperança	230.296
Plataforma Continental do Litoral Norte	362.266		
SUB-TOTAL	ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	Serra do Orobó	7.397
		Nascentes do Rio de Contas	2.821
			3.273.985
PROTEÇÃO INTEGRAL	MONUMENTO NATURAL	Cachoeira do Ferro Doido	400
	PARQUE ESTADUAL	Serra do Conduru	9.275
		Morro do Chapéu	46.000
		Sete Passagens	4.771
		Zoobotânico	25
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	Wenceslau Guimarães	2.481	
SUB-TOTAL			62.952
TOTAL			3.336.937

O Corredor Central da Mata Atlântica está limitado ao sul pelo Vale do Rio Doce no Espírito Santo e ao norte pelo Rio Jequiçá, próximo à Bahia de Todos os Santos, no Estado da Bahia, englobando diferentes tipologias da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila Densa; Manguezais; Restingas; Floresta Semidecídua; e Floresta Ombrófila Aberta. O CCMA cobre cerca de 8,6 milhões de hectares.

O CCMA, ilustrado na figura 3, compreende um centro de endemismo da Mata Atlântica, conforme estudos disponíveis sobre vertebrados terrestres, borboletas e plantas (MORI & BOOM, 1981; KINZEY, 1982; THOMAS & CARVALHO, 1997). O CCMA também abriga mais de 50% das espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica (CORDEIRO, 2002b) e é também particularmente rico em anfíbios, com alto nível de endemismo.

Considerando o grau de ameaça do CCMA a região Sul do Estado da Bahia, que engloba as sub-regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul, apresenta uma forte fragmentação. Fotos aéreas de 1945 permitiram registrar que naquele ano mais de 85% da área total do Extremo Sul da Bahia ainda encontrava-se coberto por florestas (REZENDE MENDONÇA, 1994). As avaliações mais atuais são alarmantes. A estimativa, feita em 1990, apontava para uma cobertura de apenas 0,4% das florestas costeiras originais do sul da Bahia. Pelo menos 3,1% existiam, em fragmentos menores de 400 hectares e geralmente antropizados (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992; THOMAS *et al.*, 1998). O ritmo do desmatamento entre 1990 e 1995 cresceu, comparado com as taxas dos anos de 1985-1990 (ISA *et al.*, 2001). É provável que esteja crescendo até hoje.

Na sub-região sul da Bahia, as florestas pluviais representavam 70.500 Km², sendo 33.500 Km² em floresta ombrófila densa e o restante em floresta mesófila. Em 1976, restavam 8.300 Km² de florestas pluviais, sendo 5.800 Km² em floresta ombrófila densa. Após 1976, um intenso processo de degradação destas florestas levou a uma fragmentação ainda maior destes ecossistemas, resultando em uma estimativa de menos de 7% da cobertura original remanescente nesta região.

Uma importante contribuição à manutenção da matriz florestal da região foi o cultivo tradicional do cacau sob mata raleada, conhecido como sistema de “cabruca” (SAMBUICHI, 2002). Neste sistema, as árvores do dossel são preservadas para sombrear os cacauzeiros. Apesar de impedir a regeneração natural das espécies no local, uma vez que o sub-bosque é substituído por plantas de cacau, este sistema permite que várias espécies da região continuem produzindo sementes e funcionando como abrigo para várias espécies da fauna, funcionando como um corredor ecológico entre as áreas de florestas menos alteradas.

Uma das estratégias para manter a integridade desta matriz florestal na região e diminuir o processo de fragmentação é a implementação de um corredor ecológico biorregional, o qual é definido como a conexão dos fragmentos de floresta natural através de um mosaico de uso da terra, inclusive as cabruças, na paisagem (CABS/CI/IESB, 2000).

Esta estratégia de manejo facilita o fluxo gênico entre as populações e garante a representatividade dos habitats regionais. A Lei Federal no 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ampara a criação de corredores ecológicos de conservação, definindo-os como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam Unidades de Conservação.

Ainda destacando a diversidade biológica do Sul da Bahia ressaltam-se as muitas espécies ameaçadas de extinção e de distribuição restrita que a mesma abriga, como o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), papagaio-chauá (*Amazona rhodochorytha*), a escarradeira (*Xipholena atropurpurea*) e a choquinha-do-rabo-cintado (*Myrmotherula urosticta*), dentre outras.

O Sul da Bahia apresenta uma diversidade de aves elevada, com 5 novas espécies e um 1 gênero (*Acrobatornis fonsecai*) recentemente descobertos nas regiões serranas e costeiras da Região Cacaueira, no centro-sul do estado (PACHECO *et al.*, 1996).

Um estudo recente de anfíbios no sul da Bahia confirma a importância biológica da região, tendo sido registradas até o momento 87 espécies de anfíbios anuros, incluindo espécies endêmicas da Mata Atlântica e da região sul da Bahia. Destes, a maior parte (49) não foi conclusivamente identificada, e pelo menos 12 novas espécies de anfíbios anuros já foram confirmadas, mostrando o quanto a fauna da região ainda é desconhecida (PIMENTA & SILVANO, 2000, 2002).

A diversidade é também elevada para plantas conforme citado anteriormente (THOMAS *et al*, no prelo). Outro estudo, realizado em área de Floresta Submontana (entre 600 e 900 metros de altitude), na Estação Biológica de Santa Lúcia (ES), revelou a existência de 443 espécies de árvores também em um único hectare (THOMAZ & MONTEIRO, 1997).

É extremamente importante destacar a presença de uma vegetação rara na área de entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru. Trata-se de um campo nativo, uma vegetação bastante similar em composição, às restingas herbáceo-arbustivas, porém com a peculiaridade de estar circundada por florestas e por estar distante do mar, inclusive em altitudes acima de 100m acima do nível do mar. Este tipo de vegetação é considerado um relictos, que testemunha a ocorrência de um tipo de vegetação similar às restingas em um período anterior (milhares de anos) neste local.

Esta área é denominada localmente como “Campo Cheiroso” e encontra-se em estágio muito degradado em função de uma plantação de coco e dos manejos decorrentes desta prática agrícola, porém, por se tratar de uma vegetação única, e com grande capacidade de recuperação, deveria ser conservada para estudos e manejada para sua recuperação. Poucas Unidades de Conservação (p.ex. Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, em Linhares, ES) possuem estes ambientes sob proteção no País.

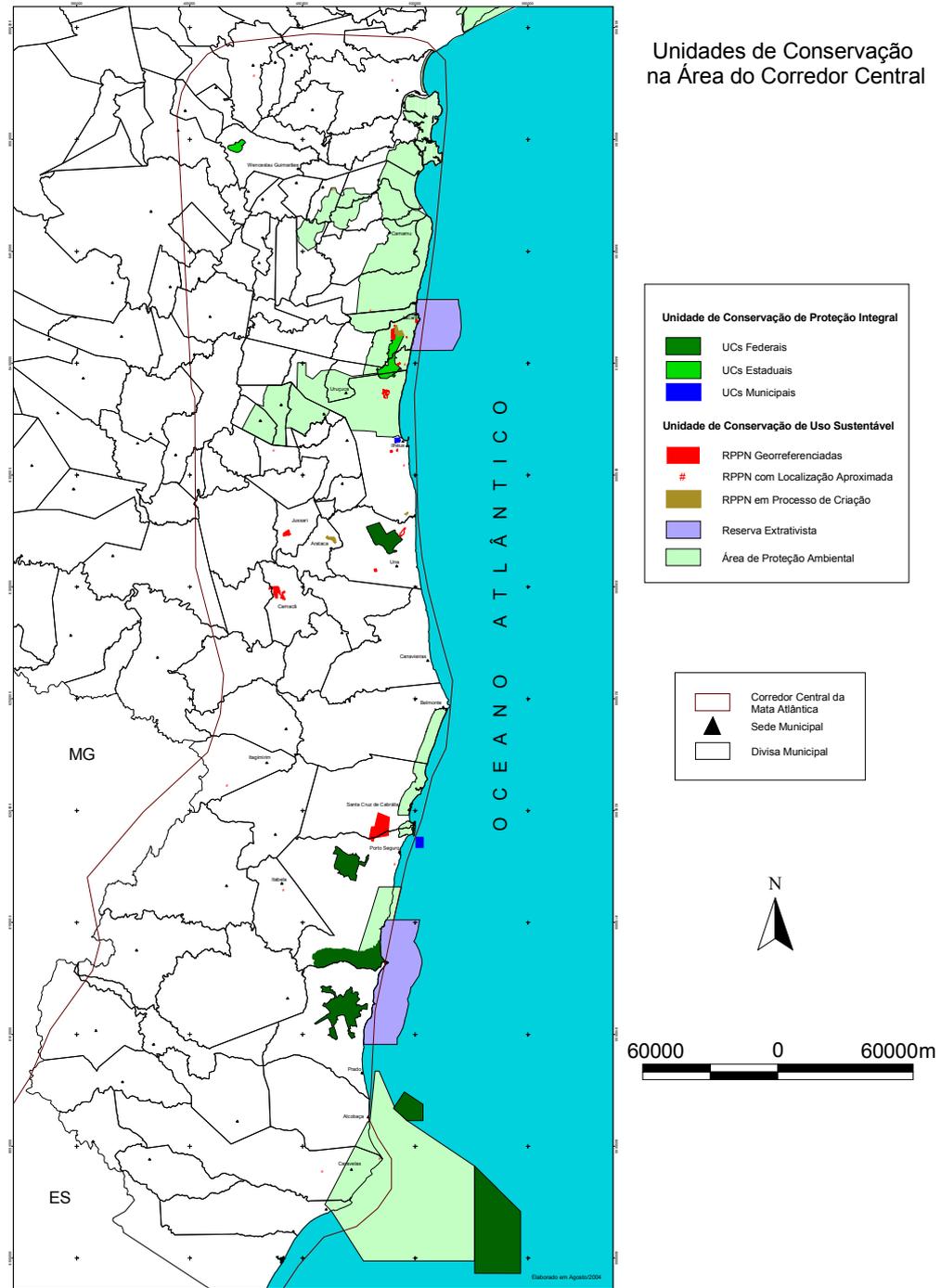


Figura 3. Unidades de Conservação existentes na Área do Corredor Central da Mata Atlântica na porção baiana

O Litoral Sul da Bahia, em especial a região do Parque Estadual da Serra do Conduru – PESC, possui uma abundante rede hidrográfica devido aos altos índices pluviométricos e a predominância de um relevo movimentado. No relevo da região do PESC, observa-se um alinhamento norte-sul das cadeias de montanhas condicionado por linhas de falhamento de mesmo sentido e conseqüentemente a rede hidrográfica organiza-se também neste sentido. A abundancia de rios, riachos e córregos e a limitação do relevo a mecanização favoreceu a ocupação da terra por propriedades na maioria menores que 100 ha. Além disso, há uma facilidade para o abastecimento de água nas propriedades para uso doméstico e agrícola.

Os rios da região servem em muitos trechos ao transporte fluvial e como fonte de renda e alimento através da atividade pesqueira. A comunidade de pescadores que vivem as margens da Lagoa do Itaípe ou Encantada é um bom exemplo de atividade pesqueira e cujas águas da Lagoa são abastecida por rios e córregos que nascem no Sul do PESC, dentre estes se destacam os rios Apepique e Caldeira.

1.5 POTENCIALIDADES DE COOPERAÇÃO

Os diversos setores do Poder Público ainda não se organizaram para realizar projetos em cooperação na região do Parque Estadual da Serra do Conduru que venham trazer benefícios diretos para a conservação de sua biodiversidade, porém as possibilidades futuras para este processo são enormes, tanto a curto como em longo prazo, o que permitirá efetivar inclusive este Plano de Manejo. Podemos citar como exemplo uma futura integração com a Universidade Estadual de Santa Cruz para trabalhos de Educação Ambiental com os moradores do entorno da área, bem como levantamentos mais detalhados dos recursos naturais existentes na área.

Outra possibilidade em curto prazo seria a integração com o Órgão Estadual que promove o turismo – BAHIATURSA, para divulgar as possibilidades de visitaçãõ nesta Unidade de Conservaçãõ.

A elaboração do Plano de Manejo do PESC, bem como algumas campanhas de fiscalização na área estão sendo realizadas devido a parceria do órgão gestor da unidade com a Unidade de Coordenação Estadual (UCE) do Projeto Corredores Ecológicos. Este projeto integra os esforços do Programa Piloto de para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, financiado através do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical, sob coordenação geral do MMA – Ministério do Meio Ambiente, a nível estadual da UCE – Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos, e tendo o Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como órgão deliberativo do projeto. Esta parceria poderá facilitar a implementação do PESC, bem como incentivar outras parcerias do Órgão Gestor da Unidade com outros programas de conservação.

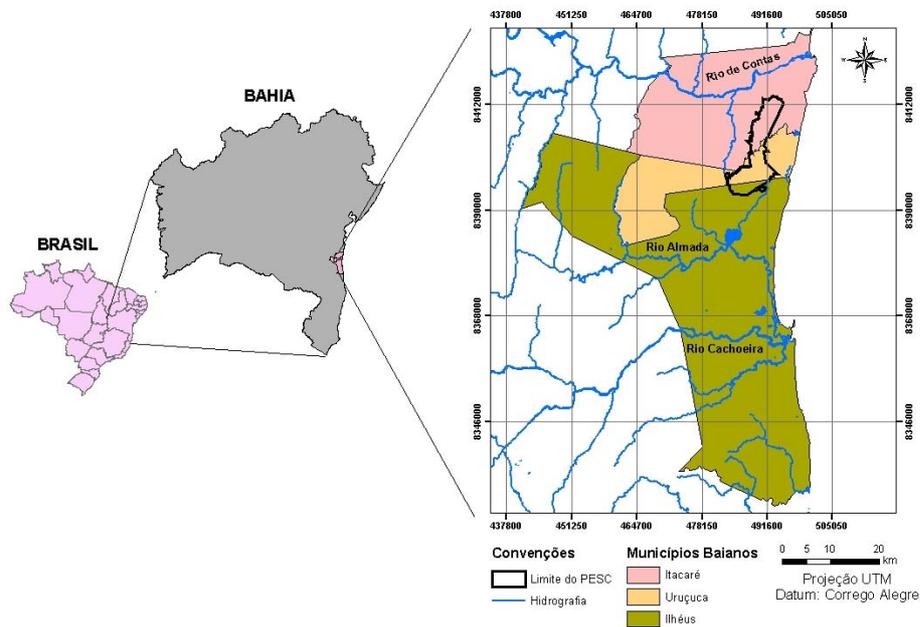
Há na região atualmente a colaboração também entre o Órgão Gestor do Estado e a Sociedade Civil Organizada com objetivo de proteção da biodiversidade na área do Parque Estadual da Serra do Conduru. O programa de reflorestamento de áreas de preservação permanente, realizado pelas organizações não-governamentais Instituto de Estudos Sócioambientais do Sul da Bahia e o Instituto Floresta Viva, atua em parceria com o Órgão Gestor para incentivar os moradores locais ao replantio de árvores nativas, além de ter possibilitado o processo de capacitação para a implantação de viveiros de mudas na região do entorno do Parque Estadual.

ENCARTE 2

ANÁLISE REGIONAL DA UNIDADE

2.1. DESCRIÇÃO

O Parque Estadual da Serra do Conduru está inserido na Região Sul da Bahia, na chamada Costa do Cacau, e abrange área dos municípios de Uruçuca, Itacaré e Ilhéus (Figura 4).



FONTE: Laboratório de Geoprocessamento – IESB, 2004.

Figura 4. Localização do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré

Os dados referentes a área e perímetro do PESC e de sua zona de amortecimento são apresentados na tabela 2, bem como as coordenadas extremas e sua área de abrangência. O limite da zona tampão deste Plano foi delimitado pelo termo de referência (TOR) do Projeto Corredores Ecológicos para elaboração do Plano de Manejo do PESC, na qual determinava um raio de 5 (cinco) quilômetros ao Oeste e a Norte e 2 (dois) quilômetros ao Sul e Leste.

Tabela 2. Informações sobre a área de abrangência do Parque Estadual da Serra do Conduru

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU	DADOS
Superfície da Unidade de Conservação (há)	9.275
Perímetro da Unidade de Conservação (km)	71,37
Superfície da Zona de Amortecimento (há)	25.057,54
Perímetro da Zona de Amortecimento (km)	154,22
Área dos Municípios Abrangidos pela Unidade de Conservação (%)	12 % de Uruçuca 5,3 % de Itacaré 0,8 % de Ilhéus 44 % da Unidade - Uruçuca
Área da Unidade de Conservação Inserida nos Municípios (%)	41 % da Unidade - Itacaré 15 % da Unidade - Ilhéus
Coordenadas Geográficas Extremas (UTM)	N – 8413666.02 – 487569.57 S – 8393174.15 – 487579.05 L – 8412009.60 – 494878.41 O – 8397134.58 – 482908.31

Todo entorno do PESC é englobado por Áreas de Proteção Ambiental (APA), sendo ao Leste, Norte e Oeste pela APA da Costa de Itacaré/Serra Grande e ao Sul pela APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Há ainda 5 (cinco) Reservas Particulares do Patrimônio Natural existentes em seu entorno, das quais três em Itacaré (RPPN Pedra do Sabiá, RPPN Rio Capitão, RPPN Araçari) e duas em Uruçuca (RPPN Salto Apepique e RPPN Jindiba) com área total de pouco mais de 500 ha e uma área de propriedade de uma organização não-governamental (IESB), a fazenda Capitão, com 970 ha, que possui fins de conservação. A figura 5 apresenta as UCs existentes na região de influência do PESC no Sul da Bahia.

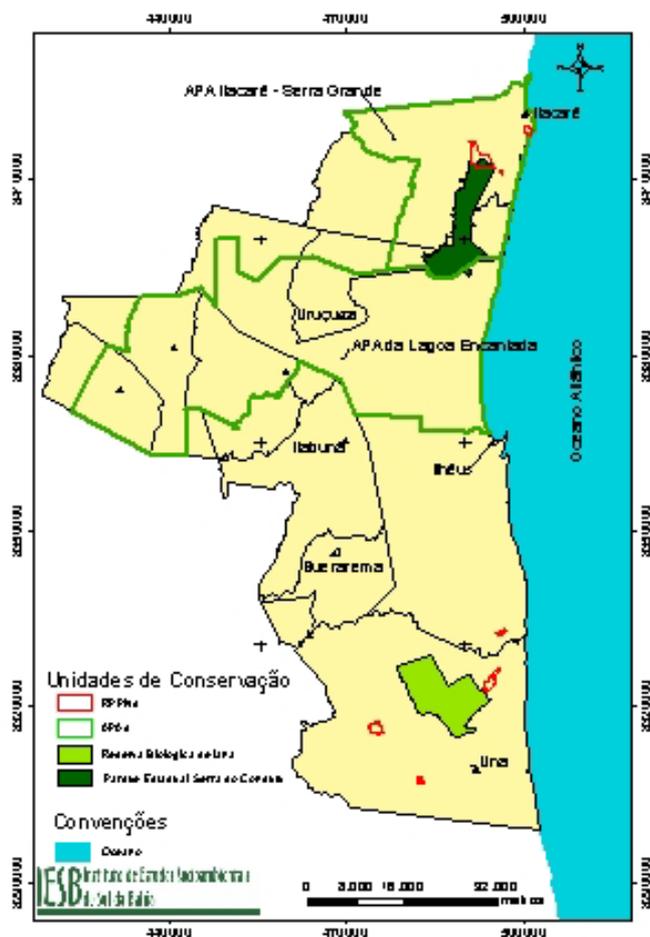


Figura 5. Inserção do Parque Estadual da Serra do Conduru no mosaico de Unidades de Conservação da Região

2.2. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

2.2.1. Clima

A delimitação das modalidades climáticas da região Leste do Brasil está intimamente ligada à dinâmica das massas de ar que predominam na área em diferentes períodos do ano, mostrando ainda uma ampla conexão com o relevo, a latitude e a continentalidade (Galvão e Nimer, 1965 *apud* LEITE, 1976).

Com relação especial ao Sudeste da Bahia, região onde se localiza o Parque Estadual da Serra do Conduru, a orografia (relevo local) é o principal fator responsável pela sua diversidade climática, que depende da maior ou menor resistência do relevo à penetração das Massas Equatoriais Atlântica e Tropicais

Atlântica, que são ventos alíseos de E, SE e NE, originados no Atlântico Sul (LEITE, 1976; ASMAR & ANDRADE, 1977).

O clima da região é do tipo Af, conforme o sistema de classificação de Köppen, caracteriza-se por ser um clima quente e úmido, sem estação seca definida. A temperatura média mensal está entre 20 e 26°C, com média anual em torno de 24°C. Os meses mais quentes vão de novembro até março, em fevereiro, as temperaturas chegam a 30,3°C e os meses mais frios são julho e agosto, quando as temperaturas oscilam em torno de 17°C. A umidade relativa do ar está freqüentemente acima de 80% e a precipitação pluviométrica é superior a 1.300 mm anuais bem distribuída; as máximas pluviométricas ocorrem de modo geral no período de fevereiro a julho, havendo reduções da precipitação no mês de maio (ASMAR & ANDRADE, 1977; SÁ *et al.*, 1982).

2.2.2. Geologia

A geologia local é predominantemente formada por rochas pré-cambrianas que formam o substrato cristalino local, recobertas em algumas áreas por sedimentos terciário-quadernários (BAHIA, 1998).

Os sedimentos Quadernários ocorrem como conseqüência da deposição de materiais fluviais e marinhos, destacando-se nesta região os depósitos marinhos que formam extensas áreas ao longo do litoral.

Segundo SOUZA FILHO (1974), os sedimentos Terciários do Grupo Barreiras, que ocorrem na forma de uma faixa costeira alongada formando extensos tabuleiros, estão depositados em discordância sobre as rochas do embasamento pré-cambriano. Seus sedimentos são de natureza argilo-arenosos e areno-argilosos, com leitos conglomeráticos detríticos, em geral não consolidados.

As rochas que compõem o Complexo Cristalino são datadas do período Pré-Cambriano. Na região as maiores ocorrências são de granulitos de cor cinzenta clara a escura, granulação fina a grossa, bem foliada a maciça de composição norítica ou gabronorítica.

2.2.3. Geomorfologia

Encontram-se três formas bem definidas do relevo na região do Parque Estadual da Serra do Conduru: a Planície Flúvio-Marinha do Almada, o Tabuleiro Costeiro e uma parte mais movimentada na região de ocorrência do Complexo Cristalino (SANTANA *et al.*, 1998).

A Planície Flúvio-Marinha corresponde a uma extensa faixa de areia que acompanha todo a extensão do litoral entre Itacaré e Ilhéus, área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru. Muitas vezes esta faixa de areia é interrompida por morros que chegam até o mar, formando as Falésias Vivas.

O Tabuleiro Costeiro corresponde às áreas mais elevadas junto à planície litorânea. Apresentam duas classes de relevo: uma plana e suave ondulada cortada por vales profundos e a outra ondulada (SANTANA *et al.*, 1998).

Na região do Complexo Cristalino o relevo varia do ondulado ao montanhoso com inferflúvios estreitos, vertentes convexas e íngremes com vales em “V” estreitos e profundos (CAVALCANTI, 1994).

2.2.4. Solos

Na área em estudo são encontradas diversas classes de solos: Latossolo Amarelo, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo, Solos Aluviais, Areias Quartzosas e Solos indiferenciados de Mangue (SILVA, 1975; EMBRAPA, 1977; BRASIL, 1981; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

Conforme CAVALCANTI (1994), estes solos encontram-se distribuídos geograficamente da seguinte forma: nas partes mais baixas, observa-se a ocorrência de Neossolos Quartzarênicos (antigas Areias Quartzosas), afloramento de rochas, solos indiscriminados de mangue e Neossolos Flúvicos (antigos solos Aluviais). Nas elevações encontram-se os Argissolos Vermelho-Amarelo, Latossolos Vermelho-Amarelo com diferentes concentrações de ferro.

Os Neossolos Quartzarênicos localizam-se em frente às praias onde as marés não mais as recobrem e sustentam uma vegetação de restinga de grande porte. Os solos indiscriminados de mangue situam-se, principalmente, próximo à

desembocadura dos rios, onde, chegam a formar ilhas, encontram-se totalmente cobertos pela vegetação natural de mangue e servem de habitat para vários crustáceos. Os Neossolos Flúvicos ocorrem principalmente às margens do rio de Contas, geralmente cultivados com cacau (CAVALCANTI, 1994).

Nas partes mais elevadas da paisagem observa-se a ocorrência dos Argissolos e Latossolos. Os Argissolos e Latossolos com baixos teores de ferro são originados principalmente do material do Grupo Barreiras ocupando a porção da paisagem que vai de plano ao suave ondulado. Os Latossolos com teores mais elevados de ferro têm influência, ou são originados das rochas granulíticas que formam o Complexo Cristalino, compondo um relevo forte ondulado a montanhoso, bastante dissecado, onde os rios estão encaixados em vales profundos e estreitos em forma de “V” (CAVALCANTI, 1994).

2.2.5. Hidrografia

A rede hidrográfica da região do Parque Estadual da Serra do Conduru é composta por afluentes do rio Almada, do rio de Contas e outros rios de médio e pequeno porte que formam pequenas bacias hidrográficas que deságuam diretamente no mar.

A maior partes destes rios corre na direção Norte-Sul, tendo um controle estrutural devido às falhas tectônicas de mesma direção. É uma região com alta densidade de drenagem, devido aos altos índices pluviométricos e a movimentação do relevo que favorece o aparecimento de inúmeras nascentes, córregos, riachos e rios.

2.2.6. Biodiversidade

A Mata Atlântica do sul da Bahia é uma área de grande riqueza biológica e um dos principais centros de endemismos de todo o bioma, principalmente no que se refere a plantas, borboletas e vertebrados em geral (MORI *et al.*, 1981, PRANCE, 1982, MULLER, 1973; CÂMARA, 1991; FONSECA, 1997). A região abriga também várias espécies ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus*

xanthosternos) e o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) (OLIVER & SANTOS, 1991). A avifauna é também bastante diversificada, incluindo o gênero monotípico *Acrobatornis fonsecai* (graveteiro acrobata) que foi recentemente descrito (PACHECO *et al.*, 1996). É hoje uma das áreas mais ameaçadas da Mata Atlântica, sendo que o alto grau de fragmentação dos remanescentes florestais está reduzido a 8%, considerando toda a sua extensão original (SOS Mata Atlântica & INPE, 1997).

O processo de fragmentação na Mata Atlântica tornou-se bastante acelerado, representando grande ameaça à conservação da biodiversidade. Neste contexto as plantações de cacau no sistema de “cacau-cabruca” (cacaueiros sombreados pelo dossel da mata nativa) tiveram papel importante na conservação da biodiversidade da Mata Atlântica na região cacaueira do sul da Bahia (ALVES, 1990; MOURA, 1999).

A região sul da Bahia apresenta diferentes ecossistemas naturais inseridos dentro do Bioma Mata Atlântica, assim distribuídos:

- nas regiões costeiras encontram-se os manguezais (associados a desembocadura de cursos d’água), as restingas herbáceo-arbustivas e as restingas arbustivo-arbóreas;
- seguindo para o interior, encontram-se as formações florestais, que podem ser subdivididas em :
 - Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas;
 - Floresta Ombrófila Densa Submontana (Predominante no PESC);
 - Floresta Ombrófila Densa Montana (em topos de morros);
 - Floresta Estacional Semidecidual;
 - Mata de Cipó (extremo oeste), segundo GOUVÊA *et al.* (1976);
 - Associadas aos cursos d’água, estão presentes na região as Matas Ciliares e em áreas permanentemente inundadas, encontram-se os Brejos;

- Também é importante destacar a presença de enclaves de Campos Nativos.

Dentro da área do PESC a formação predominante é a Floresta Ombrófila Densa Submontana (IBGE, 1992). Nesta classificação, o termo “Ombrófila” designa uma floresta de ocorrência em regiões climáticas com altos níveis de precipitação, com as chuvas bem distribuídas durante o ano (0 a 60 dias secos), praticamente sem período seco definido. O termo “Densa” se refere à fisionomia da floresta, com as copas das árvores geralmente encostadas umas as outras e o termo “Submontana” se refere a altitude em que uma floresta se localiza. Na faixa de latitude entre 4o N e 16o S (dentro da qual se encontra o PESC), o termo “Submontana” se refere a florestas entre 100 e 600 m de altitude.

Na região, a Floresta Ombrófila Densa Submontana caracteriza-se como uma vegetação florestal com dossel homogêneo com mais de 25 metros de altura, poucas árvores emergentes, muitas epífitas, lianas de grande porte e com sub-bosque denso, com alta representatividade das famílias Rubiaceae, Marantaceae, Piperaceae e Myrtaceae (JARDIM, 2003).

Após levantamento realizado por THOMAS *et al.* (no prelo), em uma área e entorno direto do PESC, podemos destacar como representativas esta vegetação local as espécies *Eriotheca macrophylla* (Bombacaceae), *Eclinusa ramiflora* (Sapotaceae), *Licania littoralis* (Chrysobalanaceae), *Aspidosperma thomasi* (Apocynaceae), *Protium* sp. nova (Burseraceae), *Almeidea coerulea* (Rutaceae) e *Euterpe edulis* (Arecaceae).

Foi elaborada uma listagem de espécies, compilada a partir dos estudos de JARDIM (2003) realizados em alguns trechos de mata na região e também de uma lista elaborada pelo Herbário CEPEC, para os municípios de Itacaré e Uruçuca, que representam a maior parte (85%) do PESC. Esta lista do Herbário também foi obtida a partir do trabalho de JARDIM (2003). Na listagem compilada (Anexo I) foram identificadas 1127 espécies vegetais ocorrendo na região. O termo “região” é aqui utilizado como representativo da flora dos municípios de Itacaré e Uruçuca, incluindo áreas de vegetação de restingas e manguezais, que não ocorrem dentro da área de decreto do PESC, mas que são importantes na

compreensão da dinâmica da vegetação regional. O município de Ilhéus foi excluído desta compilação pelo fato de representar menos de 15% da área do PESC e por sua flora conter várias espécies que só ocorrem ao sul e oeste do município, podendo superestimar o número de espécies na região do PESC.

Em um estudo recente, realizado na região sul da Bahia, LANDAU (2003) descreve que apenas 6,56% da região encontra-se com vegetação em estágio avançado de regeneração e que destes, apenas 0,53 % dos fragmentos florestais apresentaram área acima de 1000 ha e 0,10% área maior que 5000 ha.

Dentro do PESC, a maior porcentagem da área (56,5%) está representada por Vegetação Secundária, em estágio “Avançado” de regeneração (de acordo com CONAMA 05/94), que sofreram extração seletiva de madeira. As áreas de cabruca estão inseridas nesta mesma categoria, em função da dificuldade de separá-las (pelo método de análise de fotografias aéreas) de áreas com extração seletiva de madeira. Uma grande porcentagem da área do PESC também encontra-se em áreas perturbadas, tanto em função de atividades agro-pecuárias no passado, correspondendo às áreas de Vegetação Secundária nos estágios “Inicial” e “Médio”, segundo CONAMA 05/94 (18,8%), quanto atividades recentes (áreas de pastos, agricultura, etc) pelos atuais moradores do parque (18,4%). Apenas uma pequena parte (6,3%) encontra-se sob Vegetação Primária, que é definida pela Resolução CONAMA 05/94 como “a vegetação de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e espécies”.

A área do PESC inclui fragmentos dessas matas sob diferentes níveis de perturbação os quais são cortados por uma rica rede hidrográfica que alimenta também lagoas e brejos. Áreas desmatadas ociosas ou com diferentes tipos de cultivos agrícolas ocupam razoável extensão no local. A presença de diferentes corpos d’água dentro do PESC sugere fortemente a presença potencial de crocodilianos e quelônios. Por sua vez, os remanescentes de mata oferecem variada gama de recursos para uma comunidade representada principalmente por lagartos e serpentes. As últimas constituem um grupo extremamente diversificado

e com elevada riqueza em Ilhéus. Certamente, a estabilidade climática naquele município e noutros próximos (SÁ *et al.*, 1982), além da influência de fatores históricos (ver acima), contribuíram para o estabelecimento dessa complexa comunidade. Em Ilhéus - e certamente também na área do PESC - o mosaico representado por fragmentos de mata, capoeiras e cacauais na cabruca mantém a riqueza da comunidade de serpentes em níveis semelhantes aos da original.

A Mata Atlântica do sul da Bahia considerando os limites de LANDAU & RESENDE (2003) é a região de ocorrência de cerca de 115 espécies de anuros (SILVANO & PIMENTA, 2003). Na área do Parque e seu entorno ocorrem 67 espécies, ou seja, mais da metade do registrado para a região onde está inserido. Dentre estas, encontram-se espécies raras e de distribuição restrita. A região de estudo é caracterizada pela ampla cobertura vegetal constituída por matas em vários estágios de conservação e culturas florestais, como o cacau e a seringueira. A manutenção de um micro-clima úmido e do sombreamento no interior destas áreas florestadas permite a sobrevivência de várias espécies de anuros, notadamente as relacionadas ao folhicho do solo das matas (DIXO, 2001). Desta maneira, espécies susceptíveis à supressão da cobertura vegetal podem utilizar estes ambientes, mesmo que alterados, para alimentação, abrigo e reprodução. O grau de conservação das populações de anuros nesta região parece dever-se à grande extensão dos fragmentos de mata ainda presentes e a este mosaico de paisagens florestais, o que garante a manutenção da abundância de espécies anteriormente consideradas raras, como *Hyophryne histrio* (DIXO, 2001).

A Mata Atlântica abriga uma comunidade de aves extremamente rica e diversa. Do total de 688 espécies conhecidas desse Bioma, 200 são endêmicas e 451 são consideradas raras, devido a pequenos tamanhos populacionais, restrições de hábitat ou pequena distribuição geográfica, sendo que algumas espécies estão restritas a região nordeste do Brasil (DEVELEY, 2004). Cerca de 400 espécies de aves ocorrem na região do “Corredor do descobrimento” (sul da Bahia), com cerca de 50 espécies endêmicas deste ambiente (Brooks *et a.*, 1999). Na área do PESC ocorrem diversas espécies de aves endêmicas do bioma Mata Atlântica, tais

como: *Myrmotherula urosticta* (choquinha-de-rabo-cintado), *Drymophila squamata* (pintadinho), *Ramphocelus bresilius* (tiê-sangue) e *Pyriglena leucoptera* (papa-taoca-do-sul) (SICK, 2001).

2.3 ASPECTOS POPULACIONAIS, CULTURAIS E HISTÓRICOS

A organização do espaço no qual se insere o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) será considerada, nesta fase, a partir de alguns aspectos genéricos, de natureza socioeconômica, que caracterizam os municípios nos quais se insere o parque ou que fazem parte do seu entorno, particularmente os municípios de Uruçuca, Itacaré e Ilhéus. Estes se constituem em áreas de significado importante na configuração desse espaço, especialmente no que se refere à estrutura fundiária e nas formas de uso e ocupação do solo. Neste nível, utilizam-se como fonte de informação publicações e trabalhos institucionais de órgãos públicos e ONGs atuando na região, especialmente IBGE, ao extinto DDF (atual SFC/SEMARH), CEPLAC, UESC e IESB.

A região na qual se insere o Parque tem uma história que remonta aos primórdios da colonização do Brasil e que contribui para se entender aspectos atuais da região e da unidade de conservação. Aí, o processo de ocupação teve início nos primeiros anos do século XVI, estendendo-se até o presente. Neste período, a estruturação do espaço em questão foi organizada, em sua maior parte, pela implementação de atividades primárias como fator básico de ocupação do território e pela multiplicação de atividades ligadas ao comércio e serviços. As principais atividades determinantes no processo de ocupação territorial e povoamento da região foram: o extrativismo do pau-brasil e outras madeiras nobres, a cana-de-açúcar, o café, o cacau, a pesca e a pecuária.

A área geográfica é uma das primeiras no Estado da Bahia onde se iniciou o processo de colonização e implantação de atividades sócio-econômicas, inicialmente com exploração de recursos naturais e em especial a madeira e posteriormente baseada em lavouras, sobretudo permanentes, a exemplo da cana e do cacau.

As atividades que se destacam na região formam quatro panoramas sócio-econômicos distintos, a saber: a lavoura de cacau; a pecuária; as atividades agroindustriais, concentradas em Ilhéus e o turismo no litoral, especialmente em Ilhéus e Itacaré. O comércio e os serviços concentram-se mais em Ilhéus do que nos outros dois municípios e dão suporte às atividades ligadas ao cacau, à agroindústria e ao turismo.

A preocupação em determinar os diferentes padrões sócio-econômicos dos municípios circundantes do Parque decorre da necessidade de se estabelecer uma estratégia espacial, com vistas a imprimir um processo de gestão ambiental integrado ao conjunto microrregional.

Objetivando a realização de análise e de intervenção ambiental, este critério amplia a possibilidade de participação dos atores sociais, assegurando resultados aos investimentos realizados, gerando cultura e estimulando a economia local.

A premissa básica é identificar as desigualdades e as potencialidades, com a finalidade de implementar um processo de gerenciamento ambiental nas áreas de influência direta e indireta do Parque Estadual da Serra do Conduru. Assim, a espacialização, baseada no levantamento e identificação dos efeitos de polarização das cidades de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, permite uma melhor orientação das ações governamentais quanto à natureza dos investimentos, sobretudo, quanto as conseqüências sócio-ambientais.

De acordo com uma subespecialização regional feita pelo Governo do Estado (CAR-BA, 1997, p. 26), o espaço estudado apresenta a seguinte caracterização: o município de Ilhéus tem sob sua área de influência, “baseada no modelo potencial e critérios de interdependência, homogeneidade e informações disponíveis”, os municípios componentes de Uruçuca, Una e Canavieiras, enquanto que Itacaré é município componente da sub-zona de Ubaitaba (área de influência sub-zonal e zonal), juntamente com Aurelino Leal, Maraú e Ibirapitanga. É importante ressaltar que todos os municípios citados estão localizados na Sub-região de Itabuna-Ilhéus.

O município de Ilhéus corresponde ao mais populoso do Sul da Bahia, além de apresentar uma considerável concentração demográfica de 66,1% (IBGE, 1991).

Ali se concentra a atividade industrial da região, voltada para o processamento do cacau e, na última década, tem se instalado um pólo de informática. No setor agrícola, identifica-se também a presença de outros sistemas de produção, tais como: o dendê, a pimenta-do-reino, o cravo-da-índia, o guaraná, a seringueira e, no litoral, o côco. A piaçava, produto extrativo, ocorre nos tabuleiros sempre úmidos. Em Uruçuca planta-se mandioca e banana; há criação de bovinos com um crescimento significativo, em virtude da crise da lavoura de cacau.

A cacauicultura, desde a década de 70 recebe, o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, com sede no município de Ilhéus, que apoia um programa de crédito orientado para a produção da lavoura, e onde se localiza o maior Centro de Pesquisas de Cacau do mundo.

Em Ilhéus estava também localizada a sede do Instituto do Cacau da Bahia, órgão este cujas atribuições foram alteradas ao longo do tempo, culminando com sua extinção. Porém durante seu funcionamento este determinou relações, áreas do espaço regional relativas à comercialização do cacau, financiamentos, assistência técnica e recursos para equipamentos sociais na região.

Em Ilhéus e Itabuna, foram instaladas na década de 90, além de empresas de informática, indústrias de médio porte nos setores de confecções, calçados e cosméticos, e a perspectiva de novos projetos altamente empregadores de mão-de-obra, como a indústria de vidros, de lubrificantes e de medicamentos, como revela o trabalho de OLIVEIRA (2001).

2.3.1. Estrutura Fundiária, Uso e Ocupação do Solo

A estrutura fundiária da região de Ilhéus se caracteriza, de acordo com dados do Departamento de Desenvolvimento Florestal - DDF (1997), e dados calculados com base nos resultados do Censo Agropecuário de 1985, do IBGE, especificamente as tabelas referentes à utilização das terras por parte dos estabelecimentos agrícolas pela ocorrência preponderante de pequenos e médios imóveis rurais, sendo parte significativa destes consolidados como, posse primária. As maiores propriedades rurais não ultrapassam a área de 2.000ha e as menores possuem área superior a 10ha. Em geral, os imóveis da área geográfica

em análise possuem tamanhos variando entre 20 e 200ha, pertencendo, na grande maioria dos casos, a proprietários que vivem na zona urbana.

Segundo diagnóstico do DDF, a distribuição da terra é bastante eqüitativa, sendo que existem poucas propriedades com área superior a 1000ha. A base para tal afirmação se sustentaria nos dados da Tabela 3. Tais dados mostram, no entanto, que há uma grande concentração de terra na região. Isto se torna mais visível quando se consideram as propriedades com menos de 10 ha e as que têm mais de 100 ha. No caso de Ilhéus, as primeiras representam 31,47% do total de propriedades, com 3,16% da área e, no segundo caso, representam 7,64% das propriedades, com 33,45% da área. Para Itacaré, a relação é de 53,36% das propriedades têm menos de 10 ha, com área de 7,37%, e 5,11% das propriedades têm mais de 100 ha, com 43,23% da área (tabela 3).

Tabela 3. Estabelecimentos Agrícolas, segundo Categorias de Tamanho em Ilhéus e Itacaré (1985)

Tamanho dos Estabelecimentos (ha)	ILHÉUS				ITACARÉ			
	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%
Menos de 10	1.506	31,47	6.704	3,16	1.077	53,36	3.677	7,37
10 a menos 50	2.378	49,70	90.119	42,50	698	34,59	15.299	30,66
50 a menos de 100	535	11,18	35.312	16,65	140	6,94	9.349	18,74
100 a menos de 500	340	7,10	61.276	28,89	98	4,86	17.998	36,07
500 a menos de 1000	22	0,46	4.837	2,28	5	0,25	3.569	7,16
Maiores de 1000	2	0,08	4.837	2,28	-	-	-	-
Total	4.785	100,00	212.065	100,00	2.018	100,00	49.892	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 1985. (IBGE).

Em Uruçuca a realidade fundiária não é diferente: 34,88% das propriedades têm menos de 10 ha e ocupam 3,21% da área, enquanto que 10,98% das propriedades têm mais de 100 ha e ocupam 52,70% da área total (Tabela 4).

Tabela 4. Frequência absoluta e relativa de propriedades e área ocupada por intervalo de área da propriedade no município de Uruçuca, em 1985

Intervalos de área (ha)	Número de imóveis	% em relação ao total de imóveis	Somatório das áreas (ha) dos imóveis	% em relação a área total
< 10	36,12	34,88	1.495	3,21
10 - > 20	169	16,28	2.258	5,28
20 - > 50	240	23,12	7.449	15,99
50 - > 100	153	14,74	10.626	22,82
100 - > 200	72	6,94	9.977	21,42
200 - > 500	35	3,37	10.127	21,75
500 - > 1000	7	0,67	4.439	9,53
- > 1000	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1.038	100	46.371	100

Fonte: Censo Agropecuário, 1985

Estudos da SUDENE demonstraram que a Região Cacaueira da Bahia é considerada a área de menor desigualdade na posse da terra, predominando propriedades de tamanho médio.

As tabulações acima não revelam toda a problemática da terra na região. Estatísticas utilizadas para a previsão de safras de cacau na região¹ mostram uma característica típica da posse da terra na região: a posse de várias propriedades por um mesmo dono. Tal fato agrava ainda mais a concentração de terras na região. Embora predominem propriedades de tamanho médio, do ponto de vista legal, algumas médias se tornam grandes do ponto de vista econômico.

A crise do cacau tem levado os produtores à substituição por outras modalidades. No período de 1980-1985 houve uma pequena redução na área utilizada com pastagens, matas e florestas; aumentou o número de lavouras, terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, como pode ser observado na Tabela 5.

O censo agropecuário de 1995-1996 (IBGE) estabeleceu que a área média de estabelecimentos agropecuários em Ilhéus era de 35ha e em Uruçuca de 56ha. A área utilizada pela agricultura em estabelecimentos agropecuários era de 60ha em Ilhéus e 85ha em Uruçuca. O uso de tratores nestes estabelecimentos eram aplicados em 1930ha em Ilhéus e 1367ha em Uruçuca.

¹ Setor de Socioeconomia do Centro de Pesquisas do Cacau/CEPLAC.

Em 31/12/1995 em Ilhéus havia 4.674 estabelecimentos agropecuários; 2.209 em Itacaré e 760 em Uruçuca. Respectivamente, estas propriedades rurais ocupavam uma área de 162.200ha, 60.161ha e 42.334ha.

Tabela 5. Área e Utilização das Terras por Atividade, na região, no período 1980 – 1985

Classe de Atividade	1980 (ha)	1985 (ha)
Lavoura	96.530	112.576
Pastagens	31.625	28.747
Matas e Florestas	49.163	47.254
Terras em Descanso e Terras Produtivas não Utilizadas	35.546	36.039
Total	212.864	224.616

Fonte: Censo Agropecuário 1985 (IBGE)

A presença de florestas atraiu serrarias de porte médio que vêm consumindo intensamente os recursos das Serras do Conduru e do Capitão, gerando menos de cem empregos diretos em vilas rurais, notadamente em Serra Grande, Taboquinhas e Uruçuca. Aliada à atividade madeireira, algumas propriedades desenvolvem a pecuária como fonte de renda alternativa aliada à cabruca, sistema tradicional de plantio de cacau no sul da Bahia.

Em Itacaré, no ano de 1995, o INCRA assentou cerca de 300 famílias em três núcleos de colonização. A Prefeitura local colaborou legalizando as terras e fornecendo infra-estrutura básica. Os colonos assentados são responsáveis pelo abastecimento de hortaliças e frutas comercializadas na feira livre da cidade.

REID & BLANES (1994) demonstraram que a atividade pastoril extensiva nesta área não é rentável economicamente e nem aconselhável do “ponto de vista ambiental”. O manejo é muitas vezes inadequado e contribui para os resultados negativos como a rápida degradação dos pastos, altas incidências de endo e ectoparasitas, crescimento de gramíneas de baixo valor biológico, entre outros. Os autores apontam ainda que “enquanto a mata é mais vulnerável às invasões de grupos sem-terra, o uso do solo para a pecuária pode proteger a área de invasões, além disso, o custo da administração é um fator limitante à expansão da pecuária intensiva no sul da Bahia, ou seja, o atual sistema extensivo não exige muita administração”.

É importante destacar que a maioria das terras encontram-se florestadas e apresentam pequeno número de benfeitorias. Isto indica “um baixo custo relativo de desapropriação, em que pese o valor de madeiras de lei encontradas nas florestas ainda conservadas, nas propriedades tituladas no âmbito do parque” (DDF, 1997).

Segundo informações obtidas durante entrevistas com proprietários e moradores “há um desencanto muito grande entre os pequenos e médios produtores com o uso agrícola das terras, seja pela escassez de crédito subsidiado, seja pela baixíssima qualidade dos solos”. Em janeiro de 1997, havia um número significativo de propriedades à venda e/ou abandonadas na área do parque.

O uso e a ocupação do solo, em Ilhéus e Itacaré, apresenta restrições principalmente nas áreas de manguezais e nas margens dos rios, onde encontra-se a presença de populações marginalizadas.

2.3.2. Atividades Econômicas

O atual quadro econômico dos municípios estudados apresenta-se bastante vulnerável devido aos efeitos conjunturais da monocultura do cacau, e não desenvolveram, até então, outras alternativas capazes de contrabalançar os impactos negativos das crises econômicas. Existe uma elevada concentração de renda e de fatores de produção, característica da economia agrária exportadora desenvolvida regionalmente.

Ao longo dos anos, o excedente gerado pelo cacau não permaneceu na região; em decorrência houve insuficiência da poupança interna, baixa qualidade da produção, ausência de práticas agrícolas mais eficientes para o controle da praga vassoura-de-bruxa, perda do poder de competitividade, super oferta de cacau no mercado internacional e poucos investimentos locais em bens e serviços.

2.3.3. Agropecuária, Extrativismo Vegetal e Sistemas Florestais

Apesar da crise ser um elemento histórico e comum à lavoura cacauera, até meados dos anos 80, a sua produção, área plantada e seu rendimento médio

sempre foram crescentes. As crises tiveram caráter conjuntural comum às diversas *comodities* e aos produtos com fortes dependências de fatores externos. Tais crises cíclicas apresentam, pelo menos, cinco causas: os caprichos da natureza, sobretudo o clima; os ataques de pragas e doenças; a irregularidade dos mercados e dos preços; o descaso e/ou intervenções extemporâneas do governo e as flutuações da receita líquida pela variação do câmbio.

A partir de 1985, todos estes fatores mais a superprodução mundial de cacau, que teve um acréscimo médio entre 1979/81 e 1989/91 de 874.000t., ou seja, duas vezes e meia a produção brasileira na época, fizeram com que o país passasse de primeiro para terceiro maior produtor mundial.

Com o aumento da produtividade média mundial do cacau provocada pelos países da Ásia, houve uma queda dos preços no mercado internacional, ocasionando a atual crise na lavoura baiana. Faz-se necessário atualmente, uma reestruturação produtiva para que a produtividade brasileira alcance níveis mais competitivos internacionalmente. Exemplificando, a produtividade da Malásia chega a 800 kg/ha contra os 400 kg/ha da brasileira.

Os efeitos da superprodução e da melhoria na produtividade, logo se fizeram refletir nos níveis de preços em 1976/77, quando a arroba passou de US\$ 3,633/t para níveis abaixo de US\$ 1,000/t no período 92/93 significando uma redução na ordem de 72%, fazendo com que a região passa-se a conviver com uma redução no volume produzido e rendimento médio.

Neste sentido, a crise atual do cacau se constitui numa crise estrutural, onde grandes mudanças vem ocorrendo, com conseqüências sobre o meio ambiente, o emprego e a dinâmica econômica local que passa por uma reestruturação.

Estima-se que na região exista um exército de 200 mil desempregados e subempregados, oriundos das fazendas e de ramos de atividades dependentes da lavoura cacauzeira. Hoje todo o setor cacauzeiro, participa com apenas 2,5% a 3% de toda a arrecadação estadual do ICMS. A soma desses fatores acarreta uma perda acentuada da importância político-econômica da região no contexto estadual. Verificou-se também, com o Plano Real um aumento da redução da receita dos produtores.

Atualmente, os remanescentes da Mata Atlântica na área plantada com cacau estão seriamente ameaçados, vez que estão sendo transformados em receita com a venda do que resta da mata, para manter as fazendas e até a sobrevivência dos produtores. Além disso, a continuidade deste sistema agroflorestal (mata/cacau) está seriamente ameaçada, sobretudo pela presença devastadora da vassoura de bruxa e a conseqüente morte dos cacauais e sua substituição por pastagens, de um modo geral.

Do ponto de vista da dimensão econômica do desenvolvimento sustentável, a dependência histórica da região com a monocultura do cacau e as tentativas, sem sucesso, de redução desta dependência, condicionaram o desenvolvimento dos outros setores da economia em um patamar muito aquém do que seria previsível, dado ao grande volume de capital gerado com a lavoura, aprofundando a extensão da crise. Apesar de existir na região uma infra-estrutura voltada para a produção e o conhecimento técnico (CEPLAC/CEPEC/UESC), suas repercussões sobre o processo de desenvolvimento são limitadas.

As plantações de cacau são as maiores responsáveis pela permanência da matriz florestal por duas razões: em primeiro lugar, porque o extrato arbóreo foi deixado como sombra para a cultura do cacau e porque servia como estoque de madeira de lei, com vistas à manutenção das fazendas, e, em casos não raros, também como meio de sobrevivência.

Sendo a atividade econômica que compatibilizou o uso dos recursos naturais com a preservação do meio ambiente, em especial da Mata Atlântica, a substituição da cacauicultura poderá trazer reflexos danosos ao ambiente, caso esta se concretize através de um processo desordenado de diversificação agropecuária.

Isso leva ao questionamento sobre o futuro dos remanescentes da Mata Atlântica, considerando que o desfecho da crise exigirá modificações profundas no perfil agropecuário da região. Tudo faz crer, no entanto, que a diversificação pretendida, necessariamente não implicará na substituição da cultura cacauera.

É presumível, pois que a preservação do ecossistema tenda a passar, obrigatoriamente, pela recuperação, em níveis menores de produção, da lavoura

cacaueira, através de um avançado programa de manejo orientado para a sustentabilidade e pelo controle das áreas em diferentes estágios de regeneração.

A principal atividade agrícola dos municípios de Ilhéus e Itacaré é a monocultura cacaueira, condicionada pelo clima quente e úmido.

Paralelamente a essa cultura surge o cultivo da banana utilizada como sombreamento no plantio do cacau. Além desses, aparecem em escala reduzida a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho e a laranja.

A Tabela 6 apresenta a produção da área cultivada com os principais produtos durante os anos de 1985 e 1989.

Tabela 6. Produtos Agrícolas e Área Cultivada (1985 - 1989)

PRODUTOS	1985		1989	
	Produção	Área (ha)	Produção	Área (ha)
Cacau	53.649	84.115	45.147	8.730
Mandioca	16.652	1.569	41.145	3.165
Banana ²	774	1.478	156	195
Milho	20	34	30	30
Côco-da-baía ²	139	30	435	87
Laranja ¹	173	8	9.172	118
Cana-de-açúcar	1	-	12.000	300

Fonte: Censo Agropecuário 1985 (IBGE) 1-Quantidade em 1000 frutos; 2-Quantidade em 1000 cachos).

Entre 1985 e 1994 houve uma redução da área de plantio do cacau de 75.385ha. A partir daí, até o final da década, a quantidade produzida reduziu a um quarto do que era no início dos anos 80. Colheram-se também menos cachos de bananas e ampliou-se consideravelmente, o cultivo de côco, laranja, mandioca.

Recentemente houve um pequeno incremento no cultivo de outras culturas como a seringueira e frutíferas, ao lado da mandioca. Também tem sido utilizado o aproveitamento da polpa de cacau para a produção de sucos. Encontra-se instalada na área do Distrito Industrial de Ilhéus uma fábrica de sucos de frutas de acerola, abacaxi e maracujá.

O total de pessoal ocupado no setor primário em 31/12/1995 (IBGE, censo agrícola de 1995), em Ilhéus, era de 25.354 pessoas, das quais 5.231 eram

menores de 14 anos de idade. Estes dados do censo demográfico também foram computados em Itacaré que somou 8.084 pessoas trabalhando em estabelecimentos agropecuários, das quais 1798 eram menores de 14 anos. Em Uruçuca estes valores eram de 5.322 pessoas e 1.152 menores de 14 anos.

Quanto ao número de implementos utilizados na agricultura existentes em Uruçuca havia apenas 1 (uma); em Itacaré 3 (três) e em Ilhéus 21 unidades. Ainda segundo o censo agrícola de 1995, foram registradas em Ilhéus 21 colheitadeiras; em Itacaré e Uruçuca nenhuma. O número de tratores e caminhões em estabelecimentos agropecuários era maior em Ilhéus (respectivamente, 57 e 159). Estes em Uruçuca totalizavam 21 e 8 unidades. Em Itacaré havia 30 tratores e 4 caminhões. O número de utilitários existentes nestas propriedades era maior em Ilhéus (159 unidades) do que em Uruçuca (20 unidades) e Itacaré (7 unidades). Estes dados mostram que a agricultura praticada na região não é mecanizada, absorvendo, portanto, um grande contingente de mão-de-obra.

Em 1995 foram registrados os seguintes valores da produção animal e vegetal nos três municípios que estão nas adjacências do Parque Estadual da Serra do Conduru: Ilhéus R\$ 32.840,00, Uruçuca R\$ 5.059,00 e Itacaré R\$ 6.392,00.

Embora possua o sexto maior rebanho bovino do país e o primeiro do Nordeste, a pecuária bovina baiana é explorada de maneira extensiva, carece de padrões tecnológicos e raciais já presentes em outros estados brasileiros, assim como de empreendimentos e equipamentos nas etapas de abate e processamento, que possam contribuir para a melhoria dos padrões vigentes. Há nos municípios criação de bovinos, suínos e ovinos.

Na região existem três grandes empresas agro-industriais de leite e laticínios que dinamizam a região do ponto de vista da geração de emprego e renda, são elas: a Nestlé S.A. e a Cooperativa Grapiúna de Agropecuaristas Ltda. - COOGRAP em Itabuna e a empresa Leite Glória em Itapetinga.

O extrativismo está presente nos três municípios estudados. A piaçava e a lenha são os produtos mais explorados, seja pela ação direta ou através da parceria com o proprietário da terra.

Em Ilhéus, a maioria dos domicílios tinha entre 3 a 10 pessoas residentes. Em Uruçuca o número predominante de pessoas residentes em cada casa era de 2 a 3 pessoas. Em Itacaré este número oscilava entre 2 e 3 e 7 a 10. O número médio de pessoas por família, em ordem crescente, era de 4,36 em Itacaré, 4,37 em Uruçuca e 4,44 em Ilhéus (tabela 7).

Tabela 7. Número de Pessoas Residentes por Família (1991)

Município/Número de Pessoas	1	2	3	4	5	6	7 a 10	11 a 14	15 ou +
Ilhéus	3.522	7.858	8.376	8.792	7.662	4.631	8.685	683	52
Uruçuca	657	1.267	1.056	531	480	726	1.111	142	14
Itacaré	530	667	739	531	480	346	844	82	-

Fonte: Censo Demográfico 1991 - IBGE

Em 1996, o percentual de pessoas residentes na área urbana das cidades era de: Ilhéus 71,2%, Uruçuca 34,91% e Itacaré 30,97%.

O número total de empregados domésticos nos domicílios de Ilhéus (IBGE, 1991) era de 1.758, entre os quais 95 homens e 1.663 mulheres. Em Uruçuca haviam 46 empregadas domésticas e, em Itacaré 27.

A distribuição da população por domicílio, representada na Tabela 8 identifica o padrão de distribuição no ano de 1991. Ilhéus apresentava, 64,46% da população residente em área urbana, Uruçuca 29,39% e Itacaré 23,19%. Uma parcela de 35,54% da população de Ilhéus residia na zona rural, ao contrário dos municípios de Itacaré e Uruçuca onde a maioria dos domicílios eram rurais respectivamente, 76,81 e 70,61%.

Tabela 8. População Urbana e Rural por Domicílio (1991)

Município	Urbana (a)		Rural (b)		Total (c)		a / c	b / c
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	%	%
Ilhéus	144.232	12,99	79.518	9,88	223.750	11,68	64,46	35,54
Itacaré	4.275	0,38	14.156	1,76	18.431	0,96	23,19	76,81
Uruçuca	9.040	0,81	21.723	2,7	30.763	1,61	29,39	70,61

Fonte: Censo Demográfico 1991 – IBGE

As Tabelas 9 e 10 apresentam o número de residentes por grupos de idade e sexo no ano de 1991 e 2000 em Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. Pode-se afirmar, com base nos dados obtidos, que a população dos três municípios é predominantemente jovem, isto é, de 0 a 17 anos de idade. Os dados, entretanto, divulgados por SEI nesta tabela apresentam alguma inconsistência. Veja-se que, para 1991, a população da faixa etária de 7 a 14 anos, é superior a população da faixa etária de 0 a 14 anos. Este engano ocorre nos três municípios.

Tabela 9. População Por Faixa Etária e Por Município da Área de Influência do PESC em 1991 e 2000

Município	1991						
	0 a 4	0 a 6	7 a 14	0 a 14	15 a 17	15 a 64	≥ 65
Ilhéus	26.826	39.679	89.599	49.920	15.795	126.723	7.428
Itacaré	2.906	4.111	8.434	4.323	1.120	9.294	703
Uruçuca	4.067	5.951	12.845	6.894	2.101	16.838	1.080
	2000						
Ilhéus	21.993	31.029	39.298	70.327	16.266	140.711	11.089
Itacaré	2.311	3.270	3.811	7.081	1.323	10.219	820
Uruçuca	1.980	2.893	3.931	6.824	1.617	12.264	1,235

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (Apud SEI/SEPLANTEC).

Quanto a gênero, os dados mostram um número ligeiramente superior de pessoas do sexo masculino nos três municípios, exceto em Ilhéus no Censo de 2000, onde pessoas do sexo feminino teriam superado o número das pessoas do sexo masculino, por um diferencial superior a um mil.

Tabela 10. População Por Sexo, em 1991 e 2000, nos Municípios do Entorno do PESC

Município	1991			2000		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
Ilhéus	223.750	112.891	110.859	222.127	110.445	111.682
Itacaré	18.431	9.815	8.616	18.120	9.614	8.506
Uruçuca	30.763	16.242	14.521	20.323	10.351	9.972

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (Apud SEI/SEPLANTEC).

Os dados da Tabela 11 revelam que a população jovem e adulta que habita os municípios do entorno do PESC apresenta elevada taxa de analfabetismo – 20 a 33 % - embora se enquadrem nos padrões da região e do Estado.

Tabela 11. População Residente de 10 Anos ou Mais de Idade, Total e Não Alfabetizada, e Taxa de Analfabetismo nos Municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca em 1991 e 2000.

Municípios	1991			2000		
	Total	Não Alfab.	%	Total	Não Alfab.	%
Ilhéus	164.954	57.267	34,7	177.848	34.975	19.7
Itacaré	12.625	6.905	54.7	13.416	4.377	32.6
Uruçuca	22.257	10.740	48.3	16.107	4.670	29.0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (Apud SEI/SEPLANTEC).

Observando-se o rendimento nominal médio mensal familiar per capita, percebe-se que a maioria das pessoas sobrevive com uma renda em torno de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salários mínimos, conforme dados contidos na Tabela 12.

Tabela 12. Classes de Rendimento Nominal Médio Mensal Familiar “Per Capita” em Salário Mínimo (1991)

RENDIMENTO	ILHÉUS	URUÇUCA	ITACARÉ
Até 1/8	7.053	1.534	616
+ de 1/8 a 1/4	11.623	1.971	977
+ de 1/4 a 1/2	12.004	1.693	1.130
+ de 1/2 a 3/4	5.804	517	314
+ de 3/4 a 1	2.607	198	208
+ de 1 a 1 1/4	1.996	99	156
+ de 1 1/4 a 1 1/2	1.324	97	81
+ de 1 1/2 a 2	1.459	97	90
+ de 2 a 3	1.658	92	102
+ de 3 a 5	1.325	29	25
+ de 5 a 10	799	-	28
+ de 10	240	-	33
s / rendimento	1.930	410	179
s / declaração	440	299	279

Fonte: Censo Demográfico 1991 – IBGE

Em termos das condições sanitárias, os ambientes dos municípios do entorno do PESC apresentam condições ainda bastante deficitárias (tabelas 13 e 14). Em torno de 15 a 20 % dos domicílios urbanos não são abastecidos com água da rede geral, e a coleta do lixo, especialmente nos municípios de Itacaré e Ilhéus, estão abaixo da média estadual. Somente o município de Ilhéus possui uma área aprovada para instalação de aterro sanitário, enquanto nos dois outros municípios a destinação é realizada a céu aberto, o que demonstra que esforços para a coleta de lixo estarem sendo realizados o mesmo não acontece com a destinação final destes.

O município de Itacaré possui, segundo o IBGE (1997) possuía somente 5,8% das residências permanentes ligadas à rede de coleta de esgotos, porém no ano de 2004 houve aumento significativo deste porcentual, com ampliação na área central do município da coleta de esgotos. Porém, ainda não há tratamento destes resíduos. Ilhéus, pelo censo de 2001 (IBGE, site oficial – www.ibge.gov.br/cidades@), possuía pouco mais de 10% de seus domicílios ligados à rede coletora de lixo. Porém, no início desta década um grande esforço foi realizado no município para coletar e instalar uma estação de tratamento de esgoto por decantação. Grande parte da área urbana central atualmente tem seu esgoto coletado e tratado antes de ser lançado no Rio Cachoeira. O município de Uruçuca, segundo o mesmo site oficial possui 16% de suas residências conectadas à rede de coleta de esgotos, porém sem tratamento final destes resíduos.

Entretanto, para os três municípios os dados se referem à população urbana. Na zona rural, área de inserção do PESC, não há coleta nem destinação final de resíduos líquidos em nenhuma comunidade, o que pode afetar principalmente a qualidade dos recursos hídricos locais.

Tabela 13. Domicílios Particulares Permanentes por Forma de Abastecimento de Água nos Municípios do Entorno do PESC, no ano de 2000.

Município	Domicílios	Forma de abastecimento. de água (%)				Área Urbana	
		Rede Geral	Poço ou Nascente	Outra Forma	Sem Canaliz. Interna	Domicílios	Rede Geral
Ilhéus	54.031	67,5	22,5	10,2	39,1	40.923	84,7
Itacaré	4.177	36,2	53,4	10,3	66,1	1.811	79,9
Uruçuca	5.101	60,8	29,6	9,7	43,5	3.569	83,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (*Apud* SEI/SEPLANTEC)

Tabela 14. Domicílios Particulares Com Coleta de Lixo (Urbano) nos Municípios do Entorno do PESC, comparando com a Média do Estado 2000.

Municípios	Coleta do lixo (%)
Ilhéus	82,8
Itacaré	68,4
Uruçuca	93,6
Média Bahia	85

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (*Apud* SEI/SEPLANTEC)

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – M) os três municípios da área de inserção do PESC (Tabela 15) tem índices considerados medianos (Ilhéus) e baixos (Uruçuca e Itacaré), com Ilhéus ocupando a 22ª posição no Estado (IDH de 0,703), Uruçuca a 104ª posição (IDH de 0,652) e Itacaré a 341ª posição (IDH de 0,588). Estes índices refletem principalmente as baixas renda per capita e esperança de vida na região.

Tabela 15. Valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – M) e ranking dos municípios da área de inserção do PESC

Município	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda per capita	Índice de Des. Humano Municipal (IDH-M)	Ranking por UF
Ilhéus	66,128	0,794	0,796	170,219	0,703	22
Uruçuca	69,151	0,688	0,745	84,065	0,652	104
Itacaré	59,198	0,651	0,741	84,695	0,588	341

Fonte: site www.frigoletto.com.br

2.3.4. Turismo

O Parque Estadual da Serra do Conduru faz parte do complexo turístico localizado na Costa do Cacau, junto com a APA de Itacaré-Serra Grande, área divulgada pela mídia nacional como um dos principais pólos de atração para o ecoturismo, o que representa também um potencial para dinamizar a economia regional. Ilhéus, o terceiro pólo de atração de turistas e divisas para o Estado, se fortalece com o crescimento do turismo na região, que se estende de Itacaré até Canavieiras.

Vale salientar que esta pequena região litorânea se articula diretamente com os pólos turísticos de Porto Seguro, ao Sul, e Valença-Salvador ao Norte, seja por rodovias, seja por transporte aéreo (Ilhéus-Porto Seguro), cabendo a Ilhéus o papel de centro receptor de visitantes. O principal eixo rodoviário de entrada e saída de turistas é a BR-101, com acessos em Itabuna, Uruçuca e Santa Luzia.

Apesar da beleza natural e do significativo patrimônio histórico, o turismo possuía pouca expressividade econômica na região até finais da década de 70. A

atividade restringia-se, basicamente, ao atendimento ao segmento de viagens a negócios cujo fluxo concentrava-se no eixo Ilhéus-Itabuna, principal centro econômico sub-regional.

A crescente demanda oriunda, em geral, dos agentes econômicos vinculados à monocultura cacaeira, justificou a necessidade de melhorar a estrutura dos serviços da cidade de Ilhéus, corredor obrigatório para a exportação do cacau, que passou a contar com pequenos hotéis localizados no centro urbano, além de uma infra-estrutura viária. O Aeroporto de Ilhéus e a BR-101 tornaram-se então as principais referências de acesso. O ambiente natural e a história da região, divulgada internacionalmente na obra de Jorge Amado, fazem de Ilhéus um cenário adequado para o desenvolvimento de um pólo turístico nacional.

A expansão do setor turístico foi deflagrada em meio a atual crise do cacau, através de investimentos realizados por empreendedores externos à zona cacaeira. A implementação do setor ocorreu a partir da descoberta das potencialidades regionais por um grupo empresarial suíço em 1981, que introduziu um novo estilo de hotel na região – os *resorts*, segmento de lazer com padrão internacional. Este segmento, por sua vez, exigirá como pré-condição à sua viabilidade ambiental, uma forma de gestão até então pouco adotada pelo turismo regional. Copiando os modelos internacionais, a *holding* suíça Corviglia inaugurou em Ilhéus um novo modo de gestão da atividade, onde o turismo passa a assumir um caráter estritamente empresarial, de forma a corresponder à demanda do seu público alvo.

O montante dos investimentos realizados pela *holding* Corviglia, em áreas propícias a empreendimentos turísticos, promoveu um impacto na economia urbana de Ilhéus, elevando o valor das propriedades localizadas na linha costeira da cidade, principalmente na direção do litoral sul. Já em meados dos anos 80, em plena euforia do Plano Cruzado, novos investidores foram atraídos ao município, para a aplicação de capital na rede hoteleira.

O turismo em Ilhéus está voltado a um público de médio padrão de renda. Segundo informações do órgão municipal de turismo de Ilhéus - ILHÉUSTUR, cerca de 40% da rede hoteleira da cidade dimensiona-se para atendimento das

categorias três e quatro estrelas, o que pode ser comprovado pelo perfil da sua infra-estrutura.

A cidade dispõe de uma modesta estrutura de apoio às atividades turísticas: o aeroporto que, embora apresente algumas restrições de ordem técnica com pequena extensão da pista de pouso e a sua localização dentro da malha urbana, opera normalmente, recebendo inclusive aviões de grande porte; além de contar com nove agências de viagens e cerca de uma dezena de locadoras de automóveis.

Ilhéus está, portanto, equipada para receber o turista que vem por via aérea, através de pacotes comercializados por agências. O perfil do visitante da cidade de Ilhéus tende a ser distinto daquele que frequenta o pólo turístico vizinho, Porto Seguro. Embora os serviços turísticos de Ilhéus estejam cada vez mais especializando-se no segmento de lazer – estilo *resort* - o parque turístico carece de outros equipamentos de apoio à rede hoteleira que possam elevar a permanência dos visitantes.

A cidade não oferece outras opções de lazer na área urbana, além das tradicionais praias e/ou dos equipamentos implantados nos *resorts*. A vida noturna e as demais possibilidades de diversão em Ilhéus e nos outros municípios litorâneos da região estão muito aquém do esperado para um núcleo turístico dinâmico.

A carência de uma infra-estrutura à indústria turística é também observada no que diz respeito às atividades comerciais ou a formação de mão-de-obra. O abastecimento do setor, principalmente da hotelaria, é amplamente deficitário. As compras, em geral, são efetuadas na cidade de Itabuna ou, a depender da especificidade e volume da mercadoria, em centros maiores como Salvador e São Paulo. A mão-de-obra empregada no turismo, quando qualificada, provém em grande parte de Salvador, de outros estados ou de outros países.

Apesar dessas deficiências há indicadores uma pequena elevação da taxa de ocupação da hotelaria de Ilhéus, em torno de 30%, segundo informações do órgão turístico do município. Este percentual porém corresponde a uma das mais baixas

taxas de ocupação observadas na rede hoteleira da cidade durante os últimos anos.

Existem três projetos previstos para a região em estudo e que podem dinamizar o turismo regional, sendo dois em Ilhéus, o Hotel Praia do Sul com 200 unidades habitacionais (UH) e o Morro de Pernambuco com 72 unidades habitacionais (UH), com investimentos de US\$ 20 milhões cada. O terceiro empreendimento é a ampliação do Hotel Transamérica, em Una, com investimentos de US\$ 15 milhões para a criação de mais 150 unidades habitacionais (UH).

O Governo do Estado da Bahia, no intuito de promover o desenvolvimento sócio-econômico das regiões litorâneas (Litoral Norte e Litoral Sul), propõe a criação de Centros Turísticos Integrados como instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico naqueles pontos com maior potencial de recursos naturais, cujas qualidades cênicas apresentam excepcional capacidade de atração para o turismo nacional e internacional.

O Programa de Desenvolvimento Turístico Integrado do Nordeste – PRODETUR - tem como principal objetivo a implantação de Centros Turísticos contemplados com parceria entre o Governo do Estado da Bahia, através da BAHIA-TURSA, da iniciativa privada nacional e internacional. O processo de construção dos Centros Turísticos envolve a participação do Estado com investimentos de infra-estrutura e a concessão de financiamentos para 50% dos investimentos. A estes soma-se os investimentos de outros investidores imobiliários e de cadeias de hotéis nacionais e internacionais.

Os centros turísticos propostos localizam-se em duas Zonas Turísticas Regionais: a Zona Turística Costa dos Coqueiros, no Litoral Norte, e a Zona Turística Costa do Descobrimento, no Litoral Sul da Bahia. Esta última apresenta três centros turísticos, no qual um deles encontra-se inserido na área em estudo: o Centro Turístico Ilhéus-Itacaré.

Na fase I de sua implementação diversas obras de infra-estrutura foram realizadas na região, tais como a urbanização da Praia do Norte em Ilhéus. Para a fase II pretende-se interligar a BA 001 entre Itacaré e Camamu, com seu traçado

passando na área direta de influência do PESC, o que poderá dinamizar as atividades turísticas nesta região, porém oferecendo maior pressão sobre os recursos naturais desta área da Unidade de Conservação.

A atividade turística, quando bem conduzida, é uma alternativa comercial que poderá propiciar aos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré uma significativa expansão sócio-econômica, sobretudo na área adjacente ao Parque Estadual da Serra do Conduru, através do ecoturismo, desde que o patrimônio natural e cultural da região seja utilizado de forma sustentável.

O potencial ecoturístico, nesta análise sócio-ambiental, pretende incentivar a conservação da biodiversidade, buscar a formação de uma consciência ecológica e interpretativa do meio ambiente, promovendo benefícios para as comunidades locais através da participação e da percepção da importância de áreas naturais conservadas.

A costa ondulada e florestada, ligando Ilhéus e Itacaré, tem um extraordinário valor turístico e o manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru pode manter a qualidade ambiental e garantir a sustentabilidade do turismo regional, exigindo o ordenamento do uso e da ocupação do meio, aplicado com base nas legislações estadual e federal neste trecho da Mata Atlântica.

2.3.5. Pontos Turísticos, Eventos e Monumentos Arquitetônicos

O município de Ilhéus tem uma vocação para o turismo, oferecendo atrativos naturais e culturais. Os principais pontos turísticos que merecem destaque são:

- *Lagoa Encantada* (Figura 6), localizada no distrito de Castelo Novo, a 34 km da sede e tem um espelho de água de 650 ha, cercado de cachoeiras, matas e fazendas de cacau. Mede 5km de comprimento por 3 km de largura e é abastecida pelas águas de ribeirões que nascem na Serra do Conduru. Nas imediações da Lagoa Encantada ficam os saltos do Rio Almada, que apresentam considerável volume d'água, formando pequenas quedas d'água, uma delas atingindo 6m de altura. Este atrativo foi o motivo principal da criação da APA Estadual da Lagoa Encantada e Bacia do Rio Almada, APA esta que faz limite com a área do PESC.



Figura 6. Vista da Lagoa Encantada, município de Ilhéus, ao sul do PESC

- *Baía de Ilhéus*, enseada onde era localizado o antigo porto de escoamento do cacau, até os anos 50 e que conta com diversos estabelecimentos de hospedagem e alimentação para os veranistas (Figura 7).



Figura 7. Vista aérea da Baía do Pontal, município de Ilhéus

- *Estância Hidromineral de Olivença*, a 18 km de Ilhéus, dispõe de piscinas para adultos e crianças, uma queda d'água - Véu de Noiva - da Fonte de Águas Medicinais. A água é rica em cloro, ferro e iodo magnético, sendo indicada,

sobretudo, para as doenças do aparelho digestivo. Análises mostraram que o teor das águas é idêntico ao das águas de Vichy, na França.

- *Praias de Ilhéus*, a orla central da cidade é ornada por pequenas ilhas – fluviais e marítimas - que deram origem ao nome da cidade. Os ilhéus marítimos são: Itapitanga, Pedra do Rapa e Pedra de Ilhéus (onde se acha um farolete). Os ilhéus fluviais são: Mutucugê e Frade.

As praias localizadas na área urbana de Ilhéus são: Praia da Avenida, do Cristo, do Marciano e do Pontal. Essa última foi a área em que os invasores holandeses, em 1630, comandados por Lichthardt, foram rechaçados pela população ilheense, sob a proteção de Nossa Senhora das Vitórias.

As praias do norte de Ilhéus são: São Miguel, Praia do Norte, São Domingos, Marissol, Jóia do Atlântico, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Mamoã, Luzimares, Sargi e Pé de Serra (estas últimas já no município de Uruçuca). Estas praias estão localizadas numa proximidade de 20 km da sede municipal e estendem-se por mais de 46 km de orla. São praias de rara beleza, emolduradas por densos coqueirais e banhadas por águas límpidas. A via de acesso, a BA 001 foi asfaltada na década de 90, é de excelente qualidade e liga Ilhéus a Itacaré (Figura 8).

As praias do sul de Ilhéus são mais retilíneas, apresentam raros trechos de erosão, margeados por coqueirais e vegetação típica de Mata Atlântica. São muito freqüentadas e possuem barracas de praia instaladas por toda a sua orla. Nominalmente, as praias do Sul são localmente conhecidas como Praia do Sul, dos Milionários, Cururupe (sítio histórico onde se travou a batalha dos nadadores em que Mem de Sá e seus soldados triunfaram contra os Tupiniquins em 1559), Olivença, Cana Brava, Águas de Olivença, Barra do Acuípe e Praias do Extremo Sul que perfazem uma área de 93.350km².



Figura 8. Vista das praias de Ilhéus do mirante de Serra Grande (Uruçuca), na estrada BA 001

- *Praias Localizadas na Área Urbana de Itacaré* - Praia da Coroa, situada na área urbana de Itacaré margeia a Avenida Beira Mar. Quando a maré está cheia, suas águas são salgadas, e doces na maré baixa, em decorrência das águas do Rio de Contas que ali deságuam. A Praia da Concha, emoldurada por coqueiral e barrancos, onde está situado o farol que vigia a entrada e saída de navegadores pelo canal da embocadura do Rio de Contas. A Praia do Resende, localizada na área urbana de Itacaré, é de fácil acesso. Seu nome é uma homenagem à Condessa de Resende a quem a cidade de Itacaré deve sua emancipação em 1723. A Praia de Tiririca, conhecida dos surfistas, consta do calendário esportivo como a Primeira Etapa do Campeonato Baiano de Surf. Tem estrutura com barracas, chuveiros e água mineral natural. A Praia da Costa é pequena e cercada de pedras e rochedos. A Praia da Ribeira tem uma piscina de água doce natural que desce da nascente pela encosta do morro, formando uma cachoeira. Conta com barracas e oferece serviços para venda de alimentos e bebidas.

- *Praias Localizadas na Área Rural de Itacaré*, encontram-se:

As Praias de Prainha e Jeribucaçu (Figura 9) estão localizadas em fazendas privadas, não sendo permitida a entrada de turistas, local este em que há conflitos entre os grandes empreendimentos hoteleiros e a população local. O acesso às praias é um direito da comunidade garantido por Lei, porém alguns casos isolados

de proibição já foram relatados nestas praias. As Praias do Pontal e Barra de Piracanga, com praias de mar aberto, estão localizadas às margens do estuário do Rio de Contas. O acesso é feito exclusivamente por barco. A Praia do Pontal fica em frente ao canal da foz do rio, enquanto que a Praia de Piracanga está localizada a 6 km de distância. A Praia do Ciríaco é isolada e cercada de muita vegetação. Quando a maré está baixa, descobre-se a entrada de uma pequena caverna, habitada por morcegos, chamados pelos nativos de ciríacos, que quer dizer demônios. A Praia de Itacarezinho é a maior praia de Itacaré, estendendo-se por 12 km ao sul, até Serra Grande. Nela localiza-se o Porto das Jangadas, no Rio Tijuípe. A Praia da Engenhoca é propícia à prática do surf.

- *Outros Atrativos Naturais de Itacaré:*

O Rio de Contas é considerado um dos atrativos naturais do município de Itacaré. Excetuando-se a área próxima à sua foz, o rio tem uma largura superior a 300 m. Nas proximidades da Vila de Taboquinhas, o rio forma corredeiras onde são realizados campeonatos de canoagem de âmbito regional e nacional. Há, também, um passeio turístico partindo de saveiro da foz até a Vila de Taboquinhas.

O Manguezal da Barra é um local, em Itacaré, com típica vegetação de mangue, nas margens do Rio de Contas, com a presença de inúmeras ilhas fluviais de manguezal, habitadas por diversas espécies de mariscos. A Reserva Ecológica da Tainha é uma área de 180 ha, a 4 km da cidade de Itacaré, e que pertence ao Ministério da Agricultura.

Diversas cachoeiras existem na região, tais como a Cachoeira da Ribeira, ainda na área urbana, uma pequena queda d'água formada pelo Riacho da Ribeira. A Cachoeira do Pinheiro é uma pequena queda d'água com 8 m de altura, formada pelo riacho do mesmo nome. Há diversas quedas d'água no Rio Tijuípe, incluindo algumas na área do PESC. Próximo à BA 001 há um empreendimento turístico, com restaurante e "deck" para acesso a uma destas cachoeiras.

Três trilhas interpretativas nas áreas de mata estão abertas ao público, a trilha da Janela da Jindiba, no assentamento Marambaia, a trilha Rejúgio dos Anjos e a trilha do Alto da Boa Esperança, esta última localizada próxima à área do PESC.

Todos estes atrativos de Itacaré estão inseridos na APA Estadual Costa de Itacaré/Serra Grande, Unidade de Conservação esta que teve seu re-ordenamento territorial realizado em 2004 e que tem como objetivo principal integrar o uso turístico de seus atrativos naturais com a conservação dos recursos naturais.



Figura 9. Praia de Jeribucaçu, zona rural de Itacaré

- *Eventos culturais em Ilhéus:*

Além do carnaval antecipado, que ocorre geralmente em meados de fevereiro (no ano de 2005 este evento foi transferido para abril), e festas de padroeiros locais, destacam-se:

1. Festa de São Sebastião, de 11 a 20 de janeiro, é também conhecida como Festa do Bacalhau, porque, num dos dias da festa, é servida uma bacalhoadada como intercâmbio entre os estivadores, os comerciantes e o povo. Em frente ao Sindicato dos Estivadores são armadas barracas típicas da festa, à tarde; à noite, apresentam-se grupos afros e outras atrações regionais.

2. Lavagem da Catedral de São Sebastião, 18 de janeiro, em Ilhéus, quando se arma um cortejo saindo da sede do Sindicato dos Estivadores, acompanhado por animais puxando carroças ornamentadas, grupos de baianas, de candomblé, blocos afros e grande número de pessoas que seguem até chegar a praça D.

Eduardo, onde acontece a lavagem. Neste local, trios elétricos e grupos afros tocam para os visitantes e populares que cantam e dançam enquanto as baianas lavam as escadarias da Catedral de São Sebastião com “água de cheiro” trazida em suas jarras.

3. Puxada do Mastro, em Olivença, ocorre no segundo domingo de janeiro. É a festa que representa o mais pitoresco folclore da região. No dia da festa, na praça da Igreja Nossa Senhora da Escada, os machadeiros reúnem-se com turistas e moradores de Olivença, partindo daí para a floresta, onde derrubam uma árvore de grande porte. Descascam o tronco e preparam um mastro que é arrastado por um grande número de pessoas, cantando músicas próprias, de origem indígena, aos sons de tambores, flautas e outros instrumentos. Um quadro de madeira de São Sebastião é fincado no topo do mastro.

4. Bumba-meu-boi, acontece em Ilhéus na véspera da Festa da Puxada do Mastro. Figuras humanas envolvidas em panos, papel fino, espelhos e folhas, em formato de boi, fazem o espetáculo da festa, dançando pelas ruas da cidade. Acompanhados por figuras populares e pelas figuras do “vaqueiro” e da “loba”, todos cantam e dançam músicas folclóricas.

5. Festa de Iemanjá, realizada em 2 de fevereiro, tem o objetivo de cultuar a Rainha das Águas. É considerada uma festa profana com ritual afro-brasileiro, onde os fiéis dedicam oferendas à entidade.

- *Eventos culturais em Itacaré:*

Além de festas de caráter religioso, comemorativas do local, como a Festa de São Miguel, que é marcada por manifestações populares de cunho religioso e profano em homenagem ao santo padroeiro da cidade de Itacaré, no mês de setembro e, na seqüência, a Festa de São Francisco de Assis, no dia 4 de outubro, com a procissão flúvio-marítima, destacam-se:

1. Comemoração da Independência da Bahia, em 2 de julho, com desfile cívico durante o dia. Após a cerimônia oficial, o povo vai para a praça comemorar e dançar o samba de roda.

2. Rancho do Bicho, denominação local para o Bumba-meu-boi, é uma manifestação popular realizada no dia dos Reis, 6 de janeiro. Trata-se de dois homens, que sob um pano encimado numa das extremidades por chifres, à maneira de um boi, se arremetem contra a multidão que os acompanha dançando e cantando canções da época do reisado.

Vale destacar que, no caso específico de Itacaré, a prática do Surf é um dos esportes associados ao patrimônio natural, que atrai um grande contingente de turistas de todo o país, durante o ano todo. Outros esportes são a canoagem, caminhada em trilhas nas matas que margeiam o litoral e, se considerarmos as localidades vizinhas, a possibilidade de conhecer, simultaneamente, diferentes unidades de conservação, tais como: a APA da Costa de Itacaré-Serra Grande, a APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, o Parque Estadual da Serra do Conduru, a Reserva Biológica de Una, além de inúmeras Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Nisto reside a particularidade do turismo em Itacaré: a possibilidade de combinar praia, surf, canoagem, trilhas de mata e o contato com a biodiversidade da vegetação da Mata Atlântica que, na região, é das mais ricas do mundo.

- *Monumentos Arquitetônicos de Ilhéus:*

A Igreja Matriz de São Jorge dos Ilhéus, inaugurada em 1556, foi construída com pedras de cantarias; apesar de ter passado por diversas reformas através dos séculos, conserva seu estilo primitivo. Neste local funciona o Museu Arte Sacra de Ilhéus, com valiosas peças sacras dos séculos XVI, XVII e XVIII, além de um painel com a história de Ilhéus.

A Catedral de São Sebastião, considerada como o maior monumento arquitetônico da cidade, é um grandioso templo em estilo neoclássico, com vitrais artísticos, colunas e abóbadas.

A Capela de Santana, construída em 1537 pelos jesuítas, tem estilo neoclássico, apresenta-se em bom estado de conservação e tem peças importantes como o batistério e a imagem de Nossa Senhora de Santana. Está localizada no povoado do Rio de Engenho, a 20km do centro da cidade, em terras

que pertenciam a Sesmaria dos Jesuítas, onde existiu um extenso canavial. Está tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional - IPHAN e é considerada a terceira igreja mais velha do Brasil.

A Capela de Nossa Senhora das Vitórias, uma das mais antigas do Brasil, construída na primeira metade do século XVI. Já o Convento de Nossa Senhora da Piedade é um exemplar neogótico com interior dotado de riquíssimo sacrário.

A Igreja Nossa Senhora da Escada (Figura 10), situada em Olivença, a 18km do centro de Ilhéus, foi construída pelos jesuítas em 1700, em aldeamento indígena e tem estilo colonial. A imagem de Nossa Senhora da Escada tem traços barrocos e constitui-se no principal atrativo.

O Palácio Paranaguá, sede da Prefeitura Municipal de Ilhéus, tem em seu interior expostos e protegidos móveis, quadros e esculturas.

Há ainda prédios com destinação turística devido à literatura local, como a Casa de Jorge Amado, construída no início da década de 20 pelo pai do escritor. O bar Vesúvio e o Cabaré Bataclã, hoje em reforma, estão imortalizados pela obra de Jorge Amado. Estes estabelecimentos foram durante muito tempo, os locais prediletos dos senhores de cacau, nos tempos áureos em que a cacauicultura permitia à cidade de Ilhéus uma intensa vida noturna. No Bataclã funcionava um cassino e um salão para shows e dança. A partir da proibição nacional do funcionamento de cassinos, o Bataclã entrou em decadência porque seu proprietário não conseguiu manter o nível de luxo da casa com apenas o bar e a casa de dança.



Figura 10. Igreja Nossa Senhora da Escada, distrito de Olivença (Ilhéus)

- *Monumentos Arquitetônicos de Itacaré:*

A Igreja de São Miguel, erguida em 1723, é assentada sobre uma pequena elevação em frente ao rio de Contas. No seu acervo existe um pequeno oratório em estilo rococó. Conserva as imagens de São Miguel, São Sebastião, Santo Antônio e do Senhor dos Passos, essa última em tamanho natural. Há, ainda, as Ruínas de São Miguel, o qual segundo as lendas ligava a igreja à casa dos jesuítas (Casa dos Poderes), mas que foi aterrado na urbanização da cidade.

A Casa dos Poderes, construída pelos jesuítas no início do século XVIII, representava o poder da Igreja na época. Apresenta um telhado em quatro águas e terminação beira-saveiro, mas atualmente está com problemas devido a má conservação.

Os grandes atrativos turísticos estão, portanto, representados pelas praias, vegetação, ilhas, manguezais, outras riquezas naturais, esporte e tradições culturais. O turismo histórico nas cidades de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, vêm ampliando sua importância, devido, sobretudo, às comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil e por políticas estaduais de conservação do patrimônio histórico.

2.4 VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Durante o processo de elaboração do Plano de Manejo do PESC foram realizadas seis reuniões participativas com as comunidades residentes e do entorno da UC (Figura 11), sendo duas reuniões com as comunidades do Norte/Centro, duas com as comunidades do Oeste/Sul e duas com o Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré/Serra Grande, em um total de seis reuniões (Listas de Presença no Anexo 4). As reuniões foram divididas em séries, visando homogeneizar os conhecimentos e os assuntos a serem tratados. Em cada série de reuniões houve uma reunião com cada comunidade dos setores do PESC, ou seja, uma com o setor Norte/Centro, uma com o setor Oeste/Sul e uma com o Conselho Gestor.

As oficinas participativas do plano de manejo do Parque Estadual Serra do Conduru ocorreram, na sua primeira etapa, nos dias 15, 17 e 19 de março de

2004. Foram realizadas três oficinas, com um dia de duração cada, nas seguintes localidades respectivamente: Fazenda Capitão – Itacaré, com as comunidades Fojo e Zona do Capitão situadas no entorno norte do Parque, Biblioteca Pública de Serra Grande – Uruçuca com o Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré - Serra Grande, Tesouras e Serra Azul e Biblioteca Pública de Serra Grande – Uruçuca com as comunidades de Tesouras, Águas Claras, Serra Azul e Morro Grande localizadas ao sul e oeste dentro do Parque. Participaram também representantes do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, Unidade de Coordenação Estadual da Bahia do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselho Gestor da APA Itacaré Serra Grande, Gestor do Parque, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré, Instituto Floresta Viva, Instituto Tijupe e outras organizações não governamentais.



Figura 11. Processo de moderação durante reunião participativa na biblioteca municipal em Serra Grande (uruçuca)

Os participantes desenvolveram os seguintes resultados nas oficinas, considerados como produtos destes eventos:

- Nivelamento dos Conceitos de Parque Estadual e Plano de manejo;
- Realização de um diagnóstico participativo rápido da visão da comunidade em relação ao Parque;

- Identificação de ações imediatas, a serem desenvolvidas pela comunidade;
- Incentivo a mudança de atitudes da comunidade do entorno e posseiros visando à conservação do Parque.

Nesta primeira série de reuniões foram discutidos os principais problemas, oportunidades, potencialidades e ameaças, bem como o que é um Plano de Manejo, como se realiza e quais seus objetivos.

Os principais Problemas apontados pelas comunidades residentes na área do Parque ou no entorno imediato são:

1. A situação fundiária, pois o PESC foi criado há sete anos e apenas em pequena parte foi regularizada a situação fundiária. Esta situação cria uma incerteza muito grande na comunidade, daí derivando os seus principais problemas, como não poder sair da área, plantar, construir, desemprego, fome e abandono pelo poder público;

2. O processo de Criação do Parque, que não teve a participação das comunidades locais e sim foi imposta pelo Governo Estadual; deve-se lembrar que apesar do PESC ter sido criado anteriormente ao SNUC, que obriga a consulta pública anterior à criação de uma Unidade de Conservação, a delimitação de sua área foi realizada sem prévia consulta aos moradores/proprietários do local ou aos tomadores de decisão regionais, tendo esta ação implicações na conservação até o momento atual.

Os outros problemas aparecem em menor freqüência de importância para a comunidade local, tais como (do mais freqüente para o menos freqüente): a dificuldade de acesso pelas estradas internas, a falta de assistência técnica aos produtores, por estarem em área de Unidade de Conservação e o fechamento de algumas escolas rurais pelas prefeituras, dificultando o acesso à educação aos moradores locais.

Foram também destacadas nas oficinas participativas Potencialidades do PESC para as comunidades:

1. A Mata Atlântica, destacando-se a flora e a fauna, as cachoeiras e o potencial para pesquisas científicas e o turismo de natureza.

Foram consideradas como as principais Oportunidades que podem ser geradas pelo PESC para as comunidades:

1. A implantação de Programas de Turismo de Natureza, a busca de práticas agrícolas sustentáveis nas áreas de entorno do Parque, a possibilidade da implantação da Polícia Ambiental Estadual com policiais das comunidades locais e o desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental com a comunidade do entorno.

As comunidades definiram como principais ameaças:

1. O desmatamento, a caça e pesca predatórias e a demora na regulamentação fundiária.

Em todas as oficinas realizadas o número de citações de efeitos negativos da criação do PESC sobre as comunidades foi mais elevado que o número de citações de efeitos positivos, principalmente pela demora no processo de desapropriação. Não há por parte das comunidades locais a compreensão do porque a Unidade de Conservação foi criada, o que pode ser demonstrado pelas poucas citações de efeitos positivos e benefícios que uma área como esta pode gerar, tanto individualmente como para a coletividade.

As oficinas participativas do plano de manejo do Parque Estadual Serra do Conduru ocorreram, na sua segunda etapa, nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2004. Foram realizadas três oficinas, com uma tarde de duração cada, nas seguintes localidades respectivamente: Biblioteca Pública de Serra Grande – Uruçuca com o Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré - Serra Grande, Biblioteca Pública de Serra Grande – Uruçuca com as comunidades de Tesouras, Águas Claras, Serra Azul e Fazenda Capitão – Itacaré, com as comunidades Fojo e Zona do Capitão situadas no entorno norte do Parque. Participaram também representantes do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, SEMARH – CRA, Conselho Gestor da APA Itacaré Serra Grande, Gestor do Parque, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré, Instituto Floresta Viva, Instituto Tijupe e outras organizações não governamentais.

Os participantes, de forma participativa, desenvolveram os seguintes resultados nas oficinas, considerados como produtos destes eventos:

- Ordenamento das prioridades de desapropriação;
- Proposta de zoneamento do parque

Nesta segunda série de reuniões foram apresentados os resultados das coletas de fauna, flora, meio sócio-econômico e meio físico, bem como as propostas de prioridades para indenização e o zoneamento proposto para a UC. Nesta série de reuniões foi discutido também o prazo para a conclusão dos processos de indenizações, os quais após os questionamentos das comunidades estes foram antecipados na proposta da equipe de elaboração do Plano de Manejo do PESC.

2.5 POTENCIAL DE APOIO INSTITUCIONAL

Diversas instituições governamentais atuam na área do PESC, o que poderá facilitar sua efetiva implementação.

No âmbito Federal o Ministério do Meio Ambiente, através do Projeto Corredores Ecológicos, está viabilizando recursos para os estudos necessários para a implementação de Unidades de Conservação na região do Corredoro Central da Mata Atlântica, sendo este projeto que possibilitou a captação de recursos para o desenvolvimento deste Plano de Manejo.

Dentre as instituições estaduais destaca-se a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação do Estado, na condução da gestão da Área de Proteção Ambiental Costa Itacaré/Serra Grande e de seu Conselho Gestor. Este é composto por 34 membros efetivos que discutem e elaboram propostas para a implantação da APA. Essas propostas são encaminhadas para a execução pelo Instituto Tijuípe, órgão assessor para efetivar as decisões do Conselho Gestor. Há também dentro do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré/Serra Grande um grupo de trabalho que discute a implementação do PESC, ajudando a direção desta Unidade na resolução atual de seus problemas. Este grupo de trabalho pode ser considerado um Conselho Gestor provisório, antes deste ser plenamente implementado.

A gestão da APA Lagoa Encantada e Rio Almada, que faz divisa com o PESC no limite Sul, também é realizada pela Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação do Estado, estando seu conselho gestor em adiantado grau de organização, o que permitirá o desenvolvimento de atividades não conflitantes com uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

As Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Meio Ambiente/Turismo e Agricultura serão importantes parceiros no processo de implantação do PESC, possibilitando a implementação de programas de educação ambiental, geração de renda e capacitação técnica para uso de recursos naturais no entorno da Unidade de Conservação.

O suporte do Centro de Recursos Ambientais (órgão responsável pelo controle e fiscalização ambiental do Estado da Bahia), tanto humano como logístico, deverá ser constante nas fases iniciais de implantação do PESC, visando garantir que as ações propostas neste Plano sejam efetivadas e que haja garantia da integridade dos bens materiais e ambientais da área.

O Instituto Floresta Viva, organização não-governamental, atua junto aos posseiros e produtores rurais da área do PESC e em seu entorno, tanto na área de produção agrícola quanto para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

O Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB) tem diversos projetos em andamento na região do entorno do PESC, desde a criação e alimentação de uma base de dados georeferenciada até programas de educação ambiental. Projetos de pesquisa quanto aos aspectos da biodiversidade local estão em andamento por técnicos desta Instituição. Esta instituição é ainda proprietária de uma área no entorno imediato do PESC, com 970 ha e que está em processo de reconhecimento como RPPN, o que aumentará a área conservada na região.

Há outras quatro organizações não-governamentais na região que têm sua atuação na área ambiental, sendo elas: ABARA (Associação Pró-defesa da Bacia do Rio Almada – sede em Ilhéus), Boto-Negro (sede em Itacaré), Jupará (sede em Ilhéus) e ORDEM (Organização Pró-defesa e Estudo dos Manguezais da Bahia – sede em Ilhéus) o que mostra o envolvimento da sociedade civil local na questão

ambiental. Organizações não-governamentais nacionais e internacionais também atuam na região, tais como a The Nature Conservancy, a Conservação Internacional e a SOS Mata Atlântica.

Pode-se concluir que há capacidade instalada e interesse na região para elaborar e executar ações concretas que visem a implantação do PESC.

Projetos de pesquisas na área de entorno do PESC estão sendo realizados pelos acadêmicos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), dentro de seus cursos de graduação e pós-graduação, tais como o trabalho de Salomão (2000), Guimarães (2003) e Moreau (2003), tanto quanto relatórios técnicos (Martini & Mattos-Silva, 2004).

Outras instituições públicas poderão auxiliar na implementação do PESC, tais como: SETUR/SUINVEST, planejando e apoiando atividades turísticas no entorno da Unidade; IBAMA, garantindo a fiscalização na zona de amortecimento, bem como em parceria para programas de fiscalização em conjunto com a administração do PESC; o Corpo de Bombeiros, através de treinamentos para a formação de uma brigada de incêndios na região; o Ministério Público, atuando na apuração de denúncias e na aplicação da Legislação Ambiental; o INCRA, efetivando os assentamentos dos ocupantes do PESC, em colaboração com CDA/SEAGRI; e a CEPLAC, propiciando assistência técnica aos pequenos produtores da zona de amortecimento.

Os proprietários das cinco RPPNs oficialmente reconhecidas pelo IBAMA no entorno do PESC, cujas áreas somam pouco mais de 500 ha, bem como o produtor orgânico certificado da fazenda Águas Claras em Uruçuca, são possíveis parceiros no processo de conservação do PESC, principalmente através da divulgação da importância da conservação da área para o público visitante destas áreas e para os trabalhadores rurais empregados em suas propriedades .

Há no entorno do PESC um projeto denominado “Companheiros do Txai”, conduzido pelo Hotel Txai, e que é constituído por um conjunto de ações que busca compatibilizar o desenvolvimento econômico com a justiça social aliada a sustentabilidade ambiental, visando o fortalecimento e a capacitação da

comunidade rural da APA Itacaré/Serra Grande, tornando a população aliada nas práticas ambientalistas.

Os resultados previstos por este programa são a diversificação agrícola e a melhoria de renda, através da produção associada a alternativas mercantis de adequação e valorização do patrimônio biológico existente.

Duas associações privadas desenvolvem atividades educacionais diferenciadas no entorno do PESC, a associação Rosa dos Ventos (ponto 1 na figura 16), que possui uma escola até a 4^a série do ensino fundamental em Itacaré e a associação Dendê da Serra (ponto 2 na figura 16), com uma escola de ensino fundamental em Uruçuca. Ambas poderão participar da implementação de atividades educacionais para a população residente no entorno do PESC, indicadas para serem realizadas na área da sede da UC.

Existem na área de entorno do PESC associações de pequenos produtores rurais, tanto em Uruçuca quanto em Itacaré. Essas associações devem participar da implementação do Parque, atuando no desenvolvimento de programas de uso sustentável dos recursos da região.

Os empreendedores na área de turismo na natureza, tais como as agências receptoras de passeios “off-road” e de turismo de aventura (rappel, rafting e canoagem) têm a necessidade de conservar o patrimônio ambiental, sendo seus dirigentes/funcionários adeptos a trabalhos de educação ambiental e potenciais parceiros para a divulgação da importância biológica da área do PESC, bem como para integrar a área aos roteiros turísticos já formatados.

2.6 ALTERNATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Existem na região palmeiras (por exemplo a Piaçava - *Attalea funifera* e o côco *Cocus nicefera*) que produzem fibras e folhas com possibilidade de uso em produtos artesanais e para coberturas de construções. Também algumas lianas apresentam raízes que podem ser utilizadas de modo artesanal, como o Cipó-verdadeiro (*Evodianthus funifer*) entre outras. O enriquecimento com estas espécies poderá ser realizado no entorno da Unidade, permitindo que haja material suficiente para a produção na escala demandada pela região.

Entretanto a atividade atualmente existente de enriquecimento de indivíduos de *Attalea funifera* (piaçava) nas áreas internas do PESC, em propriedades ainda não indenizadas pelo Estado, está alterando a estrutura florestal, o que poderá acarretar perda de diversidade biológica, forte pressão no uso deste recurso natural e especulação sobre o valor do terreno. Recomenda-se nestas propriedades internas a supressão destes indivíduos, permitindo-se a regeneração natural da vegetação.

A produção de mudas para a recuperação de áreas degradadas fora da área do Parque também pode ser uma atividade alternativa para a região. No estudo de MONTAGNINI *et al.* (1995) foram identificadas 15 espécies nativas da região sul da Bahia com potencial para reabilitação de solos degradados, entre elas a Faveca-vermelha - *Arapatiella psilophylla* (endêmica) e a Sapucaia *Lecythis pisonis*, ocorrem na área de entorno do PESC.

No estudo de OLIVEIRA (2000), foram identificadas espécies (Tabela 16) que podem ser utilizadas para a recuperação de áreas em estágio inicial de sucessão e que possuem frutos dispersados por animais, que podem auxiliar no processo de regeneração, trazendo sementes para a área.

Além destas espécies listadas acima, aquelas encontradas em maior abundância na área de Capoeira amostrada dentro da área do PESC (ver Encarte 3, seção f., Vegetação) também podem ser utilizadas para a recuperação de áreas degradadas próximas à região amostrada.

Tabela 16. Espécies vegetais pioneiras zoocóricas recomendadas por OLIVEIRA (2000) para a área do PESC

Família	Gênero	Espécie	Autor	Nome vulgar	Aves	Morcegos
ANARCADIACEAE	<i>Schinus</i>	<i>terebinthifolius</i>	Raddi.	Aroeira-de-remédio	+	
CECROPIACEAE	<i>Cecropia</i>	spp	-	Embaúba	+	+
EUPHORBIACEAE	<i>Alchornea</i>	sp	-	-	+	
EUPHORBIACEAE	<i>Pêra</i>	sp	-	-	+	
FABACEAE	<i>Andira</i>	<i>legalis</i>	(Vell.)Toledo	Angelim-coco		+
MELASTOMATAACEAE	<i>Miconia</i>	<i>calvescens</i>	DC.	Mundururu	+	
MELASTOMATAACEAE	<i>Miconia</i>	<i>ciliata</i>	(L. C. Rich.)DC.		+	
MELASTOMATAACEAE	<i>Miconia</i>	<i>prasina</i>	(Sw.)DC.	Mundururu-branco	+	
MELASTOMATAACEAE	<i>Miconia</i>	<i>serrulata</i>	(DC.)Naud.	Mundururu	+	
MIMOSACEAE	<i>Inga</i>	<i>capitata</i>	Desv.	Ingazeira	+	
MIMOSACEAE	<i>Inga</i>	<i>thibandiana</i>	DC		+	
MIMOSACEAE	<i>Inga</i>	<i>affinis</i>	Benth.	ingá cipó),	+	
MYRTACEAE	<i>Psidium</i>	<i>guineense</i>	Sw.	Araçá-comestível	+	+
ULMACEAE	<i>Trema</i>	<i>micrantha</i>	(L.)Blume	Corindiba	+	

Fonte: OLIVEIRA, 2000. (Obs: Tabela copiada na íntegra)

É sempre importante ressaltar que para a realização de projetos de recuperação, envolvendo plantio de mudas, é necessário um conhecimento mínimo sobre a vizinhança da área a ser recuperada, para evitar que espécies que não ocorrem naturalmente na área sejam plantadas. O plantio de espécies que não ocorrem naturalmente pode ser ineficaz, pois as mudas podem não sobreviver, ou pode ser prejudicial, pois as espécies podem competir de forma desigual com a flora local.

De acordo com Vitor Moura (Núcleo de Comunidades Sustentáveis, IESB, comunicação pessoal a produção orgânica certificada hoje no entorno e interior do PESC (Figura 12) é caracterizada pela produção de algumas olerícolas (abóbora - *Curcubita pepo*, melancia - *Citrulus vulgaris*, coentro - *Coriandrum sativum*, mandioca - *Manihot sp*, salsa - *Bitrofelinum crispuns*, alface - *Lactuca sativa*, hortelã - *Menha arvensis*); frutíferas (abacaxi - *Ananas comosus*, cupuaçu - *Theobroma grandiflorum* , banana da terra e banana prata – *Musa sp*, mamão - *Carica papaya* e cacau - *Theobroma cacao*) e essências florestais (piaçava - *Athallea funifera*, açai - *Euterpe oleracea* e pupunha *Bactris gasipais*). Esta

produção deve ser incentivada na região, garantindo a produção pelos pequenos agricultores locais e a conservação biológica local, pois para a certificação há a necessidade do cumprimento da legislação ambiental em vigor.

Esta atividade já encontra no mercado regional pontos para sua distribuição, o que garantirá a inserção destes produtos no mercado atual.



Figura 12. Produção orgânica no entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru

Outra alternativa para a região são os Sistemas Agro-Florestais (SAF), que pressupõem o consórcio de espécies produtivas, com, no mínimo uma das espécies apresentando características florestais. Alguns sistemas já em desenvolvimento na região são:

- Sistema Cabruca : Árvores Nativas + Cacau
- Sistema Árvores Nativas + Adensamento de Piaçava
- Sistema Seringa + Cacau
- Sistema Açaí + Cacau
- Sistema inicial Banana + Cacau, substituído aos poucos a banana por outra arbórea

Uma recomendação (Vitor Moura, Núcleo de Comunidades Sustentáveis, IESB, comunicação pessoal) é que seja evitado o consórcio entre espécies de um

mesmo gênero ou família, por exemplo deve ser evitado o consórcio de Cacau (*Theobroma cacao*) com Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) ou o consórcio de Pupunha (Arecaceae - *Bactris gasipaes*) e Açaí (Arecaceae - *Euterpe oleracea*).

A propagação de espécies ornamentais poderia ser uma alternativa interessante para a região, considerando a altíssima riqueza de epífitas e herbáceas com grande potencial ornamental, principalmente entre as orquidáceas, bromeliáceas, aráceas, marantáceas, etc. Entretanto atividades desta natureza dependem de um eficaz sistema de controle e monitoramento, com o objetivo de verificar se não estão sendo retirados exemplares dos estoques naturais para revenda, ao invés da propagação em viveiros.

É extremamente perigosa a elaboração de uma lista de espécies nativas com potencial ornamental, sem um estudo de suas características, uma vez que algumas espécies que possuem uma beleza indiscutível em seu ambiente natural, podem não ser apropriadas ao cultivo ou podem não ser adequadas ao uso em ambientes antrópicos, por exemplo por possuírem compostos químicos tóxicos ou alergênicos. Dessa forma, é recomendável apenas a divulgação de plantas que já estejam sob investigação de seu uso potencial. Na Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, têm sido desenvolvidos vários estudos sobre as plantas do gênero *Heliconia*, conhecidas popularmente como Bananeirinha ou Bananeirinha-do-mato, sob a coordenação das pesquisadoras Fátima Alvim (Departamento de Ciências Biológicas), Arlette Silveira Maia e Norma Eliane Pereira (Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais). Alguns aspectos de cultivo e características micro-climáticas de ambientes preferenciais de ocorrência de Orquídeas vêm sendo também analisados pelos pesquisadores Alex-Alan Furtado de Almeida e Marcelo Schramm Mielke (Departamento de Ciências Biológicas).

A Silvicultura, com finalidade de extração comercial de madeira, **NÃO** é recomendável para a região, considerando o alto impacto da atividade, o pequeno tamanho dos remanescentes florestais e o longo tempo de crescimento das árvores, o que inviabilizaria qualquer forma de manejo sustentável, não permitindo a realização dos ciclos de corte. Além disso, considerando as dificuldades de fiscalização da retirada de madeira na região, o incentivo à produção de espécies

madeireiras para extração poderia, no futuro, mascarar uma grande parte da atividade ilegal de retirada de áreas naturais conforme sempre se observou no passado na região.

A produção de carne de espécies nativas, tais como caititu (*Tayassu tajaco*), em sistema de criação extensiva, em propriedades credenciadas pelo IBAMA, pode ser uma alternativa sustentável para a região, pois tanto diminuiria a pressão de caça na região como diversificaria a produção regional. Estudos para a viabilidade desta atividade estão sendo realizados por pesquisadores do programa de pós-graduação em Zoologia, área de concentração em zoologia aplicada, da UESC. O credenciamento para a criação de animais silvestres é regulado por legislação federal – Portaria IBAMA 118/97 (15 de outubro de 1997), que regulamenta o criadouro comercial de espécies nativas, e que, portanto, ao ser autorizado sua instalação e funcionamento, este estaria de acordo com as premissas legais em vigor no País. Como ressalva para esta atividade no entorno do PESC deve priorizar a criação de espécies existentes na fauna local, visando, caso haja algum problema de manejo, a não introdução de espécies exóticas na região.

Não há na região a produção de artigos locais de grande expressão realizadas por artesãos, porém esta pode incentivada através de cursos de capacitação pela SETUR/SUINVESTE em parceria com as associações de pequenos produtores rurais e, inclusive, poderiam estar sendo comercializados durante as atividades realizadas no sub-programa de relações públicas.

Com as alternativas de desenvolvimento sustentáveis implantadas no entorno do PESC as atividades de turismo na natureza (*rafting*, *trekking*, arborismo, rapel, dentre outras) podem ser consideradas como promissoras. Porém antes de serem incentivadas deve-se estabelecer os limites aceitáveis de câmbio para as áreas protegidas da região, tanto das RPPN como nas áreas mais restritas das APAs Lagoa Encantada e Rio Almada e Costa de Itacaré/Serra Grande e organizar as comunidades receptoras do entorno, visando evitar que as divisas geradas se concentrem em poucos empreendedores. A aplicação do ordenamento territorial, estabelecidos pelos Planos de Manejo das Áreas de Proteção Ambiental da Costa

de Itacaré/Serra Grande e da Lagoa Encantada e Rio Almada, seria o primeiro passo para efetivação desta alternativa.

Os cursos de capacitação necessários para a diversificação das atividades turísticas (condução de grupos, produção de artesanato, confecção de alimentos, etc) podem ser conduzidos em parceria com as associações de produtores rurais, o que integraria os assuntos das áreas de produção e de conservação na região.

ENCARTE 3

ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

3.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) está localizado no Sul do Estado da Bahia, na denominada micro-região Ilhéus – Itabuna, distando sua sede 47 (quarenta e sete) quilômetros da cidade de Ilhéus, direção ao Sul, sendo 13 (treze) quilômetros de acesso em terra (BA 653) e o restante por asfalto (BA 001). O acesso para a cidade de Itacaré se dá por estas mesmas rodovias, porém com direção ao Norte.

O acesso à cidade de Uruçuca se faz por terra, pela BA 653, no sentido Oeste, com acesso precário em épocas de chuva. Neste mesmo ramal há o acesso para o distrito de Serra Grande, no sentido Leste (Figura 12), ligação esta realizada por ônibus de linha diariamente em dois horários.

Partindo-se da capital percorre-se a BR 101 até Itabuna, com distância aproximada de 449 quilômetros. Desta até Ilhéus, pela BA 415, com distância de 36 quilômetros até a BA 001.

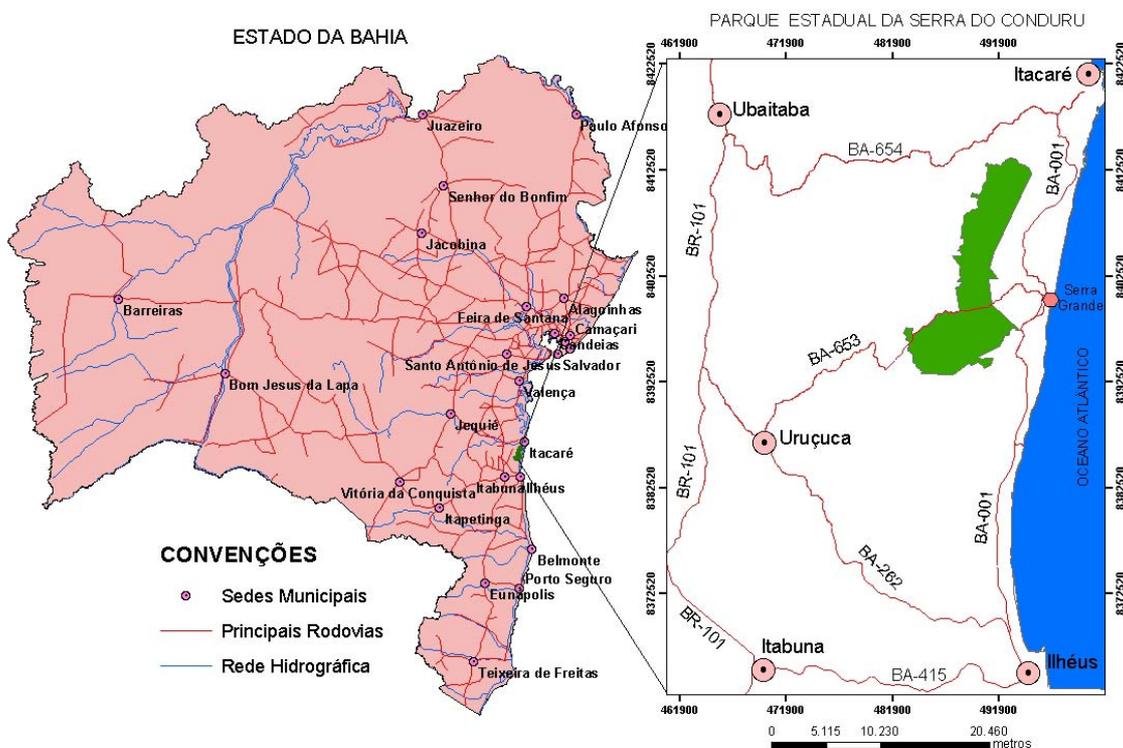


Figura 12. Rede de estradas no Estado da Bahia e localização da Área de Influência do Plano de Manejo

A cidade de Ilhéus possui aeroporto com vôos comerciais diários (Aeroporto Jorge Amado), tanto para a capital do Estado como para outras capitais brasileiras. Ilhéus conta ainda com porto marítimo, por onde ocorre a movimentação de produtos agrícolas, tais como soja e cacau e de produtos industrializados, como computadores.

Ilhéus e região fazem parte de roteiros turísticos de companhias internacionais e nacionais, tanto através de transporte aéreo como naval.

3.2 ORIGEM DO NOME E HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Em 1993 pesquisadores do Herbário do Centro de Pesquisas do Cacau CEPEC/CEPLAC e do Jardim Botânico de Nova York iniciam os estudos em uma floresta no Km 42 da antiga estrada que liga os municípios de Ilhéus a Itacaré e encontram 458 espécies de árvores em apenas um hectare. Na época, este estudo identificou este número de espécies como uma das maiores riquezas de árvores do mundo, fazendo com que cientistas do mundo inteiro passassem a ver o Sul da Bahia como uma das regiões de maior biodiversidade. Neste mesmo ano o então presidente Itamar Franco promulga o decreto 750, que trata da definição, proteção e do uso da Mata Atlântica.

Em 1996 em uma audiência pública em Itacaré se discutiu a pavimentação da Rodovia BA 001 (trecho que liga Ilhéus a Itacaré) no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD. Neste evento, o IESB e outras organizações ambientalistas recomendaram que, junto com a estrada, se implantasse uma unidade de conservação nas Serras entre o Conduru e o Capitão, para proteger as florestas das atividades de pecuária e de extração madeireira, muito ativa naquele período. Neste mesmo ano, um relatório do BIRD indicava a importância ambiental da região e das duas Áreas de Proteção Ambiental – APA (Lagoa Encantada e Itacaré Serra Grande) já criadas pelo Governo do Estado, recomendando investimentos diretos na região, através de compensação ambiental pela nova rodovia (Documento de Criação do PESCA, material cedido pela SEMARH).

Na época o custo de pavimentação e construção da estrada a ser financiado pelo BIRD foi de R\$ 14 milhões de reais e o Governo do Estado (na época o atual governador o Sr. Paulo Souto) comprometeu-se em adquirir as áreas para

implantação do parque, disponibilizando R\$ 2 milhões (Documento de Criação do PESC, material cedido pela SEMARH).

O Estado da Bahia, durante os anos noventa, criou APAs como estratégia de conservação, porém sem implementá-las na grande maioria. Quando houve a discussão sobre o impacto da construção da rodovia BA 001 para os técnicos ambientais e planejadores, mostrou-se a vulnerabilidade das APAs e, se fosse o caso de estender o sistema de UCs, identificou-se que seria melhor uma UC de Proteção Integral, para proteger de modo mais efetivo o conjunto desta região. Assim, a UC poderia estender-se da Lagoa Encantada até o Rio de Contas, funcionando como uma estrutura núcleo de proteção integral, longilínea, tendo como entorno as áreas das APAs, protegendo também as florestas privadas.

A idéia original da criação desta Unidade de Conservação de Proteção Integral foi de incluir as serras mais altas, menos aptas para agricultura, com menor vocação para o turismo e que protegessem as sub-bacias hidrográficas locais, importantes para a APA Lagoa Encantada e para abastecimento de Itacaré e Serra Grande. O tamanho, entre 5 e 10 mil hectares, estava condicionado a recursos para desapropriação e ao custo político-institucional de implementação posterior.

O nome Parque Estadual da Serra do Conduru foi uma opção natural, reconhecendo-se nesta a principal formação natural dentro do polígono, com uma elevação no ápice de 330 metros, segundo o IBGE. A Serra do Conduru tem esse nome pela existência do Conduru - *Brosimum rubescens* Taub., espécie pertencente a família Moraceae, de porte médio, chegando a atingir 90 cm de diâmetro. Trata-se de uma planta com ampla distribuição nos Neotrópicos, que ocorre predominantemente em florestas sobre solos arenosos.

Em 1997 o Parque Estadual da Serra do Conduru foi criado através do Decreto Estadual nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997, com o objetivo principal de conservação dos remanescentes de Floresta Atlântica nele abrigados, bem como na sua circunvizinhança e toda sua excepcional relevância biológica.

No final de 1997 o então Departamento de Desenvolvimento Florestal - DDF, sediado na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, estruturou um escritório no distrito de Serra Grande (município de Uruçuca). O DDF contratou três profissionais de nível superior, sob a liderança de uma Engenheira Florestal.

Em 1998 iniciaram-se os trabalhos de inventário dos imóveis no interior do PESC, demarcando seu polígono com apoio de assistentes sociais, topógrafos e agrimensores locais e da Secretaria de Agricultura.

Em abril de 2000 foram concluídos os Estudos Temáticos como ações precursoras para confecção do Plano de Manejo do PESC. Em 2002 o Governo da Bahia contrata a empresa Costa Cirne Engenharia Ltda para a conclusão do levantamento topográfico e cálculos do valor das terras e benfeitorias de todo o parque, atualizado com um polígono para 9.275 hectares. A nova sede do parque é construída em imóvel adquirido pelo estado, no Km 13 da estrada vicinal que liga Serra Grande a Uruçuca.

Até o presente momento, apenas 15 % do Parque encontra-se regularizado e 6 (seis) das famílias de posseiros receberam indenização, o que agrava o descontentamento e eleva o grau de conflito no interior do Parque.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS E BIÓTICOS

3.3.1 Clima

O clima da região onde está inserido o Parque Estadual da Serra do Conduru é do tipo Af, conforme o sistema de classificação de Köppen. É um clima quente e úmido, sem estação seca definida. A temperatura média mensal está entre 20 e 26°C, com média anual em torno de 24°C. Os meses mais quentes vão de novembro até março, em fevereiro, as temperaturas chegam a 30,3°C. Os meses mais frios são julho e agosto, quando as temperaturas oscilam em torno de 17°C (Figura 13).

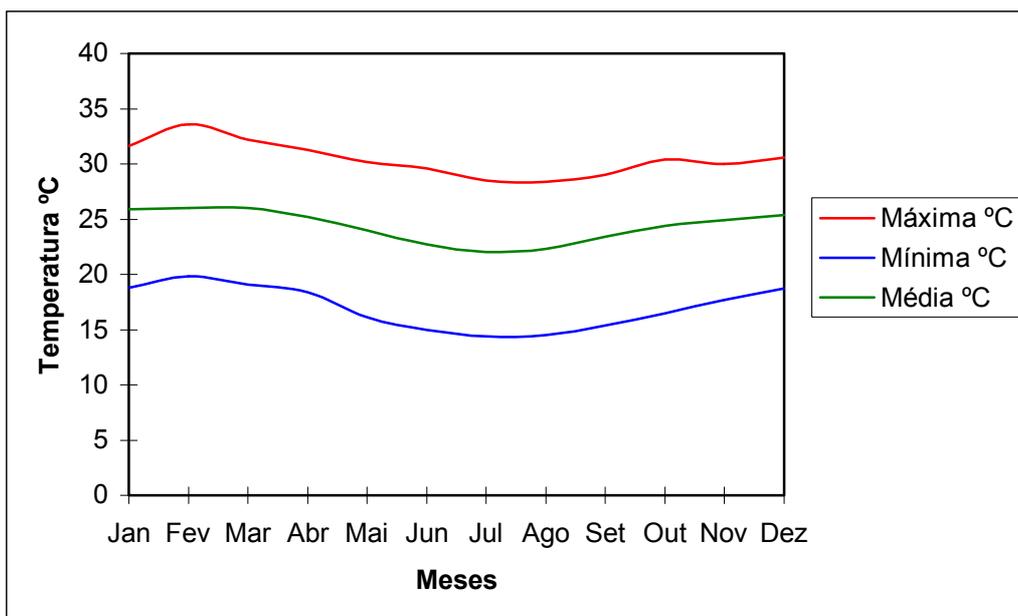


Figura 13. Temperatura máxima, mínima e média dos meses do ano no período de 1961 a 1998 (CEPLAC/CEPEC/SERAM, 1998)

A umidade relativa do ar está freqüentemente acima de 80%, como pode ser observado na Figura 14.

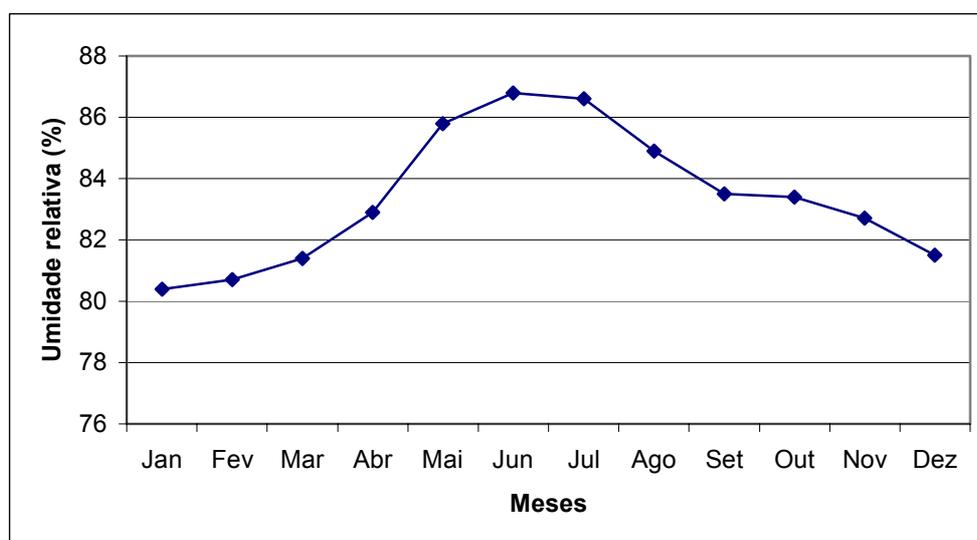


Figura 14. Umidade relativa do ar (CEPLAC/CEPEC/SERAM, 1998)

A precipitação pluviométrica é superior a 1.300 mm anuais bem distribuída; as máximas pluviométricas ocorrem de modo geral no período de fevereiro a julho, havendo reduções da precipitação no mês de maio (ASMAR & ANDRADE, 1977; SÁ *et al.*, 1982). Há inexistência de períodos com deficiência hídrica, pelo contrário, esta

região apresenta condições em determinados períodos de excedentes hídricos variando de ano a ano entre 200 até 1000 mm (SÁ *et al.*, 1982).

Quanto a insolação (média 7h/dia), esta é caracterizada como condição privilegiada do ponto de vista agrícola. O vento, originado pelo aquecimento diferenciado do continente e do oceano, sopra predominantemente no sentido SE e a uma velocidade média anual de 2,8 m/s.

Na Tabela 17 observa-se os valores representativos do Parque Estadual da Serra do Conduru e sua zona de influência como: precipitação, número de horas de sol e direção do vento no período de 1961 a 1998.

Conforme a Figura 15, que mostra a distribuição da precipitação pluviométrica no Parque Estadual da Serra do Conduru, foram identificados cinco faixas com diferentes índices pluviométricos na região do Parque e sua zona tampão: 1600 a 1800 mm; 1800 a 2000 mm; 2000 a 2200 mm; 2200 a 2400 mm e 2400 a 2600 mm.

Tabela 17. Temperatura, umidade relativa, precipitação pluviométrica, número de horas de sol, direção do vento, no período de 1961 a 1998 na região do Parque Estadual da Serra do Conduru

Meses	Precipitação	Insolação	Vento	
	mm	h	Veloc. (m/s)	Direção
Jan	113,1	236,6	2,7	NE-SE
Fev	119,3	212,4	2,5	SE
Mar	172,5	235,1	2,4	SE
Abr	210,2	204,9	2,6	S
Mai	174,0	196,4	2,7	S
Jun	176,0	189,6	2,7	SE
Jul	138,6	198,7	2,8	SE
Ago	145,8	212,2	2,6	SE
Set	97,0	196,0	2,9	SE
Out	143,2	212,5	3,1	NE
Nov	181,2	188,5	3,1	NE
Dez	215,3	226,8	2,9	NE
Média		209,0	2,8	
Total	1.886,4			

FONTE: CEPLAC/CEPEC/SERAM, 1998.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa da Distribuição Pluviométrica

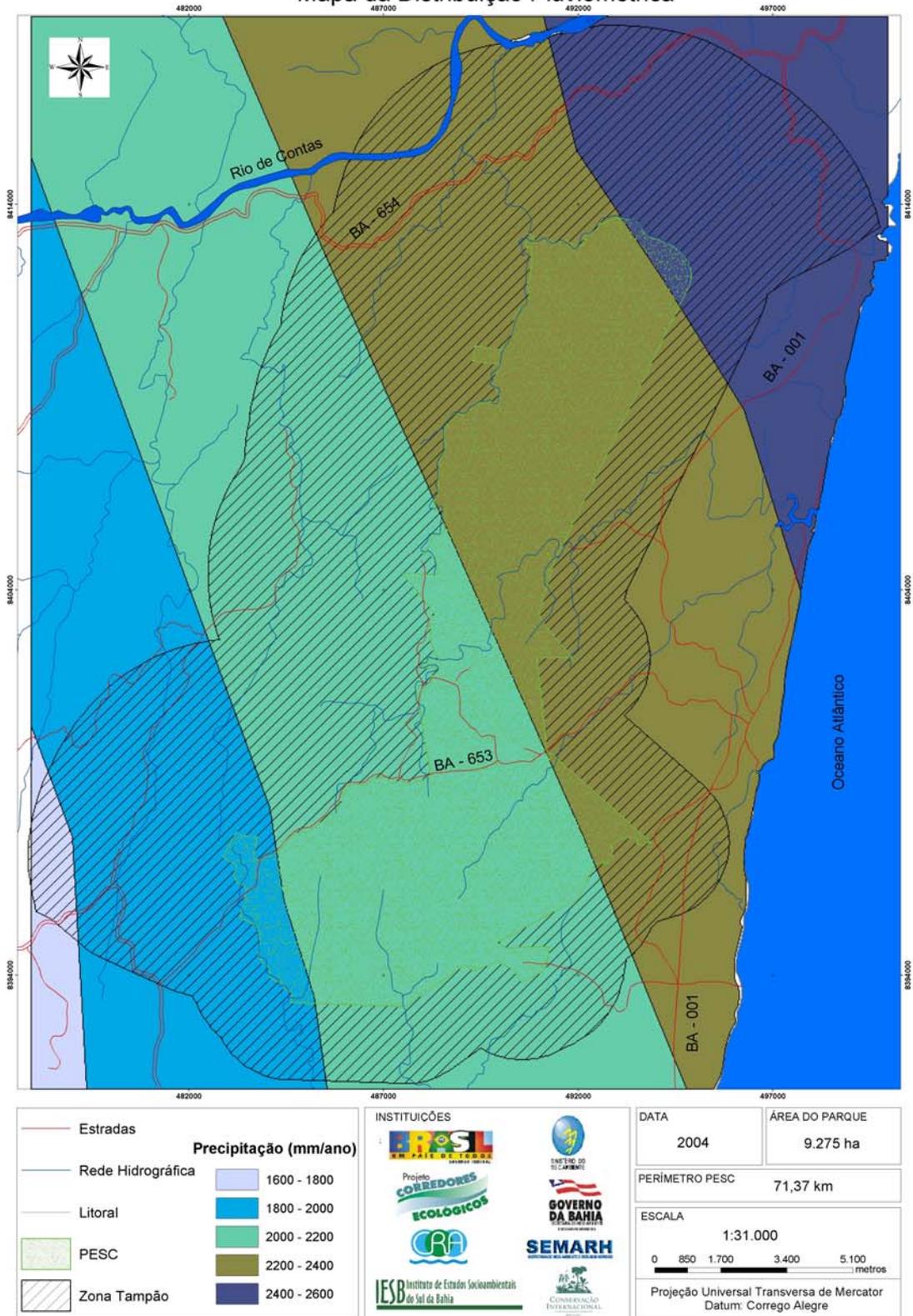


Figura 15. Distribuição da precipitação na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

3.3.2 Geologia

A região do Parque Estadual da Serra do Conduru encontra-se sobre o “*Cráton do São Francisco*”, um extenso núcleo cratônico estabilizado ao fim do ciclo Transamazônico, circundado por faixas de dobramento proterozóicas (PIRES, 1998; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

Conforme revisão realizada por MELIANI (2003), observa-se que pela compartimentação tectônica de parte do Cráton do São Francisco a região do Parque Estadual da Serra do Conduru, situa-se no “*Cinturão Costeiro Atlântico*”. Segundo ARCANJO (1997), a denominação “*Cinturão Móvel Costeiro Atlântico*” foi introduzida por MASCARENHAS *et al.* (1976) para as rochas granulíticas da porção oriental do estado da Bahia, conhecida também como “região granulítica”. O Cinturão Móvel Costeiro Atlântico estende-se, na Bahia, por uma faixa localizada entre a bacia do rio Pardo ao sul até Salvador ao norte, onde se bifurcam em um ramo noroeste até proximidades do rio São Francisco, e outro ramo nordeste até o estado de Sergipe (MELIANI, 2003).

De acordo com MELIANI (2003), a caracterização dos granulitos foi estabelecida pela ocorrência de minerais formados por meio de metamorfismo de fácies granulito, como clinopiroxênio e ortopiroxênio (hiperstênio). Os milonitos foram definidos pela ocorrência de bandas de minerais félsicos cominuídos por catáclase, alternadas por injeções de quartzo em planos de foliação milonítica. MELIANI (2003), também observou, por meio da análise microscópica de lâminas delgadas, veios de quartzo cortando granulitos graníticos, provavelmente injetados posteriormente ao metamorfismo granulítico.

A maior parte do Parque Estadual da Serra do Conduru e sua zona tampão, bem como ao largo de toda costa sul de Itacaré, têm geologia pertencente ao Complexo Jequié – pEC1a (Figura 16), são rochas metamórficas que afloram no leito dos rios e riachos, nos terços inferiores das encostas, nos costões rochosos e em cortes de estrada. Os afloramentos compõem-se de rochas com predominância de cores cinza claro, escuro ou esverdeado, estrutura bandada e textura foliada na orientação geral N-NE que, por vezes, são cortadas ou cortam, corpos máficos (minerais escuros) de diferentes tamanhos.

Em alguns locais a leste do Parque Estadual da Serra do Conduru ocorre depósitos flúvio-marinhos, correspondendo aos depósitos do Quaternário – Q

(Figura 9). Estes depósitos correspondem a uma combinação de processos deposicionais de origem fluvial e marinha, controlados pela dinâmica das marés (MELIANI, 2003).

Os depósitos de natureza flúvio-marinha possibilitam a ocorrência de espécies típicas de restingas e manguezais, adaptadas tanto às características mixoalinas das águas, quanto do substrato sedimentar salino e rico em matéria orgânica proveniente da decomposição vegetal.

Outros tipos de depósitos encontrados nesta área, são os sedimentos da Bacia do rio Almada – JKa (Arenitos, Folhelhos e Calcáreo), datados do Cretáceo (Figura 16). São sedimentos de origem marinha, que ocorrem na costa sul da Bahia, sendo um prolongamento da Bacia do Recôncavo Baiano, sendo a Bacia do rio Almada, com seus 200 km² aproximados de área, o suposto limite sul da Bacia do Recôncavo. As formações da Bacia do rio Almada são compostas de arenitos claros, conglomerados, com seixos de gnaisses, e arenitos com matriz argilosa em sua parte basal, e, nas partes superiores, uma seqüência de folhelhos carbonosos, micaceos, com intercalações de siltitos, arenitos, calcários silticos e conglomerados. Estas formações são correlacionáveis com as formações Alagoas, Ilhas, Candeias, Itaparica e Sargi da Bacia do Recôncavo sul (SIQUEIRA FILHO, 1974).

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa Geológico

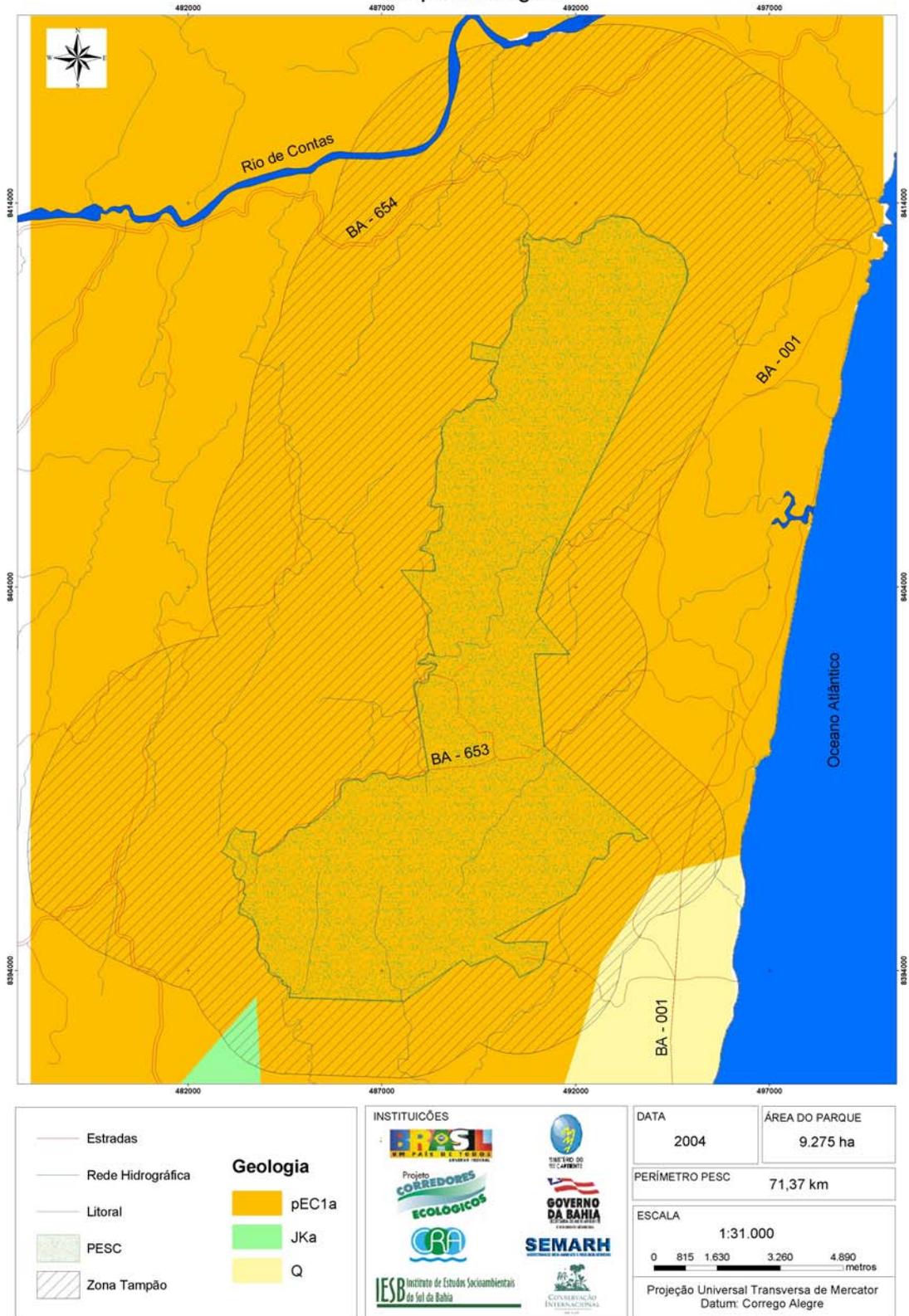


Figura 16. Geologia da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

3.3.3 Geomorfologia

O relevo do Sudeste da Bahia, de acordo com KING (1957), em linhas gerais, é uma superfície derivada de um grande plano inclinado originado provavelmente no ciclo de desnudação Sul-Americano, do Terciário Antigo.

Devido a passados geológicos conturbados e subseqüentes ciclos de desnudação a qual esteve sujeita, a região se apresenta, conforme LEITE (1976), subdividida nas seguintes províncias geomorfológicas (Figura 17):

- *Baixas Costeiras*, com altitudes médias inferiores a 20 m;
- *Zona dos Planos Orográficos Orientais*, com altitudes de 30 a 150 m ao longo da costa (no sentido S - N) e 300 a 450 m nos seus limites mais interiores, também no mesmo sentido;
- *Zona Interior Abatida*, de grande diferenças de altitude segundo suas situações geográficas: de 100 a 200 m nos seus limites norte, de 70 a 160 m na calha do Rio de Contas e de 50 a 500 m desde 15 km a oeste da cidade de Ilhéus até 500 m a 20 km a oeste de Itambé;
- *Zona Interior de Topos Discordantes Escalonados*, com cotas de 300 a 750 m, compondo uma faixa geográfica que antecede ao Planalto;
- *Planalto*, onde os níveis variam de 600 a mais de 900 m.

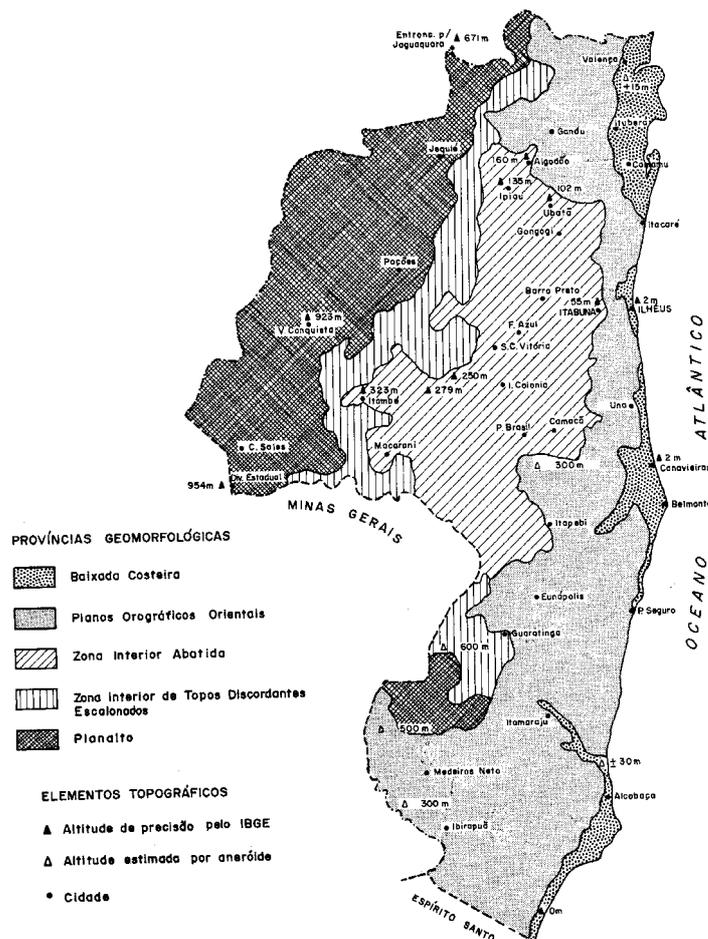


Figura 17. Províncias geomorfológicas do Sul e Sudeste da Bahia (LEITE, 1976)

Conforme o mapa de classes de altitude apresentado na Figura 18, as altitudes variam desde o nível do mar até aproximadamente 500 m, sendo que a maior parte do relevo nesta área, encontra-se na classe suave ondulado.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa de Classes de Altitude e Curvas de nível

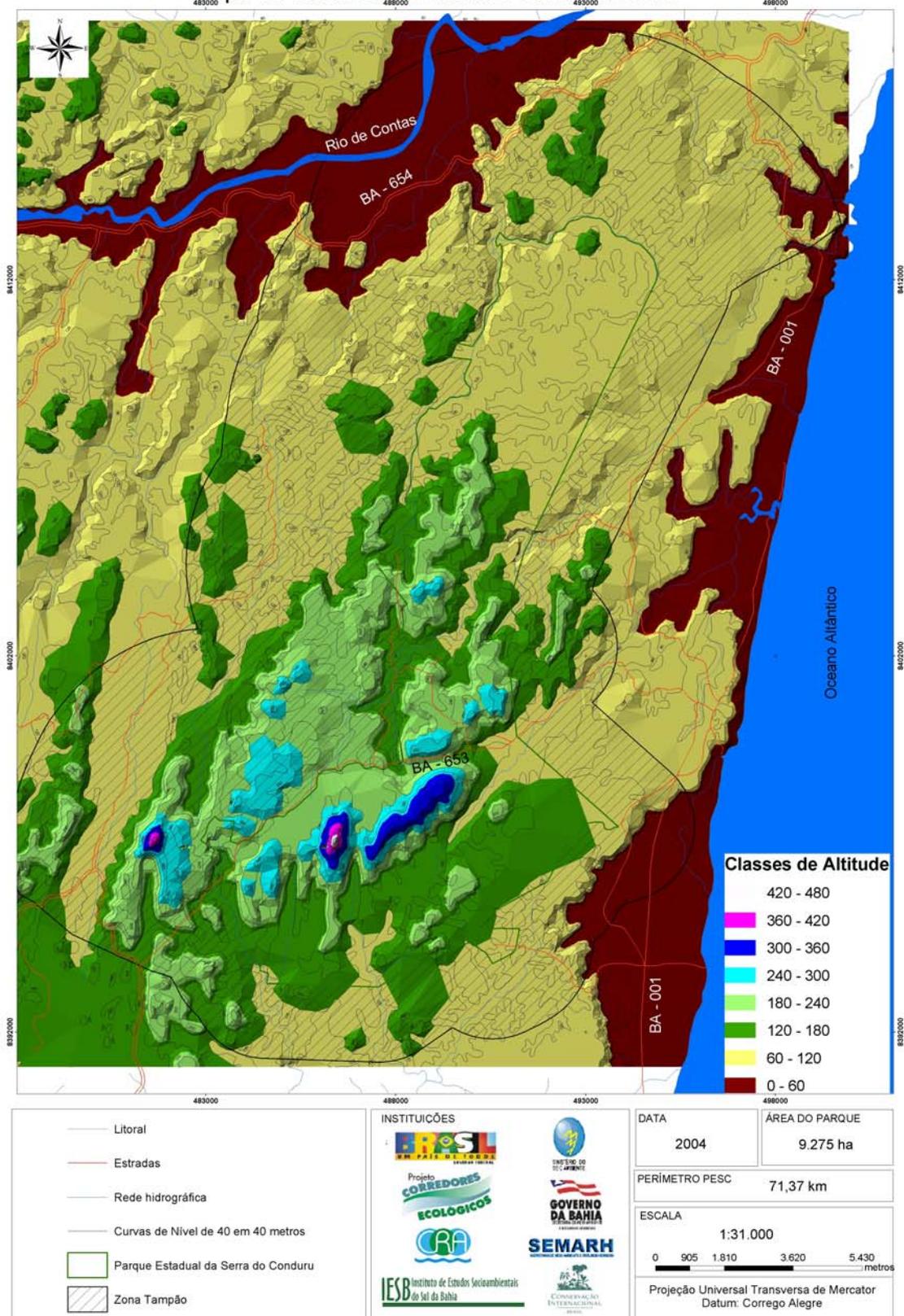


Figura 18. Classes de altitude encontradas na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

3.3.4 Solos

De acordo com MOREAU (2003), foram identificadas oito classes de solo na área da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, incluindo também a área do parque (Figura 19).

A variação de solos desta área reflete os diferentes materiais que lhes originaram. Os Neossolos formados por deposições de sedimentos fluviais e, ou, marinhos do período Quaternário; Espodossolos evoluídos a partir da pedogênese de solos mais recentes; Argissolos, Latossolos e Cambissolos com teores baixos de Fe_2O_3 , originados da pedogênese de coberturas detríticas de retrabalhamento do período Terciário (Grupo Barreiras) e Latossolos com teores elevados de Fe_2O_3 e com presença de concreções ferruginosas, que tem origem do material granulítico do embasamento cristalino (SIQUEIRA FILHO, 1974; BRASIL, 1983; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

- *Características morfológicas dos solos*

A morfologia do solo fornece informações úteis à interpretação pedológica (EMBRAPA, 1995), e das suas interações com o ambiente. Na Tabela 18, informações são apresentadas como resultado da descrição morfológica em campo dos perfis selecionados para caracterização dos solos da zona tampão do Parque Estadual da Serra do Conduru (MOREAU, 2003).

As cores dos solos variaram desde os solos cinzento-claros a solos amarelo-avermelhados. A cor amarelada do ARGISSOLO e do CAMBISSOLO-1 reflete um domínio do óxido de ferro goethita formado numa condição de maior umidade, enquanto que, os LATOSSOLOS e CAMBISSOLOS de coloração vermelho-amarelo relacionam-se com a presença da hematita, óxido de ferro formado numa condição de menor umidade (KAMPF e SCHWERTMAN, 1983; RESENDE *et al.* 2002). Isto ocorre, apesar destes solos estarem num mesmo regime pluviométrico, devido as diferentes posições em que estes solos se encontram na paisagem, suave ondulado a ondulado; e a influência direta da dinâmica da drenagem, que faz com que alguns destes solos permaneçam mais tempo úmidos que outros, contribuindo para a formação da hematita (que dão origem a solos mais avermelhados) ou goethita (que dão origem a solos mais amarelados) como relatado acima (MOREAU, 2003).

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
Mapa Pedológico

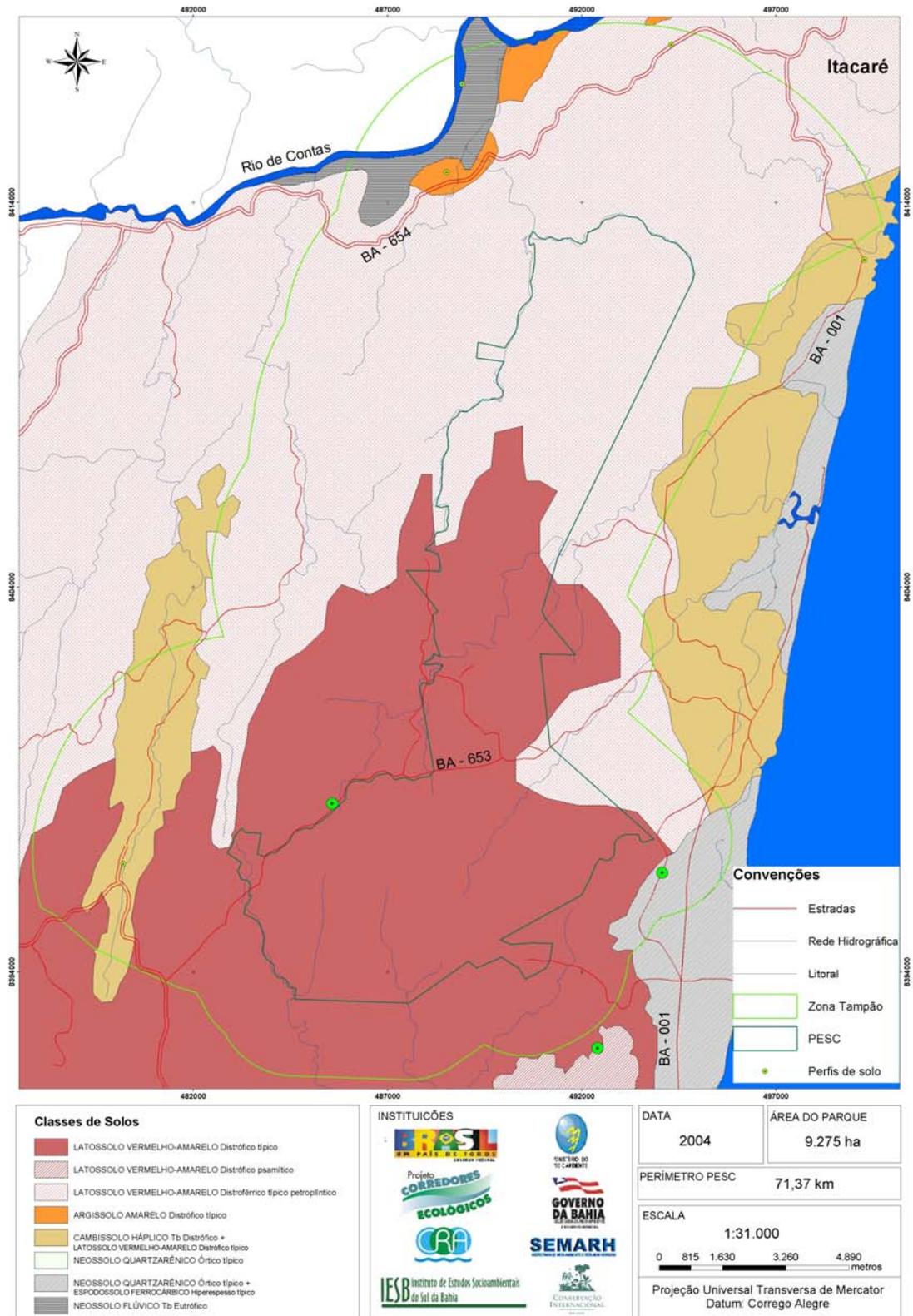


Figura 19. Mapa pedológico da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

Tabela 18. Características morfológicas dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru

Horizonte		Cor	Estrutura	Cerosidade	Consistência			Transição
Simb.	Prof. (cm)				Seca	Seca	Úmida	
NEOSSOLO FLÚVICO Tb Eutrófico – RUbe								
A	0-12	5YR 5/3	1P e MBS	-	S	Fr	LPI/LPe	Tpa
C ₁	12-63	5YR 6/3	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpc
C ₂	63-100	5YR 5/3	1P e MBA	-	S	Fr	LPI/LPe	Tpc
C ₃	100-122+	5YR 5/3	1P e MBA	-	S	Fr	LPI/LPe	-
ARGISSOLO AMARELO Distrófico típico – PAd								
A	0-23	7,5YR 6/2	1P e MBS e MBA	-	S	Fr	LPI/LPe	Tpc
AB	23-54	7,5YR 7/6	2P e MBS e MBA	-	Ma	Fr	LPI/LPe	Tpg
BA	54-89	7,5YR 7/6	2P e MBS e MBA	-	Ma	Fr	LPI/LPe	Tpg
Bt ₁	89-140	7,5YR 6/6	2P e MBA	Fc	Ma	Fr	PI/Pe	Tpg
Bt ₂	140-160+	7,5YR 6/6	2P e MBA	Fc	Ma	Fi	PI/Pe	
CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico– CXbd-1								
A	0-22	7,5YR 6/4	2P e MBA e MBS	-	LD	Fr	PI/LPe	Tpc
AB	22-36	7,5YR 7/6	2P e MBS	-	LD	Fr	PI/LPe	Tpg
Bi	36-70	7,5YR 7/6	2P e MBS	-	LD	Fr	PI/Pe	Tpc
BC	70-170+	7,5YR 6/6	2P e MBS	-	LD	Fr	PI/Pe	
LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distroférrico típico petroplíntico – LVAdfc								
A	0-31	5YR 5/4	2P e MBA e MBS	-	D	Fr	PI/LPe	Tpg
AB	31-53	5YR 6/6	2PBS	-	LD	Fr	PI/LPe	Tpg
BA	53-77	5YR 6/6	2PBS	-	LD	Fr	PI/LPe	Tpg
BwC ₁	77-97	5YR 6/6	2PBS	-	LD	Fr	PI/LPe	Tpg
BwC ₂	97-160+	5YR 5/6	2PBS	-	LD	Fr	PI/LPe	
LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico psamítico– LVAdq								
A	0-44	5YR 5/3	1PBS	-	Ma	MFr	NPI/NPe	Tpc
AB	44-70	5YR 6/4	1P e MBS	-	Ma	Fr	NPI/NPe	Tpg
Bw	70-220+	5YR 6/4	1P e MBS	-	Ma	Fr	NPI/NPe	
NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico típico – RQo								
A	0-13	5YR 5/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpc
C ₁	13-150	5YR 6/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpg
C ₂	150-200+	5YR 6/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	

Horizonte		Cor	Estrutura	Cerosidade	Consistência			Transição
Simb.	Prof. (cm)	Seca			Seca	Úmida	Molhada	
LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico – LVAd								
A	0-27	5YR 5/2	1PBS	-	LD	Fr	NPI/NPe	Tpc
AB	27-50	5YR 5/4	1P e MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	Tpg
Bw ₁	50-120	5YR 6/4	1 e 2P e MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	Tpg
Bw ₂	120-200+	5YR 6/4	1 e 2P e MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	
CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico – CXbd - 2								
A	0-28	5YR 5/2	1P e MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	Tpg
AB	28-40	5YR 6/4	1P e MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	Tpc
Bi	40-80	5YR 6/6	1 e 2MBS	-	LD	Fr	LPI/LPe	Tpg
Cr	80-115+	5YR7/6	2P e MBA	-	LD	Fi	LPI/LPe	
ESPODOSSOLO FERROCÁRBICOS Hiperespesso típico – ESu								
A	0-20	5YR 5/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpc
AE	20-40	5YR 4/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpg
E ₁	40-45	5YR 5/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpg
E ₂	45-70	5YR 7/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpg
E ₃	70-270	5YR 7/1	GS	-	S	Fr	NPI/NPe	Tpa
Bsm	270-290	5YR 6/4	horiz. Endurecido	-	D	Fr	NPI/NPe	Tpa
Bhsm ₁	290-350	5YR 5/4	horiz. Endurecido	-	D	Fr	NPI/NPe	Tpa
Bhsm ₂	350-400+	5YR 4/4	horiz. Endurecido	-	D	Fr	NPI/NPe	

Continuação Tabela 18.

Estrutura: 1-fracá; 2-moderada; 3-forte; P-pequena; MP- muito pequena; M-média; Gr-granular; BA-blocos angulares; BS- blocos subangulares; GS - grãos simples. Consistência: S- Solto; Ma-macio; LD-ligeiramente duro; D-duro; Fr-friável; MFr-muito friável; Fi-firme; MFi- muito firme; NPI - não plástico; LPI-ligeiramente plástico; PI- plástico; NPe - não pegajoso; LPe - ligeiramente pegajoso. Transição (T): p-plana; a-abrupta; c-clara; g-gradual. Cerosidade: F-fracá, c-comum.

Já os NEOSSOLOS e o ESPODOSSOLO, possuem colorações relacionadas à presença ou ausência de matéria orgânica e/ou ferro nos seus horizontes.

De acordo com os dados de MOREAU (2003), as estruturas predominantes nos LATOSSOLOS, ARGISSOLOS e CAMBISSOLOS foram os blocos subangulares. No entanto, quando há predomínio da fração areia, encontra-se estrutura do tipo grão simples, exceto no caso dos horizontes Bsm, Bhsm (horizontes com acúmulo de matéria orgânica (h) e minerais de argilla (sm)) do ESPODOSSOLO que devido a presença de óxido de ferro e material orgânico houve um processo de cimentação destes horizontes, formando um horizonte endurecido.

A granulometria também tem influência direta no comportamento da consistência do solo. Pode-se observar os diferentes comportamentos do solo nas condições seca, úmida e molhada. Estes comportamentos trazem informações que podem determinar diferentes métodos de manejo destes solos (MOREAU, 2003).

- *Características físicas dos solos*

Na tabela 19 apresentam-se os resultados das análises físicas dos solos estudados por MOREAU (2003), que de modo geral, têm características físicas fortemente influenciadas pelo material de origem constituído por rochas pré-cambrianas que formam o substrato cristalino local, recobertas em algumas áreas por sedimentos terciário-quadernários e sedimentos fluviomarinhos quadernários (BRASIL, 1981; GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 1998).

Segundo SIQUEIRA FILHO (1974), os sedimentos do Grupo Barreiras que ocorrem na forma de uma faixa costeira alongada, formando extensos tabuleiros, desde a região de Ilhéus, seguindo numa faixa estreita até Mascote (Extremo Sul da Bahia), estão depositados em discordância sobre as rochas do embasamento pré-cambriano. Seus sedimentos são argilo-arenosos e areno-argilosos, com leitos conglomeráticos de natureza detrítica, em geral não consolidados.

Para MOREAU (2003), a natureza areno-argilosa deste sedimento explica a predominância da fração granulométrica areia nos solos e horizontes coletados, mais da metade dos solos analisados contém em seus horizontes mais de 50% de fração areia (tabela 19).

Tabela 19. Granulometria, argila dispersa em água (ADA), grau de floculação (GF), relação silte/argila, densidade de partículas e classe textural dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru

Solo	Horizonte	Profund. -- cm --	Granulometria				ADA	GF	Silte/Argila	Classe textural
			Areia Grossa	Areia Fina	Silte	Argila				
			----- dag/kg -----				%			
RUbe	A	0-12	4	67	12	17	1,72	89,88	0,71	Franco-Arenosa
	C ₁	12-63	4	88	6	2	0,45	77,50	3,00	Areia
	C ₂	63-100	2	65	17	16	3,74	76,63	1,06	Franco-Arenosa
	C ₃	100-122+	1	50	27	22	4,14	81,18	1,23	Franco-Argilo-Arenosa
PAd	A	0-23	9	49	28	14	2,37	83,07	2,00	Franco-Arenosa
	AB	23-54	8	43	27	22	5,45	75,23	1,23	Franco-Argilo-Arenosa
	BA	54-89	7	45	22	26	7,27	72,04	0,85	Franco-Argilo-Arenosa
	Bt ₁	89-140	9	38	22	31	0,61	98,03	0,71	Franco-Argilo-Arenosa
CXbd - 1	Bt ₂	140-160+	4	29	33	34	0,40	98,82	0,97	Franco-Argilosa
	A	0-22	16	25	24	35	4,04	88,46	0,69	Franco-Argilosa
	AB	22-36	13	20	20	47	3,79	91,94	0,43	Argila
	Bi	36-70+	13	18	8	61	0,86	98,59	0,13	Muito Argilosa
LVAdfc	BC	70-170+	16	13	11	60	0,61	98,98	0,18	Muito Argilosa
	A	0-31	20	10	24	46	0,71	98,46	0,52	Argila
	AB	31-53	21	11	13	55	1,01	98,16	0,24	Argila
	BA	53-77	22	11	14	53	0,81	98,47	0,26	Argila
LVAdq	Bwc ₁	77-97	23	11	10	56	1,97	96,48	0,18	Argila
	Bwc ₂	97-160+	16	11	11	62	0,56	99,10	0,18	Muito Argilosa
	A	0-44	77	14	1	8	0,96	88,00	0,13	Areia
	AB	44-70	55	26	3	16	3,48	78,25	0,19	Franco-Arenosa
	Bw	70-220+	54	27	3	16	0,40	97,50	0,19	Franco-Arenosa

Solo	Horizonte	Profund. -- cm --	Granulometria				ADA	GF	Silte/Argila	Classe textural
			Areia Grossa	Areia Fina	Silte	Argila				
			----- dag/kg -----				%			
RQo	A	0-13	76	21	2	1	0,30	70	2,00	Areia
	C ₁	13-150	74	24	2	0	0	0	0	Areia
	C ₂	150- 200+	80	19	1	0	0	0	0	Areia
LVAd	A	0-27	63	19	4	14	1,62	88,43	0,29	Franco-Arenosa
	AB	27-50	49	21	4	26	2,47	90,50	0,15	Franco-Argilo- Arenosa
	Bw ₁	50-120	45	19	3	33	5,3	83,94	0,09	Franco-Argilo- Arenosa
	Bw ₂	120- 200+	50	17	3	30	0,35	98,83	0,10	Franco-Argilo- Arenosa
CXbd - 2	A	0-28	19	17	18	46	12,52	72,78	0,39	Argila
	AB	28-40	17	18	17	48	14,85	69,06	0,35	Argila
ESu	Bi	40-80	13	14	13	60	0,20	99,67	0,22	Muito Argilosa
	Cr	80-115+	20	16	15	49	9,54	80,53	0,31	Argila
	A	0-20	74	21	1	4	3	25	0,25	Areia
	AE	20-40	66	24	3	7	5	28,57	0,43	Areia
	E ₁	40-45	74	23	0	3	3	0	0	Areia
	E ₂	45-70	81	18	1	0	0	0	0	Areia
	E ₃	70-270	77	22	1	0	0	0	0	Areia
	Bsm	270-290	80	17	0	3	2,4	20	0,00	Areia
	Bhsm ₁	290-350	76	20	1	3	3	0	0,33	Areia
	Bhsm ₂	350- 400+	84	15	0	1	1	0	0	Areia

Continuação Tabela 19

$$GF = 100x(\%argila-ADA)/\%argila$$

- *Características químicas dos solos*

Os solos caracterizados neste estudo (Tabela 20), segundo critérios adotados pela Embrapa Solos (EMPRAPA, 1999), encontram-se nas classes dos solos fortemente ácidos (pH 4,3 – 5,3) e moderadamente ácidos (5,4 – 6,5). Estes valores de pH concordam com a situação climática da região onde a pluviosidade sempre é superior a uma média anual de 1.300 mm bem distribuídos, favorecendo a lixivação destes solos. Outro fator é a própria pobreza química dos materiais de origem (MOREAU, 2003).

O comportamento do carbono orgânico confirmou as expectativas dentro da especificidade de cada classe de solo onde há diminuição do percentual de carbono orgânico à medida que aumenta a profundidade do perfil de solo, exceto no caso

dos solos NEOSSOLO FLÚVICO Tb Eutrófico – RUbe e do ESPODOSSOLO FERROCÁRBICOS Hiperespesso típico - ESu nos quais os valores de carbono orgânico aumentaram com a profundidade do solo (Tabela 20). Explica-se o comportamento diferenciado da classe RUbe, devido a deposição de diferentes materiais em épocas variadas, característica dos NEOSSOLOS FLÚVICOS. Quanto ao ESu, ESPODOSSOLO, o processo pedogenético de translocação de carbono e óxidos de ferro e alumínio, carrega estes compostos para camadas mais profundas, originando o horizonte diagnóstico subsuperficial B espódico (MOREAU, 2003).

Os valores encontrados para fósforo disponível foram médios para a classe de solo NEOSSOLO FLÚVICO e para o horizonte Bhsm₂ do ESPODOSSOLO, e nos outros solos e horizontes os valores são classificados como muito baixos segundo a Comissão de Fertilidade de Solos do Estado de Minas Gerais - CFSEMG (1999).

Também para a CSFMG (1999), os valores de potássio dos solos estudados variam de médio nos horizontes superficiais do CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico - CXbd-1 e LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distroférico típico petroplúntico - LVAdfc a baixo e muito baixo nos outros horizontes analisados. Já os teores de cálcio e magnésio variaram conforme o grau de intemperização do solo apresentando valores desde elevados a muito baixo.

Segundo MELO e SILVA (1971), os solos da região de Itacaré - BA, são solos que apresentam boas características físicas, entretanto, são solos ácidos com baixa capacidade de troca de cátions (valor T), baixa saturação por bases (valor V), acidez potencial e saturação por alumínio de média a alta, vindo a confirmar as características físicas e químicas dos solos caracterizados neste trabalho.

Tabela 20. Características químicas dos solos da zona de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru

Solo	Horiz.	pH		Δ pH	C org.	P disp.	Complexo Sortivo								
		H ₂ O	KCl				K ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	S	Al ³⁺	Al ³⁺ + H ⁺	T	V	m
					dag/kg	mg/dm ³	mg/dm ³			%			cmol _c /dm ³		
RUbe	A	5,09	4,36	-	1,49	11,65	32	4,52	2,27	6,87	0	5,51	12,38	55,50	0,00
	C ₁	5,74	4,31	-	0,13	19,78	11,5	1,10	0,50	1,63	0	1,45	3,08	52,91	0,00
	C ₂	5,42	4,16	-	0,55	12,21	17	3,66	1,61	5,31	0,12	4,22	9,53	55,73	2,21
	C ₃	6,00	4,71	-	1,77	20,18	19	5,22	2,44	7,71	0	3,5	11,21	68,77	0,00
PAd	A	5,01	3,93	-	1,13	1,19	35,5	0,29	0,31	0,69	1,56	7,45	8,14	8,49	69,33
	AB	4,97	3,94	-	0,50	0,08	39,5	0,30	0,19	0,59	1,66	5,44	6,03	9,80	73,78
	BA	5,02	3,99	-	0,33	0,0	17	0,20	0,13	0,37	1,68	4,75	5,12	7,29	81,95
	Bt ₁	4,83	3,90	-	0,21	0,0	9,5	0,13	0,11	0,26	3,04	5,54	5,80	4,55	92,12
	Bt ₂	4,90	3,87	-	0,20	0,0	10,5	0,08	0,95	1,06	3,88	5,97	7,03	15,04	78,54
	A	5,09	4,05	-	1,86	0,65	60,5	1,31	0,45	1,91	0,62	8,15	10,06	19,02	24,51
CXbd - 1	AB	4,69	3,81	-	0,83	0,03	16	0,21	0,41	0,66	1,26	5,71	6,37	10,37	65,63
	Bi	4,77	3,91	-	0,61	0,0	28	0,26	0,23	0,56	1,04	4,95	5,51	10,19	65,00
	BC	4,66	3,90	-	0,55	0,0	15	0,10	1,24	1,38	1,52	5,44	6,82	20,22	52,41
LVAdfc	A	5,55	4,60	-	2,44	0,55	54	3,24	0,13	3,51	0	8,98	12,49	28,09	0,00
	AB	4,83	4,36	-	1,13	0,40	16	0,15	0,11	0,30	0,24	6,30	6,60	4,56	44,44
	BA	5,09	4,47	-	1,12	0,05	15,5	0,18	0,06	0,28	0,12	6,14	6,42	4,36	30,00
	Bwc ₁	5,40	4,49	-	1,06	0,0	13	0,12	0,04	0,19	0,12	5,81	6,00	3,22	38,71
	Bwc ₂	5,23	5,04	-	0,68	0,01	7,5	0,07	0,11	0,20	1,06	4,12	4,32	4,61	84,13
LVAdq	A	4,32	3,92	-	0,76	1,48	12	0,36	0,06	0,45	0,6	7,49	7,94	5,68	57,14
	AB	4,93	4,36	-	0,71	0,23	8	0,10	0,04	0,16	0,3	5,34	5,50	2,92	65,22
	Bw	4,94	4,43	-	0,15	0,02	9,5	0,14	0,26	0,42	0,06	2,6	3,02	14,03	12,50

Solo	Horiz.	pH		Δ pH	C org.	P disp.	Complexo Sortivo								
		H ₂ O	KCl				K ⁺	Ca ²⁺	Mg ²⁺	S	Al ³⁺	Al ³⁺ + H ⁺	T	V	m
						mg/dm ³	mg/dm ³			cmol _c /dm ³					
						dag/kg	----- % -----								
RQo	A	5,38	3,78	-	0,84	3,86	16	1,31	0,02	1,37	0,0	4,42	5,79	23,67	0,00
	C ₁	6,41	4,39	-	0,04	0,10	5	0,11	0,02	0,14	0,0	0,46	0,60	23,69	0,00
		6,31	4,40	-	0,01	0,02	4	0,08	0,27	0,36	1,28	0,24	0,60	60,02	78,05
LVAd	A	4,03	3,76	-	1,51	2,71	25,5	0,13	0,12	0,32	1,08	8,97	9,29	3,39	77,14
	AB	4,43	3,97	-	0,99	0,27	11	0,10	0,04	0,17	0,36	7,53	7,70	2,18	67,92
		4,90	4,32	-	0,54	0,09	9	0,05	0,05	0,12	1,08	3,86	3,98	3,09	90,00
CXbd-2	Bw ₁	4,72	4,41	-	0,32	0,18	9	0,06	0,04	0,12	0,12	3,04	3,16	3,89	50,00
	A	4,98	4,25	-	2,46	0,63	35,5	2,42	1,25	3,76	0	6,13	9,89	38,02	0,00
		5,22	4,40	-	1,39	0,59	27	2,76	0,71	3,54	0	6,04	9,58	36,95	0,00
ESu	Bi	5,26	4,97	-	0,73	0,0	9,5	1,35	0,53	1,90	0,72	3,36	5,26	36,17	27,48
	Cr	5,74	5,96	0,22	0,46	0,04	9	1,26	0,29	1,57	0,84	1,28	2,85	55,14	34,85
		5,24	4,09	-	1,09	2,03	14	0,16	0,06	0,26	0	5,24	5,50	4,65	0,00
ESu	A/E	5,18	4,13	-	0,66	2,06	11	0,17	0,03	0,23	0,6	7,19	7,42	3,08	72,29
	E ₁	5,21	4,27	-	0,35	3,78	9	0,06	0,03	0,11	0,12	3,91	4,02	2,81	52,17
		5,37	4,45	-	0,29	4,41	6,5	0,06	0,03	0,11	0,48	1,39	1,50	7,33	81,36
ESu	E ₃	5,61	4,76	-	0,02	2,25	6	0,03	0,03	0,08	0,24	0,33	0,41	19,51	75,00
	Bsm	5,09	4,55	-	0,98	5,55	7	0,09	0,03	0,14	0,24	7,99	8,13	1,70	63,16
		5,37	4,69	-	0,94	6,64	7,5	0,12	0,02	0,16	0,24	7,33	7,49	2,13	60,00
Bhsm ₂	5,16	4,41	-	1,88	20,76	9	0,12	0,03	0,17	0,84	13,43	13,60	1,27	83,17	

Continuação Tabela 20.

Δ pH = pH (KCl) – pH (H₂O); S = K⁺+Ca²⁺+Mg²⁺; T = S+H⁺+Al³⁺; V = (Sx100)/T; m = (Al³⁺x100)/(S+Al³⁺).

3.3.5 Qualidade de Água

Os resultados da análise de variáveis físico-químicas medidas durante duas visitas a campo (04 e 07 de fevereiro de 2004), visaram uma caracterização inicial das águas de rios existentes no âmbito do Parque Estadual da Serra do Conduru e de sua Zona de Amortecimento. Os dados reunidos apontam tendências de comportamento que servem para compartimentar as drenagens amostradas, em função do maior ou menor grau de alteração presente em cada sub-bacia considerada.

Na Figura 20 estão plotados os pontos de coleta adotados, os quais foram distribuídos com intuito de amostrar trechos situados no interior do PESC e na Zona de Amortecimento, levando também em consideração os diferentes graus de intervenção antrópica nas sub-bacias.

No extremo norte do PESC, encontra-se uma extensa área com cobertura vegetal bem preservada, representada aqui pelos pontos de coleta 1, no Riacho Água Vermelha, 2 e 3 situados na bacia do Riacho do Capitão e o ponto 4, que representa o mesmo Riacho do Capitão, já na Zona de Amortecimento, distante de suas preservadas cabeceiras. Nesta mesma área temos o ponto 5, que representa o Rio Fojo, uma drenagem que apresenta-se bastante antropizada e significativa alteração no padrão de cobertura vegetal. Na face leste do PESC foram amostrados o R. Jeribucaçu (ponto 6) e o R. Burundanga (ponto 7), ambos inteiramente restritos à Zona de Amortecimento, sendo que a conservação do Rio Jeribucaçu torna-se importante por ser este o manancial escolhido para abastecer, no futuro, a cidade de Itacaré, segundo o Plano Diretor do Município. Nesta mesma face leste foram também amostrados os Rios Tijuípe (Figura 21) e Tijuipinho. O primeiro é o rio de maior extensão do PESC, sendo contemplado com três pontos de coleta: o ponto 8, localizado dentro da área do Parque, o ponto 9 na Zona de Amortecimento e o ponto 10 no limite desta. No Rio Tijuipinho três estações foram adotadas: o ponto 11 no interior do Parque e os pontos 12 e 13, próximos à Zona de Amortecimento. Na porção sul foram amostradas duas sub-bacias, o ponto número 14 no Rio Aderno, pertencente a bacia do Rio Apepique e dois outros pontos, 15 e 16 no Rio Caldeira, todos pertencentes a bacia hidrográfica da Lagoa Encantada. Por fim, na face Oeste foram amostradas duas drenagens, ambas localizadas na Zona de Amortecimento, com uma estação para cada uma. No Rio Pé da Serra o ponto 17 e no Riacho Pau-Brasil (Figura 22) o ponto 18.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC - Mapa das Bacias Hidrográficas com Pontos de Amostragem de Qualidade de Água

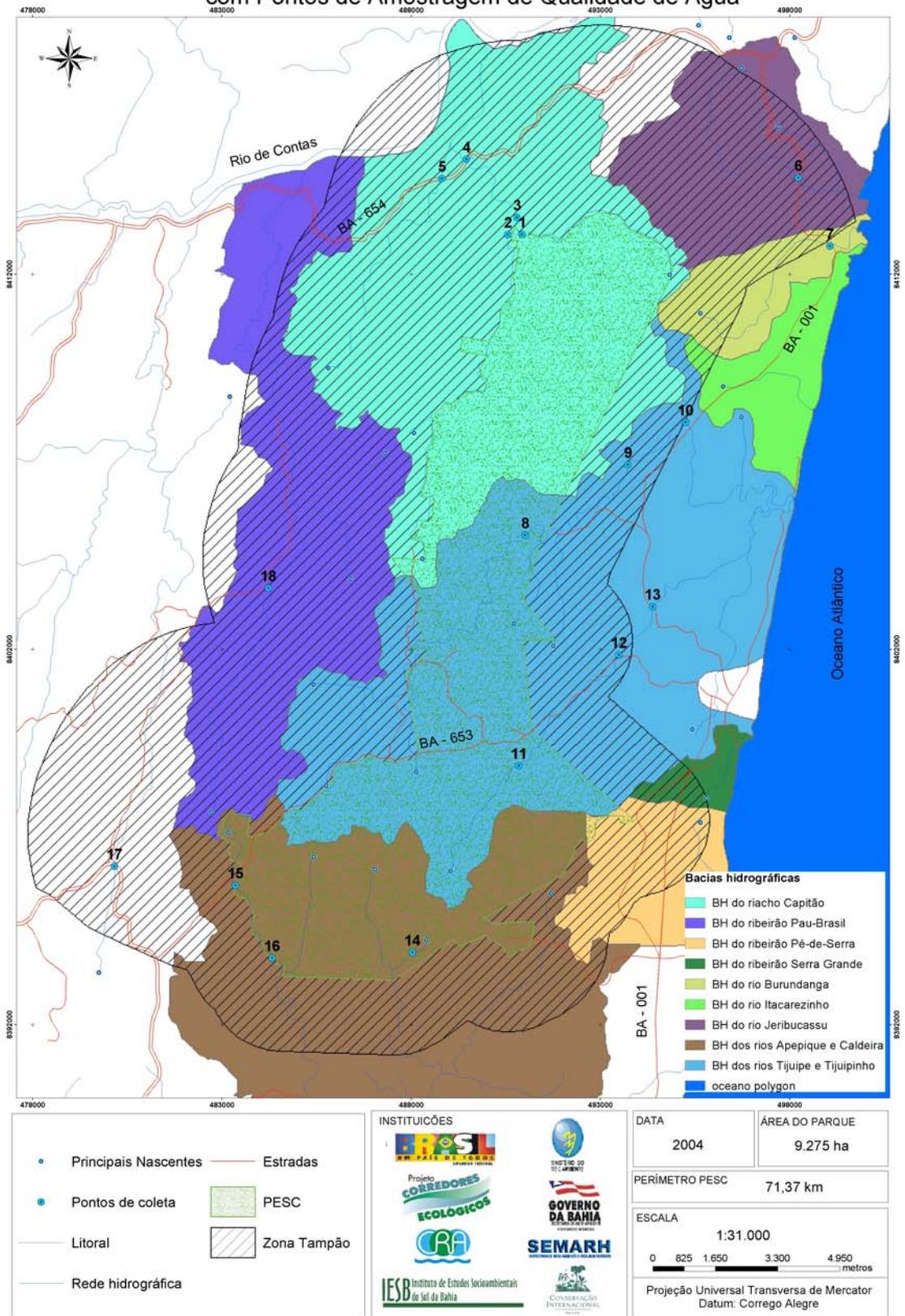


Figura 20. Mapa das Bacias Hidrográficas com os Pontos de Amostragem de Qualidade de Água da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia



Foto: F. de Paula

Figura 21. Ponto de amostragem número 8 no Rio Tijupe, município de Uruçuca

Esta distribuição de estações de medidas permitiu uma visualização das características físico-químicas das águas fluviais, em função do estado geral da cobertura vegetal, dos usos da terra presentes e do substrato geológico de cada sub-bacia.



Foto: F. de Paula

Figura 22. Ponto de coleta número 18 no Riacho Pau-Brasil, município de Itacaré

Na primeira campanha os pontos 1 a 14 foram amostrados (04.02.2004), enquanto os pontos 15 a 18 foram visitados na segunda campanha de campo (07.02.2004). Como no segundo dia de coleta as condições climáticas apresentavam-se diferentes daquelas da primeira campanha, principalmente devido a maior pluviosidade no período, conforme apresentado na Figura 23, que mostra a precipitação registrada na estação pluviométrica da Fazenda Almada, a estação mais próxima da área de interesse, situada na localidade de Castelo Novo, optou-se por reamostrar um ponto (ponto 9) durante a segunda campanha, para que fosse possível uma análise comparativa, em iguais condições, de todos os pontos utilizados. Dessa forma, na primeira campanha este ponto ficou referenciado como 9A e como 9B na segunda.

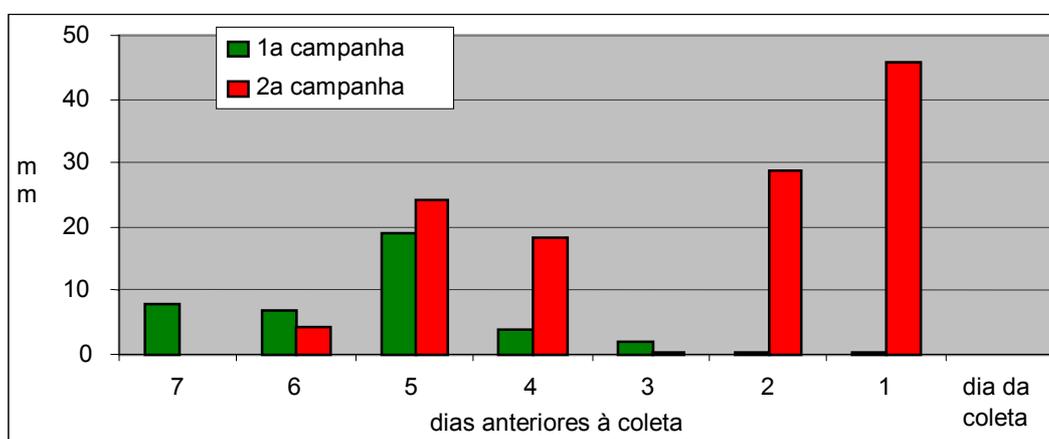


Figura 23. Volume de chuva precipitado nos sete dias anteriores às coletas.

A precipitação acumulada nos sete dias anteriores à primeira campanha foi de 49,8 mm e 101,4 mm na segunda (Boletim Mensal de Dados Meteorológicos. Laboratório de Climatologia – UESC. Convênio UESC-Universidade Estadual de Santa Cruz e INMET- Instituto Nacional de Meteorologia. 2004), modificando o padrão de comportamento de algumas variáveis, como será discutido mais adiante.

A Tabela 21 apresenta os resultados obtidos para as variáveis analisadas, agrupados por sub-bacias. Foram medidos no campo, utilizando-se eletrodos portáteis, as seguintes variáveis:

- Oxigênio Dissolvido (OD expresso em % e mg/l)
- Condutividade Elétrica (Cond. $\mu\text{S}/\text{cm}$)
- Sólidos Totais Dissolvidos (STD ppm)
- pH

- Temperatura (Temp. °C)

Tabela 21. Resultado das variáveis físico-químicas medidas em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência

Pontos de Coleta	OD (%)	OD (mg/L)	pH	Temp. (°C)	STD (ppm)	Cond. (µS/cm)	Cond. Corrigida (µS/cm)
1	90,0	7,4	6,2	25,8	13,0	24,6	
2	89,2	7,3	6,1	26,2	16,3	28,7	
3	91,8	7,4	6,1	25,7	15,0	26,9	
4	74,5	6,9	6,8	26,4	14,5	25,6	
5	52,9	4,3	6,0	26,8	22,8	37,4	
6	75,0	6,0	6,5	26,6	17,5	29,8	
7	65,8	5,4	6,2	25,4	19,4	32,5	
8	92,6	7,5	7,1	26,2	15,5	27,6	
9A	89,5	7,0	6,8	28,6	15,4	27,6	
9B	88,8	7,2	6,7	25,8	5,0	19,6	
10	93,6	7,3	6,5	28,3	14,9	26,8	
11	88,5	7,1	7,7	26,4	16,4	28,7	
12	96,4	7,6	7,4	27,8	16,3	29,0	
13	90,2	7,0	6,8	28,1	17,9	30,5	
14	71,4	5,6	5,8	28,4	12,8	24,1	
15	77,1	6,4	7,2	24,7	12,3	28,2	39,7
16	89,2	7,3	6,6	25,4	12,2	27,8	39,1
17	80,7	6,7	6,9	25,2	16,4	34,1	48,0
18	65,5	5,6	6,5	25,0	13,9	31,1	43,8

- *Oxigênio Dissolvido* (Figura 24)

Os rios amostrados revelaram-se extremamente bem oxigenados e, com exceção do ponto 5 (Rio Fojo), todos com valores acima de 5 mg/L, que vem a ser o limite mínimo preconizado pela Legislação Federal (CONAMA, 1986) para rios de Classe 2. Estes resultados são reflexo da ausência de núcleos populacionais responsáveis pelo lançamento de quantidades apreciáveis de esgotos domésticos não-tratados, os quais estão usualmente associados à diminuição da concentração de oxigênio dissolvido em corpos receptores. A topografia da área é também responsável pelo resultado encontrado, por favorecer a ocorrência de cachoeiras e corredeiras que levam a uma maior difusão do oxigênio atmosférico para as águas fluviais.

O valor obtido no Rio Fojo denota haver nesta sub-bacia condições peculiares, seja em virtude de uma topografia mais plana ou por ser uma bacia onde dejetos humanos e animais estejam sendo lançados em quantidades significativas próximas ao ponto de coleta adotado, ou mesmo um somatório destes dois fatores. A interpretação do uso atual do solo desta área pode trazer subsídios para esclarecer estas ponderações.

Tomando por base os valores de saturação percentual de OD, obtidos nas cabeceiras da sub-bacia do Riacho do Capitão (90,3%), outros rios apresentam valores mais reduzidos do que seria de se esperar. Dentre estes, o ponto 4, no próprio Riacho do Capitão, já fora da área do Parque, e os pontos 6, 7, 14, 15, 17 e 18. Provavelmente estes resultados estão refletindo a existência de moradias ou criação de animais, responsáveis pelo lançamento de efluentes orgânicos nestas drenagens, principalmente na região dos pontos 15, 17 e 18, que se localizam em sub-bacias sob forte pressão de ocupação antrópica.

Os resultados de OD, tanto em porcentagem de saturação como em mg/L, não sofreram modificações significativas entre as duas campanhas, conforme observa-se na comparação entre os valores do ponto 9 da primeira com a segunda campanha.

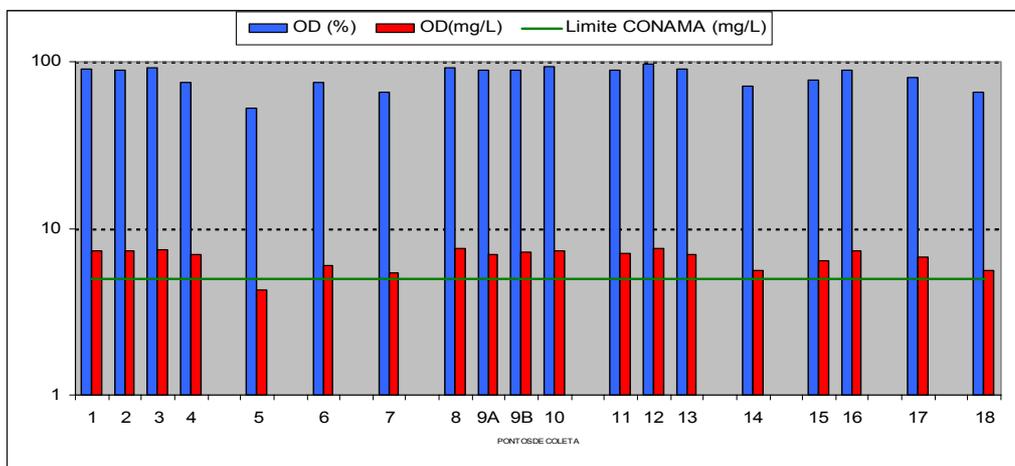


Figura 24. Oxigênio dissolvido medido em pontos selecionados de drenagens da área do PESCA e zona de influência e Limite Mínimo Permissível segundo Resolução nº 20/1986 do CONAMA.

- *Condutividade e STD* (Figura 25)

Estas duas variáveis são intrinsecamente relacionadas e representam, por diferentes vias, a salinidade da amostra, ou em outras palavras, a concentração de elementos químicos dissolvidos. No estudo da hidroquímica fluvial, estas variáveis são controladas pelo tipo de substrato geológico e pela composição química da precipitação, sendo que na área de estudo, ambos variam muito pouco. As águas fluviais estudadas apresentam-se extremamente pobres em eletrólitos dissolvidos, sendo que o limite máximo de STD permitido pela legislação, 500 ppm, é mais de uma ordem de grandeza superior aos valores encontrados.

Apenas a título de comparação, sempre tomando por base os valores no trecho de mata do Riacho do Capitão, nota-se um aumento destas variáveis no Rio Fojo

(ponto 5) e Burundanga (ponto 7), indicando haver processos que favorecem a lixiviação de elementos do solo desta sub-bacia, provavelmente resultante de desmatamentos. A comparação dos valores obtidos no ponto 9 durante as duas campanhas, confirma a diminuição da condutividade durante períodos de chuva, conforme preconiza a literatura especializada. Assim, ao observarmos a condutividade dos cursos de água da face oeste do PESC, corrigida na mesma proporção da redução detectada no ponto 9, verifica-se mais uma vez que esta área apresenta-se bastante alterada em relação à sua condição pretérita. A se destacar também o valor obtido no ponto 14, compatível com aquele do Riacho do Capitão, comportamento oposto ao obtido na análise de oxigênio dissolvido e que não pode ser inteiramente decifrado na presente pesquisa. Provavelmente a pequena extensão deste curso d'água e a possibilidade de existirem rochas com composição mineralógica dominada pelo quartzo, usualmente pobre em eletrólitos, sejam fatores que estejam dificultando comparações mais consistentes.

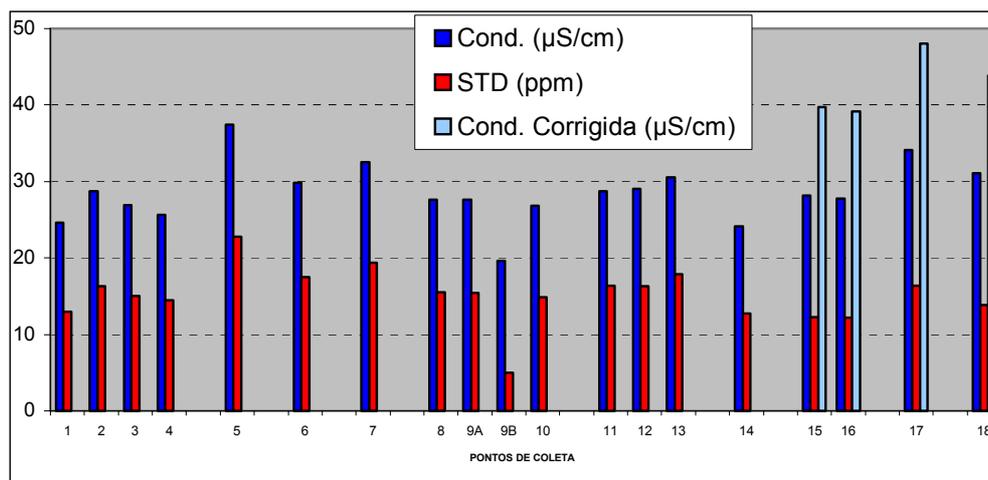


Figura 25. Condutividade elétrica e Sólidos Totais Dissolvidos (STD) medidos em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência.

- *pH* (Figura 26)

Os resultados desta análise mostram todos os rios pesquisados apresentando uma tendência à acidez e com valores muito próximos ao limite inferior postulado pela Resolução do CONAMA, que coloca como parâmetro valores entre 6 e 9. Os pontos 5 e 14 apresentaram resultados que os colocam como críticos, por estarem no limite inferior ou abaixo deste.

Embora praticamente todos os pontos estejam dentro dos limites aceitáveis, o aumento do pH no ponto 4, bem como nos demais rios, quando comparados ao

Riacho do Capitão, indicam haver pequenas alterações nas condicionantes ambientais que levam a uma diminuição da acidez, porém sem comprometimento da qualidade da água em relação a este parâmetro.

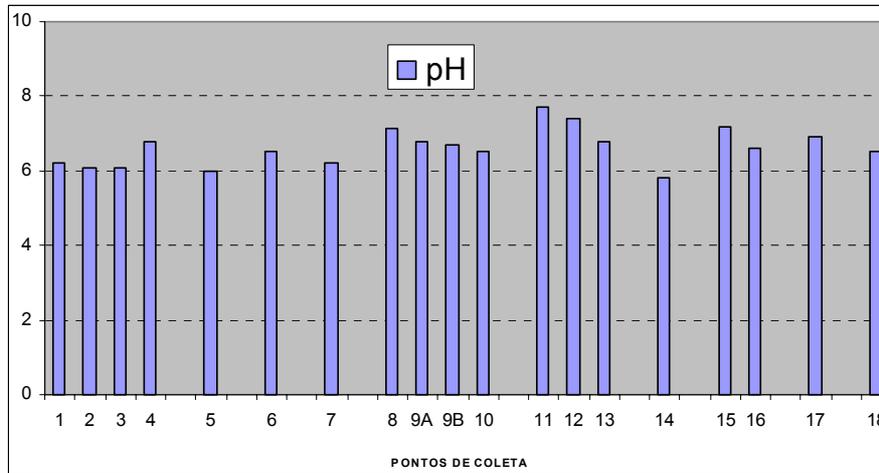


Figura 26. pH medido em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência

- *Temperatura* (Figura 27)

Os valores de temperatura da água dos rios amostrados destacam, inicialmente, a influência das condições climáticas durante a segunda campanha, pela redução observada na temperatura da água no ponto 9 e demais pontos visitados durante a mesma. Observa-se também um progressivo aumento na temperatura ao longo do curso dos Rios Tijuípe e Tijuipinho ao penetrarem na Zona de Amortecimento, talvez devido ao menor sombreamento causado pela redução da cobertura vegetal.

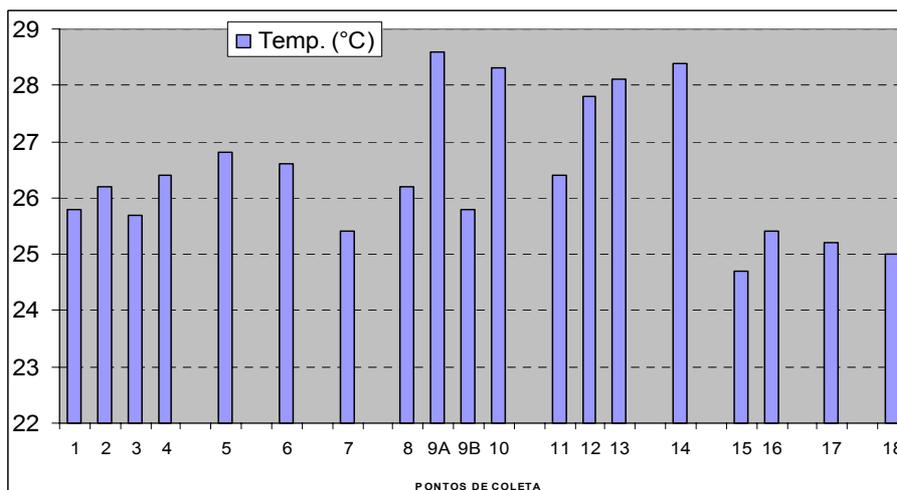


Figura 27. Temperatura medida em pontos selecionados de drenagens da área do PESC e zona de influência

Outros estudos sobre hidroquímica realizados nas bacias estudadas são escassos na literatura, o que dificulta uma comparação mais consistente com os resultados aqui apresentados. Os únicos dados desta natureza disponíveis são aqueles resultantes de um estudo para a captação de água do Rio Almada, e que utilizou um ponto de medidas depois do encontro dos Rios Apepique e Caldeira, a montante de seu lançamento na Lagoa Encantada (CEPEMAR, 1990). Os resultados encontrados nesse local foram: 23,1 °C de temperatura; 8,5 mg/l de OD; pH igual a 6,1 e condutividade de 46 µS/cm. Estes dados caracterizaram águas mais ricas em oxigênio, com valor próximo a saturação, que aquelas medidas nos pontos de coleta 14, da bacia do R. Apepique, e 15 e 16 da bacia do R. Caldeira. Como existe um desnível nas cotas topográficas entre os pontos de coleta adotados no presente trabalho e o ponto adotado pelo CEPEMAR, a presença de cachoeiras e corredeiras neste trecho pode ser responsável pelas diferenças observadas. O pH é ligeiramente mais ácido que aqueles obtidos no presente trabalho, porém sendo válida a ressalva de que solos com maior acidez podem ocorrer no substrato geológico desta área, que é semelhante àquele presente na bacia do Riacho do Capitão. Os valores de condutividade quando corrigidos são semelhantes, sendo aparentemente um comportamento típico para a região, a ocorrência de águas com reduzida carga de elementos dissolvidos.

Uma pesquisa semelhante (BERNAL & DEPAULA, 2003) foi realizada na região da bacia hidrográfica do Rio Cururupe, que possui clima e substrato geológico semelhantes aos do PESC, localizada a menos de 100 km ao sul. Apesar desta bacia apresentar diversos usos da terra, os resultados são similares aos aqui obtidos, caracterizando águas bem oxigenadas, com baixa concentração de eletrólitos dissolvidos e valores de pH ligeiramente mais ácidos que os encontrados no PESC. Outro trabalho também desenvolvido no Rio Cururupe (SILVA & DEPAULA, 2003), revelou que o pH de águas fluviais é uma variável sensível ao tipo de solo presente na bacia, o que pode justificar os resultados obtidos nas sub-bacias dos Rios Tijuípe e Tijuipinho. Este mesmo trabalho, aponta o OD como uma variável que responde a certos usos da terra, como por exemplo criação de animais, o que pode também estar sendo retratado nos valores desta variável obtidos nos Rios Fojo, Jeribucaçu, Burundanga, Aderno, Caldeira, Pé da Serra e no Riacho Pau-Brasil.

A partir da interpretação dos dados obtidos foi possível elaborar algumas conclusões. A área de cabeceiras do Riacho do Capitão apresenta-se como aquela onde as características da hidroquímica fluvial se mostram melhor preservadas, em função da manutenção da cobertura vegetal original. Igualmente pode-se detectar sub-bacias, como a dos Rios Fojo, Pau-Brasil, Aderno e Ribeirão da Serra, todos na Zona de Amortecimento, que aparentemente são aquelas com maiores modificações em suas condições pretéritas, e dignas de programas de remediação.

O pequeno universo de dados físico-químicos reunidos neste trabalho revela um interessante objeto de estudos futuros, o qual deverá incluir, principalmente, outras variáveis e avaliar os efeitos da sazonalidade sobre o comportamento da hidroquímica fluvial, mas também considerar um adensamento dos pontos de coleta. Tais estudos servirão de base não somente para aprimorar o manejo do PESC, mas também para a geração de informações que servirão de subsídios científicos para os órgãos tomadores de decisão quanto a gestão de recursos hídricos na região.

3.3.6 Vegetação

A REGIÃO DO PESC

A partir dos trabalhos de JARDIM (2003) foram registradas 1127 espécies vegetais ocorrendo na região do PESC (Anexo I). Nesta lista de espécies estão incluídos dois levantamentos realizados pelo autor, em fazendas próximas ao PESC (Fazenda Caititu e Fazenda Capitão) e também uma listagem fornecida pelo Herbário CEPEC para os municípios de Itacaré e Uruçuca, que representam 85% da área do PESC. Na listagem fornecida pelo Herbário CEPEC estão incluídas espécies que ocorrem em vegetação de restinga e manguezais. Apesar de não ocorrerem dentro da área do PESC, estas espécies são importantes para a contextualização da flora regional. Certamente o número real de espécies vegetais na região é maior, principalmente se for considerado que existe uma forte tendência de amostragem para árvores e arbustos, enquanto outros grupos de plantas foram apenas parcialmente levantados. De uma maneira geral, são poucos os levantamentos de flora realizados até o momento para a região.

Status de conservação das espécies na região do PESC

Conforme citado anteriormente, existem cerca de 150 espécies vegetais que ocorrem exclusivamente na região sul da Bahia e norte do Espírito Santo (THOMAS

et al 2003). Entre estas, existem espécies (Tabela 22) que foram encontradas na região mais próxima ao PESC (nos municípios de Itacaré e Uruçuca) e, que possivelmente ocorram dentro da área decretada do PESC e em seu entorno direto, ou seja a zona de amortecimento. Além disso, algumas espécies (marcadas com asteriscos na Tabela 22) foram descritas recentemente a partir de estudos realizados na região do entorno direto do PESC (por exemplo, Fazenda Caititu e Fazenda Capitão) e até o momento estas espécies são conhecidas apenas para esta região restrita.

Tabela 22. Exemplos de espécies endêmicas que ocorrem na região do PESC e sua zona de amortecimento (THOMAS *et al.* 2003)

Espécie	Família	Nome Popular	Hábito
<i>Aechmea amorimii</i> Leme *	Bromeliaceae		EPI
<i>Aechmea echinata</i> (Leme) Leme	Bromeliaceae		EPI
<i>Arapatiella psilophylla</i> (Harms) Cowan	Caesalpiniaceae	Arapati	ARV
<i>Aspidosperma thomasi</i> Marcondes-Ferreira *	Apocynaceae	Petiá	ARV
<i>Attalea funifera</i> Mart.	Arecaceae	Piaçava	ARV
<i>Bauhinia carvalhoi</i> Vaz *	Caesalpiniaceae		LIA
<i>Bertolonia carmoi</i> Baumgratz	Melastomataceae		HER
<i>Byrsonima alvimii</i> W.R. Anderson	Malpighiaceae		ARV
<i>Chamaecrista amorimii</i> Barneby *	Caesalpiniaceae		ARV
<i>Couepia belemii</i> Prance	Chrysobalanaceae	Oiti	ARV
<i>Coussapoa pachyphylla</i> Akkermans & Berg	Moraceae		ARV
<i>Curarea crassa</i> Barneby	Menispermaceae		LIA
<i>Harleyodendron unifoliolatum</i> Cowan	Fabaceae		ARV
<i>Heteropterys bullata</i> Amorim	Malpighiaceae		LIA
<i>Heteropterys imperata</i> Amorim	Malpighiaceae		LIA
<i>Hornschuchia obliqua</i> Maas & van Setten	Annonaceae	Pindaíba-quiabo	ARV
<i>Hypolytrum jardimii</i> M. Alves & W. Thomas *	Cyperaceae		HER
<i>Licania littoralis</i> Warm.	Chrysobalanaceae	Oiti	ARV
<i>Marsdenia amorimii</i> Morillo *	Apocynaceae		LIA
<i>Pavonia morii</i> Krapovickas	Malvaceae		ARV
<i>Picramnia coccinea</i> W. Thomas	Simaroubaceae		ARB
<i>Plinia callosa</i> Sobral	Myrtaceae		ARV
<i>Pseudoxandra bahiensis</i> Maas	Annonaceae		ARV
<i>Ronnbergia carvalhoi</i> Leme & Martinelli *	Bromeliaceae		EPI
<i>Ruellia affinis</i> Lindau	Acanthaceae		ARB
<i>Stephanopodium magnifolium</i> Prance	Dichapetalaceae		ARV
<i>Stigmaphyllon macropodum</i> A. Juss.	Malpighiaceae		LIA
<i>Zollernia magnifica</i> Carvalho & Barneby	Caesalpiniaceae		ARV

A ausência de uma eficiente estratégia de conservação dos ecossistemas regionais poderia levar várias destas espécies a extinção definitiva, principalmente espécies com uma área de ocorrência restrita.

Um outro critério importante para avaliar a importância do componente biótico de uma região é a ocorrência de espécies citadas nas listagens de espécies ameaçadas de extinção. Uma das listas mais reconhecidas mundialmente é a Lista Vermelha (www.redlist.org), elaborada pela organização União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Esta listagem foi revisada recentemente (2003) e 37 espécies encontradas na região do PESC estão incluídas em diferentes categorias (Tabela 23).

As espécies consideradas dentro da categoria EM PERIGO (**EN** - “Endangered”) são aquelas que estão expostas a um alto risco de extinção na natureza em um futuro próximo, enquanto as consideradas VULNERÁVEIS (**VU** - “Vulnerable”) são aquelas expostas a um alto risco de extinção na natureza a médio prazo. As espécies são encaixadas dentro destas categorias a partir da avaliação de critérios relacionados: ao pequeno tamanho atual da população (**A1**, **D2**), ao tamanho da área de ocorrência da população (**B**), ao declínio ou ao grau de fragmentação da área de ocorrência (**A1c**, **B1** e **B2**), aos níveis reais ou potenciais de exploração da espécie para fins comerciais (**A1c**), entre outros.

Espécies consideradas de BAIXO RISCO (**LR** - “Low Risk”) são aquelas que foram avaliadas, mas não preencheram os critérios para as categorias acima, sendo então colocadas em situação de observação. Estas espécies são classificadas como: 1) “**nt**” (perto de serem ameaçadas ou “near threatened”) - aquelas que estão próximas da categoria Vulnerável, e; 2) “**cd**” (dependentes de conservação ou “conservation dependent”) - aquelas que estão sob um programa de conservação, sem o qual poderiam estar incluídas em alguma das categorias acima.

Tabela 23. Espécies da região do PESC que fazem parte da Lista Vermelha da IUCN (1997 e 2003) e suas respectivas categorias

Espécie	Nome popular	Categoria IUCN
<i>Abarema filamentosa</i>		VU B1+2c
<i>Aniba intermedia</i>	Louro	VU B1+2c
<i>Arapatiella psilophylla</i>	Arapati ou Faveca-vermelha	VU B1+2c
<i>Bactris pickelii</i>		VU A1c
<i>Banara brasiliensis</i>		VU B1+2ac
<i>Cariniana legalis</i>	Jequitibá-rosa	VU A1ac
<i>Chrysophyllum flexuosum</i>		LR/cd
<i>Chrysophyllum lucentifolium</i>		Rara (1997/IUCN)
<i>Chrysophyllum splendens</i>	Bapeba	VU B1+2c
<i>Dalbergia nigra</i>	Jacarandá-da-Bahia	VU A1cd
<i>Eschweilera alvimii</i>		VU B1+2c
<i>Esenbeckia leiocarpa</i>	Guarantã	VU A1cd
<i>Euterpe edulis</i>	Palmito Jussara	Vulnerável (1997/IUCN)
<i>Exostyles venusta</i>	Mucitaíba-folha-miúda	Rara (1997/IUCN)
<i>Ficus hirsuta</i>		LR/nt
<i>Inga grazielae</i>		VU B1+2c
<i>Inga pleiogyna</i>		VU B1+2c
<i>Lecythis lanceolata</i>	Sapucaia-mirim	LR/cd
<i>Lecythis lurida</i>	Inhaíba ou Jarana	LR/cd
<i>Lecythis schwackei</i>		VU D2
<i>Manilkara longifolia</i>	Paraju	EN A1c, B1+2c
<i>Manilkara maxima</i>	Maçaranduba-praiú	VU B1+2c
<i>Micropholis compta</i>		VU B1+2c
<i>Micropholis crassipedicellata</i>		LR/cd
<i>Pouteria butyrocarpa</i>		EN B1+2b
<i>Pouteria grandiflora</i>	Bapeba	LR/nt
<i>Pouteria macahensis</i>		EN B1+2c
<i>Pouteria microstrigosa</i>		VU B1+2c
<i>Rollinia bahiensis</i>		VU B1+2c
<i>Sclerolobium densiflorum</i>	Arapaçu ou Ingauçu	LR/nt
<i>Solanum melissarum</i>		LR/nt
<i>Sorocea guilleminiana</i>	Amora-branca	VU A1c
<i>Stephanopodium magnifolium</i>	Borboleta	VU D2
<i>Syagrus botryophora</i>	Pati	LR/nt
<i>Terminalia januariensis</i>		VU B1+2c
<i>Trichilia pseudostipularis</i>		LR/nt
<i>Trichilia ramalhoi</i>		VU A1ac

Legenda: EN - “Endangered”, VU - “Vulnerable”, LR - “Low Risk”, “nt” (perto de serem ameaçadas ou “near threatened”), “cd” (dependentes de conservação ou “conservation dependent”)

No Brasil, o IBAMA publicou, em 1992, sua lista oficial de espécies ameaçadas de extinção e entre as espécies listadas para a região (Anexo I), foram encontradas cinco espécies reconhecidas oficialmente como ameaçadas de extinção. São elas:

- *Bauhinia smilacina* (Fabaceae)

- *Couepia schotii* (Chrysobalanaceae)
- *Dalbergia nigra* (Fabaceae) - Jacarandá-da-Bahia
- *Heliconia angusta* (Musaceae)
- *Melanoxylon brauna* (Fabaceae) - Braúna

Potencial econômico das espécies da região do PESC

Algumas espécies encontradas nas áreas estudadas possuem potencial de utilização econômica (DA VINHA *et al.* 1976), que poderiam ser aproveitados na região de entorno do PESC, após a realização de estudos de capacidade de exploração e da elaboração de um plano de manejo para a espécie. Para a fabricação de taninos podem ser utilizadas as espécies *Pradosia lactescens* (Buranhém), *Schinus terebinthifolius* (Aroeira-da-praia) e algumas espécies do gênero *Psidium* da família Myrtaceae. A espécie *Pradosia lactescens* também pode ser usada para a fabricação de corantes. Uma cortiça de qualidade pode ser obtida da espécie *Aeschynomene sensitiva* (Corticeira do campo), não amostrada nas áreas estudadas, mas encontrada na região do PESC (Anexo I). A resina da espécie *Himatanthus phagedaenicus* (Janaúba) tem potencial de utilização na fabricação de chicles e é freqüentemente citada para uso medicinal. A produção de fibras tem grande potencial na região e algumas espécies já utilizadas são *Attalea funifera* (Piaçava), *Eschweilera ovata* (Biriba), *Eriotheca macrophylla* (Imbiruçu), *Eriotheca globosa* (Imbiruçu-vermelho), *Cecropia pachystachya* (Imbaúba), *Typha dominguensis* (Taboa) e várias espécies do gênero *Philodendron*.

CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO DENTRO DO PESC

A única formação vegetal encontrada na área decretada do PESC é a Floresta Ombrófila Densa Submontana (IBGE 1993 - Figura 28). Entretanto, em função do histórico de perturbação da região, vários estádios sucessionais desta formação podem ser observados dentro do PESC (ver mapa de classificação da cobertura vegetal). Com a finalidade de descrever alguns dos principais estádios, foram realizadas amostragens da vegetação em 4 áreas representando os diferentes estádios sucessionais:

1 - Capoeira (CPC) - Vegetação com altura de dossel médio acima de 15 metros, formada após corte raso da vegetação original. Localizada na porção central do PESC.

2 - Área Explorada (AE) - Área explorada para a retirada de madeira e circundada por um mosaico de fragmentos de pequeno porte, sujeitos a diferentes atividades agrícolas ou em diferentes estádios sucessionais. Localizada na porção central do PESC.

3 - Fazenda Capitão (FC) – Área explorada para a retirada da madeira, porém circundada por um grande bloco de floresta explorada anteriormente, sem nenhum fragmento próximo de pasto ou atividade agrícola. Localizada na porção norte do PESC.

4 - Mata da Torre (MT) – Área representativa da vegetação original em seu melhor estado de conservação, sem indícios recentes de perturbação. Localizada na porção sul do PESC.

De acordo com a Resolução CONAMA 05/94 as áreas estudadas podem ser enquadradas da seguinte forma:

A área de Capoeira (CPC) caracteriza-se como Vegetação Secundária (Art 3º.) em Estágio Médio de regeneração (Art. 3º, II).

A Área Explorada (AE) e a Fazenda Capitão (FC) caracterizam-se como Vegetação Secundária em Estágio Avançado (Art. 3º. III), em função da atividade madeireira que ocorreu nas duas áreas. É importante destacar que a área que foi amostrada na Fazenda Capitão poderia ser classificada como intermediária entre Vegetação Secundária em Estágio Avançado e Vegetação Primária, uma vez que no ponto de amostragem não há indícios de supressão total ou parcial, tendo sido esta área apenas explorada para a retirada de algumas árvores de interesse comercial.

A área da Mata da Torre (MT) é a que mais se aproxima na região de uma Vegetação Primária (Art. 1º), com efeitos mínimos de ações antrópicas (figura 29).



Figura 28. Vegetação do interior do Parque Estadual da Serra do Conduru, na trilha próxima à sede

As áreas amostradas são representativas das classes de uso da terra encontradas na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru. A tabela 24 apresenta a área total coberta pelas classes de vegetação dentro da Unidade de Conservação, mostrando que a área com extração seletiva (caracterizada como Vegetação Secundária em estágio Avançado) e/ou cacau (em sistema de cabruca) está presente em maior proporção dentro do PESC, sendo portanto adequada a amostragem de duas áreas nesta categoria.

Tabela 24. Classe de vegetação, área e porcentagem de cobertura dentro do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

Vegetação	Área (ha)	%
Mata Secundária Estágio Avançado	5.233,36	56,5
Vegetação Agrícola	1.709,7	18,4
Mata Secundária Estágio Inicial	901,52	9,7
Mata Secundária Estágio Médio	845,04	9,1
Mata Primária	585,38	6,3

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
Mapa de Vegetação

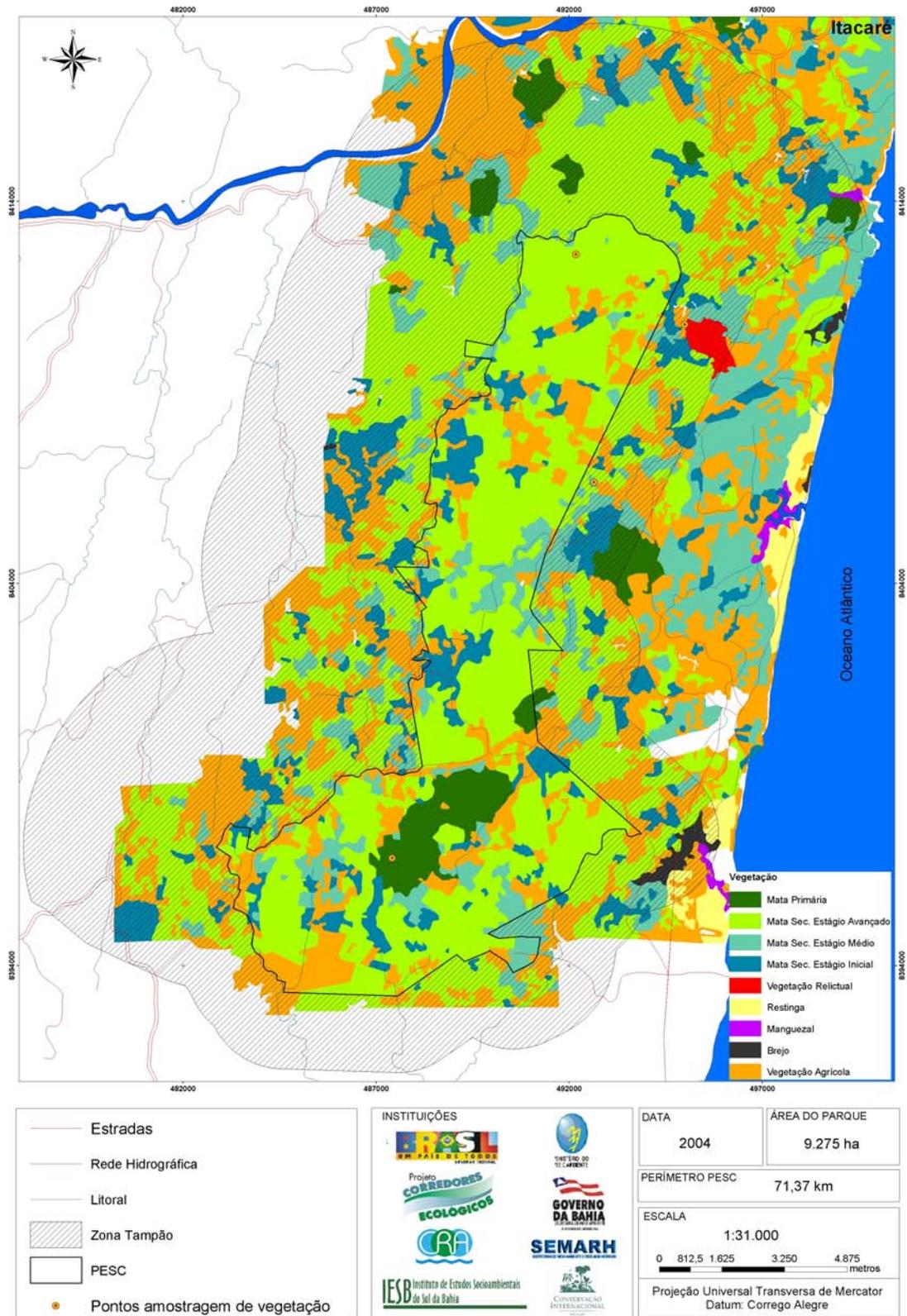


Figura 29. Mapa de vegetação, identificando os sistemas vegetais presentes na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

Em cada um dos quatro ambientes amostrados (CPC, AE, FC e MT) foram estabelecidas 10 parcelas de 50 x 2 m, sendo cada parcela separada da seguinte por uma distância equivalente a 18 m. Em cada área foram amostrados no total 1.000 m², seguindo metodologia descrita por Phillips et al. (2003), que sugerem ser esta a melhor forma de realizar amostragens rápidas e significativas de vegetação. Nestas parcelas, foram amostradas todas as árvores acima de 15 cm de perímetro a altura do peito (pap). Para cada árvore foi anotada em campo sua altura, perímetro (pap) e identificação preliminar, checada posteriormente em laboratório. Os dados de campo foram coletados entre os meses de fevereiro e abril de 2004.

Para os indivíduos com caule único, o perímetro (pap) foi transformado em diâmetro (dap) pela divisão direta do valor do pap pelo valor de PI (3,1416). Para os indivíduos que apresentaram rebrotas, foi calculada a área do círculo de cada ramo, estas foram somadas e a soma foi então transformada em diâmetro (dap). Estes procedimentos foram realizados com a finalidade de facilitar a comparação com outros estudos, que geralmente apresentam os dados em diâmetro. Dessa forma, os dados apresentados a seguir serão baseados nos diâmetros a altura do peito (dap) dos indivíduos.

Estrutura da vegetação

A área de Capoeira apresentou o menor número de indivíduos amostrado, a maior porcentagem de rebrotas e os menores tamanhos (tanto em altura quanto diâmetro médios) de indivíduos (Tabela 25), diferenciando-se das demais áreas.

Tabela 25. Estrutura da vegetação de áreas em diferentes estádios sucessionais no PESC

	Capoeira	Área Explorada	Fazenda Capitão	Mata da Torre
Nº de indivíduos	145	253	263	254
% Rebrotas	22,1	4,7	0,8	0,8
Altura média (m)	11,0	13,3	14,5	14,7
Altura máxima (m)	22,0	35,0	30,0	40,0
Diâmetro médio (cm)	10,4	11,4	11,5	14,0
Diâmetro máximo (cm)	38,3	64,9	50,6	77,7

O número de indivíduos foi similar entre as outras três áreas. Entretanto, em relação ao tamanho das plantas, a Área Explorada apresentou árvores com menor altura média entre as três áreas e a Mata da Torre apresentou árvores com o maior diâmetro médio.

Estes resultados sugerem a existência de um gradiente em estrutura da vegetação entre os estádios analisados, com as plantas maiores e com fuste único sendo encontradas nas áreas menos perturbadas.

Composição Florística

Do total de 915 plantas amostradas nos quatro ambientes (Anexo II), as famílias Myrtaceae (116 indivíduos), Fabaceae (69 inds.) e Sapotaceae (67 inds.) foram as mais abundantes e também as mais ricas em espécies, apresentando respectivamente 60, 32 e 25 espécies. No estudo de THOMAS et al (no prelo) as famílias mais importantes foram Myrtaceae (82 espécies), Sapotaceae (36 espécies) e Euphorbiaceae (26 espécies).

Entretanto, na comparação entre as diferentes áreas analisadas dentro do PESC (tabela 26), foi possível notar que na Capoeira as famílias Melastomataceae (6 spp) e Euphorbiaceae (5 spp) apresentaram maiores números de espécies, sendo portanto, diferente das outras três áreas, que apresentaram praticamente as mesmas famílias com maiores riquezas e abundâncias.

Tabela 26. Famílias com maior número de espécies (Spp) e de indivíduos (Inds) em cada uma das quatro áreas analisadas no PESC

FAMÍLIA	Total		Capoeira		Área Explorada		Fazenda Capitão		Mata da Torre	
	Spp	Inds	Spp	Inds	Spp	Inds	Spp	Inds	Spp	Inds
MYRTACEAE	60	116	2	8	19	30	26	37	33	41
FABACEAE	32	69	5	9	18	29	14	19	11	12
SAPOTACEAE	25	67	3	3	10	15	11	22	16	27
RUBIACEAE	15	55	4	9	9	17	8	19	5	10
CHRYSOBALANACEAE	15	28	1	1	3	5	11	16	5	6
LAURACEAE	13	21	1	1	3	3	5	8	5	9
MELASTOMATACEAE	11	44	6	16	4	15	3	3	6	10
EUPHORBIACEAE	11	50	5	19	4	8	5	20	2	3
ANNONACEAE	10	11	3	3	4	4	1	1	3	3
APOCYNACEAE	7	28	2	9	2	3	3	9	3	7
MORACEAE	7	48	2	3	4	7	4	6	5	32
CLUSIACEAE	7	24	1	2	3	5	3	10	3	7

É importante ressaltar que no processo de identificação das espécies (tanto para a Tabela 26, quanto para o Anexo II) foi utilizado o novo sistema de classificação

das famílias botânicas (APG II, 2003). Apesar de ser um sistema ainda recente, optou-se por este em função de uma forte tendência de sua utilização em estudos botânicos recentes, possibilitando desta forma, a comparação futura dos dados deste estudo com a literatura.

Comparativamente, a Mata da Torre, foi a área com maior riqueza de espécies (Tabela 27). Apesar do número de famílias botânicas encontrado nesta área ter sido o mesmo observado para a Área Explorada, o número de espécies na Área Explorada foi menor. A área de Capoeira apresentou os menores números de indivíduos, espécies e famílias, mas, considerando que foram amostrados apenas 1000 m², estes números podem ser considerados elevados para uma área em regeneração. Provavelmente, esta riqueza relativamente alta esteja relacionada com o fato desta área de capoeira estar inserida dentro de um mosaico de vegetação com várias manchas de florestas próximas. Estas florestas próximas possivelmente estão funcionando como fontes de propágulos para as áreas que estão em processo de regeneração dentro do PESC e no seu entorno.

Tabela 27. Número de indivíduos, espécies e famílias de plantas amostradas em quatro áreas no Parque Estadual Serra do Conduru.

ÁREA	Número de Indivíduos	Número de Espécies	Número de Famílias
Mata da Torre	254	144	41
Fazenda Capitão	263	137	36
Área Explorada	253	134	41
Capoeira	145	62	30
TOTAL	915	313	53

No total, foram encontradas, neste levantamento realizado nas quatro áreas do PESC, 313 espécies de plantas arbóreas. Deste total, 63 espécies não haviam sido listadas entre as 1127 plantas encontradas no anexo I, demonstrando a importância deste tipo de levantamento e a necessidade de realização de mais inventários na região.

De um modo geral, os resultados apresentados neste estudo ressaltam a altíssima riqueza de espécies observada no PESC, mesmo em áreas sujeitas a algum tipo de impacto anterior, como a área da Fazenda Capitão, que apesar de já ter sido explorada no passado possui uma flora rica e com espécies importantes

para a região. Também na Área Explorada, que ainda está sob o impacto direto da atividade humana, um grande número de espécies foi encontrado, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Ainda se sabe muito pouco sobre a flora desta região, sendo a maioria dos estudos centrados apenas em espécies arbóreas e não tratando de outras formas de vida como lianas, herbáceas, arbustos e epífitas.

Um exemplo que chama a atenção é o fato de que está sendo descrito um novo gênero pertencente a família Melastomataceae, que pode ser considerado, até o momento, um gênero endêmico da Mata Atlântica sul-baiana (Goldenberg, Amorim & Michelangeli, comunicação pessoal). As espécies que serão descritas dentro deste gênero são arbustos que foram coletados em visitas esporádicas realizadas na Mata da Torre e na Fazenda Capitão por pesquisadores do herbário CEPEC e colaboradores.

É, portanto, de fundamental importância conhecer de forma mais aprofundada as características florísticas desta região, que tem chamando a atenção de pesquisadores do mundo todo, por sua flora peculiarmente rica e endêmica.

Detalhamento das áreas estudadas

Nas áreas estudadas foi calculado, para cada uma das espécies encontradas, o Índice de Valor de Importância (IVI). Para o cálculo deste índice, são utilizados três parâmetros (DURIGAN 2004):

- Densidade Relativa - que está relacionada ao número de indivíduos apresentados pela espécie em questão e indica qual a proporção que estes indivíduos representam na comunidade como um todo.

- Freqüência relativa – que está relacionado ao número de parcelas em que a espécie é encontrada

- Dominância relativa - que está relacionada ao espaço ocupado pela espécie, em termos de área basal (projeção do diâmetro da árvore no solo).

O IVI é a soma dos valores dos três parâmetros para cada espécie e representa uma forma interessante de descrever a comunidade, pois não valoriza apenas as espécies mais abundantes na área, mas também destaca espécies que ocupam uma grande área basal, por possuírem indivíduos de grande porte e também destaca espécies que são encontradas com freqüência, ao invés de espécies que ocorrem agregadas em apenas uma parcela.

Serão apresentadas para cada área uma breve descrição e a listagem com as 15 espécies com maior IVI.

Mata da Torre

Foram amostrados 254 indivíduos, que foram classificados em 144 espécies pertencentes a 41 famílias.

As duas espécies com os maiores Índices de Valor de Importância (IVI) foram *Helicostylis tomentosa* (MORAC), a Amora-preta e *Euterpe edulis* (AREC), o Palmito-Jussara (Tabela 28). Ambas apresentaram alto IVI em função principalmente do grande número de indivíduos na área. A espécie *Coussapoa pachyphylla* (URTIC), apesar de apresentar apenas um indivíduo, obteve um alto IVI, em função do tamanho deste indivíduo (dap = 77,7 cm). Este foi o maior indivíduo amostrado em todas as áreas. Esta espécie é considerada endêmica restrita à região entre o Rio de Contas e o Rio Jequitinhonha no estado da Bahia. A espécie *Pradosia* aff. *subverticillata* (SAPOT) é considerada uma espécie vulnerável de acordo com a Lista Vermelha da IUCN e possui um indivíduo de grande porte (dap = 65 cm) na área amostrada da Mata da Torre. A identificação de indivíduos de grande porte de espécies endêmicas e espécies ameaçadas de extinção é importante para o planejamento de produção de mudas a partir de matrizes da própria área, para a recuperação de áreas locais degradadas.

Tabela 28. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Mata da Torre. (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)

Espécie	Nind	DR	FR	DoR	M	%M
<i>Helicostylis tomentosa</i> (Poepp. & Endl.) Rusby	21	8.268	4.566	6.734	19.568	6.5
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	14	5.512	4.110	0.663	10.284	3.4
<i>Vochysia riedeliana</i> Stafleu	2	0.787	0.913	6.754	8.454	2.8
<i>Coussapoa pachyphylla</i> R.W.A.P. Akkermans & C.C. Berg.	1	0.394	0.457	6.745	7.595	2.5
<i>Virola gardneri</i> Warb.	3	1.181	0.913	4.804	6.899	2.3
<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart.	6	2.362	2.283	1.700	6.345	2.1
<i>Eschweilera ovata</i> Mart. ex Miers	3	1.181	1.370	3.671	6.222	2.1
<i>Pradosia</i> aff. <i>subverticillata</i> Ducke	1	0.394	0.457	4.714	5.565	1.9
<i>Eugenia</i> sp. 3	1	0.394	0.457	4.622	5.473	1.8
<i>Buchenavia capitata</i> Eichl.	1	0.394	0.457	4.441	5.292	1.8
<i>Eriotheca macrophylla</i> (K. Schum.) A. Robyns	6	2.362	1.826	0.952	5.141	1.7

<i>Pouteria</i> sp. 3	5	1.969	1.826	1.280	5.075	1.7
<i>Cheiloclinium cognatum</i> (Miers) A.C.Sm.	3	1.181	1.370	2.183	4.734	1.6
MYRTACEAE sp. 18	1	0.394	0.457	3.877	4.727	1.6
<i>Aptandra tubicina</i> Benth. ex Miers	4	1.575	1.826	1.250	4.651	1.6

Fazenda Capitão

Nesta área foram amostrados 263 indivíduos, pertencentes a 137 espécies e 36 famílias.

A espécie com maior IVI (tabela 29) foi *Manilkara maxima* (SAPOT), a Maçaranduba-praiú que além de apresentar 5 indivíduos na área, todos foram de grande porte. Esta espécie é endêmica da região e se encontra na lista de espécies ameaçadas da IUCN.

O Palmito Jussara também está entre as 3 espécies com maior IVI nesta área, principalmente em função do número de indivíduos amostrados, assim como a espécie *Pausandra morisiana* (EUPHORB), que apresentou o maior número de indivíduos na área, sendo indivíduos de pequeno porte, mas bem distribuídos pela área de amostragem (a espécie foi encontrada em 6 da 10 parcelas). Esta espécie foi amostrada somente nesta área.

É importante destacar que na área da Fazenda Capitão foram amostrados 2 indivíduos de uma espécie da família Dichapetalaceae ainda não conhecida para a região, podendo representar uma espécie nova ou ainda uma espécie que ocorre em outras regiões, mas que não havia sido registrada para a região do PESC até o momento. A espécie ainda está em análise pelos pesquisadores do herbário CEPEC, ressaltando a importância de dar continuidade aos estudos botânicos na região e de assegurar a conservação desta área.

Tabela 29. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Fazenda Capitão (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)

Espécie	Nind	DR	FR	DoR	IVI	%IVI
<i>Manilkara maxima</i> T.D. Penn.	5	1.901	1.709	11.272	14.883	5.0
<i>Pausandra morisiana</i> Radlk.	11	4.183	2.564	1.989	8.736	2.9
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	9	3.422	2.991	0.992	7.406	2.5
<i>Virola gardneri</i> Warb.	2	0.760	0.855	5.410	7.026	2.3
<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi	5	1.901	1.709	2.549	6.159	2.1
<i>Gomidesia</i> sp. 1	3	1.141	1.282	3.366	5.789	1.9

<i>Rinorea guianensis</i> Aubl.	5	1.901	1.709	2.163	5.773	1.9
MYRTACEAE sp. 9	4	1.521	1.709	2.392	5.623	1.9
<i>Guapira nitida</i> (Mart. ex J.A. Schmidt.) Lundell	4	1.521	1.709	2.218	5.448	1.8
<i>Rudgea</i> sp. 1	6	2.281	2.137	0.647	5.065	1.7
EUPHORBIACEAE sp. 1	6	2.281	2.137	0.544	4.962	1.7
<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	6	2.281	1.709	0.714	4.705	1.6
<i>Cupania</i> sp. 1	6	2.281	1.709	0.576	4.567	1.5
<i>Eriotheca macrophylla</i> (K. Schum.) A. Robyns	5	1.901	1.709	0.925	4.536	1.5
<i>Pouteria procera</i> (Mart.) T.D. Penn.	4	1.521	1.282	1.570	4.373	1.5

Área Explorada

Foram amostrados 253 indivíduos, pertencentes a 133 espécies e 40 famílias. Dois indivíduos não puderam ser identificados.

Eriotheca macrophylla (MALVAC), conhecida localmente como Imbiruçu, foi a espécie com maior IVI e com maior abundância na área. A outra espécie do gênero, *Eriotheca globosa*, conhecida como Imbiruçu-Vermelho, também esteve entre as espécies com maior IVI, principalmente em função do grande porte dos seus indivíduos (tabela 30).

Andira nitida (FABAC), o Angelim, apresentou apenas um indivíduo de grande porte (65 cm dap) e obteve o segundo maior IVI da área. O Palmito Jussara esteve presente na área, mas em baixa abundância e com baixo valor de IVI em função da extração ilegal dos indivíduos de maior porte.

Nesta área foi encontrado um indivíduo de porte médio (44 cm dap) da espécie *Esenbeckia leiocarpa* (RUTAC), o Guarantã, considerada vulnerável pela Lista Vermelha da IUCN. Outras espécies ameaçadas também foram encontradas na área (p.ex. *Lecythis lurida* –Inhaíba; *Zollernia modesta* –Mucitaíba-folha-miúda e *Trichilia ramalhoi*), porém com indivíduos de pequeno porte.

Apesar da menor riqueza de espécies em relação às outras áreas (MT e FC), esta área, mesmo sujeita a pressões recentes de exploração e a degradação de seu entorno, ainda mantém grande parte da flora local original.

Tabela 30. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Área Explorada (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)

Espécie	Nind	DR	FR	DoR	IVI	%IVI
<i>Eriotheca macrophylla</i> (K. Schum.) A. Robyns	13	5.138	1.389	4.233	10.760	3.6
<i>Andira nitida</i> Mart. ex Benth.	1	0.395	0.463	7.876	8.734	2.9
<i>Guapira nitida</i> (Mart. ex J.A. Schmidt.) Lundell	8	3.162	2.315	3.037	8.514	2.8
<i>Eriotheca globosa</i> (Aubl.) A. Robyns	3	1.186	0.926	4.969	7.081	2.4
<i>Rinorea guianensis</i> Aubl.	5	1.976	1.852	3.027	6.855	2.3
<i>Ficus gomelleira</i> Kunth & Bouche	1	0.395	0.463	5.929	6.787	2.3
<i>Psychotria schlechtendaliana</i> Müll. Arg.	8	3.162	2.315	0.613	6.090	2.0
<i>Protium aracouchini</i> (Aubl.) Marchand	2	0.791	0.926	4.134	5.851	2.0
<i>Swartzia reticulata</i> Ducke	6	2.372	2.315	0.709	5.395	1.8
<i>Miconia mirabilis</i> (Aubl.) L.O. Williams	6	2.372	1.852	1.046	5.269	1.8
<i>Maytenus distichophylla</i> Mart. ex Reiss.	3	1.186	1.389	2.441	5.016	1.7
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	6	2.372	2.315	0.292	4.978	1.7
<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart.	5	1.976	1.852	1.004	4.832	1.6
<i>Glycydendron amazonicum</i> Ducke	2	0.791	0.463	3.349	4.602	1.5
<i>Esenbeckia leiocarpa</i> Engl.	1	0.395	0.463	3.709	4.567	1.5

Capoeira

Nesta área foi observado o menor número de indivíduos (145), de espécies (62) e de famílias (30), além do menor porte dos indivíduos como discutido acima. Estes resultados já eram esperados a medida que se trata de uma área que foi completamente devastada no passado e que se encontra em recuperação após ser abandonada. Alguns aspectos bastante interessantes podem ser visualizados a partir dos dados analisados desta área. A espécie mais abundante foi *Schefflera morototoni* (ARALIAC), conhecida como Matataúba (tabela 31), uma espécie pioneira que atinge porte médio e que é bastante encontrada em áreas degradadas nesta região. Outra espécie importante nesta área foi *Tibouchina elegans* (MELAST), a quaresmeira, também pioneira, que atingiu o maior diâmetro observado na área para fuste único (34,7 cm).

Esta listagem de espécies com os mais altos IVI pode ser utilizada como indicadora das espécies que devem ser utilizadas para a recuperação de áreas degradadas na região do PESC, com exceção da Seringueira (*Hevea brasiliensis*) que é uma espécie exótica. Entretanto, estudos adicionais em áreas de capoeira em outras partes do parque são necessários para verificar se sobre condições diferentes

de solo e declividade (por exemplo), as mesmas espécies são capazes de colonizar o ambiente ou se um conjunto diferente de espécies colonizadoras passa a dominar o ambiente.

Tabela 31. Espécies com os maiores IVI (Índice de Valor de Importância) na Capoeira (Legenda: Nind = Número de indivíduos, DR = Densidade Relativa, DoR = Dominância Relativa, IVI = Índice de Valor de Importância)

Espécie	Nind	DR	FR	DoR	IVI	%IVI
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire, Steyerm. & Frodin	15	10.345	6.863	17.690	34.897	11.6
<i>Tibouchina elegans</i> Cogn.	8	5.517	3.922	19.792	29.231	9.7
<i>Croton macrobothrys</i> Baill.	5	3.448	3.922	6.141	13.511	4.5
<i>Myrcia</i> cf. <i>fallax</i> DC.	7	4.828	3.922	2.435	11.185	3.7
<i>Pera glabrata</i> Poepp. ex Baill.	7	4.828	3.922	1.982	10.731	3.6
<i>Tabernaemontana flavicans</i> Willd. ex Roem. & Schult.	5	3.448	2.941	2.788	9.177	3.1
<i>Bactris ferruginea</i> Burret	3	2.069	2.941	3.324	8.334	2.8
<i>Inga</i> sp. 1	5	3.448	3.922	0.935	8.305	2.8
<i>Psychotria mapourioides</i> DC.	3	2.069	1.961	3.707	7.737	2.6
<i>Eschweilera ovata</i> Mart. ex Miers	4	2.759	1.961	2.887	7.606	2.5
<i>Cordia ecalyculata</i> Vell.	6	4.138	1.961	1.433	7.532	2.5
<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. ex ADR. Juss.) Müll. Arg.	4	2.759	2.941	1.402	7.102	2.4
<i>Himatanthus phagedaenicus</i> (Mart.) Woodson	4	2.759	1.961	1.658	6.377	2.1
<i>Psychotria vellosiana</i> Benth.	4	2.759	2.941	0.609	6.308	2.1
<i>Miconia mirabilis</i> (Aubl.) L.O. Williams	3	2.069	0.980	2.958	6.008	2.0

Para analisar a similaridade de espécies entre as quatro áreas analisadas, foi calculado o Índice de Sorensen, que leva em conta o número de espécies em comum entre duas áreas e o número total de espécies total de cada área. Este índice tem a peculiaridade de valorizar as espécies que ocorrem simultaneamente em duas áreas. O valor do índice varia de 0 (quando as áreas não possuem espécies em comum) a 1,0 (quando as áreas têm exatamente a mesma composição de espécies). Valores intermediários devem ser considerados comparativamente.

Através da análise dos índices de Sorensen (Tabela 32) foi possível observar que as áreas mais similares em composição de espécies de plantas arbóreas foram a Fazenda Capitão e a Área Explorada (0,458). Entre as três áreas mais conservadas (MT, FC e AE), a Mata da Torre e a Área Explorada foram as que mais se diferenciaram. A Capoeira foi bastante diferente das outras três áreas, mas foi mais similar a Área Explorada (0,235), possivelmente em função da proximidade entre

estas áreas. A área que mais se diferenciou da Capoeira foi a Fazenda Capitão (0,181).

Tabela 32. Índice de similaridade de espécies entre as quatro áreas estudadas no PESC

Áreas	Índice de Sorensen
Fazenda Capitão X Área Explorada	0,458
Fazenda Capitão X Mata da Torre	0,377
Mata da Torre X Área Explorada	0,338
Área Explorada X Capoeira	0,235
Capoeira X Mata da Torre	0,184
Capoeira X Fazenda Capitão	0,181

Comparando as áreas amostradas no interior do PESC com a área levantada por THOMAS *et al* (no prelo), uma interessante observação é a ausência da espécie *Almeidea coerulea* (Rutaceae) nos levantamentos dentro do PESC, uma vez que esta foi a espécie mais abundante no levantamento de THOMAS *et al* (no prelo). Considerando que o estudo de THOMAS *et al* (no prelo) foi realizado na Fazenda Caititu, localizada muito próxima do limite leste do PESC, esses dados sugerem que algumas espécies podem ter uma distribuição muito agregada, ocorrendo em manchas dentro da floresta. Os aspectos que determinam esta distribuição agregada ainda precisam ser estudados, entretanto este fato chama a atenção para o cuidado que deve ser tomado no plantio de mudas em áreas de regeneração, uma vez que uma espécie que é comum na área norte do Parque, pode não ocorrer naturalmente na área sul e sua introdução nesta área poderia ser mal sucedida.

Status de conservação de espécies encontradas nos levantamentos dentro do PESC

No total das plantas amostradas dentro do PESC (Anexo II), foram encontradas 17 espécies que são consideradas ameaçadas de extinção pela Lista Vermelha da IUCN. Destas 17 espécies, 10 foram encontradas na Fazenda Capitão, 8 na Mata da Torre, 5 na Área Explorada e apenas 3 na área de Capoeira. As espécies mais ameaçadas da região segundo a lista da IUCN, *Manilkara longifolia* (Paraju) e *Pouteria butirocarpa* foram encontradas apenas na Mata da Torre e na Fazenda Capitão, respectivamente, que correspondem às duas áreas em melhor estado de conservação. As espécies *Manilkara maxima* (Maçaranduba-praiú) e

Stephanopodium magnifolium que estão na lista da IUCN e têm sua ocorrência restrita à região do PESC também foram encontradas somente nas duas áreas citadas acima, ressaltando ainda mais a importância de preservação destas áreas. Entretanto, tanto na Área Explorada como na Capoeira foram encontradas espécies da listagem de ameaçadas (por exemplo, *Lecythis lurida* (Inhaíba) e *Rollinia bahiensis*), indicando o potencial destas áreas para a conservação das espécies.

O Palmito Jussara (*Euterpe edulis*) é considerado uma espécie vulnerável a extinção, pela lista de espécies ameaçadas no estado de Minas Gerais (Fundação Biodiversitas). Nenhum indivíduo de Palmito Jussara foi encontrado na área de Capoeira enquanto na área menos perturbada (MT) foram encontrados 14 indivíduos em 1000 m², o que seria equivalente a 140 indivíduos em 1 hectare, um número bastante alto. Na Área Explorada (AE), foram encontrados apenas 6 indivíduos vivos de *Euterpe edulis*, todos com perímetro abaixo de 18 cm, enquanto outros 4 indivíduos cortados foram encontrados nesta área, todos com perímetro superior a 23 cm.

Entre as espécies endêmicas da região que foram encontradas no levantamento (Anexo II) podemos destacar *Aspidosperma thomasi*, *Coussapoa pachyphylla*, *Stephanopodium magnifolium* e *Zollernia magnifica*, todas encontradas nas áreas menos perturbadas (FC e MT). Na Área Explorada foi encontrada a espécie *Harleyodendron unifoliolatum*, descrita recentemente, além de outras espécies endêmicas como *Eschweilera mattos-silvae* e *Eugenia itacarensis*, ressaltando a importância de implantar ações para diminuir o impacto sobre estas áreas que ainda sustentam espécies de grande importância ecológica.

Espécies exóticas foram encontradas somente na área de Capoeira, sendo 4 indivíduos de *Hevea brasiliensis* (Seringueira) e 2 indivíduos de *Artocarpus heterophyllus* (Jaqueira), a maioria de pequeno porte.

Espécies de importância ecológica identificadas no levantamento dentro do PESC

Ao longo das coletas de espécies arbóreas realizadas nas parcelas, foram observadas plantas de outros hábitos de crescimento, sendo encontradas espécies de plantas parasitas de raízes, que não possuem folhas verdes e utilizam os nutrientes produzidos por outras plantas. Algumas destas espécies de parasitas (*Voyria flavescens*, *Gymnosiphon divaricatus* e *Sciaphila purpurea*) podem ser consideradas boas indicadoras da qualidade do ambiente florestal, pois só ocorrem

em ambientes sombreados e úmidos como o sub-bosque. Em áreas sujeitas a grande impacto, com alteração da cobertura vegetal, estas espécies não conseguem sobreviver.’

- Palmito (*Euterpe edulis*) – Esta espécie é considerada por diversos autores como uma espécie-chave para as florestas tropicais em que ela ocorre. A produção de grande quantidade de frutos carnosos atrai aves de grande porte (como tucanos, araçaris, etc), que auxiliam na dispersão de sementes desta e de outras espécies. O palmito jussara compõe uma importante parte da paisagem das florestas da região. É impossível pensar nas florestas da região sem a presença desta espécie.

- As espécies encontradas em abundância na área de capoeira estudada são importantes para o processo de regeneração natural das florestas da região. A maioria delas possui frutos carnosos, que atraem animais dispersores de sementes. A medida que estes animais procuram estas árvores para se alimentar, podem trazer, de outras regiões, sementes de espécies arbóreas que podem se estabelecer na área em regeneração, aumentando a diversidade de espécies ao longo da sucessão. Entre as espécies pioneiras com frutos carnosos temos a Imbaúba (*Cecropia pachystachya*), o Mundururu (*Miconia mirabilis*) e o Mundururu-ferro (*Henriettea succosa*).

Veja também nas seções “Alternativas para desenvolvimento sustentável” (ENCARTE 2) e “Recomendações de Ações” no Programa de Manejo do Meio Ambiente (ENCARTE 4), citações de espécies de importância ecológica e econômica.

CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO DO CAMPO CHEIROSO NO ENTORNO DO PESC

No entorno do PESC, ocorre uma mancha de vegetação com características muito peculiares, que necessita especial atenção na elaboração de sua estratégia de conservação. Recentemente foi elaborado um relatório técnico referente a esta área para o plano de reavaliação do zoneamento da APA Itacaré-Serra Grande. Este relatório encontra-se reproduzido abaixo na íntegra.

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA - CAMPO CHEIROSO, ITACARÉ, BAHIA

Responsáveis: Adriana Maria Zanforlin Martini

Luis Alberto Mattos Silva

Colaborador: André M. A. Amorim

Originalmente, no local conhecido como Campo Cheiroso (14° 22' 84" S e 39° 03' 33" W), ocorre uma vegetação herbácea-arbustiva (Figura 30), distribuída de forma esparsa ou em moitas sobre substrato arenoso, circundada por vegetação de porte florestal. Este tipo de vegetação pode ser classificada como Refúgio Vegetacional (ou comunidade relíquia) de acordo com o sistema de classificação do IBGE (1993).

Entre as espécies que ocorrem de forma esparsa (Figura 31), são encontradas várias herbáceas, caracterizada principalmente por espécies como o *Lagenocarpus rigidus* (Capim-azul) e *L. verticillatus*, ambas da família Cyperaceae, *Panicum trinii* (Poaceae), *Paepalanthus* sp (Cabeça-de-alfinete) e *Syngonanthus* sp (Sempre-viva; Eriocaulaceae), *Melocactus* sp (Cabeça-de-frade; Cactaceae), *Hoennbergia castellanovii*, *Aechmea* spp, *Vriesea* spp (Bromeliaceae).



Figura 30. Vista geral do Campo Cheiroso, município de Itacaré

Nas moitas, ocorre a predominância de espécies lenhosas arbustivas associadas, como *Moldenhawera* sp, *Chamaecrista* spp (Leguminosae), *Gaylussacia brasiliensis*

(Murtim-do-campo; Ericaceae), *Dolioscarpus validus* (Dilleniaceae), *Sebastiania heterodoxa* (Euphorbiaceae), *Ouratea crassa* (Ochnaceae).

Algumas espécies lenhosas arbustivas podem ocorrer tanto em moitas, como esparsas na vegetação, como *Vellozia dasypus* (Canel-de-ema; Velloziaceae), *Waltheria cinerescens* (Sterculiaceae), *Phyllanthus klotschianus* e *Croton klotschii* (Euphorbiaceae), entre outras.

Em locais específicos do Campo Cheiroso, ocorre a formação de um lajedo, em que a água escorre superficialmente em função da ocorrência de uma camada de solo impermeável. Estas áreas eram originalmente caracterizadas pela presença de espécies como *Marsetia ericoides* (Melastomataceae) e pela orquídea *Catasetum discolor*.



Figura 31. Cactacea amostrada no Campo Cheiroso durante trabalho de campo no PESC

A vegetação do Campo Cheiroso apresenta enorme similaridade com a vegetação de restinga do litoral da Bahia (PINTO *et al.* 1984) e cerca de 40% dos gêneros de plantas ocorrem também em restingas do estado do Rio de Janeiro estudadas por ARAÚJO E HENRIQUES (1984). Entretanto, as restingas são formações vegetais estabelecidas sobre terrenos quaternários, de origem marinha, ocorrendo basicamente ao nível do mar, enquanto a área do Campo Cheiroso encontra-se a cerca de 130 m de altitude e a uma distância em linha reta de aproximadamente 5 Km da linha da costa.

Além disso, várias espécies encontradas no Campo Cheiroso são espécies típicas de campos de altitude, conhecidos como campos rupestres, ocorrendo nas porções mais altas da Chapada Diamantina, localizada na parte central do estado da Bahia, cerca de 400 Km de distância (em linha reta) a oeste da área do Campo Cheiroso. Entre estas destaca-se as Eriocauláceas (dos gêneros *Paepalanthus* e *Syngonanthus*) e as espécies *Lagenocarpus rigidus* (Capim-azul), *Bonnetia stricta* (Mangue-sereno), *Phyllanthus klotschianus*, *Vellozia dasypus* (Canela-de-ema) e *Marcetia* sp.

Várias espécies encontradas no Campo Cheiroso são consideradas de alto poder paisagístico, como *Phyllanthus* sp, *Marcetia ericoides*, *Comolia ovalifolia*, *Cuphea flava*, *Melocactus* sp (BRITTO & NOBLICK 1984; WEINBERG 1984), além das espécies da família Eriocaulácea.

Segundo ARAÚJO *et al.* (inédito), áreas de vegetação sobre substrato de areias brancas, ocorrem em várias regiões do Brasil (nas regiões costeiras, nos tabuleiros do Nordeste e na Amazônia). A origem dos sedimentos, o processo de formação do solo, e os nutrientes presentes variam entre as diferentes regiões. Algumas possíveis origens destas areias podem ser praias marinhas antigas, praias fluviais soerguidas, praias criadas pelo aprisionamento de corpos d'água em períodos de níveis mais altos do mar, depósitos originados por intemperismo de rochas areníticas ou antigas lagoas (Araújo *et al.* inédito). A similaridade nas características da vegetação nestes locais resulta numa formação característica adaptada a solos pobres em nutrientes e muito bem drenados (Prance, 1989 em ARAÚJO *et al.* inédito).

Em cada local, estas formações recebem nomes diferentes, como “Campinarana”, na Amazônia, “Mussununga” no extremo sul da Bahia, e “Campos Nativos”, no norte do Espírito Santo.

A definição que mais se aproxima do Campo Cheiroso é a de Campos Nativos, apresentada por Araújo *et al.* (inédito), principalmente em função do formato circular e da brusca transição com a vegetação circundante. O conceito de Mussununga herbáceo-arbustiva também poderia ser aplicado. Entretanto, como para algumas regiões a denominação Mussununga aplica-se essencialmente a uma formação florestal (PEIXOTO & GENTRY, 1990), poderia ser gerada uma confusão de conceitos.

Existe a necessidade urgente de uma padronização das definições destas formações vegetais sobre substrato arenoso branco. Entretanto, para embasar estas definições são necessários estudos aprofundados sobre a origem e formação destes substratos e das relações entre as floras destes locais.

Uma listagem preliminar do material coletado no local e depositado nos herbários CEPEC e UESC, encontra-se anexada (Anexo III) ao presente plano.

Histórico da área

Por volta de 1996, a área do Campo Cheiroso passou a ser utilizada pelo proprietário da fazenda em que esta vegetação se encontra, para o plantio de cocoda-bahia. Em coletas realizadas em junho de 1998 e março de 1999, somente uma porção da área estava ocupada com o plantio, principalmente na área próxima à sede da fazenda.

Grande parte da área está hoje ocupada por plantio de coco, sendo que a maior parte possui plantios recentes. Na porção próxima à sede da fazenda é observada uma intensa alteração promovida na vegetação local, principalmente em função da passagem de tratores, revolvendo o solo e em função da presença constante de fogo, que pode ser notada pelas marcas das chamas na vegetação remanescente. Esta área encontra-se atualmente dominada por espécies invasoras de ampla ocorrência, como *Pteridium aquilinum* (conhecido popularmente como “feto”), *Lantana macrophylla* (cambará), *Baccharis* spp (assa-peixe), *Vernonia scorpioides* (caminho-de-roça), *Borreria* sp entre outras. Ou seja, houve a eliminação de uma flora característica e especializada, com grande poder paisagístico, que foi substituída por um conjunto de espécies pioneiras, típicas de áreas com alto grau de degradação.

Entretanto, na porção em que os plantios são mais recentes, mesmo que a vegetação tenha sido bastante prejudicada pelo fogo, o que pode ser observado pelo pequeno porte da maioria dos indivíduos herbáceos e arbustivos, a grande maioria das espécies ainda encontra-se presente. Possivelmente, estas espécies conseguiram sobreviver em função de adaptações desenvolvidas ao longo de suas histórias evolutivas, que lhes permitem sobreviver diante de condições extremas. Algumas espécies encontradas no Campo Cheiroso possuem capacidade de rebrotar a partir de raízes ou caules subterrâneos, que se encontram protegidos

abaixo do solo. Portanto, após a passagem de fogo, estas espécies podem emitir novas folhas e voltar a se desenvolver. Entretanto, como pode ser observado na parte mais alterada, esta capacidade de rebrotar torna-se limitada diante de perturbações muito freqüentes e intensas.

Além disso, ainda que a maioria das espécies ainda esteja presente, algumas espécies que anteriormente ocorriam em pequena abundância, passaram a dominar a vegetação, como *Lagenocarpus rigidus* (Capim-azul), possivelmente por ter seu sucesso reprodutivo aumentado em função das perturbações, ou seja, estas perturbações estão afetando a estrutura da vegetação e as conseqüências destas modificações não são conhecidas.

Importância da área

Considerando o tamanho, o formato, a localização e as similaridades da flora do Campo Cheiroso com vegetações de restinga e de campos rupestres no interior da Bahia, um dos aspectos mais peculiares desta área é sua possível condição relictual, ou seja, a possibilidade desta vegetação representar um remanescente de uma vegetação que em períodos anteriores (milhares de anos) ocupou uma grande faixa da região entre os campos rupestres e as restingas no litoral.

A origem dos campos nativos na Mata Atlântica ainda representa uma incógnita para a Fitogeografia brasileira com cada um destes pequenos fragmentos representando uma peça fundamental neste quebra-cabeças. O conhecimento destes fragmentos pode ser essencial para a compreensão da história evolutiva de todas as formações vegetais da região.

Com a possibilidade de toda uma faixa da região ter apresentado esta vegetação no passado, seria possível, através de estudos de datação, estimar o período em que as atuais formações vegetais existentes (predominantemente a Floresta Ombrófila Densa) passaram a se desenvolver ou ampliar a sua distribuição na região. Estudos desta natureza são fundamentais para a compreensão dos processos que determinaram a altíssima riqueza de espécies observada atualmente na região e que constituem uma das principais linhas de pesquisa mundiais, com grande interesse por parte de agências internacionais de proteção da Biodiversidade.

Sugestões de estudos na área do Campo Cheiroso

Neste momento é essencial que se conheça a composição e a estrutura do solo na área do Campo Cheiroso, com atenção especial para a origem dos sedimentos arenosos.

Estudos paleobotânicos e estudos sobre a composição de pólen em estratos de solo com idade determinada através de diferentes métodos de datação, tanto na área do Campo Cheiroso, como na região de entorno, incluindo as formações florestais e as restingas mais próximas, podem gerar resultados importantes para a compreensão destes ecossistemas.

Um aprofundamento dos estudos de composição florística, incluindo a quantificação da abundância das espécies através do estabelecimento de parcelas, que inclusive podem ser utilizadas para o acompanhamento a longo prazo, pode esclarecer o atual estado da vegetação no local e permitir uma melhor comparação com outras regiões em que formações vegetais similares são encontradas. Seria extremamente interessante estabelecer um protocolo de amostragem a ser desenvolvido em diferentes locais e estabelecer parcerias para o desenvolvimento destes estudos.

E, finalmente, estudos de genética de populações podem ser extremamente interessantes para verificar a possibilidade de conexão destas vegetações em períodos anteriores, tomando como base as espécies com ocorrência em campos rupestres e restingas.

Recomendações para a área do Campo Cheiroso

Ainda que a área localizada próxima à sede da fazenda - conforme explicitado acima - tenha sido bastante impactada e de difícil reversão, ainda existe uma área com grande potencial de recuperação da vegetação local. Em uma estimativa preliminar cerca de 70% da área ainda encontra possibilidade de recuperação.

Para tanto recomenda-se:

- Incluir a área na categoria de área de proteção rigorosa no zoneamento da APA Itacaré - Serra Grande;
- Estimular o proprietário da área a transformar a área em uma unidade de conservação, como por exemplo, uma RPPN;

- Avaliar concretamente a possibilidade de incluir esta área no Parque Estadual Serra do Condurú;
- Suspender imediatamente o manejo do plantio de coco, principalmente no tocante a passagem de máquinas e manejo com fogo;
- Estimular a retirada dos coqueiros, uma vez que não está havendo produção de frutos;
- Estimular o uso da área com finalidade de educação ambiental e turismo, com a formação de uma trilha que passe por dentro da formação florestal circunvizinha e culmine com a chegada ao Campo Cheiroso e apresentação das idéias sobre a origem desta formação;
- Analisar a possibilidade de intervenção nas áreas próximas a sede, com remoção de plantas invasoras.

3.3.7 Declaração de Significância

A Mata Atlântica, anteriormente situada ao longo de todo o litoral Tropical e Subtropical brasileiro é um ecossistema maduro, de elevada produtividade, porém atualmente com reduzida área de cobertura espacial. A amplitude geográfica, associada à estabilidade climática, contribuiu significativamente para a evolução de espécies, tanto animais como vegetais, o que tornou esse sistema em um dos mais diversos do planeta.

Grande parte do ecossistema de Mata Atlântica está fragmentada em pequenas áreas, o que inviabiliza a permanência de grandes animais e a continuidade dos processos ecológicos.

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), situado na micro-região Ilhéus-Itabuna, foi criado em 1997 como contra-partida da perenização de uma estrada (BA 001), tendo como intenção a preservação de uma amostra deste ecossistema e assim garantir a manutenção das inúmeras espécies vegetais e animais ali encontrados.

As condições presentes na região do PESC, como grandes fragmentos de vegetação em estado natural ou em avançado estágio de regeneração, possibilitam que a mesma seja uma das áreas mais ricas em anuros e plantas vasculares do País, contando atualmente com o registro de 45 espécies de anuros e 1127 espécies de plantas.

Esta elevada riqueza de espécies fornece ao Parque Estadual da Serra do Conduru características peculiares e atributos que lhe confere grande importância em nível mundial, sendo considerado área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Com relação à interação da área com as atividades econômicas do entorno a riqueza de nascentes em sua área torna sua conservação relevante para a manutenção atual e garantia futura da expansão das atividades turísticas da orla dos municípios influenciados por esta Unidade de Conservação. Atualmente os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus tem na atividade turística considerada parte de sua arrecadação.

Os maiores problemas atuais na implantação do Parque Estadual da Serra do Conduru estão na presença de moradores em seu interior, os quais continuam a realizar atividades agrícolas e de caça, e na retirada constante de madeira da área da Unidade, principalmente devido a ineficácia da fiscalização na área. Estes dois condicionantes podem ser apontados como os grandes desafios para a gestão da área.

A categoria enquadrada pela Estado da Bahia na criação da Unidade de Conservação presuppõe atividades de visitação pública, porém dentro da área da Unidade não há atrativos naturais de relevância, o que limitará o número de visitantes na área. Entretanto as atividades de visitação pública devem ser realizadas buscando aumentar o conhecimento dos visitantes/moradores locais sobre a riqueza de espécies locais e os motivos da conservação desta Unidade.

E, finalmente, para que haja efetiva conservação dos recursos naturais há a necessidade de ampliação da área da Unidade, dos atuais 9.275 para 12.385 ha visando englobar uma área de relicto vegetacional, o campo cheiroso e três áreas de nascentes de rios importantes para a região.

3.3.7 Fauna de Vertebrados

3.3.7.1 - Introdução

A Mata Atlântica é um bioma altamente ameaçado e riquíssimo em biodiversidade; por isso é reconhecido como um dos 25 hotspots do mundo (áreas mais ricas e ameaçadas) (MITTERMEIER, *et al.*, 1999). Considerando sua extensão, e o alto grau de fragmentação dos remanescentes florestais, sua área está reduzida a 8% do total (SOS Mata Atlântica & INPE, 1997). O crescente desmatamento tem levado muitas espécies ao risco de extinção. Hoje existem mais de 110 espécies são ameaçadas nesse bioma, sendo 29 listadas na categoria de criticamente ameaçadas (GALINDO-LEAL & CÂMARA, 2003; IBAMA 2003).

A Mata Atlântica do sul da Bahia possui alta riqueza biológica e grande endemismo de espécies. (MULLER, 1973; MORI *et al.*, 1981; PRANCE, 1982; PINTO *et al.*, 1993; CORDEIRO, 2003; MOURA, 2003; SILVANO & PIMENTA, 2003). A região abriga várias espécies de mamíferos endêmicas e ameaçadas de extinção, como o mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*) e o ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) (OLIVER & SANTOS, 1991). A avifauna é bastante diversificada, incluindo o gênero monotípico *Acrobatornis fONSECAI* (graveteiro acrobata) que foi recentemente descrito (PACHECO *et al.*, 1996).

Esta região foi contemplada pelo Projeto dos “Corredores Ecológicos” do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil PPG-7, programa que inclui a região sul da Bahia e o estado do Espírito Santo (AYRES *et al.*, 1997; FONSECA *et al.*, 2004). Neste contexto, a região sul da Bahia se destaca; estando inserida na área do “Corredor Central da Mata Atlântica”, cuja proposta tem como um de seus objetivos a geração de cenários alternativos para a manutenção, ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização do fluxo de indivíduos (ou minimização do grau de resistência) das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas (AYRES *et al.*, 1997; FONSECA *et al.* 2004). Nesse sentido, faz-se necessário um maior investimento em pesquisas biológicas na região, principalmente nas Unidades de Conservação.

O processo de fragmentação na Mata Atlântica tornou-se bastante acelerado, sendo grande ameaça à conservação da biodiversidade, situação que perdura até os dias de hoje. Inicialmente o processo de retirada de madeira para comercialização foi intenso, e em seguida, a economia local direcionou para as plantações de cacau. Na região existe uma forma tradicional de plantação de cacau denominada “cabruca”, cuja característica é que os pés de cacau são plantados sob o dossel da nativa raleada. O sombreamento, neste caso feito por espécies nativas, é necessário para maior produtividade da cultura. Alguns trabalhos indicam a importância destas áreas, para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Esta importância já foi comprovada para alguns grupos biológicos, principalmente mamíferos (ALVES, 1990, MOURA, 1999; RABOY, *et al.*, 2004). Algumas espécies de interesse para conservação como o roedor *Callistomys pictus* (sarui-beju), endêmico da Mata Atlântica do sul da Bahia, está estritamente associado a estas áreas, sendo encontrado também em fragmentos florestais (MOURA, *em prep.*). Outro exemplo é do primata *Leontopithecus crysomelas* (mico-leão-da-cara-dourada), ameaçado de extinção, endêmico da Mata Atlântica do sul da Bahia, que utiliza as áreas de cabruca no entorno da REBIO de Una (RABOY, *et al.*, 2004).

De uma forma geral, as informações biológicas organizadas e disponibilizadas nesses últimos anos, para o sul da Bahia, concentram-se em uma região restrita (PRADO *et al.*, 2003). Esse quadro demonstra que ainda conhecemos muito pouco sobre a diversidade biológica na Mata Atlântica, sendo assim importante investir em pesquisas, principalmente nas Unidades de Conservação.

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) está inserido na área do “Corredor Central da Mata Atlântica” contemplado pelo Projeto dos “Corredores Ecológicos” do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil PPG-7 (AYRES *et al.*, 1997, FONSECA *et al.* 2004). Possui uma área de aproximadamente 8950 ha e está localizado nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Foi criado com o objetivo de conservação de remanescentes florestais da Mata Atlântica do sul da Bahia.

Em trabalhos anteriores, desenvolvidos na região do PESC durante o projeto “corredor no sul da Bahia” (IESB/PROBIO/MMA), em 1999/2002 foram identificadas no mínimo 45 espécies de anfíbios, com representantes

endêmicos de Mata Atlântica, ameaçados de extinção, raros e de distribuição restrita. Destacam-se as espécies: *Hylomantis aspera* (perereca-verde), *Eleutherodactylus bilineatus* (rãzinha-da-mata), *Cycloramphus migueli* (rã), e *Hyla sibilata* (perereca-verde) (SILVANO & PIMENTA, 2003). Foram registradas 175 espécies de aves, sendo 27 endêmicas e seis ameaçadas. Dentre elas destacam-se: *Crax blumenbachii* (mutum-do-sudeste), *Amazona rhodocorytha* (papagaio chauá) e *Pyrrhura cruentata* (periquito) (CORDEIRO, 2003). Dentre os mamíferos, foram registradas nove espécies de pequenos mamíferos e 30 de mamíferos de médio e grande porte. Destacam-se as espécies: *Leontopithecus chrysomelas* (mico-leão-da-cara-dourada), *Cebus xanthosternos* (macaco-prego-do-peito-amarelo); e as ameaçadas *Puma concolor* (suçuarana), *Leopardus pardalis* (jaguaritica), e *Callicebus melanochir* (guigó) (MOURA, 2003).

2- Metodologia

Para cada um dos quatro grupos de vertebrados amostrados (mamíferos, aves, répteis e anfíbios) foram empregadas metodologias específicas, detalhadas abaixo. Para esse Plano de Manejo, quatro áreas foram amostradas para todos os grupos (Figura 48 – Mapa Unidades Ambientais)

Mata da Torre (MT).

Coordenadas geográficas: 487417/8396818 UTM

Caracterização geral: fragmento de Mata Atlântica em bom estado de conservação, mas que já sofreu corte seletivo

Fazenda Capitão (FC)

Coordenadas geográficas: 492647/8406646 UTM

Caracterização geral - fragmento de Mata Atlântica onde houve corte seletivo;

Capoeira (CPC)

Coordenadas geográficas: 492647/8406646 UTM (Figura 2, em anexo);

Caracterização geral: Área em regeneração após corte raso da vegetação, localizada na porção central do PESC;

Campo Cheiroso (CC)

Coordenadas geográficas: 0495002/8410776 UTM (Figuras 3, 4, em anexo).

Caracterização geral: Área de vegetação original relictual Campo Cheiroso:

2.1- Amostragem de Répteis

A metodologia para o levantamento das espécies de répteis ocorrentes ou de provável ocorrência na área do PESC incluiu amostragens no campo, além de consultas a coleções zoológicas regionais e à bibliografia disponível. No primeiro caso, utilizou-se especialmente o método de armadilhas de interceptação e queda (*pitfall traps*) (cf. CECHIN & MARTINS, 2000). Esse é um recurso fundamental em inventários, por amostrar animais criptozóicos e de difícil visualização e captura durante procura ativa. As armadilhas constaram de baldes plásticos de 30 litros enterrados no solo e conectados entre si por aproximadamente 10 metros de cercas-guia plásticas de 50 cm de altura. Em cada um dos transectos foram utilizados 20 baldes e aproximadamente 200 metros de cercas-guia.

Um total de 80 baldes interligados por 800 m de cercas-guia foi vistoriado durante o período de cinco dias pela equipe de répteis. Adicionalmente, os baldes das áreas da Mata da Torre, Faz. Capitão e do Campo Cheiroso foram vistoriados por mais cinco dias pela equipe de mamíferos. As amostragens foram realizadas entre março e abril de 2004. Também utilizou-se a procura ativa por répteis em ambientes de mata bem preservada objetivando detectar espécies arborícolas e serpentes, os quais não costumam ser amostrados em *pitfalls* (Figura 32). Cursos d'água foram visitados em busca de quelônios aquáticos e jacarés. Serpentes e lagartos capturados por outras equipes de estudo na área do PESC também foram incluídos na amostragem.



Figura 32. Linha de *pit falls* para coleta de répteis e anfíbios durante trabalho de campo no PESC

2.2- Amostragem de Anfíbios

O inventário de anfíbios anuros foi conduzido utilizando-se três metodologias conjugadas. Censos por pontos foram utilizados na avaliação da riqueza (lista de espécies) e na caracterização ecológica das espécies, como seus estratos preferenciais e requisitos de habitat. Transectos foram usados para a procura direta e para o registro através de vocalizações em trechos de mata onde não haviam corpos d'água e também na caracterização ecológica das espécies. As áreas foram visitadas durante o dia, antes do início das investigações, para a escolha dos pontos ou transectos a serem investigados e para caracterização dos ambientes ocupados, visualização de girinos, reconhecimento de desovas e procura de adultos abrigados ou que apresentam atividade neste período (Figura 33). Procurou-se abranger, durante os estudos, todas as tipologias vegetais representadas no fragmento. Locais com poças, lagoas, riachos e outros corpos d'água foram prioritários, devido à preferência dos anuros a ambientes úmidos.

A terceira metodologia é a utilização de *pitfall traps* (armadilhas de interceptação e queda). Foram utilizadas as mesmas linhas de armadilhas empregadas no inventário de répteis.



Figura 33. Ambiente selecionados para coleta de anfíbios via busca ativa

2.3- Amostragem de Mamíferos

Foram realizadas duas campanhas de campo. A campanha 1 foi realizada durante o período de 07 a 15 de abril de 2004. Na campanha 2, realizada de 03

a 07 de agosto de 2004, foram amostradas as áreas da Fazenda Capitão e Capoeira.

A identificação das espécies de mamíferos segue EMMONS & FEER (1990), WILSON & REEDER (1993), FONSECA *et al.* (1996), MUSSER *et al.* (1998), PERCEQUILLO (1998), PESSÔA *et al.*, (1998), LARA & PATTON (2000), RYLANDS *et al.*, (2000) e LEITE, (2001).

Para o inventário dos pequenos mamíferos a metodologia utilizada foi de captura-marcação-recaptura (MOURA, 1999). Linhas de capturas foram estabelecidas, em cada área amostrada (transectos de 600 m). Nestes foram estabelecidos postos de captura dispostos a cada 20 m, com pelo menos dois diferentes tipos de armadilhas (Tomahawk e Sherman), uma instalada no chão e outra a uma altura de aproximadamente 2 m do solo, alternadas em pontos consecutivos. Objetivou-se com este método, a captura de espécies terrestres, escansoriais e arborícolas. Em cada armadilha foram utilizadas como isca bacon, abacaxi e pasta de amendoim. O período de captura compreendeu cinco noites em cada área selecionada. Em cada área foram utilizadas 60 armadilhas, com exceção do campo cheiroso (10 armadilhas em um transecto de 200 m). Os indivíduos capturados foram identificados, pesados, medidos e soltos.

Além das linhas com armadilhas, utilizou-se também para compor a listagem de espécies de pequenos mamíferos as armadilhas de intercepção e queda (*pitfall traps*) empregadas no inventário de répteis e anfíbios. Os baldes permaneceram abertos durante cinco noites nas áreas da Mata da Torre (Figuras 5 e 6), Fazenda Capitão, e Campo Cheiroso (Figuras 7 e 8). Foi realizado um esforço de 300 armadilhas/noite, nas áreas MT, CPC, FC; e 100 armadilhas/noite na área CC. Na segunda campanha o esforço foi de 180 armadilhas/noite nas áreas CPC e FC. Os baldes foram abertos nas áreas MT, FC e CC (1ª campanha) e FC (2ª campanha).

Os mamíferos de médio e grande porte foram inventariados através de entrevistas, registros de visualização, vocalização e registros indiretos como fezes e pegadas.

Além do inventário de mamíferos do Plano de Manejo, está em andamento um estudo envolvendo estimativas de densidade populacional do macaco-prego-do-peito-amarelo, espécie de primata ameaçada de extinção (projeto

“Avaliação das populações do macaco-prego-do-peito-amarelo *Cebus xanthosternos* e propostas de estratégias para manejo e conservação da Espécie”, apoiado pelo MMA/PROBIO/edital (04-2001) e coordenado por Cecília Kierulff.) O PESC é uma das áreas de estudo desse projeto, e serão apresentados aqui os dados referentes ao censo realizado de novembro de 2002 a dezembro de 2003. Durante o censo foram avistadas outras espécies de mamíferos que foram incorporadas à lista geral de espécies de mamíferos do PESC.

2.4- Amostragem de Aves

A coleta de dados foi realizada em duas campanhas. Na primeira campanha, realizada durante cinco (05) dias no período de 16 a 20 de março de 2004, foi amostrada a Mata da Torre (MT) e a Capoeira (CPC). Na segunda campanha, durante o período de 21 a 25 de maio de 2004, as áreas amostradas foram a Fazenda Capitão (FC) e o Campo Cheiroso (CC).

Houve um esforço amostral de 19:30h (154 h/rede) de captura em MT, enquanto que em CPC houve um esforço de 13:10h (104 h/rede). O esforço para avistamento e vocalização correspondeu a 51:00h. Na segunda campanha, foram utilizadas 12:00h de esforço amostral com rede em FC (96 h/rede) e 17:00h em CC (136 h/rede), enquanto que o esforço para avistamento e vocalização compreendeu 47:00h. Deve-se considerar que as variações no tempo de esforço amostral entre as áreas estão relacionadas com más condições climáticas, uma vez que a utilização de redes de neblina durante a chuva pode colocar em risco a integridade física das aves.

A metodologia aplicada para o registro de espécies envolveu captura através de redes de neblina (08 *mist nets*), avistamento com binóculos, percorrendo as áreas de amostragem e suas adjacências, além das vias de acesso ao PESC, e identificação através da vocalização.

O uso das redes de neblina é a melhor maneira de se capturar aves (Figura 34), apesar de ser bastante seletivo, pois tem como área de amostragem, geralmente, estratos inferiores, a exemplo do sub-bosque. A utilização dessa técnica no dossel é bastante trabalhosa e os custos não compensam os resultados obtidos. A técnica de redes de neblina diminui o risco de identificação errada das espécies, aumenta a chance de amostrar aves que

difficilmente vocalizam e facilita a padronização dos resultados através do esforço amostral (DEVELEY, 2003).



Figura 34. Disposição da rede de neblina durante coleta de aves no PESC

As outras técnicas isoladas também são métodos seletivos de identificação de aves, especialmente o registro através de vocalizações, dado o fato de que diversas espécies de mata não vocalizam freqüentemente. Entretanto a utilização dessas metodologias de forma associada permite uma caracterização mais eficiente, possibilitando a catalogação de espécies típicas de sub-bosque, de difícil visualização, assim como espécies que ocupam estratos superiores, as quais geralmente não são capturadas com redes de neblina, salvo quando são utilizadas redes-bandeira (as redes são armadas na copa das árvores).

Os horários de registro foram intensificados nos períodos de maior movimentação das aves, durante as primeiras horas da manhã e nas últimas horas da tarde, período do dia de temperaturas mais amenas. Contudo, com registros através de avistamento e vocalização, o turno da noite também foi contemplado, buscando a catalogação de espécies noturnas, como os bacuraus (caprimulgídeos, campanha 2, *Nyctidromus albicollis*), urutaus (nictybídeos), corujas (strigídeos) e suindara (tytonídeo).

3- Resultados

3.1- Répteis

Um total de 17 espécies de répteis foram registradas durante as coletas no PESC e no seu entorno (Tabela 33) Dessas, 5 são endêmicas da Mata Atlântica. Nenhuma espécie ameaçada foi coletada durante as campanhas de campo. Apesar do pouco tempo disponível para os trabalhos de campo no caso dos lagartos, apenas uma família de ocorrência potencial no PESC (Anguidae) não esteve representada no inventário. Informações complementares sobre répteis nos municípios que compõem o PESC foram obtidas nas coleções zoológicas regionais da CEPLAC e da UESC e também na literatura (Tabela 34). Somando as duas listas obtém-se um total de 86 espécies para a área do PESC, sendo 23 endêmicas da Mata Atlântica e uma ameaçada (*Bothrops pirajai*).

Tabela 33. Répteis coletados ou observados no interior ou no entorno do PESC durante o período de 22/03 a 14/04/2004, com indicação do número de indivíduos coletados, habitat e status. MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão Hábitats: FI = floresta, Ge = generalista, Ab = áreas abertas.

Espécie	Nome comum	MT	CPC	FC	CC	Outras	Habitat	Status
Família Gekkonidae								
<i>Coleodactylus meridionalis</i>	lagartinho	2	2	3			FI	
Família Polychrotidae								
<i>Polychrus marmoratus</i>	papa-vento					1	FI	
<i>Enyalius catenatus</i>	papa-vento	3	1	1			FI	End
Família Teiidae								
<i>Ameiva ameiva</i>	Calango-verde					1	Ab	
<i>Kentropyx calcarata</i>	calango			1			FI	
Família Gymnophthalmidae								
<i>Leposoma scincoides</i>	lagartinho	2	1					End
Família Scincidae								
<i>Mabuya macrorhyncha</i>	calango	2					Ge	End
Família Tropiduridae								
<i>Tropidurus torquatus</i>	calango				5	obs	Ge	
Família Typhlopidae								
<i>Typhlops brongersmianus</i>	cobra cega		1	1	2		FI	
Família Colubridae								
<i>Chironius multiventris</i>	serra-véia	1					FI	

<i>Dipsas neivai</i>	jaracuçu (falsa)					1	FI	End
<i>Imantodes cenchoa</i>	cobra	1					FI	
<i>Liophis reginae</i>	cobra-d'água			1			FI	
<i>Pseustes sulphureus</i>	cainana	1				1	FI	
<i>Spilotes pullatus</i>	cainana					obs	FI	
Família Viperidae								
<i>Bothrops leucurus</i>	malha-de-sapo		1				Ge	End
<i>Lachesis muta</i>	pico-de-jaca					1	FI	
Riqueza		7	5	5	2	7		5

Tabela 34. Répteis de ocorrência potencial na área do PESC. Hábitats: FI = floresta, Aq = aquática, Ge = generalista, Res = restinga, Ab = áreas abertas, Pe = periantrópica

Espécie	Nome popular	Hábito	Status
Família Alligatoridae			
<i>Caiman latirostris</i> ²	jacaré	Aq	
Família Testudinidae			
<i>Geochelone denticulata</i> ²	cágado	FI	
Família Chelidae			
<i>Phrynops geoffroanus</i> ²	cágado d'água	Aq	
<i>Acantochelys radiolata</i> ²	cágado d'água	Aq	
Família Gekkonidae			
<i>Bogertia lutzae</i> ¹	lagartixa	FI / Res	End.
<i>Gymnodactylus darwini</i> ¹	lagartixa	FI	End.
<i>Hemidactylus mabouia</i> ¹	lagartixa-de-parede	Pe	Exótica
<i>Phyllopezus pollicaris</i> ²	lagartixa	Ab	
Família Polychrotidae			
<i>Anolis fuscoauratus</i> ¹	papa-vento	FI	
<i>Anolis ortonii</i> ²	papa-vento	FI	
<i>Anolis punctatus</i> ¹	papa-vento	FI	
Família Tropiduridae			
<i>Strobilurus torquatus</i> ¹	calango	FI	End.
Família Teiidae			
<i>Tupinambis merianae</i> ¹	teiú	Ge	
Família			
Gen. sp. nov. ¹	calango	FI	End. Bahia
<i>Lepsoma annectans</i> ²	lagartinho	FI	End. Bahia
Família Anguidae			
<i>Diploglossus fasciatus</i> ¹	calango	FI	
<i>Ophiodes striatus</i> ²	cobra-de-vidro	FI	
Família Amphisbaenidae			
<i>Amphisbaena alba</i> ¹	cobra-de-duas-	Ge	
<i>Amphisbaena pretrei</i> ²	cobra-de-duas-	Ge	

Espécie	Nome popular	Hábito	Status
<i>Amphisbaena vermicularis</i>	cobra-de-duas-	Ge	
<i>Leposternon infraorbitale</i> ¹	cobra-de-duas-	FI	
<i>Leposternon wuchereri</i> ²	cobra-de-duas-	FI	
Família Anomalepididae			
<i>Liotyphlops sp.</i> ¹	cobra cega	FI	End.
Família Boidae			
<i>Boa constrictor</i> ¹	jibóia	Ge	
<i>Corallus hortulanus</i> ¹	salamanta	FI	
<i>Epicrates cenchria</i> ¹	salamanta	FI	
Família Colubridae			
<i>Atractus guentheri</i> ¹	cobra	FI	End. Bahia
<i>Chironius bicarinatus</i> ¹	espia-caminho	FI	End.
<i>Chironius carinatus</i> ¹	serra-véia	FI	
<i>Chironius exoletus</i> ¹	espia-caminho	FI	
<i>Chironius fuscus</i> ¹	espia-caminho	FI	
<i>Chironius laevicollis</i> ¹	cainana	FI	End.
<i>Clelia plumbea</i> ¹	rabo-de-veludo	FI	
<i>Dipsas catesbyi</i> ¹	Cobra	FI	
<i>Dipsas indica</i> ¹	pingo-de-ouro	FI	
<i>Dipsas petersi</i> ¹	pingo-de-ouro	FI	End.
<i>Drymarchon corais</i> ¹	papa-pinto	Ge	
<i>Drymoluber dichrous</i> ¹	Cobra	FI	
<i>Elapomorphus lepidus</i> ¹	coral falsa	FI	End.
<i>Elapomorphus wuchereri</i> ¹	cobra	FI	End.
<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	coral falsa	FI	
<i>Leptodeira annulata</i> ¹	cobra	FI	
<i>Leptophis ahaetulla</i> ¹	cobra	FI	
<i>Liophis amarali</i> ¹	cobra	FI	End.
<i>Liophis cobellus</i> ¹	cobra	FI	
<i>Liophis miliaris</i> ¹	cobra-d'água	FI	
<i>Liophis poecilogyrus</i> ¹	cobra-d'água	Ge	
<i>Mastigodryas bifossatus</i> ¹	malha-de-traíra	Ge	
<i>Oxybelis aeneus</i> ¹	cobra-cipó	Ge	
<i>Oxyrhopus formosus</i> ¹	coral falsa	FI	
<i>Oxyrhopus guibei</i> ¹	coral falsa	FI	End.
<i>Oxyrhopus petola</i> ¹	cobra	FI	
<i>Philodryas olfersii</i> ¹	cobra-verde	Ge	End.
<i>Pseudoboa nigra</i> ¹	cobra	Ge	
<i>Sibynomorphus neuwiedi</i> ¹	jaracuçu (falsa)	FI	End.
<i>Siphlophis compressus</i> ¹	coral falsa	FI	
<i>Siphlophis leucocephalus</i>	cobra	FI	End.
<i>Siphlophis pulcher</i> ¹	coral	FI	End.
<i>Tantilla melanocephala</i> ¹	cobra	Ge	
<i>Thamnodynastes pallidus</i> ¹	cobra	FI	
<i>Thamnodynastes aff.</i>	cobra	FI	End.

Espécie	Nome popular	Hábito	Status
<i>Tropidodryas serra</i> ¹	cobra	FI	End.
<i>Xenodon rabdocephalus</i> ¹	jaracuçu (falsa)	FI	
<i>Xenopholis scalaris</i> ¹	cobra	FI	
Família Elapidae			
<i>Micrurus corallinus</i> ¹	coral verdadeira	FI	End.
<i>Micrurus ibiboboca</i> ¹	coral verdadeira	FI	
Família Viperidae			
<i>Bothrops bilineatus</i> ¹	ouricana	FI	
<i>Bothrops jararaca</i> ¹	malha-de-sapo	FI	End.
<i>Bothrops pirajai</i> ¹	jaracuçu-tapete	FI	End. Bahia, Ameaçada

- 1- Registrada em Ilhéus, Itacaré ou Uruçuca com base na literatura (ARGÔLO, no prelo; ARGÔLO, 1999; GUNTHER, 1861) ou em coleções regionais;
2- Assinalada para a região com base na literatura (BRAZAITIS, 1973; FRANCO *et al.*, 1998; McCORD *et al.*, 2001; RODRIGUES, 1993; RODRIGUES *et al.*, 2002; ZAMPROGNO & SAZIMA, 1993; VANZOLINI, 1988) ou a partir de observação pessoal.

Das 86 espécies, 62 (72 %) são típicas de florestas, embora possam ser encontradas eventualmente em suas bordas ou em espaços entre fragmentos. A cobertura vegetal atual do PESC encontra-se bastante descaracterizada, com muitas clareiras, áreas ocupadas por atividades agropastoris e remanescentes florestais em diferentes estágios sucessionais. Estudos na Amazônia (Cunha e Nascimento, 1978) e na própria região do estudo (ARGÔLO, no prelo) mostram que a comunidade de serpentes consegue se manter relativamente íntegra nesse mosaico, desde que os núcleos de mata sejam preservados. Isso é particularmente verdadeiro para serpentes como *L. muta* e *B. bilineatus* (Figura 35), as quais não foram encontradas em áreas sem remanescentes contíguos (ARGÔLO, no prelo).



Figura 35. Exemplar de *Bothrops bilineatus* coletado durante os trabalhos de campo no PESC

A comunidade de répteis nos municípios que compõem o PESC é complexa. Contribui para isso, não apenas a origem zoogeográfica e o número de espécies, mas a própria diversidade em termos de utilização de recursos, como tempo, substrato e alimento. Aparte as formas de hábitos aquáticos (jacarés e cágados-d'água), várias espécies utilizam diferentes estratos da vegetação. Ai se inclui formas fossórias ou semi-fossórias, como anfisbenas (*Amphisbaenia*, *Leposternon*), cobras-cegas (*Typhlops*, *Liotyphlops*), o lagarto denominado cobra-de-vidro (*Ophiodes*), cobras corais (*Micrurus*) e serpentes do gênero *Atractus* e *Elapomorphus*. Outras espécies só utilizam o solo, a exemplo do jabuti (*Geochelone*), alguns lagartos (*Coleodactylus*, *Leposoma*, *Diploglossus*, *Tupinambis*, *Kentropyx*), várias serpentes (*Drymoluber*, *Drymarchon*, *Xenodon*, *Oxyrhopus*, *Pseudoboa*, *Sibynomorphus*, *Siphlophis*, *Lachesis*, dentre outras). Existem ainda lagartos (*Enyalius* – Figura 36, *Polychrus*) e serpentes (*Chironius*, *Dipsas*, *Pseustes*) que exploram diferentes estratos da vegetação, enquanto outros praticamente restringem-se aos ramos e copas de árvores e arbustos como os lagartos *Anolis* e *Bogertia*, além das serpentes *B. bilineatus* e *C. hortulanus*. Várias espécies apresentam hábitos noturnos, diurnos, noturno e diurno ou diurno e noturno. Com exceção do jabuti *Geochelone denticulata*, que se alimenta de vegetais e carniça, todas as outras espécies são predadoras. No ambiente aquático, os cágados-d'água se alimentam de peixes, anfíbios e suas larvas, além de invertebrados. Os jacarés predam peixes, aves, pequenos mamíferos e moluscos. Todos os lagartos se alimentam de invertebrados - especialmente artrópodes – e pequenos vertebrados. Dentre as serpentes se encontra o mais amplo espectro alimentar. Existem desde aquelas que predam invertebrados como artrópodes (*Typhlops brongersmianus*, *Liotyphlops* sp., *Tantilla melanocephala*), minhocas (*Atractus guentheri*) e moluscos (*Dipsas* spp., *Sibynomorphus neuwiedi*) até as que consomem exclusivamente mamíferos, como *Lachesis*. Várias serpentes possuem dieta diversificada, incluindo ectotermos como anfíbios e lagartos (*Chironius* spp – Figura 37) e aquelas onívoras, que incluem ectotermos e endotermos (*D. corais*). Por outro lado, serpentes, lagartos e anfisbenas são presas de aves de rapina, alguns mamíferos e até mesmo de outras serpentes como a surucucu-chumbo (*Clelia plumbea*), a papa-pinto (*Drymarchon corais*) e as corais verdadeiras (*Micrurus* spp.). Numa comunidade, atributos ecológicos

relativos à partição de recursos são cruciais para a sua regulação. Em áreas de florestas, tais biocenoses são especialmente delicadas, dada a complexidade de interações (DUELLMAN, 1989, 1990). Não pode haver equilíbrio nas comunidades se o hábitat não estiver devidamente protegido. Unidades de Conservação bem manejadas e protegidas representam o melhor caminho para salvaguardá-las do risco do depauperamento.



Foto: Antonio Argolo

Figura 36. Exemplar de *Envalius cetenatus* coletado durante os trabalhos de campo no PESC

São apresentadas a seguir as serpentes mais comuns em Ilhéus (duas propriedades rurais) ou Itacaré (uma). Das 11 espécies na Tabela 35, apenas a malha-de-sapo (*B. leucurus*) e a coral verdadeira (*M. corallinus*) são perigosas, entretanto, *B. leucurus* situa-se em 4º lugar e *M. corallinus* em 6º entre as espécies mais capturadas. *M. corallinus* não foi detetada na região de Itacaré.

Tabela 35. Serpentes mais abundantes em Ilhéus ou Itacaré.

Espécie	Nome popular	N. de exemplares / % na amostra	Localidade
<i>Dipsas catesbyi</i>	cobra	78 (31,3%)	Itacaré
<i>Dipsas neivai</i>	jaracuçu (falsa)	22 (8,8%)	Itacaré
<i>Sibynomorphus neuwiedi</i>	jaracuçu (falsa)	19 (7,6%)	Itacaré
<i>Liophis poecilogyrus</i>	cobra-d'água	38 (5,9%)	Ilhéus
<i>Bothrops leucurus</i>	malha-de-sapo	14 (5,6%)	Itacaré
<i>Oxyrhopus guibei</i>	coral falsa	13 (5,2%)	Itacaré
<i>Micrurus corallinus</i>	coral verdadeira	33 (5,1%)	Ilhéus
<i>Xenodon rabdocephalus</i>	jaracuçu (falsa)	27 (4,1%)	Ilhéus
<i>Oxyrhopus petola</i>	cobra	26 (4%)	Ilhéus
<i>Leptophis ahaetulla</i>	cobra	25 (3,9%)	Ilhéus
<i>Liophis miliaris</i>	cobra-d'água	23 (3,6%)	Ilhéus

Os dados de campo no PESC são preliminares, o que limita inferências sobre a abundância das poucas espécies já registradas. As serpentes têm sido objeto de estudos de longo prazo na região (ARGÔLO, no prelo). Entretanto, os dados são oriundos principalmente de lavouras de cacau. A simplificação desse tipo de ambiente pode favorecer espécies que são presas para algumas serpentes, assim, dados de abundância nessas condições devem ser vistos com reserva.



Figura 37. Exemplar de *Chironius sp* coletado durante trabalho de campo no PESC

3.2- Anfíbios

As amostragens realizadas no interior do Parque e na Fazenda Capitão (município de Itacaré, propriedade limítrofe à UC) resultaram no registro de 45 espécies de anuros (Tabela 36), sendo que 15 foram registradas pela primeira vez para a região dos três municípios que compõem o Parque e seu entorno. Dentre as espécies encontradas nas áreas amostradas, 24 podem ser classificadas como “oportunistas”, ou seja, espécies adaptadas a colonizarem e se reproduzirem em ambientes alterados pela ação humana, sendo que nove delas também habitam o interior de matas. Estas espécies possuem ampla distribuição geográfica, devido à facilidade de dispersão. Outras 13 espécies têm sua ocorrência restrita às florestas do sul da Bahia. Além disso, ocorrem nestas áreas cinco novas espécies de anuros (*Hyla gr. circumdata*, *Hyla gr. geographica*, *Phyllomedusa gr. hypochondrialis*, *Physalaemus gr. cuvieri* e *Physalaemus gr. signifer*) que estão sendo descritas a partir de material coletado em outras localidades (CRUZ & PIMENTA, no prelo; PIMENTA &

CRUZ, no prelo). A espécie de *Physalaemus* do grupo *signifer* era conhecida apenas de sua localidade-tipo, a REBIO de Una (PIMENTA & CRUZ, no prelo). Apenas *Cycloramphus migueli* é considerada rara, uma vez que apenas o holótipo é conhecido (HEYER, 1988; FROST, 2002).

Durante as amostragens realizadas no interior da área do Parque Estadual Serra do Conduru, além da alta riqueza, foi também observada a elevada abundância de anuros, incluindo espécies endêmicas como *Hyla exastis* (perereca) e *Hylomantis aspera* (perereca-verde). Além disso, a ocorrência de espécies tipicamente encontradas em áreas bem preservadas, como *Adelophryne* sp. (rãzinha) e *Cycloramphus migueli* (rã) demonstram a boa qualidade ambiental de trechos de mata do Parque.

As amostragens realizadas por SILVANO & PIMENTA (2003) em 21 fragmentos de mata no sul da Bahia utilizavam quatro noites de amostragem em cada fragmento. A maior riqueza encontrada seguindo-se esta metodologia foi na RPPN Estação Veracruz, em Porto Seguro, onde 36 espécies foram registradas. A elevada riqueza verificada no Parque Estadual Serra do Conduru em dez noites de amostragem é provavelmente resultado do uso de mais metodologias conjugadas (no trabalho citado anteriormente as *pitfall traps* não foram utilizadas) e do maior tempo de amostragem.

As espécies da Família Microhylidae possuem hábito fossorial e hábito reprodutivo explosivo, utilizando poças temporárias como sítios de vocalização, amplexo e oviposição. *Chiasmocleis schubarti* é espécie florestal, de ampla distribuição geográfica, ocorrendo no Espírito Santo, leste de Minas Gerais e sul da Bahia (CRUZ et al., 1997; FEIO et al., 1998; PIMENTA & SILVANO, 2002). *Stereocyclops incrassatus* (Figura 38) possui hábitos similares à *C. schubarti*, mas apresenta maior porte. Ocorre nas matas do Espírito Santo, leste de Minas Gerais e sul da Bahia (FEIO et al., 1998; FROST, 2002). O curto período de atividade, restrito às primeiras chuvas fortes, e o hábito fossorial dificultam a captura destas espécies através da observação direta. A utilização de *pitfall traps* tem se mostrado uma metodologia eficaz para a captura de exemplares e estimativa do tamanho de suas populações (cf. DIXO, 2001).

Tabela 36. Espécies de anfíbios anuros registradas nas áreas do Parque Estadual Serra do Conduru e Fazenda Capitão (município de Itacaré e Uruçuca) no período de 22/03 a 03/04/2004. MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão F = hábito florestal; O = hábito oportunista.

Espécie	Nome popular	MT	CPC	FC	CC	Outra	Hábito	Status
Família Microhylidae								
<i>Chiasmocleis schubarti</i>	Rã-grilo	X					F	End
<i>Stereocyclops incrassatus</i>	Sapo-folha	X		X			F	End
Família Bufonidae								
<i>Bufo crucifer</i>	Sapo-cururu	X			X	X	F/O	End
<i>Bufo gr. Margaritifer</i>	Sapo-cururu	X		X		X	F	End
<i>Bufo granulosus</i>	Sapo-cururu					X	F/O	
<i>Frostius sp.</i>	Sapinho-preto	X					F	
Família Leptodactylidae								
<i>Adelophryne sp.</i>	Rãzinha			X		X	F	
<i>Cycloramphus migueli</i>	Rã	X					F	R, End BA
<i>Eleutherodactylus binotatus</i>	Rãzinha-da-mata	X					F	End
<i>Eleutherodactylus paulodutraei</i>	Rãzinha-da-mata	X		X		X	F/O	End BA
<i>Eleutherodactylus vinhai</i>	Rãzinha-da-mata	X					F	End BA
<i>Leptodactylus fuscus</i>	Rã-assoviadora					X	O	
<i>Leptodactylus ocellatus</i>	Rã-manteiga, caçote					X	O	
<i>Macrogenioglottus alipioi</i>	Sapo	X					F	End
Espécie								
<i>Physalaemus gr. cuvieri</i>	Rãzinha					X	O	End
<i>Physalaemus gr. signifer</i>	Rãzinha			X		X	F	End BA
<i>Physalaemus signifer</i>	Rãzinha	X					F	End
<i>Proceratophrys boiei</i>	Sapo-de-chifre, sapo-boi	X		X		X	F	End
Família Hylidae								
<i>Hyla albomarginata</i>	Perereca	X		X		X	O	
<i>Hyla atlantica</i>	Perereca-verde					X	O	End
<i>Hyla branneri</i>	Perereca			X			O	
<i>Hyla crepitans</i>	Perereca					X	O	
<i>Hyla decipiens</i>	Perereca	X					F/O	End
<i>Hyla elegans</i>	Perereca-de-moldura					X	O	
<i>Hyla exastis</i>	Perereca			X		X	F/O	End BA
<i>Hyla faber</i>	Sapo-ferreiro, sapo-martelo			X		X	O	
<i>Hyla gr. circumdata</i>	Perereca	X		X		X	F	End BA

<i>Hyla gr. geographica</i>	Perereca			X		X	F/O	End
<i>Hyla ibirapitanga</i>	Perereca-verde			X		X	F	End
<i>Hyla minuta</i>	Perereca			X		X	O	
<i>Hyla semilineata</i>	Perereca			X		X	O	End
<i>Hyla senicula</i>	Perereca					X	F/O	End
<i>Hyla sibilata</i>	Perereca-verde			X		X	F	End BA
<i>Hylomantis aspera</i>	Perereca-verde	X		X		X	F	End BA
<i>Phyllodytes kautskyi</i>	Perereca-dos-gravatás	X					F	End
<i>Phyllodytes luteolus</i>	Perereca-dos-gravatás	X		X		X	F	End
<i>Phyllodytes melanomystax</i>	Perereca-dos-gravatás	X	X	X		X	F	End
<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	Perereca-folha			X		X	F/O	
<i>Phyllomedusa gr. Hypochondrialis</i>	Perereca-folha					X	O	End
<i>Scinax alter</i>	Perereca					X	O	End
<i>Scinax argyreornatus</i>	Perereca	X					F/O	End
<i>Scinax eurydice</i>	Perereca					X	O	End
<i>Scinax x-signatus</i>	Perereca	X		X		X	O	
Família Dendrobatidae								
<i>Colostethus capixaba</i>	Rãzinha	X		X		X	F	End
Família Centrolenidae								
<i>Hyalinobatrachium sp.</i>	Perereca-de-vidro		X				F	
Riqueza total		22	2	22	1	32		



Figura 38. Exemplar de *Stereocyclops incrassatus* coletado durante trabalhos de campo no PESB

Os bufonídeos são normalmente conhecidos como sapos-cururu, apresentando grande diversificação de formas e hábitos de vida. *Bufo crucifer* (Figura 39) pode ser encontrado em diferentes fisionomias do Domínio Atlântico, tanto em áreas abertas quanto em matas. É comum na época chuvosa, quando vários machos agregam-se em poças temporárias nas estradas de terra e nas formações abertas para a reprodução. O *status* desta espécie é duvidoso, sendo possível que algumas populações ao longo de sua ampla distribuição geográfica não correspondam à forma típica (HEYER et al., 1990; IZECKSON E CARVALHO-E-SILVA, 2001). A espécie, no entanto, foi descrita a partir de exemplares coletados na Bahia, o que confirma a identidade das populações do sul do estado. *Bufo gr. margaritifer* é uma espécie de hábitos florestais, podendo também ser encontrada em bordas de mata. É abundante e comum nas florestas do sul da Bahia (SILVANO & PIMENTA, 2003). Machos foram observados vocalizando às margens de riachos, próximos a remansos, indicando que este seria o local de amplexo, oviposição e desenvolvimento larvário. Devido à complicada taxonomia do grupo, não é possível associar as populações do sul da Bahia a nenhum dos nomes disponíveis, o que poderá ser feito somente após uma revisão taxonômica. *Bufo granulatus* é uma espécie de ampla distribuição geográfica, estendendo-se desde Panamá e Guianas, passando pela bacia amazônica, até o nordeste do Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil (FROST, 2002). A grande extensão de sua distribuição sugere um complexo de espécies. Ocorre em áreas florestadas e bordas de mata, normalmente associado a corpos d'água de renovação lenta.



Figura 39. Exemplar de *Bufo crucifer* coletado durante os trabalhos de campo no PESB

Frostius sp. é uma espécie de pequeno porte, provavelmente coespecífica a *F. pernambucensis*, única espécie conhecida atualmente para o gênero. No entanto, além da variabilidade morfológica interpopulacional, alguns caracteres não coincidem à forma típica, dificultando sua identificação. Esta morfo-espécie já foi encontrada em outras localidades do sul da Bahia, inclusive em levantamento no entorno do Parque (Fazenda Caititu; vide Silvano & Pimenta, 2003, onde é referida como *Frostius* sp. n. 1). Provavelmente associa-se a bromélias para reproduzir-se, à maneira de *F. pernambucensis* (vide CRUZ & PEIXOTO, 1982).

Os membros da Família Leptodactylidae, normalmente chamados de rãs, estão distribuídos por todos os tipos de ambientes, apresentando hábitos reprodutivos altamente diversos e especializados mesmo em ambientes de menor complexidade estrutural. *Adelophryne* sp. é uma espécie de pequeno porte que habita o folhiço no chão de áreas florestadas, sendo encontrada inclusive em matas perturbadas (DIXO, 2001). É provavelmente coespecífica de *A. pachydactyla*, espécie descrita de Ilhéus somente a partir do holótipo (HOOGMOED et al., 1994). O uso dos exemplares coletados no Parque auxiliará nas comparações com o exemplar-tipo disponível para que a identidade desta espécie seja confirmada. *Cycloramphus migueli* é uma espécie rara, conhecida apenas do holótipo descrito de Una. As espécies deste gênero são normalmente difíceis de serem coletadas através de procura direta, devido ao hábito fossorial ou de se abrigarem sob rochas em riachos (HEYER, 1988). A pouca representatividade em coleções zoológicas levou autores a acreditarem na baixa densidade e raridade natural das populações das espécies de *Cycloramphus*, até que a utilização de *pitfall traps* demonstrou ser uma metodologia eficiente para sua amostragem (VERDADE & RODRIGUES, 2003). A morfologia de *C. migueli* indica um modo de vida fossório. Tanto em Una quanto no Parque, *C. migueli* foi encontrada afastado de riachos, o que pode evidenciar um modo reprodutivo com desenvolvimento direto (HEYER, 1988).

O modo reprodutivo das espécies do gênero *Eleutherodactylus* envolve a oviposição em ambiente terrestre, sem a ocorrência de fase larval, o que torna estas espécies sensíveis à alteração da cobertura vegetal. *Eleutherodactylus binotatus* habita o folhiço de florestas e matas de galeria, tendo ampla

distribuição pelo sudeste do Brasil e sul da Bahia (HEYER et al., 1990; IZECKSON E CARVALHO-E-SILVA, 2001; FROST, 2002). *Eleutherodactylus paulodutra* é endêmica do estado da Bahia, podendo ser encontrado tanto em ambientes florestais quanto em áreas abertas com vegetação arbustiva desenvolvida (BOKERMANN, 1974). É uma das espécies mais abundantes do Parque, tendo sido observada em todos os tipos de ambiente, especialmente nos mais alterados. *Eleutherodactylus vinhai* possui hábitos florestais mais restritos, sendo abundante no interior das matas e raramente encontrada em formações abertas. Utiliza a vegetação como sítio de vocalização, à maneira de *E. paulodutra*, em alturas entre 10 e 200 cm (BOKERMANN, 1974).

Leptodactylus fuscus é encontrado nas margens lamacentas de poças e pequenos riachos, onde os machos constroem tocas subterrâneas para a oviposição e início do desenvolvimento das larvas, sempre em áreas abertas. Distribui-se desde o Panamá até a Argentina (HEYER et al., 1990; FROST, 2002). *Leptodactylus ocellatus* ocupa corpos d'água permanentes ou temporários de formações abertas, com vegetação de entorno constituída por gramíneas e pequenos arbustos. É amplamente distribuída por todo o Brasil, além de Argentina e Uruguai (HEYER et al., 1990; KWET E DI-BERNARDO, 1999; FROST, 2002).

Macrogenioglottus alipioi é um exemplo de espécie rara de ampla distribuição ao longo da Mata Atlântica (Figura 40), ocorrendo do sul da Bahia até São Paulo, mas sempre de forma pontual. Existe a possibilidade das diferentes populações do que se considera atualmente *M. alipioi* se tratarem de diferentes espécies com distribuição endêmica ao longo da Mata Atlântica (HADDAD & ABE, 1999). No entanto, o material-tipo é procedente de Ilhéus (CARVALHO, 1946), o que torna confiável a identificação dos exemplares encontrados no Parque. Foi registrada através da captura nas *pitfall traps*, mas alguns dias depois, foi ouvido um exemplar vocalizando às margens de uma poça temporária no interior de mata.



Figura 40. Exemplar de *Macrogenioglottus alipioi* coletado durante os trabalhos de campo no PESC

Physalaemus gr. *cuvieri* é uma espécie ainda inédita, apesar de comum no sul da Bahia (SILVANO & PIMENTA, 2003). Espécie generalista, ocupa áreas abertas, inclusive em locais antropizados, e cabruças. Possui distribuição geográfica conhecida para o sul da Bahia e noroeste de Minas Gerais (CRUZ & PIMENTA, no prelo). *Physalaemus* gr. *signifer* foi encontrada vocalizando em pequenas poças temporárias formadas na estrada no interior da mata da Fazenda Capitão. É uma espécie inédita, encontrada anteriormente apenas na REBIO de Una (PIMENTA & CRUZ, no prelo). Está filogeneticamente relacionada a *P. signifer*, espécie também estritamente florestal. Ambas reproduzem-se em áreas alagadas temporárias no interior das matas (HEYER, 1989). *P. signifer* tem distribuição ampla, ocorrendo de São Paulo até o Espírito Santo, sempre associado a matas de baixada (IZECKSON & CARVALHO-E-SILVA, 2001; WEBER & CARVALHO-E-SILVA, 2001).

Proceratophrys boiei é espécie associada a florestas e matas de galeria, ocorrendo desde o nordeste até o sul do Brasil. Reproduz-se em poças e remansos de riachos em áreas florestadas (IZECKSOHN et al., 1979; FEIO E CARAMASCHI, 1995; IZECKSOHN & CARVALHO-E-SILVA, 2001).

Os hilídeos, normalmente conhecidos como pererecas, formam uma Família adaptada à vida arborícola, devido à presença de discos adesivos nas extremidades dos dedos e artelhos. Esta característica possibilitou grande diversificação de hábitos reprodutivos, o que permite compreender a alta riqueza de espécies desta Família nos habitats florestais (HADDAD & SAWAYA, 2000).

Hyla albomarginata possui distribuição muito ampla, ocorrendo inclusive em países vizinhos. No domínio da Mata Atlântica, é encontrada desde o estado de Pernambuco até Santa Catarina. É encontrada na vegetação marginal de poças e lagoas, em áreas abertas ou bordas de mata (FEIO et al., 1998; IZECKSOHN & CARVALHO-E-SILVA, 2001). *Hyla atlantica*, apesar de citada na literatura como conhecida apenas para uma região pouco extensa do estado da Bahia (SILVANO & PIMENTA, 2002), tem sua ocorrência em Alagoas confirmada através de exemplares depositados no Museu Nacional/UFRJ. É encontrada na vegetação marginal de poças permanentes em áreas abertas ou em bordas de mata, a pequena altura. Os machos formam grandes coros na época reprodutiva, sendo possível identificar cantos agressivos em meio às vocalizações de anúncio. A desova é provavelmente depositada na superfície da água. *Hyla branneri* ocupa a vegetação herbácea de poças temporárias em áreas abertas. As populações são muito numerosas, ocorrendo desde Pernambuco até o Rio de Janeiro (FEIO et al., 1998; FROST, 2002). *Hyla crepitans* ocupa áreas alteradas pelo homem, às margens de poças permanentes e temporárias, principalmente na época de chuvas. Distribui-se pelo Panamá, Guianas, Venezuela, Colômbia e regiões central, nordeste e sudeste do Brasil (FROST, 2002). *Hyla decipiens* é encontrada tanto em ambientes florestais quanto em formações abertas, ocupando a vegetação marginal e emergente de corpos d'água temporários (PUGLIESE et al., 2000). Os ovos são depositados na superfície de folhas próximas à superfície da água, onde os girinos caem após a eclosão (BASTOS & POMBAL, 1996). Ocorre desde o Rio de Janeiro até o sul da Bahia (FROST, 2002). *Hyla elegans* tem extensa distribuição pelo sudeste e parte do nordeste do Brasil, ocupando brejos em áreas abertas ou orlas de mata (BASTOS & HADDAD, 1995; BASTOS & HADDAD, 1996; NASCIMENTO & FEIO, 1999; IZECKSON & CARVALHO-E-SILVA, 2001; Frost, 2002). *Hyla exastis* foi recentemente descrita a partir de material coletado em Una e Wenceslau Guimarães – BA (CARAMASCHI & RODRIGUES, 2003). Segundo a descrição original, os machos cantam a grandes alturas. As observações realizadas no Parque sugerem que é uma espécie abundante. Em diferentes ocasiões, machos foram encontrados vocalizando a pequena altura na vegetação marginal de poças formadas na estrada que corta a mata da Fazenda Capitão. Um casal

em amplexo foi visto no interior de uma “panela”, denominação para o ninho construído por machos do grupo de *Hyla boans*, ao qual pertence esta espécie. No dia seguinte, foi encontrada a desova neste mesmo local, evidenciando características da atividade reprodutiva até então desconhecidas. *Hyla faber* ocupa a borda das matas, clareiras e corpos d’água lênticos permanentes ou temporários em áreas abertas, onde os machos constroem os ninhos no solo para a oviposição. Possui ampla distribuição geográfica no Brasil e em países vizinhos. (IZECKSON & CARVALHO-E-SILVA, 2001; FROST, 2002). *Hyla* gr. *circumdata* é uma nova espécie (Figura 41) já encontrada em diversas outras localidades do sul da Bahia (veja SILVANO & PIMENTA, 2003). Possui hábitos estritamente florestais, sendo encontrada próxima a corpos d’água temporários no interior de mata. *Hyla* gr. *geographica* é outra espécie inédita, representando a segunda forma do grupo de *H. geographica* ocorrente na Mata Atlântica. Sua ampla distribuição inclui os estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Ocupa tanto as áreas florestadas quanto as bordas de mata, associada a poças ou corpos d’água de renovação lenta. *Hyla ibirapitanga* é espécie de hábitos florestais, ocorrendo nas margens lamacentas de riachos de baixada. Os machos vocalizam abrigados sob o folhiço úmido, onde provavelmente são depositados os ovos. Tem ampla distribuição pelo sul da Bahia, sendo encontrada inclusive em matas de galeria da região do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais (CRUZ et al., 2003). *Hyla minuta* ocupa preferencialmente a vegetação herbácea emergente ou às margens de corpos d’água lênticos em formações abertas. Possui ampla distribuição em quase toda a América do Sul. (HEYER et al., 1990; IZECKSOHN & CARVALHO-E-SILVA, 2001; FROST, 2002). *Hyla semilineata* ocorre em toda a região leste do Brasil, no domínio atlântico, desde Alagoas até Santa Catarina. Ocupa sempre a vegetação marginal baixa de corpos d’água lênticos permanentes (FEIO et al., 1998; D’HEURSEL E HADDAD, 2002). *Hyla senicula* é encontrada nas clareiras e bordas de matas de baixada nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, utilizando poças temporárias para a reprodução (CARAMASCHI & CRUZ, 1996; IZECKSON & CARVALHO-E-SILVA, 2001; PIMENTA & SILVANO, 2001). *Hyla sibilata* relaciona-se filogeneticamente a *H. ibirapitanga*, sendo comum a ocorrência simpátrica das duas espécies. No entanto, *H. sibilata* também ocorre em matas de formações

serranas. Os machos vocalizam no interior de bromélias, sob o folhíço ou nas axilas de folhas de ciperáceas, sempre às margens de riachos (CRUZ *et al.*, 2003). É espécie endêmica da Bahia, sendo que o Parque constitui o limite sul de sua distribuição.



Figura 41. Exemplar de *Hyla gr. circumdata* coletado durante os trabalhos de campo no PESC

Hylomantis aspera era considerada uma espécie rara até bem pouco tempo, porque apenas os sítipos e um exemplar coletado em Itabuna em 1972 eram conhecidos (CRUZ, 1988). O registro em outras localidades do sul da Bahia permitiu ampliar significativamente sua área de distribuição (SILVANO & PIMENTA, 2003), além de acrescentar dados sobre hábitos, preferências ambientais e tamanho das populações. É uma espécie estritamente florestal, endêmica das matas do sul da Bahia, associada a poças temporárias de grande complexidade estrutural. Provavelmente o modo reprodutivo segue o padrão da sub-família Phyllomedusinae, à qual pertence: desova nas folhas pendentes sobre o corpo d'água e, após um certo estágio do desenvolvimento, as larvas caem na poça completando a metamorfose (DUELLMAN, 1985). Daí a preferência por ambientes florestados, de maior umidade relativa e sombreamento constante, uma vez que parte do desenvolvimento larval ocorre fora d'água. *Phyllomedusa burmeisteri* ocupa a vegetação marginal de corpos d'água lânticos permanentes ou temporários profundos, principalmente nas bordas de mata. É encontrada no sudeste do Brasil e estado da Bahia (IZECKSOHN & CARVALHO-E-SILVA, 2001). O modo reprodutivo é o mesmo descrito para *H. aspera*, mas em *P. burmeisteri* macho e fêmea dobram a folha

utilizada para oviposição sobre a desova, aparentemente aumentando a proteção contra a dessecação (ABRUNHOSA & WOGEL, no prelo). *Phyllomedusa* gr. *hypochondrialis* é uma espécie nova, porém já conhecida de várias localidades. Atualmente é confundida com *P. hypochondrialis*, espécie amazônica de coloração e morfologia externa semelhante. Ocupa a vegetação arbustiva marginal de poças temporárias ou permanentes em áreas abertas alteradas, como pastos. Ocorre em boa parte do domínio atlântico do nordeste do Brasil.

O gênero *Phyllodytes* é composto por espécies estritamente bromelícolas, ou seja, que utilizam bromélias como abrigo, sítio de vocalização, amplexo, desova e desenvolvimento larvário (BOKERMANN, 1966; PEIXOTO et al., 2003). *Phyllodytes kautskyi*, apesar de abundante em várias localidades da sua área de distribuição (obs. pess.), é uma espécie pobremente representada em coleções científicas, pois normalmente habita bromélias epífitas localizadas acima de 10 metros de altura, dificultando a obtenção de exemplares. Ocorre no Espírito Santo e sul da Bahia, sempre em áreas florestadas (PEIXOTO & CRUZ, 1988; CARAMASCHI & PEIXOTO, 2001; PEIXOTO et al., 2003). No Parque, foi registrada apenas por vocalizações. *Phyllodytes luteolus* é encontrada tanto em áreas florestadas como em formações abertas de restingas, com grandes populações ocupando bromélias epífitas ou terrestres (TEIXEIRA et al., 1997; SILVANO & PIMENTA, 2003). Possui grande área de distribuição geográfica, estendendo-se desde a Paraíba até o Espírito Santo. *Phyllodytes melanomystax* também é encontrada em matas e restingas abertas (CARAMASCHI et al., 1992; SILVANO & PIMENTA, 2003). Muitas vezes ocorre em simpatria com *P. luteolus*, mas nas matas prefere ocupar bromélias epífitas em alturas maiores do que as usadas por esta última (obs. pess.). Também possui populações grandes, espalhadas por várias localidades do sul da Bahia e Sergipe (CARAMASCHI & PEIXOTO, 2001).

O gênero *Scinax* é altamente diversificado e encontra-se representado na maioria dos biomas da América do Sul (Frost, 2002). A taxonomia do grupo é complicada, devido à grande similaridade morfológica entre as espécies (POMBAL & BASTOS, 1996). *Scinax alter* (Figura 42) distribui-se por uma extensa área no leste do Brasil, desde o Paraná até o sul da Bahia, habitando áreas abertas. As desovas são colocadas nos brejos e poças temporárias,

onde se desenvolvem as larvas (IZECKSOHN & CARVALHO-E-SILVA, 2001; SILVANO & PIMENTA, 2001A; FROST, 2002). *Scinax argyreornatus* é associada a ambientes florestais, reproduzindo em poças temporárias no interior ou nas bordas das matas (IZECKSON & CARVALHO-E-SILVA, 2001). Tem ampla distribuição de São Paulo até o sul da Bahia (SILVANO & PIMENTA, 2001B; FROST, 2002). *Scinax eurydice* é encontrada da Bahia até o Rio de Janeiro. É mais comum em formações abertas, inclusive aquelas alteradas pelo homem, onde os machos são encontrados vocalizando na vegetação arbustiva (POMBAL et al., 1995b; FROST, 2002). *Scinax x-signatus* foi originalmente descrita com base em um exemplar proveniente de “Provincia Bahiae” (SPIX, 1824) e atualmente é reconhecida como um complexo de espécies. O holótipo está perdido (HOOGMOED & GRUBER, 1983) e a descrição original e as de autores subseqüentes (e.g. COCHRAN, 1955; LUTZ, 1973; HEYER et al., 1990) não permitem a correta identificação da espécie, nem sua associação com qualquer das diversas populações atualmente a ela atribuídas (Pombal et al., 1995a). No entanto, é bem provável que as populações do sul da Bahia correspondam à forma típica. A desova é colocada sobre a superfície da água em poças temporárias, normalmente em áreas florestadas. Populações menores foram observadas em formações abertas.



Figura 42. Exemplar de *Scinax alter* coletado durante os trabalhos de campo no PESC

A Família Dendrobatidae é predominantemente amazônica, sendo pouco diversificada na Mata Atlântica. No sul da Bahia e norte do Espírito Santo, a única espécie conhecida é *Colostethus capixaba* (FROST, 2002), um habitante

diurno do folhiço do chão das matas. É considerada uma boa espécie indicadora, devido ao modo reprodutivo altamente especializado: os ovos são colocados no folhiço úmido, sendo guardado por um dos pais. Portanto, a manutenção do microclima do interior das matas, garantido pelo sombreamento e conseqüente umidade, é vital para a sobrevivência desta espécie. Quando os girinos eclodem, são colocados no dorso do macho (obs. pess.), que os carrega até um corpo d'água propício para a continuidade do desenvolvimento larval. As populações são numerosas, mas exemplares são dificilmente capturados devido à grande agilidade.

Os centrolenídeos são pererecas de pequeno porte que ocupam a vegetação marginal de riachos de mata, com distribuição conhecida para a região amazônica e para o sudeste até sul do Brasil (FROST, 2002). Os ovos são depositados sobre folhas da vegetação pendentes sobre o corpo d'água, de onde os girinos caem para completar o desenvolvimento. No nordeste, não há registros na literatura para esta família. Recentemente, material recebido pelo Museu Nacional/UFRJ procedente de Itapebi, sul da Bahia, incluía um exemplar de *Hyalinobatrachium* identificado como *H. eurygnathum*. No Parque o registro foi feito apenas através de vocalização e observação de uma desova, não permitindo a identificação da espécie. O modo reprodutivo especializado, dependente do microclima do interior de mata para evitar a dessecação dos ovos, torna esta espécie outra boa bioindicadora.

Apesar da ocorrência de várias espécies de ampla distribuição geográfica, normalmente associados a formações abertas, a anurofauna do Parque Estadual Serra do Conduru destaca-se entre as localidades já inventariadas no sul da Bahia devido à elevada riqueza (44 espécies), número de espécies endêmicas e exclusivas das fisionomias vegetais que compõem a chamada “mata de tabuleiros” e ao registro de um segundo exemplar de *Cycloramphus migueli*, da qual apenas o holótipo é conhecido. A Unidade de Conservação com a maior riqueza conhecida para a Bahia é a RPPN Estação Veracruz, com 52 espécies (Pimenta, dados não publicados). No entanto, o acúmulo de informações para esta localidade foi realizado em cerca de 17 oportunidades em diferentes anos de amostragem, o que demonstra que a comunidade do Parque pode atingir números ainda maiores com a continuidade dos estudos.

É importante ressaltar que o registro de tantas espécies importantes só foi possível devido à combinação de metodologias para procura direta, análise bioacústica e captura de elementos da anurofauna de folhiço pelas *pitfall traps*. Além disso, a programação de coletas para o período chuvoso e o número satisfatório de dias de trabalho foram decisivos para o registro de grande número de espécies.

3.3- Mamíferos

Durante os trabalhos de campo do Plano de Manejo do PESC foram registradas 39 espécies de mamíferos (Tabela 37) sendo, 11 espécies de pequenos mamíferos e 28 de mamíferos de médio e grande porte. Dentre os pequenos mamíferos, 6 espécies foram capturadas na primeira campanha e cinco na segunda. A única espécie que foi capturada nas duas foi *Monodelphis americana*. Quanto aos mamíferos de médio e grande porte, vinte e sete espécies foram identificados durante os trabalhos de levantamento para elaboração do plano de manejo do PESC. Durante o percurso dos transectos para o censo de *Cebus xanthosternos* (Projeto *Cebus*/IESB/PROBIO/MMA), foram registradas outras espécies de mamíferos. Dos onze de onze registros do projeto *Cebus*, oito espécies de mamíferos de médio e grande porte foram obtidos através de avistamentos.

Pequenos Mamíferos

De uma forma geral, as áreas C, FC e MT foram mais ricas em espécies de pequenos mamíferos (Tabela 38). O sucesso de captura mais elevado foi FC (1%) na primeira campanha, e CPC (3%) na segunda campanha. *Monodelphis americana* (marsupial) foi a única espécie registrada nas duas campanhas, e só foi capturada em baldes na FC.

Dentre as espécies de pequenos, destaca-se a ocorrência dos marsupiais que, apesar de serem comuns na região, são endêmicos da Mata Atlântica (*Didelphis aurita* - saruê e *Marmosops incanus*).

O registro mais importante dentre os pequenos mamíferos foi de *Phyllomys* sp. (rato-de-espinho – Figura 43), capturado na área de capoeira (CPC). É uma espécie de roedor da Família Echimyidae, cujos representantes são raros, na

região do Parque Estadual Serra do Conduru e Rebio de Una (PARDINI, 2001; LEITE, 2001; MOURA, 2003).

Em uma amostragem anterior na região do PESC (MOURA, 2003), foi registrada a espécie de marsupial *Metachirus nudicaudatus* (rato-cachorro). Esta é uma espécie comum na região e não devem ter sido registrada durante o plano de manejo do PESC devido ao pequeno número de campanhas.



Foto: Raquel Moura

Figura 43. Exemplar de *Phyllomys sp* registrado durante trabalho de campo no PESC

Mamíferos de Médio e Grande Porte

Em um estudo anterior, em 1999/2000 foram registradas 30 espécies de mamíferos de médio e grande porte, para a área do PESC, neste estudo, mais amostragens foram realizadas (MOURA, 2003). Comparando os resultados com o trabalho citado, não foram registradas durante as coletas do plano de manejo as espécies *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba) e *Puma concolor* (onça parda); por outro lado, a primeira foi indicada em uma entrevista do Projeto *Cebus*/IESB/PROBIO (Tabela 37).

Dentre as espécies de mamíferos de médio e grande porte ressalta-se o registro de 6 espécies endêmicas de Mata Atlântica; 5 espécies ameaçadas, e três endêmicas da Mata Atlântica do sul da Bahia. O grupo dos primatas e carnívoros possui o maior número de representantes ameaçados. Os três representantes endêmicos da Mata Atlântica do sul da Bahia são primatas.

A densidade de *Cebus xanthosternos* na região do PESC foi estimada em 4,3 ind./km² (IC 95% = 1,4-13,4 ind./km²). Em outras regiões da Mata Atlântica, espécies de *Cebus* apresentaram densidades mais altas, variando entre 5-25 ind./km² (CULLEN *et al.* 2001; CHIARELLO, 2000; GONZÁLES-SOLIS *et al.*

2001; PINTO *et al.*,1993). A fragmentação e a caça têm sido apontadas como fatores de influência negativa para as populações de primatas (CULLEN *et al.* 2001; CHIARELLO, 2000; GONZÁLES-SOLIS *et al.* 2001). A predação por felinos de médio porte, a baixa oferta de alimento e a competição interespecífica são possíveis explicações para a redução da densidade de algumas espécies de primatas em fragmentos pequenos (CHIARELLO, 2000; GONZÁLES-SOLIS *et al.* 2001).

Foram identificadas oito espécies de mamíferos de ocorrência potencial na área do PESC, e que não foram registradas ou nos levantamentos para a elaboração do plano de manejo ou em estudos anteriores no PESC (tabela 39). Dessas oito, cinco são de roedores, e três são marsupiais. A maioria destas espécies listadas é comum na região sul da Bahia, podendo assim ocorrer na região do PESC. As exceções são o roedor saruê-beju (*Callistomys pictus*), e o marsupial conhecido como rato d'água (*Chironectes minimus*), que são espécies raras. O saruê-beju (*Callistomys pictus*), além de raro, de distribuição restrita, é endêmico da Mata Atlântica do sul da Bahia, consta na lista de espécies ameaçadas, e está estritamente associado a áreas florestadas e cabucas na região de Ilhéus e Uruçuca (LAEMMERT *et al.*, 1946, ENCARNAÇÃO *et al.*, 1996, PARDINI *et al.*, em prep., MOURA, em prep.). A suçuarana (*Puma concolor*), apesar de não ter sido registrada nos levantamentos do plano de manejo, já havia sido registrada em trabalho anterior (Moura, 2003) para a região do PESC, e foi indicada na lista total de espécies do Parque (Tabela 37).

Algumas espécies já estão desaparecidas na região da REBIO de UNA (sul da Bahia): *Tapirus terrestris* (anta), *Alouatta guariba* (macaco barbado) e *Brachyteles hypoxanthus* (macaco muriqui ou mono carvoeiro) (MOURA, 2003). Nenhuma dessas foi registrada na área do PESC. O desmatamento e a caça são os principais fatores de depauperação da fauna na região (MOURA, 1999; PARDINI *et al.*, 2002; MOURA, 2003).

Tabela 37. Lista de espécies de mamíferos registrados no Parque Estadual Serra do Conduru; nome comum e forma de registro (REG); Status, destaque para as raras, endêmicas à Mata Atlântica, ameaçadas, endêmicas à Mata Atlântica do sul da Bahia e espécies de interesse (Int).

ESPÉCIES	NOME COMUM	REG	STATUS
Ordem Rodentia			
<i>Rhipidomys mastacalis</i>	Rato, Rato-de-árvore	Capt	---
<i>Oryzomys</i> sp.	Rato	Capt	---
<i>Akodon cursor</i>	Rato	Capt	---
<i>Phyllomys</i> sp.	Rato-de-espinho	Capt	Rara
<i>Nectomys squamipes</i>	Rato, Rato d'água	Capt	---
<i>Oryzomys laticeps</i> .	Rato do mato, pubinha	Capt	---
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Capivara	Entr	Int
<i>Dasyprocta</i> sp.	Cutia	Av, Ent	Int
<i>Agouti paca</i>	Paca	Ent	Int
<i>Chaetomys subspinosus</i>	Ouriço-preto, gandu, boré	Ent, Car	End
<i>Sphiggurus insidiosus</i>	Luis caixeiro	Ent, Car	---
<i>Sciurus aestuans</i>	Papa coco caxixo, caticoco, paxé	Av, Ent	---
Ordem Didelphimorphia			
<i>Monodelphis americana</i>	Marsupial, Rato	Capt	---
<i>Didelphis aurita</i>	Saruê, Sariguê	Capt	End
<i>Micoureus demerarae</i>	Rato puxerento, cuíca		---
<i>Marmosops incanus</i>	Cuica		End
Ordem Primates			
<i>Callithrix kuhli</i>	Soim, sauim, saguim, nico	Av, Voc, Ent	End sul BA
<i>Leontopithecus chrysomelas</i>	Mico, mico-leão-da-cara-dourada	Ent	End sul BA, Am
<i>Cebus xanthosternos</i>	Pitcal, macaco-de-bando, macaco-prego-do-peito-amarelo	Av, Ent	End sul BA
<i>Callicebus melanochir</i>	Guigó	Ent	End, Am
Ordem Carnívora			
<i>Cerdocyon thous</i>	Raposa	Ent	---
<i>Procyon cancrivorus</i>	Guará, meia noite, guaxelo, guaxinim, mão pelada, mão lisa	Ent	---
<i>Nasua nasua</i>	Quati	Ent	---
<i>Potos flavus</i>	Jupará, macaco-de-cheiro	Ent	---
<i>Eira barbara</i>	Papa mel	Av, Ent	---
<i>Galictis</i> sp.	Cachorrinho-do-mato	Ent	---
<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	Ent	---
<i>Leopardus pardalis</i>	Jagatiri	Ent	Am, Int
<i>Leopardus</i> sp. (<i>tigrinus</i>)	Mamoninha, gato mirim, librina	Ent	Am, Int

ESPÉCIES	NOME COMUM	REG	STATUS
<i>Puma concolor</i>	Onça-arda	Bibliog	Am, Int
Ordem Edentata			
<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá mirim	Ent	---
<i>Bradypus torquatus</i>	Preguiça-de-coleira (cabocla)	Av, Ent	End
<i>Bradypus variegatus</i>	Preguiça	Ent	----
<i>Dasybus novemcinctus</i>	Tatu verdadeiro	Av, Ent	Int
<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatu peba	Ent	Int
<i>Cabassous unicinctus</i>	Tatu rabo-de-couro, rabo-de-sola	Ent	---
Ordem Artiodactyla			
<i>Pecari tajacu</i>	Caititu	Av, Ent	Int
<i>Mazama gouazoupira</i>	Corso	Ent	---
Ordem Lagomorpha			
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapeti, coelho	Ent	---

Registros Ent – Entrevista; Capt – Captura; Car – Carça; Av – Avistamento; Voc – Vocalização; Bibliog - Bibliografia

Status End – Endêmica; End Sul BA – Endêmica do Sul da Bahia; Am – Ameaçada de extinção; Int – Espécie de interesse (valor econômico, cinegética ou xerimbabo)

Tabela 38. Espécies de pequenos mamíferos capturados na área de estudo com a indicação do número de indivíduos capturados e do status de espécie endêmica (E) e rara (R). MT – Mata da Torre; CPC – Capoeira; CC – Campo Cheiroso; FC – Fazenda Capitão

ESPÉCIES	NOME COMUM	MT	CPC	FC	CC	Status
Ordem Rodentia						
<i>Rhipidomys mastacalis</i>	Rato, Rato-de-árvore	3				
<i>Oryzomys sp.</i>	Rato				1	
<i>Akodon cursor</i>	Rato	3				
<i>Phyllomys sp.</i>	Rato-de-espinho		1			E, R
<i>Nectomys squamipes</i>	Rato puba, Rato d'água		1			
<i>Oryzomys laticeps</i>	Rato-do-mato, Rato pubinha		1			
Ordem Didelphimorphia						
<i>Monodelphis americana</i>	Marsupial, Rato			2		E
<i>Didelphis aurita</i>	Saruê, Sariguê	1		1		E
<i>Micoureus demerarae</i>	Rato puxerento		1			
<i>Marmosa murina</i>	Rato		1			
ESPÉCIES	NOME COMUM	MT	CPC	FC	CC	Status
<i>Marmosops incanus</i>	Rato bandola			1		E
RIQUEZA (Nº espécies)		3	5	3	1	

(1) Espécies endêmicas da Mata Atlântica; (2) Espécie rara

Tabela 39. Espécies de mamíferos de ocorrência potencial na região do PESC que não foram registradas nos levantamentos para elaboração do Plano de manejo.

ESPÉCIE	NOME COMUM	Status
Ordem Rodentia		
<i>Oryzomys russatus</i>	Rato-do-mato	
<i>Oligoryzomys</i> sp.	Rato	
<i>Thaptomys nigrita</i>	Rato	End
<i>Blarinomys breviceps</i>	Rato-do mato	End
<i>Callistomys pictus</i>	Rato-do-cacau	Ameaçada, End sul Bahia
Ordem Didelphimorphia		
<i>Metachirus nudicaudatus</i>	Rato cachorro, rato jupati, rato bandola	
<i>Philander frenata</i>	Rato jupati	
<i>Chironectes minimus</i>	Rato d'água	

3.4- Aves

Foram catalogadas 208 espécies de aves para o PESC, dentre estas, 167 foram registradas por Cordeiro (2003). As espécies estão distribuídas em 38 famílias, sendo que Emberizidae, com 18,75% (39 espécies), Tyrannidae, com 13,46% (28 espécies) e Formicariidae, com 7,21% (15 espécies), foram as famílias mais representativas em relação ao número de espécies registradas. CORDEIRO (2003) registrou: emberezídeos 32,34%, tyrannídeos 15,57% e formicariídeos 6,59%.

Dentre as aves catalogadas, 26 (12,5%) são descritas como endêmicas do Bioma Mata Atlântica; 9 (4,33%) estão presentes em alguma categoria de ameaça da lista oficial do IBAMA; 12 (5,76%) sofrem pressão de caça para consumo (cinegéticas) e 20 (10,4%) são tradicionalmente capturadas para criação como animais de estimação (xerimbabo).

Duas espécies de beija-flor ameaçadas de extinção foram avistadas no PESC: o balança-rabo-canela (*Glaucis dohrnii*), “Em perigo”, endêmico e restrito às matas primárias do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo e o beija-flor da-costa-violeta (*Thalurania watertonii*), “Vulnerável” e endêmico da Mata Atlântica (SICK, 2001).

Um formicariídeo avistado, a choquinha-de-rabo-cintado (*Myrmotherula urosticta*), classificada como “vulnerável”, é endêmica de Mata Atlântica e ocorre da Bahia ao Rio de Janeiro (SICK, 2001).

Entre as espécies ameaçadas, destaca-se o mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*), endêmico da Mata Atlântica, restrito a poucas áreas entre o sul da Bahia, norte do Espírito Santo e o leste de Minas Gerais (SICK, 2001). Encontra-se classificado como “Em perigo” na lista oficial do IBAMA de espécies ameaçadas. Apesar de não ter sido avistado nos trabalhos de campo, sua coloração negra e grande porte o torna inconfundível, por isso teve seu registro realizado através de entrevistas e confirmado através de dados bibliográficos (CORDEIRO, 2003).

O chauá (*Amazona rhodocorytha*) foi registrado através de dados de estudos anteriores realizados na área da Fazenda Rio Capitão. Além de ameaçado (“Em perigo”), é endêmico da Mata Atlântica e ocorre em matas altas desde Alagoas ao Rio de Janeiro (SICK, 2001). Apesar da ameaça, é espécie bastante utilizada como animal de estimação, principalmente na região central do “Corredor do Descobrimento”, devido à facilidade de apanhar os filhotes nos ninhos, associado às altas densidades no período reprodutivo (CORDEIRO, 2002).

Outro psittacídeo registrado através de dados bibliográficos, o fura-mato (*Pyrrhura cruentata*), se encontra na categoria “Vulnerável” da lista do IBAMA e é endêmico da Mata Atlântica. Foi registrado por CORDEIRO (2002) como comum nas áreas estudadas do sul da Bahia, incluindo a área da Fazenda Rio Capitão.

O rabo-amarelo (*Thripophaga macroura*), é um furnariídeo endêmico e considerado “Vulnerável”. Ocorre apenas ao leste da Bahia, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, inclusive o PESC (CORDEIRO, 2003).

Outras espécie de formicariídeo “Vulnerável” registrado foi o tovacuçu (*Grallaria varia*), terrícola, com cabeça e olhos grandes (SICK, 2001; CORDEIRO, 2003).

Além das anteriores, está considerado como ameaçado, na categoria “Vulnerável”, o sabiá-pimenta (*Carpornis melanocephalus*). Esta espécie ocorre apenas no Brasil meridional, de Alagoas a São Paulo (SICK, 2001; CORDEIRO, 2003).

A caça de subsistência, assim como outras modalidades de atividades extrativistas, possuem grande importância para diversas populações da região Neotropical, especialmente em locais isolados, servindo para a manutenção de

comunidades humanas residentes. Entretanto tal atividade é proibida pela lei nº 5.197, de janeiro de 1967, sendo considerada como crime inafiançável (LOURIVAL & FONSECA, 1997). As aves classificadas como cinegéticas (que sofrem pressão de caça) estão representadas no PESC por quatro famílias (Tinamidae, Cracidae, Columbidae e Anatidae). São os macucos, mutuns, pombos e marrecos, respectivamente. A sua caça é tradicional em diversas regiões do país.

As espécies classificadas como xerimbabo (utilizadas como animais de criação) compõem 10,4% (20 espécies) do total de espécies de aves registradas para o PESC, sendo Emberizidae a família com maior representatividade (9 espécies), seguida por Psittacidae (7), Muscicapidae (2) e Ramphastidae (2).

O hábito de manter pássaros silvestres em gaiolas está profundamente arraigado na cultura brasileira, em todas as classes sociais, e é difícil para essas pessoas compreenderem que diversas das espécies utilizadas para esse fim já são raras nos ambientes em que vivem. Uma das causas disso está no pouco conhecimento acerca da legislação brasileira e o pouco interesse pelas aves em seu ambiente natural. Por isso o comércio ilegal de aves ainda é um problema sério (SICK, 2001).

Espécies como papa-capim (*Sporophila nigricollis*), canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) e sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*, campanha 2) são freqüentemente encontradas no comércio ilegal de animais silvestres por causa das suas características como aves canoras, figurando entre as aves que são mais capturadas pelos moradores locais. Os psittacídeos são menos abundantes na área e possuem maiores valores de venda no tráfico de aves silvestres, especialmente os mais raros, como o chauá (*Amazona rhodocorytha*) e o fura-mato (*Pyrhura cruentata*).

Estas espécies, juntamente com o mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*) são potenciais para trabalhos de conservação, por serem de fácil identificação, serem endêmicas do Bioma Mata Atlântica e por serem utilizadas pelas comunidades locais, seja como animais de estimação, seja como objeto de caça para consumo. Além disso, estão presentes na Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (Instrução Normativa nº 3, de 27 de Maio de 2003, Ministério do Meio Ambiente, Brasil).

É possível detectar algumas ameaças para a avifauna dentro da área do PESC, a exemplo da caça de animais silvestres, o que por si só já é responsável pela redução do número de indivíduos, e o corte ilegal de madeira, significando perdas de abrigo, locais para nidificação, diminuição do território e fonte de *stress* para espécies mais sensíveis, como os Formicariídeos.

As aves, pela sua mobilidade e pela capacidade de percorrer grandes distâncias, são um agente de suma importância nos processos de manutenção de fragmentos florestais. Através do processo de dispersão de sementes (zoocoria), promovem o fluxo gênico entre os fragmentos, fazendo com que haja o aumento da variabilidade genética (RICKLEFS, 2003).

Um exemplo do processo de dispersão por zoocoria é a associação entre aves da família Pipridae com plantas da família Melastomataceae. Os frutos produzidos por algumas espécies dessa família representam alimento muito apreciado por diversas espécies de aves, as quais dispersam suas sementes por extensas áreas, possibilitando que fragmentos possam ser interligados (SICK, 2001). Através de levantamento de campo, foi possível constatar a presença de quatro espécies de piprídeos (*Chiroxiphia caudata*, *Machaeropterus regulus*, *Manacus manacus* e *Pipra rubrocapilla* – Figura 44, todos na campanha 1) na área de capoeira (área CPC), a qual possui grande abundância de melastomatáceas, podendo ainda, detectar através de fezes desses indivíduos, que os mesmos alimentavam-se do fruto (baga).

A área de amostragem supracitada (CPC) parece representar um corredor entre fragmentos próximos, pois a composição das espécies da área, muitas de ambiente de mata, mostra divergência quanto ao que se esperaria para uma área de capoeira, citando os piprídeos (*Pipra rubrocapilla* e *Machaeropterus regulus*), um tyrannídeo (*Rhytipterna simplex*) e um emberizídeo (*Tachyphonus cristatus*).

Outra peculiaridade encontrada foi a presença de uma espécie típica de ambientes de mata, a *Pyriglena leucoptera*, emberizídeo com associação estrita com uma dada espécie de formiga, conhecida como formiga-de-correição. Estas aves aproveitam-se da movimentação dessas formigas para alimentar-se dos animais que são afugentados por elas. WILLIS, 1979, diz que esta espécie é muito sensível à redução do fragmento, não sobrevivendo em

fragmentos menores do que 300 ha. Numa área de cabruca abandonada, próxima a área CPC, foi avistado um grupo com seis indivíduos.



Foto: Pedro Lobão

Figura 44. Indivíduo de *Pipra rubrocapilla* coletado durante trabalho de campo no PESC

A listagem de aves está apresentada na Tabela 40 a seguir.

Tabela 40. Listagem das espécies de aves do Parque Estadual da Serra do Conduru contendo família, espécie, nome regional, forma de registro, área de registro e observação sobre a espécie

Ent = Entrevista Avi = Avistamento Voc = Vocalização Cap = Captura em rede Cin = Cinegético Xer = Xerimbabo
 En = Endêmico Am = Ameaçado 1 = Mata da Torre (MT) 2 = Capoeira (CPC) 3 = Área do Parque e adjacências 3* =
 Área de Serra Grande 3+ = Área da Fazenda Capitão 3- = Área do Campo Cheiroso 4 = Mata da Fazenda Capitão (FC)
 5 = Campo Cheiroso (CC)

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
Família Tinamidae				
<i>Crypturellus soui</i>	Nambú	Bib	3	Cin
<i>Crypturellus tataupa</i>	Nambú	Ent	1,4	Cin
<i>Rhynchotus rufescens</i>	Perdiz	Avi	3+,5	Cin
<i>Tinamus solitarius</i>	Macuco	Ent	-	Cin
Família Ardeidae				
<i>Butorides striatus</i>	Socozinho	Avi	3-	-
<i>Casmerodius albus</i>	Garça-branca	Bib	3	-
Família Anatidae				
<i>Anas bahamensis</i>	Marreca-toicinho	Ent	-	Cin
Família Cathartidae				
<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha	Avi	3*	-
<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-	Avi	3*+,5	-

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
	amarela			
<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-preto	Avi	3*+	-
Família Accipitridae				
<i>Buteo albicaudatus</i>	Gavião-de-cauda-branca	Ent	4	-
<i>Buteogallus urubitinga</i>	Gavião-preto	Ent	4	-
<i>Gampsonyx swainsoni</i>	Gaviãozinho	Avi	5	-
<i>Rupornis magnirostris</i>	Carijó	Avi	3*	-
Família Falconidae				
<i>Caracara plancus</i>	Carcará	Avi	3*+	-
<i>Falco sp</i>	Falcão	Avi	5	-
<i>Falco sparverius</i>	Quiriquiri	Bib	3	-
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	Acauã	Voc	5	-
<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro	Avi	3*	-
Família Cracidae				
<i>Crax blumenbachii</i>	Mutum-de-bico-vermelho	Ent	4	Am,En,Cin
<i>Ortalis guttata</i>	Aracuã	Ent	1	Cin
<i>Penelope superciliaris</i>	Jacupemba	Ent	1,5	Cin
Família Rallidae				
<i>Aramides cajanea</i>	Saracura-três-potes	Bib	3	-
<i>Amaurolimnas concolor</i>	Saracura-lisa	Bib	3	-
<i>Gallinula chloropus</i>	Frango-d`água-comum	Bib	3	-
<i>Porzana albicollis</i>	Sanã-carijó	Bib	3	-
<i>Rallus nigricans</i>	Saracura-sanã	Bib	3	-
Família Jacanidae				
<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã	Avi	3*-	-
Família Charadriidae				
<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero	Avi	3*-	-
Família Columbidae				
<i>Claravis pretiosa</i>	Pomba-espelho	Bib	3	Cin
<i>Columba cayennensis</i>	Pomba-galêga	Bib	3	Cin
<i>Columbina minuta</i>	Rolinha-de-asa-canela	Avi	5	-
<i>Columbina passerina</i>	Rolinha-cinzenta	Cap	5	-
<i>Columbina picui</i>	Asa-branca	Avi	5	-
<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-caldo-de-feijão	Avi	3*+,4	-
<i>Geotrygon montana</i>	Pariri	Cap	1	Cin
<i>Leptotila rufaxilla</i>	Juriti-gemeadeira	Voc	2,3-	Cin
Família Psittacidae				

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
<i>Amazona amazonica</i>	Papagaio-do-mangue	Bib	3	Xer
<i>Amazona rhodocorytha</i>	Chauá	Bib	3	Am,Xer,En
<i>Aratinga aurea</i>	Jandaia-estrela	Avi	3*-,4,5	Xer
<i>Aratinga auricapilla</i>	Jandaia	Avi	2	Xer
<i>Brotogeris tirica</i>	Periquito-rico	Avi	3*	En,Xer
<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim	Avi	3*+-,4,5	Xer
<i>Pyrrhura cruentata</i>	Fura-mato	Bib	3	Am,En,Xer
Família Cuculidae				
<i>Crotophaga ani</i>	Anu	Avi	2,3*+,5	-
<i>Guira guira</i>	Anu-branco	Avi	3*	-
<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-gato	Avi	3*	-
<i>Taperia naevia</i>	Saci	Avi	3*,5	-
Família Tytonidae				
<i>Tyto alba</i>	Suindara	Avi	3+	-
Família Strigidae				
<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé-ferrugem	Avi	3+	-
<i>Pulsatrix perspicillata</i>	Murucututu	Bib	3	-
Família Nyctibiidae				
<i>Nyctibius griseus</i>	Urutau-comum	Avi	3+	-
Família Caprimulgidae				
<i>Caprimulgus parvulus</i>	Bacurau	Avi	3*	-
<i>Nyctidromus albicollis</i>	Curiango	Avi	3*+,5	-
<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	Bacurau-ocelado	Bib	3	-
Família Apodidae				
<i>Chaetura cinereiventris</i>	Andorinhão-de-sobre-cinzento	Bib	3	-
Família Trochilidae				
<i>Chlorestes notatus</i>	Beija-flor-de-garganta-azul	Bib	3	-
<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	Esmeralda-de-bico-vermelho	Avi	3*,4,5	-
<i>Eupetomena macroura</i>	Tesourão	Cap	2,4,5	-
<i>Glaucis dohrnii</i>	Balança-rabo-canela	Bib	3	Am,En
<i>Glaucis hirsuta</i>	Beija-flor-besourão	Cap	2	-
<i>Hylocharis cyanus</i>	Beija-flor-roxo	Bib	3	-
<i>Phaetornis pretrei</i>	Rabo-branco-acanelado	Cap	4	-
<i>Phaetornis ruber</i>	Besourinho	Avi	1,2,3*,4,5	-
<i>Thalurania glaucopis</i>	Beija-flor-de-fronte-	Avi	3-	En

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
	violeta			
<i>Thalurania watertonii</i>	Beija-flor-de-costa-violeta	Avi	3+	Am
Família Trogonidae				
<i>Trogon viridis</i>	Surucuá-de-barriga-dourada	Avi	4	-
Família Alcedinidae				
<i>Ceryle torquata</i>	Martim-pescador-grande	Bib	3	-
<i>Chloroceryle</i>	Martim-pescador-	Bib	3	-
Família Galbulidae				
<i>Galbula ruficauda</i>	Ariramba-de-cauda-ruiva	Avi	3*,4	-
Família Bucconidae				
<i>Chelidoptera tenebrosa</i>	Urubuzinho	Avi	4,5	-
<i>Malacoptila striata</i>	João-barrudo	Bib	3	En
<i>Monasa morphoeus</i>	Bico-de-brasa-de-testa-branca	Bib	3	-
<i>Nystalus maculatus</i>	João-bobo	Avi	3+	-
Família Ramphastidae				
<i>Pteroglossus aracari</i>	Araçari	Ent	3*+	Xer
<i>Ramphastos vitellinus</i>	Tucano-de-bico-preto	Avi	3-	Xer
Família Picidae				
<i>Campephilus sp</i> ou <i>Dryocopus sp</i>	Pica-pau	Avi	5	-
<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica-pau-de-banda-branca	Bib	3	-
<i>Colaptes campestris</i>	Pica-pau do campo	Avi	2	-
<i>Melanerpes flavifrons</i>	Benedito	Avi	2	-
<i>Picumnus exilis</i>	Pica-pau-anão-dourado	Avi	2	-
<i>Veniliornis affinis</i>	Pica-pauzinho-avermelhado	Bib	3	-
Família Dendrocolaptidae				
<i>Campylorhamphus sp</i>	Arapaçu-de-bico-torto	Avi	4	-
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	Arapaçu-de-bico-negro-torto	Bib	3	En
<i>Dendrocincla turdina</i>	Arapaçu-liso	Bib	3	En
<i>Glyphorhynchus spirurus</i>	Arapaçu-bico-de-cunha	Cap	1,2,4	-

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
<i>Xyphorhynchus fuscus</i>	Arapaçu-rajado	Cap	1, 2	En
<i>Xyphorhynchus guttatus</i>	Arapaçu-de-garganta-camurça	Cap	1	-
<i>Xyphorhynchus picus</i>	Arapaçu-de-bico-branco	Bib	3	-
Família Furnariidae				
<i>Autolomus leucophthalmus</i>	Barranqueiro-de-olho-branco	Cap	1	En
<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	Curutié	Avi	3-	-
<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro	Avi	3*+	-
<i>Phacellodumos rufifrons</i>	João-de-pau	Bib	3	-
<i>Philydor atricapillus</i>	Limpa-folha-coroado	Cap	2	En
<i>Synallaxis frontalis</i>	Petrim	Bib	3	-
<i>Thriphopaga macroura</i>	Rabo-amarelo	Bib	3	Am,En
<i>Xenops minutus</i>	Bico-virado-miúdo	Cap	1,2	-
<i>Xenops rutilans</i>	Bico-virado-carijó	Bib	3	-
Família Formicariidae				
<i>Drymophila squamata</i>	Pintadinho	Cap	1,2,4	En
<i>Dysithamnus mentalis</i>	Choquinha-lisa	Cap	2	-
<i>Formicarius colma</i>	Pinto-do-mato	Bib	3	-
<i>Formicariideo</i>	Formigueiro	Cap	2	-
<i>Grallaria varia</i>	Tovacuçu	Bib	3	Am
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	Chorozinho-de-asa-vermelha	Bib	3	-
<i>Myrmotherula axillaris</i>	Choquinha-de-flanco-branco	Bib	3	-
<i>Myrmotherula urosticta</i>	Choquinha-de-rabo-cintado	Avi	1	Am,En
<i>Pyriglena leucoptera</i>	Pêga	Avi	3	En
<i>Taraba major</i>	Chorá-boi	Bib	3	-
<i>Terenura maculata</i>	Zidedê	Bib	3	En
<i>Thamnomanes caesius</i>	Uirapuru-de-bando	Bib	3	-
<i>Thamnophilus caerulescens</i>	Choca-da-mata	Cap	2	-
<i>Thamnophilus punctatus</i>	Choca-bate-cabo	Bib	3	-
<i>Thamnophilus palliatus</i>	Choca-listrada	Avi	3*	-
Família Conopophagidae				
<i>Conopophaga melanops</i>	Chupa-dente-de-máscara-preta	Bib	3	En
Família Cotingidae				
<i>Carpornis</i>	Sabiá-pimenta	Bib	3	Am,En

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
<i>melanocephalus</i>				
<i>Lipaugus vociferans</i>	Cricrió	Bib	3	-
Família Pipridae				
<i>Chiroxiphia pareola</i>	Tangará-de-costa-azul	Avi	1,4	-
<i>Machaeropterus regulus</i>	Dançarino-coroado	Cap	2,4	-
<i>Manacus manacus</i>	Rendeira	Cap	1, 2, 3*	-
<i>Lepidothrix pipra</i>	Dançador-de-coroa-branca	Cap	4	-
<i>Pipra rubrocapilla</i>	Cabeça-encarnada	Cap	1,2,4	-
<i>Schiffornis turdinus</i>	Flautim-marrom	Bib	3	-
Família Tyrannidae				
<i>Arundinicola leucocephala</i>	Freirinha	Avi	3*-	-
<i>Attila rufus</i>	Capitão-de-saíra	Bib	3	En
<i>Colonia colonus</i>	Vivuvinha	Bib	3	-
<i>Elaenia sp</i>	Guaracava	Cap	3+,5	-
<i>Elaenia flavogaster</i>	Guaracava-de-barriga-amarela	Bib	3	-
<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira	Avi	3*+	-
<i>Hemithraupis flavicollis</i>	Saíra-galêga	Cap	1,2,4	-
<i>Laniocera hypopyrra</i>	Chorona-cinza	Bib	3	-
<i>Lathrotriccus euleri</i>	Enferrujado	Bib	3	-
<i>Legatus leucophaeus</i>	Bentevi-pirata	Bib	3	-
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	Cabeçudo	Bib	3	-
<i>Megarhynchus pitangua</i>	Bentevi-de-bico-chato	Avi	3-	-
<i>Mionectes oleagineus</i>	Abre-asa-da-capoeira	Cap	4	-
<i>Myiarchus sp</i>	Suiriri	Avi	5	-
<i>Myiobius barbatus</i>	Assanhadinho-de-peito-dourado	Cap	1	-
<i>Myiophobus fasciatus</i>	Felipe	Bib	3	-
<i>Myiornis auricularis</i>	Miudinho	Bib	3	En
<i>Myiozetetes similis</i>	Bentevi-de-coroa-vermelha	Avi	3+,4	-
<i>Pachyramphus marginatus</i>	Caneleiro-bordado	Bib	3	-
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	Caneleiro-preto	Bib	3	-
<i>Pachyramphus viridis</i>	Caneleiro-verde	Bib	3	-
<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bentevi	Avi	2, 3*,5	-
<i>Rhynchocynclus olivaceus</i>	Bico-chato-grande	Bib	3	-

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
<i>Rhytipterna simplex</i>	Planadeira-cinza	Cap	2	-
Tirannídeo	-	Cap	2	-
<i>Todirostrum cinereum</i>	Ferreirinho	Bib	3	-
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	Bico-chato-de-orelha-preta	Bib	3	-
<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri	Avi	3*,5	-
Família Hirundinidae				
<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	Andorinha-pequena-de-casa	Bib	3	-
<i>Progne tapera</i>	Andorinha-do-campo	Avi	3+,5	-
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-do-barranco	Avi	4	-
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-serrador	Avi	4	-
<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio	Avi	3*,5	-
Família Troglodytidae				
<i>Campylorhynchus turdinus</i>	Catatau	Bib	3	-
<i>Donacobius atricapillus</i>	Japacanim	Bib	3	-
<i>Troglodytes musculus</i>	Garrincha	Cap	2,3+,5	-
<i>Thryothorus sp</i>	Garrinchão	Voc	1,2,4	-
<i>Thryothorus genibarbis</i>	Garrinchão-de-bigode	Bib	3	-
Família Mimidae				
<i>Mimus saturninus</i>	Sabiá-do-campo	Bib	3	-
Família Muscicapidae				
<i>Platycichla flavipes</i>	Sabiá-una	Cap	5	-
<i>Ramphocaenus melanurus</i>	Balança-rabo-de-bico-branco	Bib	3	-
<i>Turdus albicollis</i>	Sabiá-de-coleira	Bib	3	-
<i>Turdus fumigatus</i>	Sabiá-verdadeiro	Bib	3	-
<i>Turdus leucomelas</i>	Sabiá-branca	Cap	1,2,3*+,4,5	Xer
<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-poca	Cap	2,3*,3+	Xer
Família Vireonidae				
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari	Avi	3*	-
<i>Vireo chivi</i>	Juruviara	Bib	3	-
Família Emberizidae				
<i>Agelaius ruficapillus</i>	Garibaldi	Avi	2	-
<i>Arremon taciturnus</i>	Tico-tico-da-mata	Cap	2	-
<i>Phaethlypis rivularis</i>	Pula-pula-ribeirinho	Avi	4	-
<i>Cacicus cela</i>	Japim	Avi	3*	-
<i>Cacicus haemorrhous</i>	Japim	Avi	2,3+,4	-
<i>Caryothraustes canadensis</i>	Furriel-canário	Avi	4	-

ESPÉCIE	NOME POPULAR	REGISTRO	ÁREA	Status
<i>Coereba flaveola</i>	Sebinho	Cap	3*,4,5	-
<i>Conirostrum speciosum</i>	Figuiha-de-rabo-castanho	Bib	3	-
<i>Chlorophanes spiza</i>	Saí-verde	Bib	3	-
<i>Chlorophonia cyanea</i>	Gaturamo-bandeira	Bib	3	-
<i>Cyanerpes cyaneus</i>	Saí-beija-flor	Bib	3	-
<i>Dacnis cayana</i>	Saí-azul	Avi	3*,4,5	Xer
<i>Euphonia chlorotica</i>	Gaturamo	Avi	4	Xer
<i>Euphonia pectoralis</i>	Gaturamo-rei	Bib	3	En
<i>Euphonia violacea</i>	Gaturamo-verdadeiro	Avi	3*,4,5	Xer
<i>Gnorimopsar chopi</i>	Pássaro-preto	Avi	3*-,5	Xer
<i>Habia rubica</i>	Tiê-da-mata	Cap	1, 2	-
<i>Icterus jamacaii</i>	Sofrê	Bib	3	-
<i>Nemosia pileata</i>	Saíra-de-chapéu-preto	Bib	3	-
<i>Parula pitiayumi</i>	Mariquita	Bib	3	-
<i>Ramphocelus bresilius</i>	Tiê-sangue	Avi	2,3*+,-,4	En
<i>Saltator maximus</i>	Trinca-ferro-pimeta	Bib	3	-
<i>Schistoclamys melanopis</i>	Tiê-cinza	Avi	5	-
<i>Schistoclamys ruficapillus</i>	Tiê-veludo	Cap	5	-
<i>Sicalis flaveola</i>	Canário-da-terra	Avi	2,3*+,4,5	Xer
<i>Sporophila leucoptera</i>	Chorão	Cap	3*+,5	Xer
<i>Sporophila nigricollis</i>	Papa-capim	Avi	3*	Xer
<i>Tachyphonus cristatus</i>	Tiê-galo	Avi	2,4	-
<i>Tachyphonus rufus</i>	Pipira-preta	Avi	5	-
<i>Tangara brasiliensis (=mexicana)</i>	Saíra-de-bando	Bib	3	En
<i>Tangara cayana</i>	Saíra-cabocla	Cap	4	-
<i>Tangara cyanoventris</i>	Saíra-dourada	Bib	3	En
<i>Tangara seledon</i>	Saíra-de-sete-cores	Ent	4	En,Xer
<i>Tangara velia</i>	Saíra-diamante	Avi	4	-
<i>Tersina viridis</i>	Saí-andorinha	Avi	4,5	-
<i>Thlypopsis sordida</i>	Canário-sopé	Bib	3	-
<i>Thraupis palmarum</i>	Sanhaço-de-coqueiro	Avi	3*,5	-
<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaço-cinza	Avi	3*+,-,5	-
<i>Volatinia jacarina</i>	Tizú	Avi	3*	Xer

Legenda:

- Ent = Entrevista Avi = Avistamento Voc = Vocalização Cap = Captura em rede Cin = Cinegético Xer = Xerimbabo En = Endêmico Am = Ameaçado 1 =
- Mata da Torre (MT) 2 = Capoeira (CPC) 3 = Área do Parque e adjacências 3* = Área de Serra Grande 3+ = Área da Fazenda Capitão 3- = Área do Campo Cheiroso 4 = Mata da Fazenda Capitão (FC) 5 = Campo Cheiroso (CC)

4. Síntese dos dados sobre a fauna do PESC

Considerando apenas os dados registrados nas coletas de campo existem na área do PESC um total de 55 espécies de vertebrados terrestres endêmicas da Mata Atlântica (Tabela 41), o que corresponde a 20% de todas as espécies registradas no Parque. O número de vertebrados endêmicos sobe para 95 (Tabela 42) quando consideradas também as ocorrências potenciais, o que corresponde a quase 25% de todas as espécies de vertebrados terrestres estimados na área do PESC.

O PESC contribui para a preservação de pelo menos 8 espécies de vertebrados ameaçados de extinção (Tabela 41) ou 15 , considerando também as ocorrências potenciais (tabela 42). Foram também registradas nas coletas 37 espécies de interesse (Tabela 41), seja pelo potencial valor econômico, ou pela eventual utilização pelos moradores locais para criação (xerimbabo) e/ou caça (cinegéticas). Considerando os registros potenciais o número sobe para 43 (Tabela 42).

Tabela 41. Número de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e de interesse (valor econômico, xerimbabo, cinegéticas e peçonhentas) e riqueza total em cada grupo amostrado durante as coletas do Plano de Manejo do PESC

Grupo	Endêmicas	Rara	Ameaçadas	Interesse	Riqueza
Anfíbios	31	1	0	0	45
Répteis	5	0	0	2	17
Aves	11	0	3	26	128
Mamíferos	8	1	5	9	39
Total	55	2	8	37	266

Tabela 42. Número de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e de interesse (valor econômico, xerimbabo, cinegéticas e peçonhentas) e riqueza total em cada grupo considerando as coletas de campo e também a ocorrência potencial no PESC

Grupo	Endêmicas	Raras	Ameaçadas	Interesse	Riqueza
Anfíbios	31	1	0	0	45
Répteis	28	0	0	2	86
Aves	26	0	9	32	208
Mamíferos	11	1	6	9	47
Total	96	2	15	43	386

As compilações que resultaram nas listas de fauna brasileira oficialmente ameaçada de extinção são extremamente heterogêneas em termos de critérios

e representatividade entre grupos distintos (MMA 2003). Como exemplo, podemos comparar a lista de aves ameaçadas no Brasil, com 160 espécies ao todo, com a lista disponível para anfíbios, que possui ao todo 16 espécies (nenhuma com ocorrência na Bahia). Para anfíbios, a lista é claramente contrastante com as informações apresentadas, por exemplo, em SILVANO & PIMENTA (2003), que citam que aproximadamente 80 táxons são conhecidos apenas em suas localidades tipo. Comparativamente, cerca de 12% das espécies de aves e 4,5% dos anfíbios da Mata Atlântica são ameaçadas (PAGLIA *et al.*, 2003)

Este cenário de diferenças nas listas de espécies ameaçadas entre grupos faz sentido apenas à luz da falta de dados disponíveis sobre distribuição da maioria das nossas espécies. Por isso, é sempre fundamental o aprofundamento do nosso conhecimento faunístico em geral. Preferimos considerar de forma mais aprofundada a comparação entre as listas de presença no PESC e a lista de fauna ameaçada do sul da Bahia apenas para as aves e mamíferos. Desta forma, de todos os 26 táxons ameaçados no sul da Bahia, o PESC comporta 8 (30%), destacando-se *Crax blumenbachii* (mutum-do-sudeste) criticamente ameaçado e com população estimada em 250 indivíduos autóctones restantes na natureza (Relatório Plano de Ação para a Conservação do Mutum-do-sudeste *Crax blumenbachii* – uma espécie bandeira para a conservação da Mata Atlântica – MMA/IBAMA 2003, relatório não publicado). Da mesma forma, outras duas espécies seriamente ameaçadas na sua área de ocorrência *Glaucis dohrnii* (balança-rabo-canela) um pequeno beija-flor endêmico da região, que depende de matas em avançado estágio sucessional em grandes áreas, consistindo-se em um ótimo indicador de qualidade de ambiente, e o papagaio-chauá *Amazona rhodocorytha*, espécie com requerimentos de grandes áreas para alimentação, típica de grandes áreas florestadas (SICK 1997). Das aves registradas em campo e/ou bibliografia (208 espécies), 25 são endêmicas da Mata Atlântica (12%), a menor taxa entre os grupos apresentados aqui.

A lista de mamíferos ameaçados potencialmente ocorrentes no Corredor Central da Mata Atlântica soma 16 táxons, com absoluta predominância de primatas (6 espécies), gatos (Felidae - 5 spp.) e Rodentia (3 spp.), mais o cachorro-vinagre (Canidae), este com pouca probabilidade de ocorrência, e

Bradypus torquatus (Bradypodidae), a preguiça de coleira, presente no PESC. Desta lista de fauna mastozoológica ameaçada no Corredor, nove espécies (62,5%) ocorrem na área do PESC, estando ausentes os provavelmente extintos na região *P. onca* (onça), *A. guariba guariba* (bugio) e *B. hypoxanthus* (muriqui), o que caracteriza uma representatividade excepcional da fauna. Deve-se ressaltar que *Phyllomys unicolor* é presente na lista como único táxon ameaçado ocorrente na Bahia. Mesmo que *Phyllomys sp.* não seja *P. unicolor*, a simples presença de um destes roedores Echimyidae já é um fato muito importante, uma vez que, das cinco espécies da família ameaçadas, três pertencem ao gênero *Phyllomys*, naturalmente raros e com alo-espécies com distribuições restritas. A representatividade do PESC com relação à fauna endêmica para mamíferos é sempre 33%, considerando-se os pequenos mamíferos registrados em campo (2 endêmicos em 6 espécies), os potencialmente ocorrentes (4 em 12 spp.) e total de pequenos mamíferos (6 e 18 spp.), além de representar a porcentagem de endemismos de grandes mamíferos também (6 endêmicas em 27 espécies).

Das espécies de anuros potencialmente ocorrentes na área de entorno do PESC (53spp.), 33 são endêmicas da Mata Atlântica (62%), 9 endemismos do sul da Bahia (17%) e 3 exclusivas de Ilhéus (6%). Estas taxas são comparáveis às obtidas nos levantamentos em campo no PESC: 44 espécies no total, 31 endêmicas do bioma (70%) e 7 delas endêmicas do Corredor Central da Mata Atlântica (16%), mas nenhuma exclusiva da região de Ilhéus. Para répteis, com base nos dados apresentados, podemos inferir que a representatividade da área do PESC para as espécies encontradas no levantamento em campo (17spp.) é 20% de endemismos da Mata Atlântica (5 spp.), e considerando-se as possíveis ocorrências somadas (total 86 espécies), esta taxa fica em torno de 32% de endêmicos (28 espécies).

Comparando as quatro áreas comuns no PESC amostradas para todos os grupos de vertebrados terrestres nota-se que os ambientes florestais (Fazenda Capitão e Mata da Torre) são os que apresentam maior riqueza de espécies para répteis, aves e anfíbios (Figura 45). Para pequenos mamíferos o ambiente de capoeira é o mais rico (Figura 45 D). A diversidade no Campo Cheiroso foi elevada apenas para as aves (Figura 45 C).

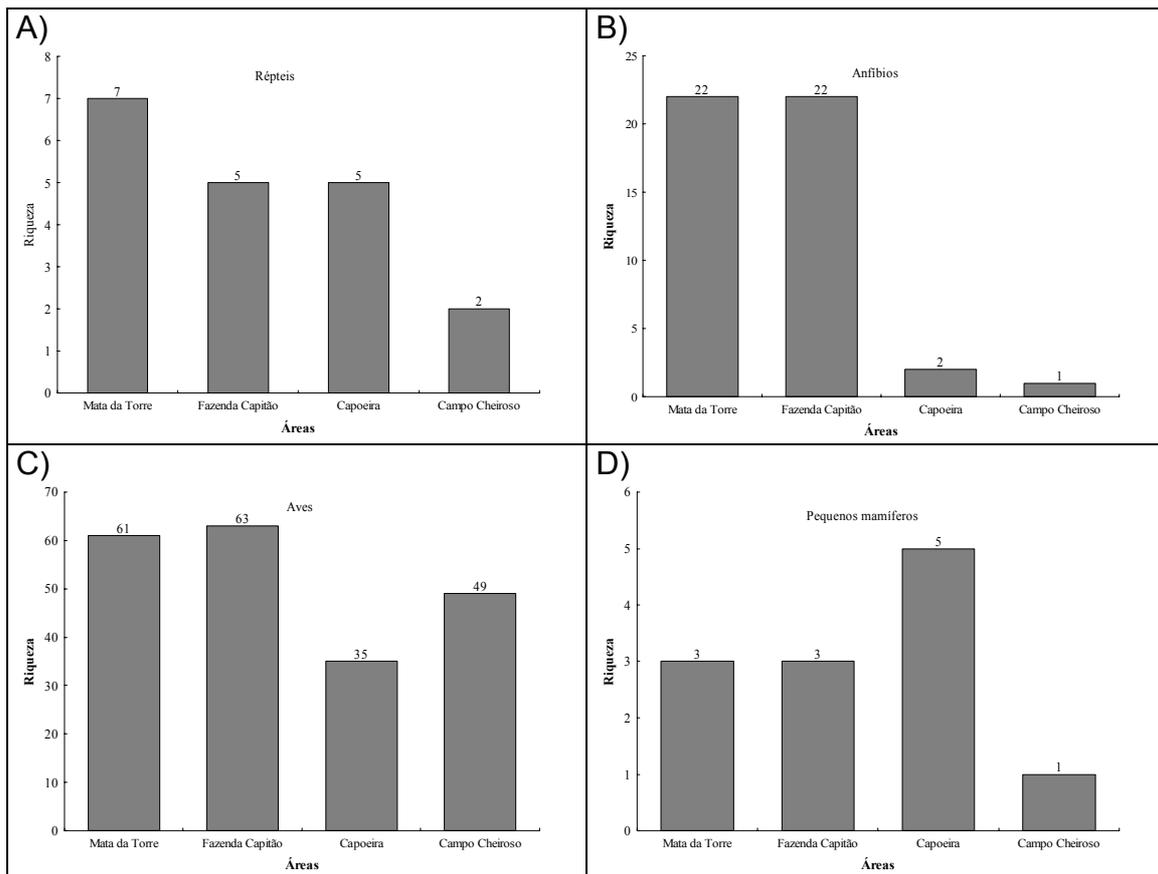


Figura 45. Riqueza de espécies de cada grupo taxonômico registradas durante as coletas de campo em cada área no PESC.

A análise de similaridade considerando todas as espécies de vertebrados registrados nas quatro áreas amostradas indicou que as áreas mais similares são aquelas que apresentam vegetação de melhor qualidade (Fazenda Capitão e Mata da Torre – Figura 46). Tal padrão se mantém o mesmo quando se analisa separadamente cada grupo (Figura 47), com exceção dos répteis, onde a maior similaridade foi entre a Capoeira (CPC) e a Fazenda Capitão (FC). Para todos os vertebrados o Campo Cheiroso apresenta uma fauna mais semelhante aos ambientes de mata (MT e FC) do que a Capoeira (Figura 47). A explicação é porque a avifauna de CC é mais similar aos ambientes de mata do que a capoeira. Para os demais grupos de vertebrados, a similaridade é maior entre a Capoeira e as áreas e mata (Figura 47).

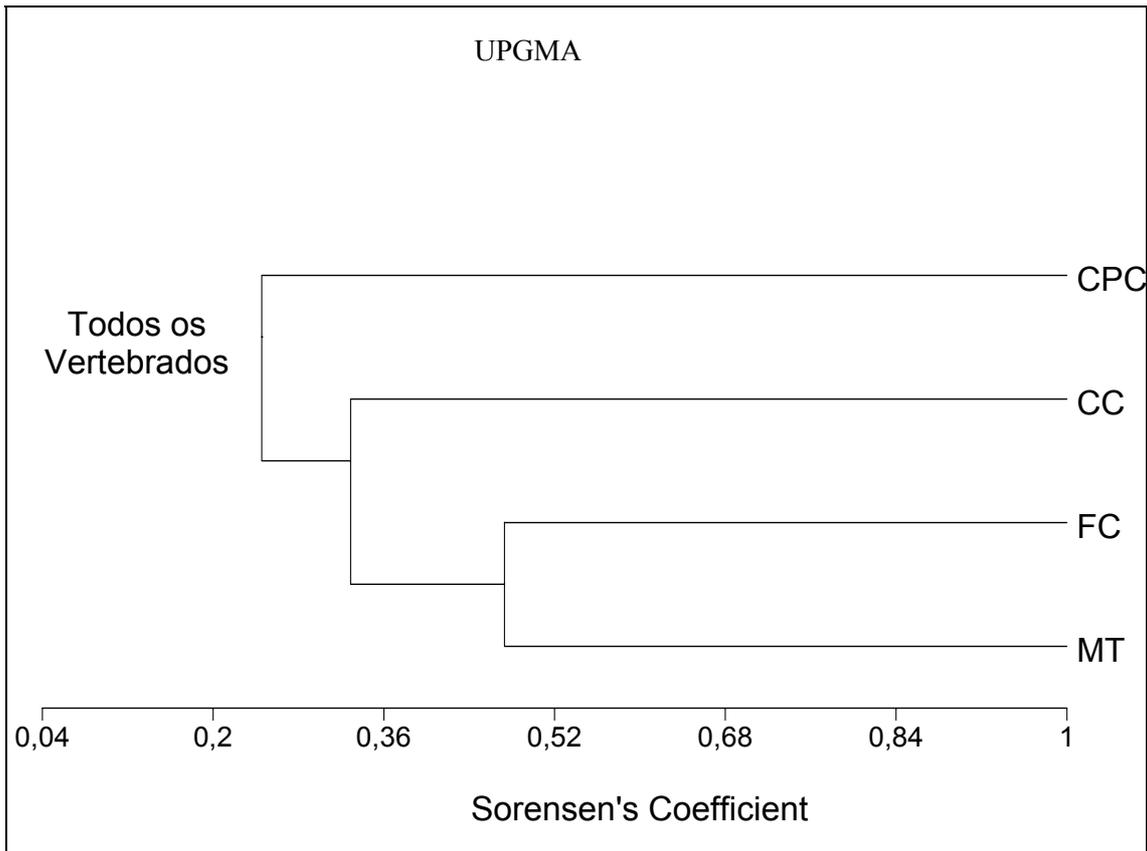


Figura 46. Dendrograma de similaridade da fauna de vertebrados terrestres entre as áreas amostradas durante o Plano de Manejo do PESC.

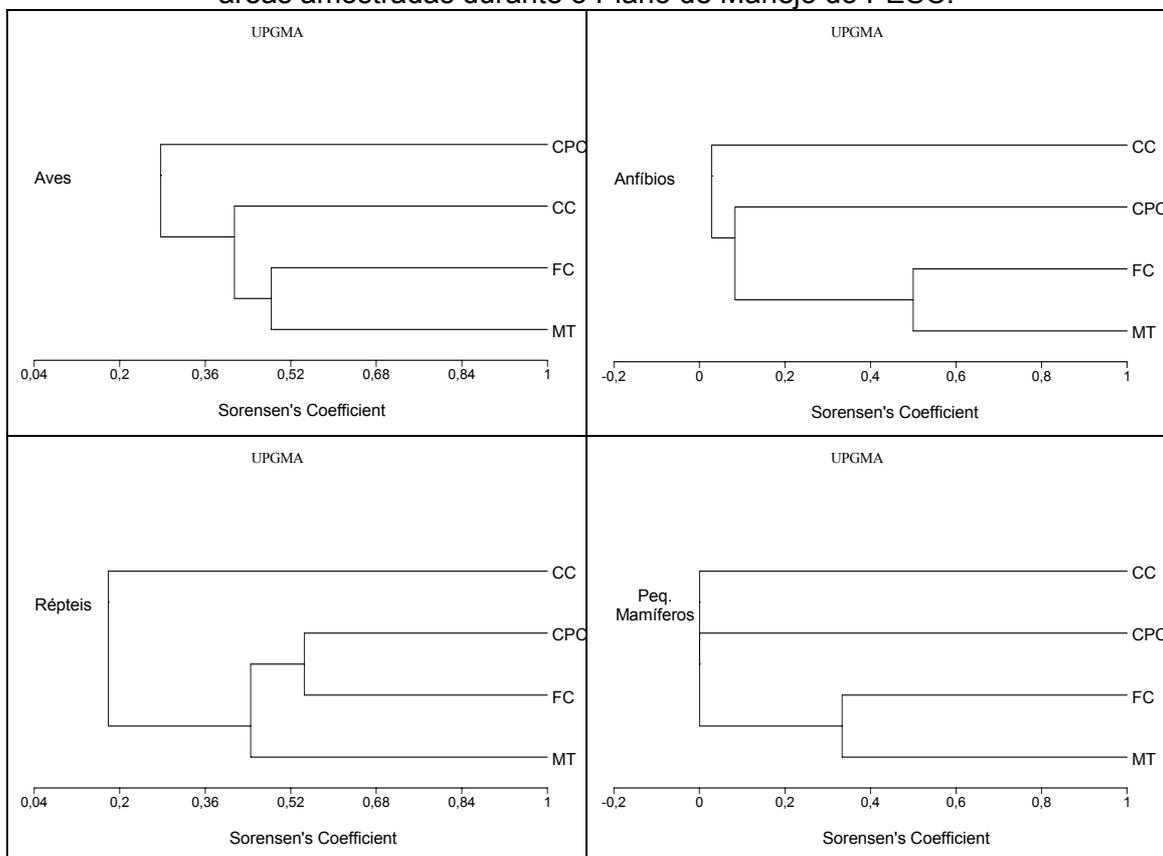


Figura 47. Dendrograma de similaridade entre as áreas amostradas durante o Plano de Manejo do PESC para cada grupo taxonômico inventariado.

3.3.8 Unidades de paisagem

Foram determinadas as unidades de paisagem existentes na região do PESC (Figura 48) através do enquadramento das classes de vegetação e uso do solo (Figura 52) pelo grau de riqueza biológica existente em cada uma destas classes (Figura 49).

Figura 49. Critérios utilizados para a confecção do mapa de Unidades de Paisagem da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru

Classe de Uso	Riqueza	Denominação da Unidade de Paisagem
Áreas de mata em estágio avançado ou; áreas de mata secundária média ou; restingas ou; manguezais ou; brejos, lagos e represas	Elevada	Áreas naturais
áreas de mata secundária inicial ;ou; pasto sujo	Mediana	Áreas em regeneração
agricultura ou; pasto/outros ou; extração seletiva/cacau ou; cacau	Mediana	Áreas alteradas
áreas urbanizadas ou; solo nu	Baixa	Áreas degradadas

Na área interna do PESC foi verificada que a Unidade da Paisagem que ocupa a maior área é a classe das “Áreas alteradas” (Tabela), o que demonstra que a área da Unidade está sofrendo perda de diversidade biológica devido aos usos ainda existentes na região (Figura 50).

Tabela 43. Área das Unidades da Paisagem internas do PESC

Categoria	Área (ha)
Áreas alteradas	6.378,23
Áreas em regeneração	1.542,20
Áreas naturais	1.436,85

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa de Unidades da Paisagem

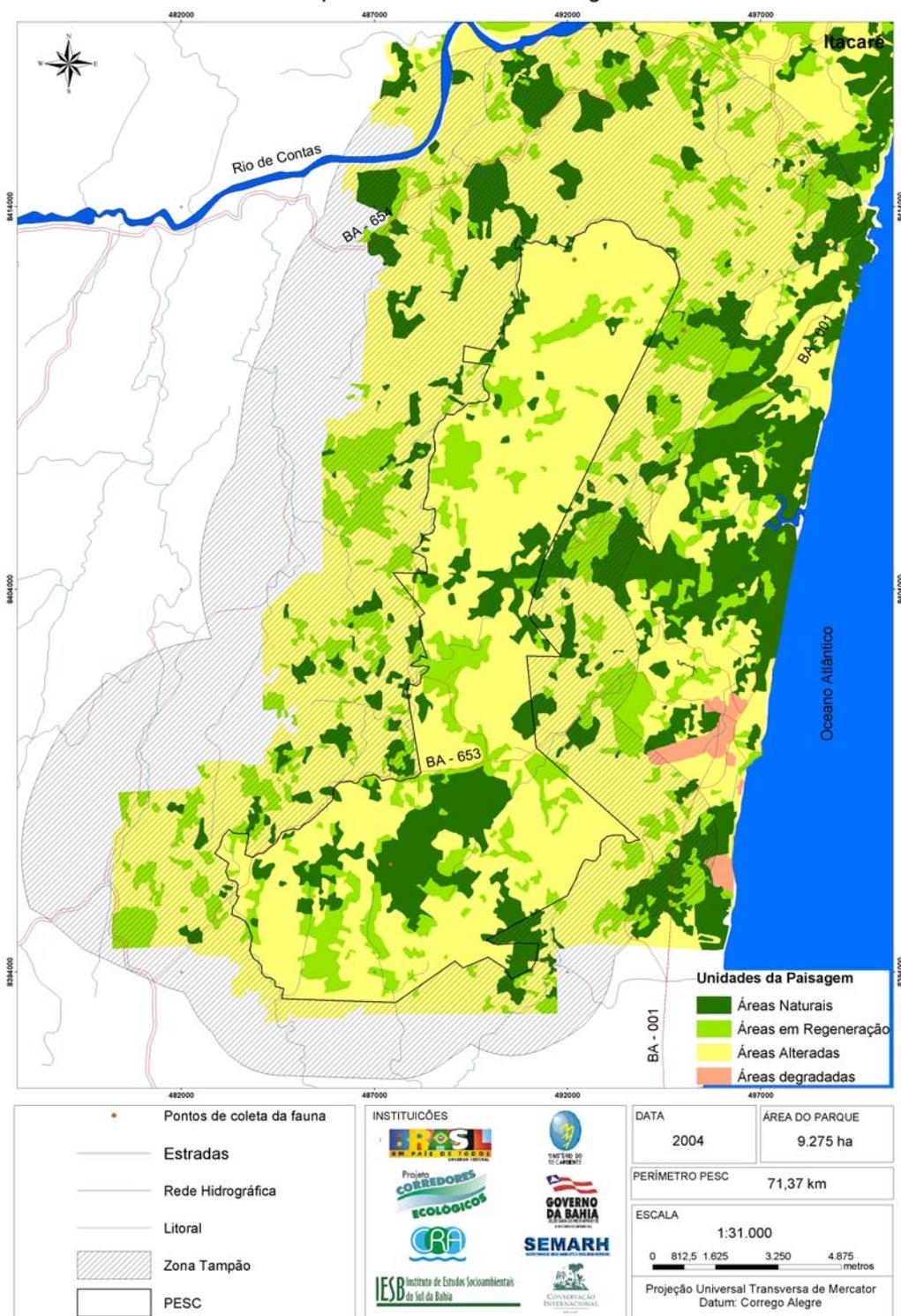


Figura 48. Mapa das Unidades de paisagem na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia



PESC / Foto: Raquel Moura

Figura 50. Área sofrendo alteração dentro do PESC por retirada ilegal de madeira

3.3.9 Sócio-economia

Na categorização socioeconômica do PESC, descrevem-se as categorias sociais, o perfil e a distribuição da população residente em propriedades que se encontram total ou parcialmente dentro da área do parque, as formas predominantes de uso da terra nessas propriedades, as potencialidades para o ecoturismo e as expectativas dos residentes quanto ao seu destino.

1. As Categorias Sociais do PESC (Figura 51)

Segundo dados levantados pela Empresa Costa Cirne Engenharia Ltda, empresa contratada pelo Governo do Estado da Bahia, no período de Janeiro à Junho de 2002, para realizar o “Levantamento topográfico planimétrico e cadastral, da situação atual dos limites físicos, territorial e dominial das ocupações e propriedades, como também avaliação das benfeitorias de uma área de 7.000 ha no Parque Estadual Serra do Conduru em terras do município de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré”, o panorama da ocupação de pessoas no PESC, por proprietários de terras e posseiros está apresentada na Tabela 44.

Tabela 44. Panorama da ocupação do PESC em 2002 para 7000 ha

	Número de Propriedades	Residentes no PESC	Residentes Fora do PESC	Famílias	Número de Pessoas
Proprietários	60	1	6	29	76
Posseiros	65	19	26	44	174
Indefinidos	10	-	-	-	-
Total	135	20	32	73	250

Dados: *Costa Cirne Engenharia S/C LTDA.*

Nos dados pesquisados neste plano de manejo entre dezembro de 2003 e março de 2004, através de observações e entrevistas com residentes do PESC, podem ser reconhecidas diferentes realidades sociais na área do parque, que se relacionam diferentemente com os recursos naturais da área, e que precisam ser tratadas de forma diferenciada, em termos de gestão da área.

Foram identificadas, no interior do PESC, 48 residências com pessoas residindo e com quem foi estabelecido algum contacto. Dezesete famílias de trabalhadores pertencentes à Fazenda São Miguel, de Carlos Guimarães, conhecido como “Carlão”, não foram computadas, uma vez que dois terços da fazenda, segundo informação do proprietário, estão fora da área do PESC, e os trabalhadores da propriedade podem ser removidos para dentro ou fora da área do parque.

Nas 48 residências contactadas, foram computadas 202 pessoas residentes, entre crianças e adultos, conforme informações prestadas nas residências. Algumas residências foram encontradas fechadas e não foram contabilizadas. Existem também construções em estado de abandono.

Das famílias residentes, podem ser reconhecidas três categorias sociais, em função da relação legal que estabelecem com a terra e a condição de residência no local: proprietários residindo no local e cultivando a terra no sistema familiar, proprietários que não residem e mantêm trabalhadores ou pessoa de confiança tomando conta da propriedade, e posseiros residindo e sobrevivendo de trabalho eventual em propriedades vizinhas. Entretanto, mesmo entre os que se dizem proprietários, não foi possível verificar documentação das terras por alegarem que a documentação se encontra em outro local.

Dentre os proprietários, existem os que residem no local e desenvolvem agricultura familiar, freqüentemente com sistema agroflorestal, combinando na mesma área diversos cultivos como cacau, seringueira, coqueiros e diversas outras espécies de fruteiras, tirando da área o sustento da família, com baixa dependência de mantimentos obtidos no mercado. Esta categoria de proprietários se localiza em duas áreas do PESC: ao Sul, nas proximidades da nascente do Rio Caldeiras e na parte Oeste do parque, nas proximidades da nascente do Rio Capitão. Alguns desses proprietários de agricultura familiar informam que residem no local há 40 ou 50 anos, mas têm interesse de que

toda a propriedade seja negociada para fins de indenização, mas com uma indenização justa, principalmente aqueles às margens do Rio Capitão, onde o rio foi definido como confrontante do PESC. Alega-se que a desapropriação de apenas parte da área transforma a propriedade num minifúndio insuficiente para a sobrevivência da família.

Existem proprietários, que residem em cidades, principalmente Itabuna, Ilhéus, Salvador e outras cidades da região ou fora dela (Tabela 45). Neste caso, os proprietários mantêm no local trabalhadores ou pessoas de confiança para tomar conta da propriedade. Esta categoria de propriedade se concentra na localidade de Águas Claras, área que vai da rodagem que atravessa o PESC, no lado Oeste, até as proximidades do Rio Tijuípe. Existem também proprietários que, segundo informação de pessoa residente, nunca aparecem na área. Dentre os proprietários não residentes, uns são grandes proprietários conduzindo verdadeiras empresas agrícolas, abrangendo parte da área do PESC. Estes se localizam na parte Norte do parque, às margens do Rio Capitão e na região do Rio das Tesouras que nasce no interior do parque, rumo ao litoral. A região da nascente do Rio Tijuipinho, ao Sudeste do parque, é também uma área de grandes proprietários que não residem no parque.

Na parte Norte, em meio a grandes fazendas, localiza-se também um bolsão de doze famílias de pequenos posseiros que mal cultivam mandioca, milho, feijão e fruteiras para a sobrevivência ou vivem de trabalho eventual que fazem em fazendas vizinhas. Segundo informações obtidas em entrevistas com os posseiros, existem relações de parentesco de primeira e segunda geração entre eles. Em geral, não conhecem a cadeia sucessória da terra em que residem. Herdaram dos pais que herdaram dos avós, mas não sabem informar como os avós obtiveram a terra. Utilizam a terra de forma coletiva. Fazem farinha de mandioca em uma farinheira também usada pelo grupo. As condições de vida são precárias. As casas são de taipa ou de madeira de baixa qualidade. Nesta área identificou-se a prática de caça como fonte de alimento. Observaram-se também, sinais de extração de recursos da mata como cipó e hastes de plantas para a produção de artesanato como forma de complementação de renda.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU - PESC
 Mapa da Situação Fundiária

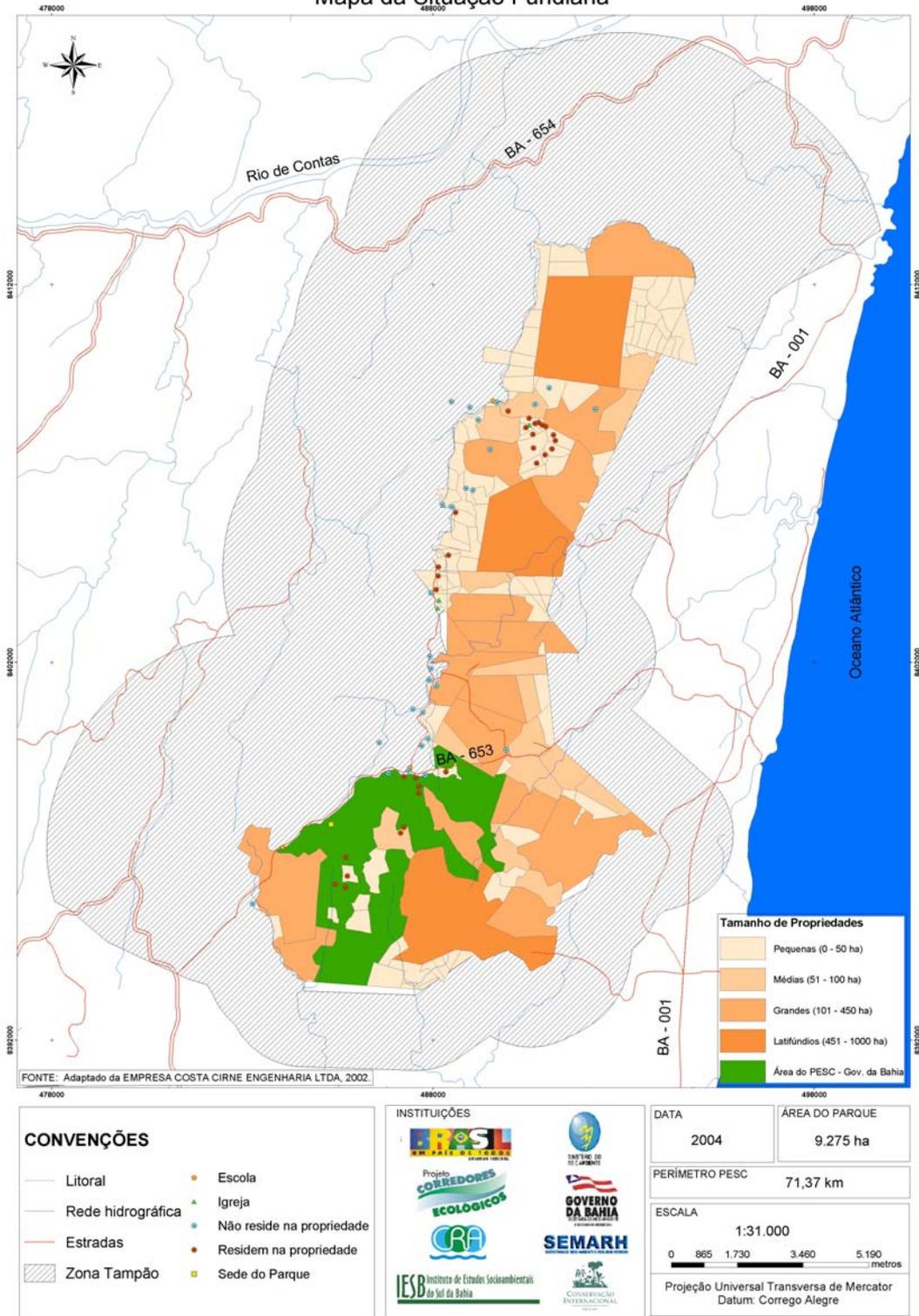


Figura 51. Aspectos sócio-econômicos da área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

Tabela 45 Distribuição das propriedades rurais no PESC, por município de residência do proprietário, em dezembro de 2003

Local	Residência do proprietário						Total
	Propriedade	Itacaré	Itabuna	Ilhéus	Salvador	Outro	
Águas Claras	5		2	0	1	4	12
Nasc. Rio Capitão	7			2	2		11
Rio Tijuípe	0		1	1	2		4
Tesouras	8	1					9
Nasc. Rio Caldeiras	4		1				5
Rio Tijuipinho	1	1	1				3
Total	25	2	5	3	5	4	44

No que diz respeito à fonte de renda dos residentes, de 44 informantes a esse respeito, 12 (27%) são aposentados como trabalhadores rurais. Destes, 10 são proprietários residindo nas regiões de Águas Claras e do Rio Capitão (Tabela 46). Não estão incluídos aqui os proprietários não residentes. Embora se faça referência à propriedade da terra, raros são os casos que informam possuírem escritura ou titulação da área.

Tabela 46. Distribuição dos residentes do PESC, por local de residência, por fonte de renda e situação legal de ocupação das terras, em dezembro de 2004

Local	Fonte Renda	Situação Legal de Ocupação das Terras					Total
		NSA	Própria	Posseiro	Parceiro	Trabalhador	
Águas Claras	NSA					1	1
	Cultivos						1
	Trab.Out.		1			4	5
Capitão	Aposent.		3	1		1	5
	NSA				1		1
	Cultivos		1				1
	Trab.Out.	1	2				3
Tijuípe	Aposent.		4			1	5
	Ajuda					1	1
	Trab.Out.					4	4
Tesouras	NSA		1				1
	Cultivos			1			1
	Trab.Out.	3		3			7
	Aposent.			1			1
Caldeiras	Cultivos		1				1
	Trab.Out.		2		1		3
Tijuipinho	Trab.Out.				2		2
	Aposent.		1				1
							44

2. Perfil e Distribuição da População do PESC

A população residente se concentra na parte Oeste do PESC, nas regiões de Águas Claras, nascente do Rio Capitão, seguindo a jusante desse rio e na região do Rio das Tesouras, na parte Norte (Tabela 47). Os valores entre parênteses indicam o total de pessoas na respectiva categoria. Observa-se que a população na área do PESC se concentra nas localidades de Águas Claras, às margens do Rio Capitão e na localidade de Tesouras.

Tabela 47. Número de residentes e total de pessoas (entre parêntesis) no PESC

Local de residência da família	Número de pessoas por residência							Total de residências / pessoas
	1	2	3	4	5	6	7	
Águas Claras	1 (1)	1 (2)	2 (6)	1 (4)	4 (20)	0 (00)	3 (21)	12 (54)
Rio Capitão	1 (1)	2 (4)	3 (9)	0 (0)	1 (05)	4 (24)	1 (07)	12 (50)
Rio Tijuípe	3 (3)	0 (0)	1 (3)	0 (0)	2 (10)	0 (00)	0 (00)	06 (16)
Tesouras	1 (1)	0 (0)	0 (0)	2 (8)	2 (10)	2 (12)	2 (14)	09 (45)*
Nasc. Rio Caldeiras	0 (0)	1 (2)	0 (0)	1 (4)	1 (05)	1 (06)	1 (07)	05 (24)
Rio Tijuipinho	0 (0)	0 (0)	1 (3)	1 (4)	0 (00)	1 (06)	0 (00)	03 (13)
Total	6 (6)	4 (8)	7 (21)	5 (20)	10 (50)	8 (48)	7 (49)	47 (202)*

* Na localidade de Tesouras, não foram contabilizadas 17 famílias de trabalhadores e o número de pessoas residentes da fazenda São Miguel, de Carlos A. L. Guimarães – “Carlão”. Tal procedimento foi adotado devido à flexibilidade de deslocamento desses trabalhadores para áreas dentro e fora do PESC, uma vez que dois terços da propriedade ficam fora do parque.

As residências têm, em média, 4 pessoas, mas predominam residências com 5, 6 e 7 pessoas (Tabela 48). A propósito do tempo de residência no local, em várias residências não se soube informar a esse respeito, mas se observa que predominam residentes antigos, sendo mais freqüentes os que residem há 30 ou mais anos no local. Estes se localizam principalmente às margens do Rio Capitão e na localidade de Tesouras (Tabela 49).

Problemas educacionais são acentuados entre os moradores do PESC. Observar-se que, de 46 crianças na faixa escolar de 7 a 14 anos de idade, 25 (54%) não estão freqüentando escola. Estas se localizam principalmente nas localidades de Tesouras e Águas Claras (Tabela 50).

Tabel 48. Quantidade de residências e de pessoas, segundo o número de indivíduos por residência no PESC

Pessoas por residência	Freqüência	Total de pessoas	Percentual	
1	6	6	13	
2	4	8	8	Média de pessoas por residência: 4,3;
3	7	21	15	
4	5	20	10	
5	10	50	21	Moda: 5
6	8	48	17	
7	7	49	15	
Nulo	1	1	2	
Total	48	202	100	

Tabela 49. Distribuição das residências por localidade e por tempo de residência no PESC

Tempo residência (anos)	Local de residência					Total
	Águas Claras	Capitão Tijupe	Tesouras	Caldeiras	Tijuipinho	
< 5	4	1	2	1	2	10
5 < 10	3					3
10 < 15	1	1	1	1		4
15 < 20	1	2		1		4
20 < 30	1	2	1			4
≥ 30	2	4		5	3	15
Sem resposta		2	2	4		8
Total	12	12	6	10	5	48

Tabela 50. Distribuição das residências por local do PESC, número de crianças entre 7 a 14 anos (entre parêntesis) e total de crianças fora da escola, por família

Local de residência da família	Número de crianças de 7 a 14 anos por residência				Total de residências	Total fora da escola
	0	1	2	3		
Águas Claras	7	1 (1)	3 (6)	1 (3)	12	8
Nasc. Rio Capitão	10	2 (2)	0 (0)	0 (0)	12	2
Rio Tijupe	3	1 (1)	0 (0)	0 (0)	4	1
Tesouras	5	0 (0)	3 (6)	2 (6)	10	12
Nasc. Rio Caldeiras	4	1 (1)	0 (0)	0 (0)	4	1
Rio Tijuipinho	2	1 (1)	0 (0)	0 (0)	3	1
Total	31	6 (6)	6 (12)	3 (9)	46	25

3. Uso da Terra

Informações referentes a área de mata e capoeira existente na propriedade são difíceis de serem obtidas através da informação dos residentes. Geralmente são lacônicas ou não sabem informar. No que diz respeito aos cultivos, em alguns casos os residentes também não têm informação, como ocorre em Tesouras (Tabela 51). As observações de campo revelam que ali,

nas áreas de posseiros¹, existem pequenos plantios onde predomina a mandioca. Nas outras áreas predominam plantios de cacau e de mandioca como cultivo principal, segundo informações obtidas nas propriedades. Onde um destes não aparece em primeiro lugar, aparecem em segundo.

Tabela 51. Propriedades, de acordo com o principal produto nela cultivado e o local no PESC, em dezembro de 2003

Local de residência da família	Produto principal cultivado na propriedade										Total de propriedade
	NSA	Pt	Co	Cc	Ft	Mi	Fj	Cr	Sg	Md	
Águas Claras				3			1	1	1	6	12
Nasc. Rio Capitão				8		1				1	10
Rio Tijuípe			1	2				1			4
Tesouras	4			1	2					3	10
Nasc. Rio Caldeiras				4						1	5
Rio Tijuipinho		1		1						1	3
Total	4	1	1	19	2	1	1	2	1	12	44

Legenda: NSA= não se aplica (sem resposta); Pt= pastos; Co= Coco; Cc= Cacau; Ft= Fruteiras; Mi= Milho; Fj= Feijão; Cr= Cravo; Sg= Seringueira; Md= Mandioca.

Tabela 52. Uso da terra, área e porcentagem de cobertura de cada classe no Parque Estadual da Serra do Conduru

Uso da Terra	Área (ha)	%
Vegetação Natural	7.566,16	81,57
Pasto	1.613,16	17,41
Agricultura	81,18	0,87
Cacau em sistema Cabruca	13,07	0,14
Lagos e Represas	1,43	0,01

¹ Informações sobre cultivos nas grandes propriedades não constam desse relatório.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
Mapa de Uso da Terra

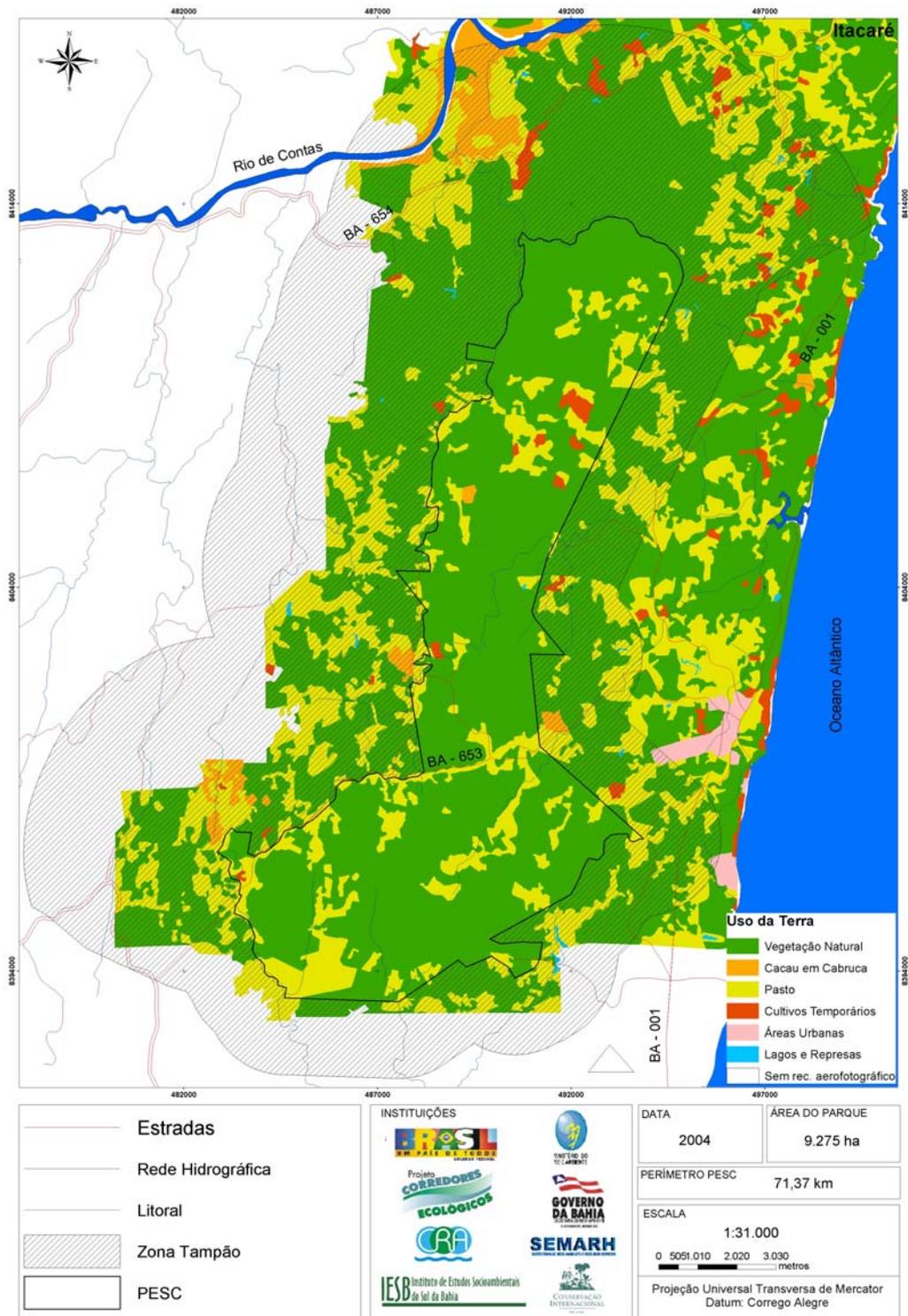


Figura 52. Uso da terra no Parque Estadual da Serra do Conduru em sua Zona Tampão

4. Potencialidades para Atividades de Turismo na Natureza (Figura 52)

A área do Parque Estadual da Serra do Conduru não apresenta grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, pois não há atrativos diferenciados em sua área dos existentes no seu entorno. Diversas trilhas em área da Mata Atlântica na região estão abertas ao público visitante, com baixas taxas de ocupação (GUIMARÃES, 2003). Caso o PESC venha a implementar um sistema próprio em seu interior o mesmo estaria competindo com a iniciativa privada local, o que enfraqueceria as relações da administração da Unidade com a comunidade local.

Em seu interior, entretanto foram identificados dois pontos com potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo na natureza que não conflitariam com as atividades do entorno. Destes pontos somente um está localizado em área desapropriada pelo Estado.

O mirante (Figura 54), localizado ao final da trilha de acesso a administração da Unidade, bem como seu acesso possui potencial para ser trabalhado com grupos de escolares regionais e visitantes ocasionais, principalmente quanto a necessidade de manutenção das áreas das nascentes, já que o mesmo dá acesso visual a grande parte da área da APA Estadual da Lagoa Encantada e Rio Almada. Deste ponto também se vislumbra parte do litoral de Ilhéus, o que poderia ser trabalhado com o público visitante quanto as inter-relações entre o continente e o oceano.



Figura 54. Acesso ao mirante na porção Sul do PESC

No acesso a este mirante já há instalado uma trilha de cerca de 1 km, elaborada pelo Programa Melhores Práticas do Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia. Nesta trilha deve-se manter o caráter educacional e guiado do passeio, com foco principal na diversidade de organismos existentes na área.

O segundo ponto encontrado com potencial de visitação pública, a cachoeira da mata, encontra-se em área ainda não desapropriada (ponto A da Figura 53 – Figura 55) e após a desapropriação poderá ser utilizada como mais uma cachoeira do rio Tijuípe para banho e atividades de contemplação. Esta área já está sendo objeto de visitação, com poucos turistas sendo encaminhados para o local pelo Instituto Floresta Viva. A área não dispõe de infra-estrutura para a visitação, portanto, o incentivo a esta atividade é extremamente prejudicial à localidade, bem como a própria segurança do visitante. A adequação da infra-estrutura no local deve ser realizada antes da divulgação da mesma como um atrativo regional.

Para a utilização desta área de cachoeira como um atrativo propõe-se que seja elaborado um roteiro em conjunto com operadoras locais, denominado “Cachoeiras do Tijuípe”, visando maximizar o uso das cachoeiras localizadas na zona de amortecimento do PESC, o que aumentaria a participação da comunidade regional nas atividades econômicas e beneficiaria as relações entre a administração da Unidade e a comunidade. A área interna ao PESC seria o destino final, mas não o principal e único atrativo. Com isso pode se limitar o número de visitantes na área, reduzindo o custo do manejo dos visitantes na Unidade.

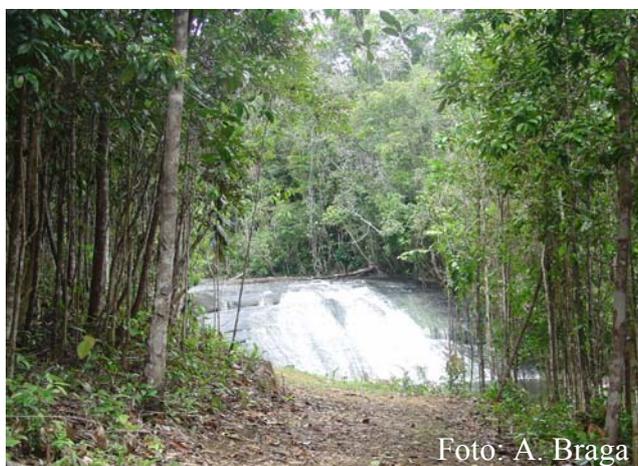


Foto: A. Braga

Figura 55. Vista da Cachoeira da Mata, localizada no Rio Tijuípe

Outra pequena cachoeira (ponto C na Figura 52) e uma área propícia para lazer (ponto B na Figura 52) estão localizadas na BA 653, que atravessa o Parque, e podem ser trabalhadas visando atividades recreacionais para a comunidade local.

Só haverá possibilidade de implantação de trilhas de longa distância na área do PESC quando o mesmo for completamente indenizado. Após este ser regularizado uma possibilidade de trilha seria a ligação entre as sedes Sul e Norte, o qual atravessaria grande parte da área do Parque no sentido Norte – Sul, inclusive o Rio Tijuípe. Neste caso a área da cachoeira da mata poderia ser um ponto de pernoite, mas a sede da área Norte deve estar implantada para receber esses visitantes, inclusive com alojamento.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa de Atrativos Turísticos

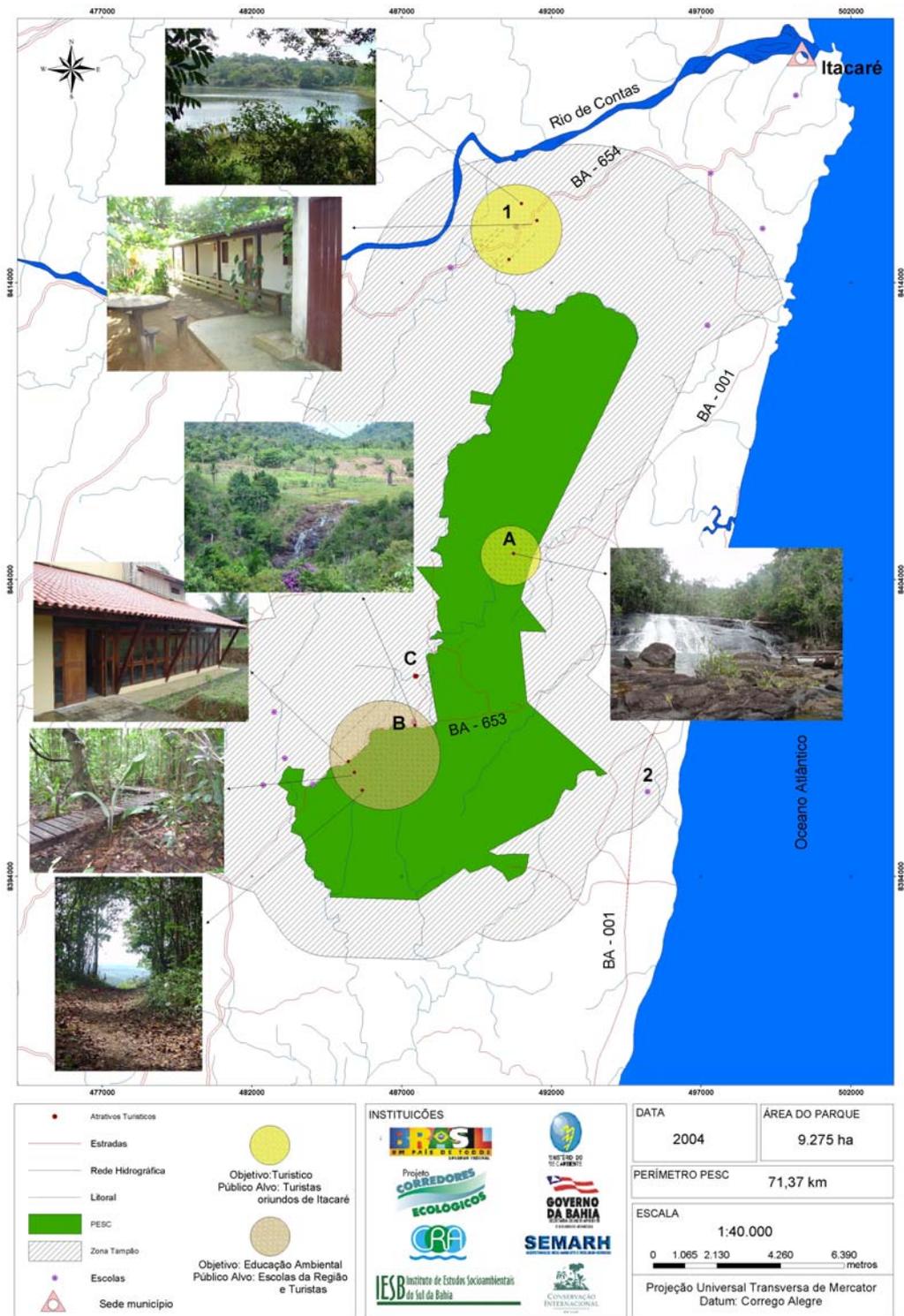


Figura 53. Pontos de interesse turístico na área de influência do Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia

5. Expectativa dos Residentes

Ao contrário do que se esperava, não se verificou entre os residentes do PESC um clima de indignação ou revolta aparente, motivado pela necessidade de ter que deixar a área. Apenas em uma família houve uma manifestação explícita de descontentamento. A maior indignação dos moradores diz respeito à proibição de plantios frente à falta de solução para sua situação.

Durante as entrevistas com os residentes, percebeu-se uma preocupação generalizada entre os moradores, quanto ao seu futuro. Informam que há aproximadamente dois anos estão na expectativa de serem indenizados e transferidos para outra área, mas nada acontece (Figura 56). O pior nessa história, dizem, é que foram instruídos para não plantar, não derrubar nem queimar na área. “*Mas como vamos sobreviver*”, questionam. “*E não se sabe quanto tempo ainda temos que esperar. Temos que plantar; não temos outra alternativa*”, argumentam. Esta situação de demora e indefinição explica, em grande parte a presença de áreas recentemente queimadas no interior do parque, nos locais de propriedades do tipo familiar ou daquelas, pequenas ou médias com família de trabalhador ou pessoa responsável tomando conta da área.



Figura 56. Cartão Postal confeccionado por organizações não-governamentais e agricultores/posseiros do PESC para cobrar do Estado a implantação da Unidade de Conservação

Nas áreas de grandes propriedades, observou-se que, mesmo sabendo do processo de desapropriação da área, continua-se investindo na propriedade, mesmo na parte pertencente ao parque.

3.3.10 Atividades ou situações conflitantes

Como há no interior da área decretada do Parque propriedades particulares ainda não desapropriadas foram observadas atividades conflitantes com os objetivos de criação do PESC, sendo elas:

- Atividades agrícolas (Mandioca, Cravo, Cacau, Frutíferas, etc) e pastagens;
- Extração de madeiras utilizando-se a técnica de produzir pranchões com a motosserra ainda no interior da floresta, facilitando a retirada do material;
- Extração ilegal de palmito jussara (*Euterpe edulis*) em praticamente todos os trechos de mata ainda existentes .

A região do PESC exhibe uma paisagem fragmentada e ainda hoje é explorada pela caça e extração de madeira. Caçadores e cachorros foram avistados nos fragmentos de mata em duas ocasiões, árvores foram cortadas em um dos transectos durante o estudo, e um caminhão carregado com estacas foi avistado na estrada que corta o Parque. A baixa densidade de *Cebus xanthosternos* encontrada indica que esses fatores estão contribuindo para a depauperação da fauna na região.

A construção de estradas no interior do Parque foi realizada através da construção de aterros-dique. Esta técnica represa riachos ao longo do trajeto da estrada, causando a alteração no fluxo e volume de água. Nestes locais foram observados o surgimento de áreas alagadas, com conseqüente declínio da vegetação original, e a mudança das características físicas do corpo d'água. Isto ocasionou a colonização de áreas antes florestadas por espécies oportunistas, adaptadas a se reproduzirem em corpos d'água lênticos, como *Hyla faber* e *Scinax alter*, em detrimento das espécies de hábito florestal.

A coleta de bromélias epífitas para venda como plantas ornamentais pode reduzir a disponibilidade de abrigos e de sítios reprodutivos de anuros especializados, como as espécies dos gêneros *Phyllodytes* e *Frostius*, cujas desovas são depositadas na água acumulada nas axilas das folhas (Bokermann, 1966; Caramaschi et al., 1992; Giaretta, 1996). Além do impacto sobre estas espécies, *Hyla sibilata* pode também ser prejudicada, pois foi

observado o uso destas plantas pelos machos como sítios de vocalização (Cruz, Pimenta & Silvano, 2003).

Segundo os moradores da região de estudo, é comum a caça de indivíduos adultos e sub-adultos de *Leptodactylus ocellatus* (rã-manteiga, caçote), cuja carne é apreciada. No entanto, do ponto de vista ecológico, esta atividade não constitui ameaça à espécie, já que é de ampla distribuição geográfica e abundante, além de adaptada a colonizar áreas impactadas.

3.3.11 Aspectos institucionais

Os recursos humanos disponibilizados pela Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, órgão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado - SFC/SEMARH-Itabuna, que administra o Parque, para a gestão do PESC estão apresentados na Figura 57.

Figura 57. Recursos Humanos existentes para a gestão do PESC

CARGO	NÚMERO / FORMAÇÃO
GERENTE	1 (Engenheiro Agrônomo)
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	1 (Biólogo)
VIGILANTE	4 (tercerizados)

Levando-se em consideração que a relação média entre o número de funcionários e a área protegida para as Unidades de Proteção Integral nacionais é de 27.156 ha/func. (Rocha & Schiavetti, 2003) o PESC pode ser considerado como uma Unidade que está com sua equipe gerencial numericamente bem estabelecida (1.545 ha/func.). Porém deve-se considerar que além do técnico de nível superior não ser exclusivo para o manejo do PESC, o que eleva o índice para 1.855 ha/func, os vigilantes trabalham em turnos, o que significa que somente há dois funcionários por período na área do PESC para realizar as atividades de fiscalização e controle na área da sede e que, portanto, efetivamente, há para cada funcionário 3.083 ha para fiscalização.

A sede administrativa (Figura 58) está localizada a 13 km do Distrito de Serra Grande (BA 653), e inclui um escritório e um alojamento (Figura 59), com 8 unidades habitacionais para pesquisadores visitantes.



Figura 58. Pórtico de entrada do PESCA no quilometro 13 da Rodovia BA 653



Figura 59. Alojamento existente na sede do PESCA

Os equipamentos existentes para realizar as atividades de fiscalização são 2 motos HONDA e 2 veículos Ford-Ranger, cabine dupla, com tração 4x4. Porém, até o momento somente uma moto e um veículo estão disponíveis em tempo integral na unidade.

ENCARTE 4, 5 E 6

MANEJO E DESENVOLVIMENTO

O planejamento de uma Unidade de Conservação envolve o estabelecimento dos objetivos de manejo, ou seja, dos motivos pelos quais se deseja atuar sobre aquele ambiente. Em função destes objetivos se faz o zoneamento, que define as possibilidades e restrições de uso para cada espaço da Unidade, e as propostas de ação, especificadas nos programas e subprogramas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU

Os objetivos de manejo de um Parque Estadual consistem em preservar integralmente os seus recursos naturais, incentivando a pesquisa científica, possibilitando a visitação pública e realizando atividades de educação ambiental.

Pelo estudo dos aspectos biofísicos, ambientais e sociais da área de influência do PESC, os objetivos básicos de manejo desta Unidade de Conservação são:

- a) conservar e proteger uma amostra das formações florísticas existentes na região de inserção do PESC;
- b) proteger as espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora existentes na área do PESC;
- c) eliminar gradativamente as culturas agrícolas existentes na área do PESC;
- d) propiciar a manutenção dos recursos hídricos existentes na área do PESC;
- e) propiciar atividades de pesquisa e monitoramento condizentes com a categoria de manejo e o zoneamento existente;
- f) diversificar as opções de uso público e educação ambiental, de forma a sensibilizar os usuários, especialmente do entorno, sobre o valor do PESC;

g) contribuir com o planejamento e o ordenamento do uso e ocupação do solo na Zona de Amortecimento do PESC, estimulando o desenvolvimento regional e através de práticas de conservação;

h) integrar o manejo do PESC aos objetivos do Programa Corredores Ecológicos e outros projetos de conservação, visando a conservação da paisagem na região.

Para a consecução destes objetivos é necessário que haja a total desapropriação da área do PESC, utilizando como critério os apresentados neste Plano, para que o zoneamento proposto e as ações definidas e agrupadas em programas e subprogramas atendam às necessidades atuais do PESC.

Algumas normas gerais para o manejo do PESC são propostas, visando orientar a administração:

- A. são proibidos o ingresso e a permanência, na Unidade, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora;
- B. a infra-estrutura a ser instalada na Unidade limitar-se-á àquela necessária para o seu manejo;
- C. é vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade, tais como Rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras;
- D. a fiscalização da Unidade deverá ser permanente e sistemática;
- E. o uso do fogo será regulamentado pelas recomendações do manejo, sendo estritamente proibido quando possa colocar em risco a integridade dos recursos da Unidade;
- F. as pesquisas a serem realizadas na Unidade, deverão ser autorizadas pelo órgão competente, sempre em consonância com as determinações da legislação vigente;
- G. são proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas;
- H. a introdução ou a re-introdução de espécies, da flora ou da fauna, somente será permitida quando fizer parte de um projeto de pesquisa e com a devida autorização do Órgão Gestor Estadual;
- I. não será permitida a criação de animais domésticos;
- J. hortas, para subsistência, poderão ser implantadas nos quintais das residências dos funcionários e;
- K. o monitoramento dos processos naturais e antrópicos deve fazer parte da rotina de trabalho do Parque.

Após a elaboração da Matriz de Análise Estratégica (anexo III), realizada em reunião de planejamento entre a equipe de elaboração do Plano de Manejo e os Técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, notou-se que:

- A. Os pontos fracos internos do PESC são o acelerado processo de desmatamento que se encontra na área e a forma de gerência do Estado sobre a área, pela pequena área adquirida e pela morosidade nos processos restantes;
- B. O ponto interno mais forte do PESC é o interesse de organizações não governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais, para sua efetivação como Unidade de Conservação;
- C. A ameaça externa mais importante ao PESC é o ordenamento territorial na área litorânea da APA Costa de Itacaré – Serra Grande, devido ao incremento do turismo e conseqüentemente a pressão sobre os recursos da área;
- D. A maior oportunidade para a efetivação do PESC é o fato de todo o seu entorno estar englobado por Áreas de Proteção Ambiental com ordenamentos territoriais concluídos, conselhos gestores implantados e responsáveis técnicos designados e morando na região.

As propostas de zoneamento para o PESC foram elaboradas tendo este panorama como premissa para seu manejo e tem três horizontes temporais de execução – curto, médio e longo prazo, sendo curto após um ano da aprovação do Plano de Manejo; médio após três anos da aprovação do Plano de Manejo e longo cinco anos após o prazo de aprovação do Plano de Manejo.

PROPOSTAS DE ZONEAMENTO

Como a questão fundiária do PESC ainda está em processo de regulamentação foram propostos neste Plano dois zoneamentos. A primeira proposta leva em consideração a situação atual de 15% da área indenizada e visa a imediata implantação de ações que garantam a integridade dos recursos das áreas já adquiridas e a diminuição da velocidade da degradação das áreas

particulares/não indenizadas até a completa indenização das áreas internas da Unidade de Conservação.

Após a completa integração das áreas particulares/não indenizadas ao patrimônio do Estado da Bahia a condução do manejo deve ser realizada através da segunda proposta de zoneamento, o qual deverá ser revisada, para garantir sucesso em sua condução.

PROPOSTA DE ZONEAMENTO SITUAÇÃO FUNDIÁRIA ATUAL

Levando-se em consideração as diferentes necessidades e as condições atuais para o manejo, a proposta de zoneamento para a situação atual (figura 60) propõe a existência de sete zonas internas de manejo e uma zona de amortecimento externa.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
Proposta de Zoneamento para Situação Fundiária Atual

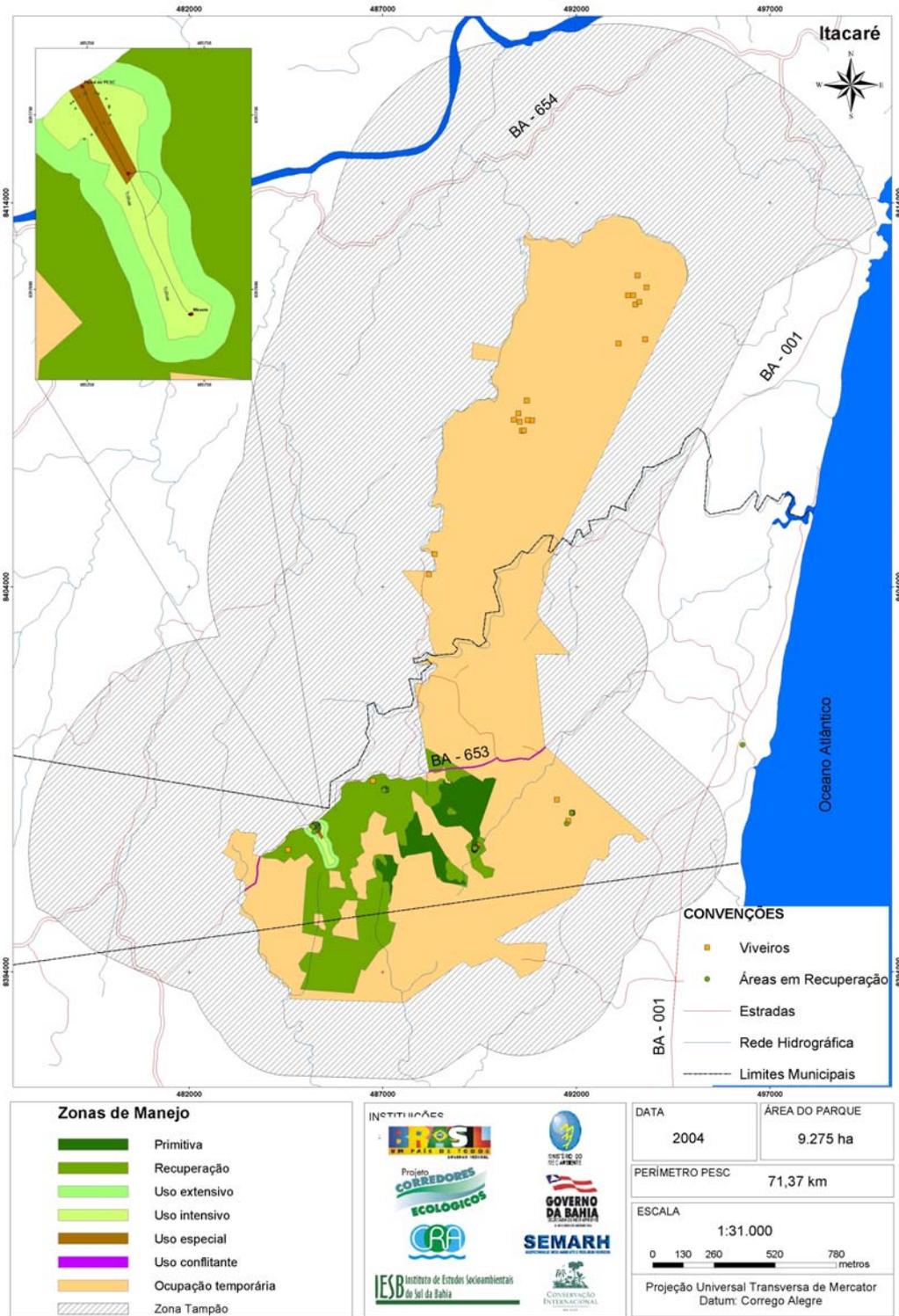


Figura 60. Proposta de zoneamento nas condições fundiárias atuais do PESC

A distribuição das porcentagens das zonas de manejo para esta proposta está apresentada na tabela 53.

Tabela 53. Zonas de manejo, áreas e porcentagem de ocupação na proposta de zoneamento do PESC para as condições fundiárias atuais

Zona de Manejo	Soma (ha)	Percentual
Ocupação temporária	7.859,2	84,74
Recuperação	1061	11,44
Primitiva	286,8	3,09
Uso extensivo	29,1	0,31
Uso intensivo	19,1	0,21
Uso conflitante	16	0,17
Uso especial	3,8	0,04
Total	9.275	100

A seguir serão descritas as zonas a serem estabelecidas, de acordo com o Roteiro Metodológico (IBAMA, 2002) sua localização e as normas de uso indicadas, sendo a ordem apresentada pela área da zona na proposta.

1. Zona de Ocupação Temporária

Definições e objetivos

São áreas dentro das Unidades de Conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona Provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das Zonas Permanentes.

Descrição

Esta zona engloba todas as áreas a serem indenizadas, apresentando todas as fisionomias florestais existentes na área do PESC, bem como áreas agrícolas e as estruturas utilizadas para moradia dos habitantes locais.

Normas de Uso

1. fiscalização periódica, buscando minimizar a utilização dos recursos naturais desta área;

2. acompanhamento das atividades agrícolas realizadas pelos posseiros, visando diminuir os danos à biodiversidade local e a introdução de outras espécies exóticas na área;
3. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;
4. monitorar as infra-estruturas existentes na zona, visando coibir a construção ou ampliação de instalações, o que acarretaria maior uso das terras e conseqüente degradação dos recursos naturais locais.

2. Zona de Recuperação

Definições e objetivos

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez

restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta Zona permite uso público somente para a educação.

Descrição

A zona de recuperação, segunda zona de manejo com maior área (11,44%), está localizada no setor Sul do PESC, em área já adquirida pelo Estado, mas que está em estágio inicial de regeneração de sua vegetação original.

Normas de Uso

1. fiscalização periódica, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. monitorar o re-estabelecimento da vegetação nativa, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo;

3. permitir a realização de pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas;
4. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;
5. estabelecer os pontos em que haja necessidade de aceleração do processo de recomposição, tendo como critérios o monitoramento das áreas.

3. Zona Primitiva

Definições e objetivos

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação.

Descrição

Esta zona ocupa somente 3% da área do PESC e está localizada totalmente em área desapropriada. Contém a mais íntegra área de vegetação nativa da Unidade de Conservação, porém está dividida em três blocos, pois a área desapropriada é irregular.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. permitir e incentivar atividades científicas que não comprometam a integridade dos ecossistemas, cuja autorização será concedida pelo órgão gestor;
3. coibir a introdução de espécies exóticas;

4. monitorar a integridade dos recursos naturais, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo;
5. a interpretação ambiental dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e ou recursos indiretos, oferecidos no Centro de Visitantes;
6. não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura;
7. é proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais tais como as necessidades de proteção e de pesquisa. Quando necessário o trânsito de veículos deverá ser feito a baixas velocidades, e buzinas e outros sons, que não sejam naturais, não serão admitidos.

4. Zona de Uso Extensivo

Definições e objetivos

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos e recreativos.

Descrição

Esta zona ocupa uma pequena área localizada na porção Sul do PESC, separando as áreas destinadas para a recuperação da área que será destinada a atividades mais intensivas e administrativas. Sua vegetação contém tanto área em estágio avançado como em processo de regeneração. A trilha interpretativa elaborada pelo programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE) está localizada nesta área e permitirá uma melhor compreensão da complexidade ambiental desta região pelos visitantes do programa de educação ambiental do PESC.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. permitir o acesso público somente com agendamento prévio, de até no máximo 25 pessoas e sempre acompanhadas por monitor habilitado, visando garantir a conservação das estruturas já implementadas. Este número é sugerido até a conclusão de um estudo detalhado de capacidade de carga para esta trilha;
3. permitir e incentivar a realização de pesquisas científicas, visando inclusive determinar o perfil do visitante, suas preferências e motivações;
4. implantar painéis e/ou placas informativas sobre a trilha, contendo dados do percurso, dificuldades, atrativos e tempo de caminhada. A trilha deve ser sistematicamente fiscalizada em função da segurança do usuário e dos recursos protegidos;
5. o trânsito de veículos, quando necessário, só poderá ser feito a baixas velocidades (máximo de 40 km) e é proibido o uso de buzinas;
6. coibir a introdução de espécies exóticas;
7. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;
8. monitorar a integridade dos recursos naturais, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo.

5. Zona de Uso Intensivo

Definições e objetivos

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

Descrição

A zona de uso intensivo do PESCS está totalmente englobada pela zona de uso extensivo, estando localizada na Porção Sul da Unidade. Sua vegetação está basicamente alterada e há a presença de um ramal interno que liga a área administrativa a uma área de posseiros. Nesta zona localiza-se a entrada da trilha interpretativa bem como o mirante de acesso à Lagoa Encantada. As atividades nesta zona estarão concentradas para a realização de programas de educação ambiental com escolas e moradores locais.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;
3. novas instalações para serviços de guias e condutores, churrasqueiras, sanitários, mesas para piquenique, abrigos, lixeiras somente poderão estar localizados nesta zona;
4. a utilização da infra-estrutura desta zona será condicionada à capacidade de suporte das mesmas;
5. as atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza adotadas no Parque;
6. todas as construções e reformas deverão estar integradas ao meio ambiente e ao padrão cultural local;
7. os materiais para a construção ou a reforma de quaisquer infra-estruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da Unidade;
8. esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa ou indicativa;
9. o trânsito de veículos, quando necessário, será feito a baixas velocidades (máximo de 40 km/h). É proibido o uso de buzinas nesta zona;

10. os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos ou nascentes;
11. os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos e depositados em local destinado para tal e;
12. nesta zona permite-se a utilização de aparelhos sonoros, bem como a realização de eventos culturais, educativos e sociais, sob a supervisão da administração da Unidade, com horário pré-estabelecido para encerramento dos mesmos.

6. Zona de Uso Especial

Definições e objetivos

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem estar localizadas, sempre que possível, na periferia da Unidade de Conservação. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.

Descrição

Esta zona ocupa uma pequena área inserida na zona de uso intensivo (Porção Sul da PESC) e que abriga as estruturas administrativas já instaladas, desde o portal de entrada até o início da trilha interpretativa.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. esta zona destina-se a centralizar os procedimentos operacionais do Parque, comportando visitação em condições especiais;
3. as construções e reformas deverão estar em harmonia com o meio ambiente;

4. substituição gradativa das espécies exóticas por nativas, sejam elas ornamentais ou frutíferas;
5. o estacionamento de veículos, nesta zona, somente será permitido aos funcionários e prestadores de serviços;
6. esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e depósito dos resíduos sólidos gerados na Unidade, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário público mais próximo, fora do Parque;
7. os veículos deverão transitar em baixas velocidades, sendo proibido o uso de buzinas;
8. os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos ou nascentes e;
9. o asseio e a manutenção dos equipamentos da sede devem ser privilegiados em função dos usuários e da imagem do Parque.

7. Zona de Uso Conflitante

Definições e objetivos

Constituem-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a Unidades de Conservação.

Descrição

Esta zona está localizada nas áreas em que a BA 653 corta o interior do PESC ou limita sua área.

Normas de Uso

1. a fiscalização será intensiva e abrangerá técnicas e rotinas de monitoramento;
2. os serviços de manutenção da estrada deverão ser sempre acompanhados por funcionários da Unidade;
3. em caso de acidentes ambientais, a administração da UC deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (9.605 de 12 de fevereiro de 1998);
4. no caso de atropelamentos de animais, a administração deverá efetuar o respectivo Boletim de Ocorrência;
5. deverá ser realizado monitoramento dos registros de atropelamento da fauna;
6. deverão ser instalados redutores de velocidade nos pontos identificados como críticos pelo monitoramento de atropelamentos, visando a redução deste índice e;
7. a velocidade máxima permitida no trecho da rodovia BA 653 que corta o PESC deverá ser de 50 km/h, visando evitar riscos de atropelamento.

8. Zona Tampão

Definições e objetivos

Considerar-se-á como zona tampão o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, tendo como base para esta definição a Lei n.º 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII.

Descrição

Para o delineamento da zona tampão nesta fase inicial de manejo do PESC, partiu-se dos limites estabelecidos pelo termo de referência para a confecção do Plano de Manejo, que determinava os estudos em um raio de 5 km para Norte e Oeste e 2 km para Sul e Leste.

Normas de Uso

1. efetivar o ordenamento territorial estipulado para as APAs Costa de Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e Rio Almada;
2. nesta zona os proprietários rurais deverão ser orientados para a necessidade de fazer conservação de solos e água, segundo o que determina as técnicas e o zoneamento das APAs do entorno do PESC;
3. estimular através de assistência técnica especializada a conversão de áreas agrícolas tradicionais para orgânicas;
4. contribuir para a fiscalização e proteção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural já implantadas no entorno;
5. estimular, através de programa específico estadual e/ou federal, a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural nesta zona de manejo;
6. estabelecer relações com as escolas rurais inseridas nesta zona para explicar os motivos da criação e os objetivos do PESC;
7. não serão autorizados quaisquer tipos de corte e ou supressão da vegetação nativa;
8. obras de infra-estrutura somente serão autorizadas se não danificarem ou não causarem prejuízos ao meio ambiente;
9. a instalação de indústrias potencialmente poluidoras não será apoiada ou autorizada;
10. não será permitida a utilização intensiva das águas do Rio Tijuípe, bem como seu represamento, salvo para trabalhos visando sua recuperação ambiental;
11. manter rotinas de fiscalização para observação de ocorrências ambientais. Em caso positivo, entrevistar os interessados e acionar os órgãos competentes, se necessário e;
12. articular-se com outros organismos de atuação local, discutindo as ações para o desenvolvimento sócio-ambiental do entorno no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.

Propõe-se para esta fase de atividades de manejo do PESC o fortalecimento institucional do grupo de trabalho existente dentro do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré – Serra Grande para a implantação do PESC, ficando este grupo responsável para iniciar um programa de Educação Ambiental com as comunidades do entorno até a criação e efetivação do Conselho Gestor Consultivo da Unidade.

PROGRAMAS DE MANEJO

Nesta fase de início de atividades de manejo na área do PESC, na qual o Estado só detém 15% da área sob seu domínio, quatro programas de manejo são recomendados, o Programa de operacionalização, o Programa de manejo do meio ambiente, o Programa de Conhecimento e o Programa de Uso Público.

A. Programa de Operacionalização

Este programa tem como objetivo assegurar os meios para que os demais programas sejam desenvolvidos. Estrutura-se nos seguintes subprogramas: regularização fundiária e administração e manutenção.

A.1. Subprograma de Regularização Fundiária

Objetivo

Este subprograma tem por objetivo traçar a estratégia para assegurar o domínio e posse das áreas ainda ocupadas por terceiros no interior do Parque Estadual da Serra do Conduru.

Como já está feito o levantamento fundiário e o processo de revisão dos títulos de terras dentro do PESC este subprograma foi elaborado para identificar as prioridades de desapropriação, visando facilitar o manejo das áreas recém adquiridas e diminuir as pressões internas no uso dos recursos naturais.

Para o estabelecimento dos níveis de prioridade de desapropriação interna foram definidos três critérios básicos, sem haver, porém maior peso de um critério sobre o outro: a. relevância biológica da área; b. presença de moradores com posse e; c. facilidade de manejo.

Para a completa desapropriação da área do PESC foram elaboradas em reunião de planejamento e posteriormente aprovadas em reunião participativa com as comunidades locais as prioridades a serem adotadas pelo Estado, apresentadas na Figura 61e localizadas na Figura 62.

Figura 61. Nível de Prioridades e descrição das localidades a serem desapropriadas no PESC

NÍVEL DE PRIORIDADE	DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES
I	Posseiros Serra Azul/Tesouras e Bloco Contínuo do Sul: Região Centro-Norte E Sul
II	Restante dos Posseiros que Vivem na Área, Áreas Menores que 50 ha e a Área da Fazenda de propriedade do Sr. Carlos Alex Magalhães: Região Centro-Norte, Central e Sul
III	Restante da Área do PESC

A prioridade I foi determinada para ser realizada em curto-prazo, ou seja, no prazo de um ano após a aprovação do Plano de Manejo, e teve como critério para seu estabelecimento a diminuição da pressão de uso de recursos sobre a área mais íntegra de vegetação do PESC, a área próxima a Mata da Torre e que já foi adquirida pelo Estado e; a diminuição da pressão de retirada de recursos naturais nas áreas com o maior número de posseiros na área centro-norte. Com o cumprimento desta prioridade o Estado teria domínio sobre três áreas isoladas, o que dificultaria o manejo, tendo o Estado que viabilizar a contratação de mão-de-obra para efetivar seu domínio sobre a área. Porém haverá a diminuição do número de moradores internos à área, o que facilitará as atividades de fiscalização e a regeneração destas áreas.

A prioridade II foi estabelecida para ser realizada a médio-prazo, ou seja, até três anos após a aprovação do Plano de Manejo e teve como critério a diminuição da pressão de retirada de recursos pelos moradores locais, tanto posseiros como pequenos produtores. A regularização das áreas de posse e as propriedades com

menos de 50 ha possibilitará a redução da grande maioria dos moradores do PESC, o que facilitará a fiscalização e possibilitará a regeneração natural destas áreas. O enquadramento da fazenda de propriedade do Sr. Carlos Alex Guimarães como prioridade II de desapropriação deu-se pelo fato de ser a única propriedade no interior do PESC que está aumentando a área de plantio com espécies tanto exóticas (côco da Bahia) como nativas (piaçava), desrespeitando as normas de não ampliação de benfeitorias em área em regime de Parque após o trabalho de valoração das propriedades realizado pela empresa Costa Cirne Engenharia em 2002. Como esta propriedade está localizada entre as duas áreas adquiridas na fase I de desapropriação e possui boa infra-estrutura instalada deverá ser aí estabelecida a segunda sede do PESC.

A prioridade de desapropriação III foi estabelecida para ser realizada a longo prazo, ou seja, até cinco anos após a aprovação do Plano de Manejo.

Durante este processo haverá aumento gradativo da área do PESC, como mostra a Tabela 54, o que permitirá adequação nas rotinas de fiscalização e nas ações dos outros programas de manejo.

Tabela 54. Total em área e porcentagem de aumento na área desapropriada do PESC após a regularização fundiária estabelecida pelas Prioridades de Desapropriação

Zonas de desapropriação	Área (ha)	Percentual aumento
Área atual do Estado	1.409,88	-
Prioridade I	781,22	8
Prioridade II	1.717,90	19
Prioridade III	5.366,00	58

Todas as áreas adquiridas serão automaticamente enquadradas dentro da categoria de zona de recuperação, excetuando-se:

- as áreas que formarão o Bloco contínuo ao Sul do PESC, que por suas características estarão sendo enquadradas como Zona Primitiva (Prioridade I);
- as áreas destinadas a administração, como a propriedade do Sr. Carlos Alex Guimarães (Prioridade II) e;

- as áreas ao Norte do PESC lindeira à propriedade do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia e a RPPN Rio Capitão, as quais por suas características estarão sendo enquadradas como Zona Primitiva (Prioridade III).

Resultados esperados

- Toda a área do Parque esteja sob jurisdição da SEMARH.
- Pendências judiciais resolvidas.
- Parque com limites demarcados.
- População ocupante retirada.

Indicadores

- Percentagem da área total do Parque desapropriada.
- Número de processos concluídos.
- Percentagem da população retirada.

Atividades e normas

- Indicar para o órgão Estadual competente a seqüência das áreas a serem indenizadas, de acordo com as prioridades estabelecidas.
- Elaborar plano de desapropriação gradativa segundo as prioridades estabelecidas por este Plano.
- Acompanhar as desapropriações em andamento.
- Auxiliar na remoção dos indenizados, quando possível.
- Tomar posse das áreas indenizadas.

Requisitos

- Funcionário com nível superior.
- Material necessário para a realização das atividades.
- Apoio para as atividades de demarcação.
- Recursos financeiros.

Prioridades

- Elaborar plano de desapropriação gradativa identificando prioridades.
- Acompanhar as desapropriações em andamento.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU - PESC
 Mapa de Prioridades para Regularização da Situação Fundiária

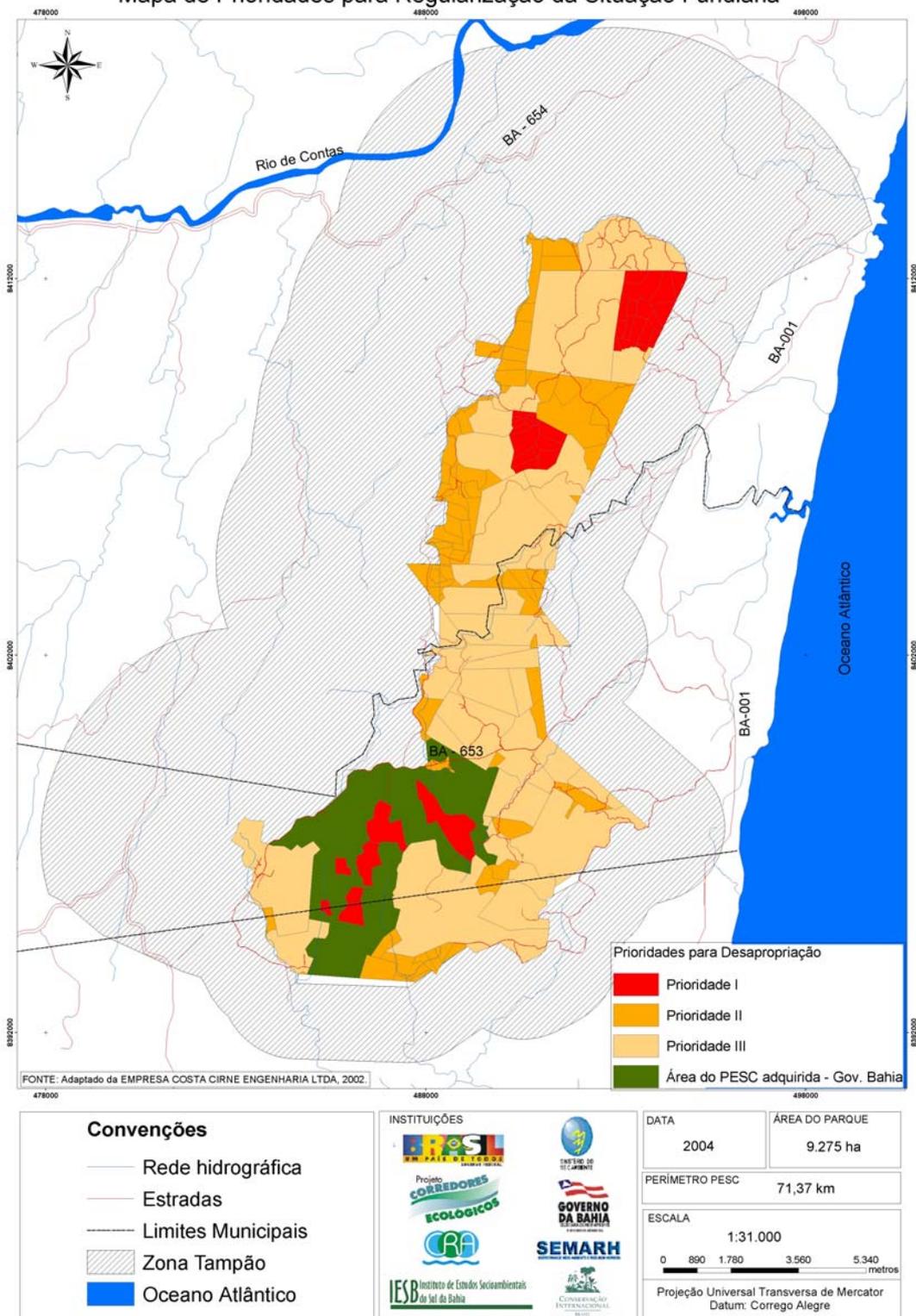


Figura 62. Proposta dos níveis de prioridades para desapropriação no PESC

A.2. Subprograma de Administração e Manutenção

Este subprograma tem por objetivo viabilizar o funcionamento da Unidade de Conservação, garantindo a manutenção e aprimoramento da infra-estrutura do PESC, o aperfeiçoamento e aumento do quadro de pessoal e a implantação do Plano de Manejo. Nesta fase do manejo este subprograma também tem como função acompanhar as atividades do grupo de trabalho para implantação do PESC que existe no Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré – Serra Grande.

Objetivo

Este subprograma tem como objetivo dotar o PESC de infra-estrutura e equipamentos adequados ao bom desempenho de seus objetivos e finalidades.

Resultados esperados

- Pessoal suficiente para a execução de todos os programas disponibilizados.
- Unidade de Conservação preservada e atendendo seus objetivos.
- Patrimônio material do Parque preservado.
- Parque administrado eficientemente segundo normas estabelecidas.

Atividades e normas

- Adequar as vias internas do Parque segundo o estudo efetuado.
 - ✓ Deverá ser realizado convênio com a Prefeitura de Itacaré para a manutenção do acesso a área Norte bem como com o Estado para a perenização da BA 653.
- Criar um regimento administrativo interno para o Parque.
 - ✓ Administrar a Unidade segundo este regimento interno.
 - ✓ O regimento interno deverá ser elaborado pela administração do Parque e encaminhado posteriormente à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Unidades de Conservação para aprovação.
 - ✓ Deverá ser obedecida a estrutura organizacional proposta no organograma da Figura 66.
 - ✓ Criar uma agenda de trabalho com base neste Plano de Manejo.
- Qualificar os servidores para exercerem uma boa administração da Unidade.
 - ✓ Deverá ser promovidos cursos de capacitação dos servidores.
 - ✓ O Chefe da Unidade e os coordenadores dos programas deverão ser treinados em técnicas de gerenciamento.

- ✓ Deverá ser realizado o treinamento periódico dos funcionários da Unidade para o combate de incêndios, devendo para este treinamento ser solicitado o auxílio do Grupamento de Bombeiros de Ilhéus.
- ✓ Os funcionários da Unidade deverão ser treinados para prestar serviços de primeiros socorros. Deverá ser solicitado ao Curso de Enfermagem da UESC o treinamento dos funcionários para esta finalidade.
- ✓ Dois ou três funcionários da Unidade deverão ser treinados para a coleta dos dados meteorológicos. Deverá ser solicitado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da UESC ou a CEPLAC o treinamento destes funcionários.
- Dotar o parque de um programa para estagiário e criar normas de funcionamento.
- Cuidar da manutenção das instalações e equipamentos e fazer melhorias nas instalações.
 - ✓ Deverá ser elaborado um plano de manutenção periódica das instalações e equipamentos.
 - ✓ Nos processos de manutenção das infra-estruturas deverão ser obedecidos os projetos arquitetônicos elaborados pela Faculdade de Arquitetura.
 - ✓ As instalações deverão ser pintadas periodicamente e mantidas em bom estado de conservação.
 - ✓ As instalações deverão ser limpas rotineiramente ainda que não estejam sendo utilizadas.
 - ✓ A área do Parque deverá ser mantida limpa.
 - ✓ Material de escritório, limpeza, pintura e peças para reposição deverão ser mantidos em estoque.
 - ✓ Pequenos reparos nas instalações e equipamentos deverão ser realizados pelos funcionários do Parque sem prejuízo de suas outras atividades.
 - ✓ Toda a sinalização do Parque e painéis externos deverão ser periodicamente inspecionados e reparados, bem como trocados quando necessário.
 - ✓ O lixo das áreas de uso público deverá ser recolhido e acondicionado para posterior recolhimento pelos caminhões das Prefeituras.
 - ✓ Os materiais e equipamentos de primeiros socorros deverão ser mantidos no seu melhor estado de conservação.
 - ✓ Implantar o sistema de circulação interna.
- A presença de funcionários deverá ser constante nos locais de visitação.
 - ✓ Identificar os funcionários do Parque.
 - ✓ Todos os funcionários da Unidade, durante o expediente de trabalho, deverão usar crachá com nome e fotografia.

- ✓ Os funcionários incumbidos da proteção, guias, agentes de portaria, serviços de limpeza e manutenção deverão usar uniformes adequados, com a logomarca do Parque.
 - ✓ Os demais funcionários, inclusive o Chefe, deverão usar colete com a logomarca da Unidade.
- Contratar ou remanejar pessoal para completar o quadro de funcionários.
 - ✓ O número de funcionários indicados é o mínimo necessário para o funcionamento do Parque obedecendo ao presente Plano de Manejo e, poderá ser aumentado, conforme as necessidades.
 - ✓ A possibilidade de remanejamento de pessoal de outras sedes da SEMARH ou mesmo de outros setores do Serviço Público Estadual para o Parque deverá ser verificada.
- Procurar captar recursos para o Parque.
 - ✓ Deverá ser verificada a possibilidade de registrar a marca "Parque Estadual da Serra do Conduru" para a comercialização de seu uso em produtos como camisetas, postais, bonés, brindes, cadernos, publicações, entre outros.
- Deverá ser efetuada a procura de empresas privadas que possam ou tenham interesse em trabalhar conjuntamente com a SEMARH para explorar atividades comerciais.
 - ✓ Busca de patrocínio para a aquisição dos equipamentos necessários mediante propaganda discreta no Parque.
- Busca junto as instituições financeiras, a fundo perdido, recursos para a execução dos demais programas do Plano de Manejo.
- Submeter aos órgãos competentes o presente Plano de Manejo para sua aprovação.
- Cumprir e monitorar o Plano de Manejo.
 - ✓ O administrador do Parque decidirá junto aos seus assessores (coordenadores dos programas) a execução das atividades dos diferentes programas.
 - ✓ O administrador do Parque será o responsável pela implementação do Plano de Manejo gerenciando, acompanhando os sub-programas e compatibilizando todas as ações previstas.
 - ✓ Os coordenadores dos programas serão os responsáveis pela suas implementações.
 - ✓ Deverá haver uma comunicação constante entre os diversos serviços através de relatórios internos, registros e reuniões periódicas.
- A validade do presente Plano de Manejo será de 5 anos, prazo este para cumprir todas as ações relevantes previstas. Este prazo não poderá ser prorrogado.
 - ✓ Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA).
 - ✓ Periodicamente a programação física e orçamentária deverá ser avaliada.

Requisitos.

- Recursos financeiros
- Contratação ou deslocamento de funcionários para o Parque.
- Realização dos cursos de capacitação.
- Convênios com entidades governamentais, não governamentais e privadas.
- Técnico de nível superior.

Prioridades

- Criar o regimento administrativo interno para a Unidade.
- Criar uma agenda de trabalho com base neste Plano de Manejo
- Qualificar os servidores para exercerem uma boa administração da Unidade.
- Implantar o sistema de circulação interna.
- Contratar ou remanejar pessoal para completar o quadro de funcionários.
- Procurar captar recursos para o Parque.
- Submeter aos órgãos competentes o presente Plano de Manejo para sua aprovação.
- Cumprir e monitorar o Plano de Manejo.
- Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA).

B. Programa de Manejo de Meio Ambiente

Este programa visa garantir a proteção e, em consequência, a evolução natural dos ecossistemas e, quando necessário, realizar intervenções capazes de corrigir ações praticadas, facilitando a regeneração das áreas degradadas. Para esta fase de manejo do PESC este programa é formado pelos subprogramas de proteção e manejo de recursos.

B.1. Subprograma de Proteção

Objetivo

Este subprograma visa garantir a integridade dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e da infra-estrutura e a segurança dos funcionários do PESC.

Resultados esperados

- Integridade do Parque Estadual da Serra do Conduru garantida.

- Sistema de vigilância e fiscalização implantados.
- Invasões de caráter permanente ou temporário no interior do Parque impedidas.
- Segurança dos visitantes, funcionários e pesquisadores garantida.

Atividades e normas

- Retirar da área do Parque já indenizada os animais domésticos e domesticados.
 - ✓ No que se refere aos animais existentes dentro das propriedades, esta atividade só poderá ser efetivada após a regularização fundiária da área.
 - ✓ Os proprietários e a comunidade em geral deverão ser informados de que animais não poderão ficar soltos dentro da área do Parque, a não ser dentro dos limites das propriedades não desapropriadas. Os animais soltos ficarão sujeitos à apreensão.
- Demolir todas as infra-estruturas (casas, galpões, etc...) de antigos proprietários ou posseiros da área indenizada do Parque, retirando da região os escombros.
 - ✓ Casas abandonadas e/ou em ruínas existentes na área indenizada do Parque deverão ser retiradas imediatamente após verificação dos aspectos legais.
 - ✓ Excetua-se desta medida qualquer estrutura que seja de interesse do Parque e que esteja situada em áreas permitidas pelo zoneamento.
- Retirar as cercas de qualquer tipo de dentro da área indenizada do PESC.
- Sinalizar o Parque visando sua proteção.
- Proibir o trânsito por dentro da área do PESC, com exceção da BA 653.
 - ✓ Moradores da região deverão ser orientados para não transitarem dentro da área do PESC evitando danos à flora e à fauna.
- Identificar, demarcar e fiscalizar os sítios arqueológicos ou históricos para a região.
 - ✓ Os proprietários de áreas dentro do Parque e da Área de Influência deverão ser orientados para comunicarem à administração do PESC a existência de materiais e/ou de sítios arqueológicos em suas terras.
 - ✓ Os proprietários deverão ser orientados para não retirar qualquer material da área até que as equipes de estudo cheguem ao local.
- Remover o lixo da área do Parque.
 - ✓ Esta atividade deverá ser planejada junto com o Sub-programa de Interpretação e Educação Ambiental.
 - ✓ Os proprietários de terras na área do Parque deverão ser orientados para dar o destino correto ao lixo solicitando para que não o joguem na encosta (mata).

- Estabelecer uma rotina (projeto) de fiscalização em parceria com as outras instituições que se propuseram a auxiliar tal como a Polícia Ambiental.
 - ✓ No projeto deverá constar a frequência, as rotas, os equipamentos e materiais necessários, o número de envolvidos, o estabelecimento de índices de controle, assim como o número de autuações, tipo de infração ou multas.
- Desenvolver ações de fiscalização.
 - ✓ As ações deverão seguir as orientações estabelecidas na rotina da fiscalização com flexibilidade de acordo com situações encontradas.
 - ✓ Os procedimentos no caso de autuação de infratores deverão ser cuidadosos para não desobedecer a legislação vigente.
 - ✓ A população da área deverá ser informada sobre a necessidade de se manter a integridade do Parque.
 - ✓ Sempre que possível contatos e bom relacionamento deverão ser mantidos com os infratores no sentido de tê-los como colaboradores futuros.
 - ✓ Sempre que ações especiais demandem, deverá ser solicitado reforços de equipes do IBAMA ou o acionamento das instituições parceiras nesta atividade.
 - ✓ A fiscalização nas áreas de uso público deverá ser permanente.
- Acompanhar e avaliar periodicamente as ações de campo.
 - ✓ Periodicamente o Administrador da Unidade deverá acompanhar as atividades de fiscalização.
 - ✓ Mensalmente deverá ser efetuada a avaliação das atividades, verificando sua eficácia e, quando for o caso, a proposição de redimensionamento das ações.
 - ✓ Esta avaliação deve considerar os resultados de outros sub-programas, como o de Monitoramento.
- Realizar esporadicamente sobre-vôos sobre a Unidade com a finalidade de fiscalização.
 - ✓ Para a realização desta atividade deverá ser solicitado a parceria com a Infraero ou mesmo previsto o aluguel de um helicóptero no orçamento do Parque.
- Solicitar e acompanhar o cumprimento das atividades previstas dentro do Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da BA 001 no que se refere a proteção da Unidade de Conservação.
- Estabelecer com os pesquisadores que atuam no Parque as condicionantes de suas presenças na área, informando sobre as atividades de fiscalização.
 - ✓ Os pesquisadores deverão ser orientados no sentido de comunicar qualquer irregularidade observada, subsidiando desta forma, a proteção da área.
- Garantir a segurança dos visitantes, das infra-estruturas e do material e equipamentos do Parque.
 - ✓ O pessoal do Parque deverá ser treinado para exercer estas atividades.

- Propor a criação de uma brigada anti-incêndio para atender ao Parque e a região.
- Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis;

Requisitos

-Técnico de nível médio.

-Pessoal necessário para as atividades de fiscalização e para qualificá-los.

-Recursos financeiros disponíveis.

Prioridades

- Retirar da área do Parque os animais soltos.
- Demolir, após a regularização fundiária, todas as infra-estruturas (casas, galpões, etc...) de antigos proprietários ou posseiros da área do Parque, retirando da região os escombros.
- Sinalizar o Parque visando sua proteção.
- Identificar, demarcar e fiscalizar os sítios arqueológicos ou históricos.
- Remover o lixo da área do Parque.
- Desenvolver ações de fiscalização.
- Solicitar e acompanhar o cumprimento das atividades previstas dentro do Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da BA 001 no que se refere a proteção da Unidade de Conservação.
- Estabelecer com os pesquisadores que atuam no Parque as condicionantes de sua presença na área, informando sobre as atividades de fiscalização.
- Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis.

B.2 Subprograma de Manejo de Recursos

Objetivo

Este subprograma tem como objetivo acompanhar e otimizar a recuperação dos ambientes, nas áreas de preservação permanentes das zonas de recuperação, intensiva e extensiva.

Resultados esperados

- Recursos naturais adequadamente manejados.

Indicadores

- Percentual de áreas degradadas recuperadas.
- Percentual de caça reduzido a zero.
- Número de medidas de manejo adotadas.

Atividades e normas

- Eliminar as espécies exóticas da área indenizada do Parque.
 - ✓ Deverão ser realizados acordos com as associações de pequenos produtores rurais da região e com o Instituto Floresta Viva para que eles se encarreguem desta atividade.
- Criar programa de eliminação gradativa da agricultura e pecuária realizadas na área indenizada do Parque permitindo a recuperação natural das áreas degradadas.
- Assegurar que não sejam construídas barragens, pontes e estradas na área de entorno junto aos cursos d'água da bacia do Rio Tijuípe.
 - ✓ Evitar o acesso do gado e a contaminação dos riachos das bacias do Ribeirão Tijuípe por efluentes e resíduos domésticos.
 - ✓ Estimular a formação de matas ciliares na bacia do rio Tijuípe.
- Elaborar termos de ajustamento de conduta.
- Manejar, quando cientificamente comprovada a necessidade, espécies, habitats e/ou qualquer outro recurso do Parque, com o objetivo de preservar a manutenção do sistema.
 - ✓ Este manejo deverá ser realizado por pessoal técnico capacitado ou sob a orientação direta destes com o acompanhamento da Administração do Parque e da Diretoria de Gestão de Unidades de Conservação

Requisitos

- Conhecimentos disponíveis sobre a UC.
- Recursos financeiros disponíveis.
- Disponibilidade de pessoal qualificado.
- Instrução dos funcionários da SEMARH para desempenho destas atividades.
- Técnico de nível superior.

Prioridades

- Eliminar todas as espécies invasoras.
- Criar programa de eliminação gradativa da agricultura e pecuária realizadas na área indenizada do Parque.

- Evitar a degradação do Rio Tijuípe.

C. Programa de Conhecimento

O principal objetivo deste programa é fornecer subsídios para a proteção e o manejo ambiental. Relaciona-se aos estudos, pesquisas e atividades de monitoramento ambiental desenvolvidos na área. Compreende dois subprogramas: pesquisa e monitoramento.

C.1. Subprograma de Pesquisa

Objetivo

Tem como objetivo indicar os estudos e pesquisas necessários ao manejo dos recursos, disponibilizando informações sobre o Parque em seus aspectos naturais e sócio-econômicos, incluindo sua zona de amortecimento. Neste sub-programa foram sugeridas pesquisas que visam ampliar os conhecimentos já adquiridos bem como iniciar estudos em áreas ainda completamente carentes.

As pesquisas na Unidade serão mais facilmente efetivadas se houver a participação de pesquisadores e instituições científicas no detalhamento dos projetos de pesquisa. Portanto, para a condução das atividades recomenda-se a formação de uma Comissão Técnica dentro do Conselho Consultivo.

Para a realização deste sub-programa deve-se adotar estratégias de captação e administração de recursos.

Resultados esperados

- Conhecimento do Parque aprofundado.
- Recomendações de manejo com base científica.

Indicadores

- Linhas de pesquisa indicadas no sub-programa em desenvolvimento.
- Número de instituições de pesquisa/pesquisadores contatados trabalhando na área e número de projetos aprovados.
- Recomendações de manejo e proteção baseados nas pesquisas desenvolvidas.

- Resultados de pesquisas publicados.
- Número de bolsas de pesquisa e ensino obtidas.

Atividades e normas

- Instituir e operacionalizar uma Comissão Técnico-científica constituída por pesquisadores "ad-hoc".
 - ✓ O chefe da Unidade identificará e solicitará o apoio dos pesquisadores quando necessário.
 - ✓ A Comissão ficará responsável pela análise dos projetos de pesquisa e dos relatórios oriundos destas.
 - ✓ Os representantes das Instituições de Pesquisa, membros do Conselho Consultivo, reunir-se-ão periodicamente e identificarão os pesquisadores "ad-hoc" a serem envolvidos.
 - ✓ A Comissão poderá recomendar modificações nos projetos de pesquisa de forma a direcioná-los às necessidades de manejo, ou a complementar outras pesquisas.
 - ✓ A Comissão dará preferência a aprovação dos projetos de pesquisa que ofereçam respostas às necessidades de gestão da Unidade de Conservação.
 - ✓ A Comissão deverá observar, no momento de análise dos projetos, as metodologias e técnicas de coleta empregadas nas pesquisas e recomendar que as mesmas sejam conduzidas de forma a evitar prejuízos aos recursos naturais da Unidade (limitar número de amostragens ao mínimo necessário, não coletar em ambientes frágeis, não interferir com a paisagem ou o patrimônio arqueológico, entre outros).
- Identificar pesquisadores, contatá-los e solicitar aos mesmos a elaboração de projetos de pesquisa específicos inseridos no Programa de Pesquisa.
- Divulgar as necessidades de pesquisa relacionadas no Programa de Conhecimento junto as Instituições de Pesquisa do Estado.
 - ✓ As necessidades de pesquisa da UC deverão ser divulgadas junto com uma breve descrição do Parque, suas instalações, apoio que pode ser fornecido pela SEMARH e referências gerais quanto as normas para a realização dos estudos.
 - ✓ Esta divulgação deverá ser feita através de correspondência ou através de palestras nas Universidades próximas.
 - ✓ Os pesquisadores deverão trabalhar em estreito relacionamento com os profissionais de outros programas, especialmente do sub-programa de Monitoramento,
 - ✓ Articular apoio junto as instituições de fomento à pesquisa para financiamento dos projetos submetidos de interesse da Unidade.
- Montar, em cooperação com as instituições de pesquisa mais envolvidas com o Parque, um acervo com todas as informações sobre a Unidade.
 - ✓ Cópias de todas as publicações e dos relatórios de pesquisa deverão ser mantidos no acervo do Parque.

- ✓ Será permitido que as coleções de animais e plantas coletados no Parque sejam mantidas nas Universidades, Museus, etc. com a condição de serem devolvidas à Unidade quando requisitadas.
- ✓ Restos arqueológicos encontrados no Parque deverão ali permanecer, a exceção do material necessário para pesquisas mais aprofundadas que poderão ser levados para as instituições de pesquisa com a obrigação de, após concluídos os estudos, ficarem a disposição da Unidade.
- Montar no Parque uma mapoteca com os mapas, cartas e imagens de satélite referentes à Unidade e sua Zona Tampão.
- Manter no Parque um acervo audiovisual com o material fornecido pelos pesquisadores em sala especial para esta finalidade.
- Montar um banco de dados com todas as informações das pesquisas.
 - ✓ Devem ser mantidos no banco de dados os locais depositários das amostras coletadas na UC. Este acervo deve ser devidamente registrado com o número de tombo, data, nome da instituição receptora do material e do curador.
- Contatar todas as instituições que já realizaram pesquisas na área para resgatar as informações referentes que não constem nos arquivos da UC bem como, solicitar publicações sobre ecossistemas correlatos e espécies comuns, de modo a enriquecer o acervo da UC.
- Informar aos pesquisadores sobre as normas da UC a serem seguidas.
 - ✓ Toda e qualquer pesquisa deverá ser autorizada pela SEMARH e no caso da fauna com licença do IBAMA.
 - ✓ Cópias das publicações e dos relatórios de pesquisa deverão ser entregues à Unidade de Conservação impressos e digitalizados.
 - ✓ Os relatórios dos pesquisadores deverão, sempre que possível, conter informações úteis ao manejo.
 - ✓ Sempre que for pertinente o pesquisador deverá, em conjunto com o setor de comunicação do Parque, preparar material para divulgação dos resultados entre as comunidades locais e o público em geral, devendo o mesmo ser redigido em linguagem compreensível.
 - ✓ Sempre que pertinente, os resultados das pesquisas deverão ser acompanhados de mapas em escalas apropriadas. Estes mapas deverão ser entregues impressos e digitalizados.
 - ✓ A administração do Parque colocará à disposição dos pesquisadores os dados disponíveis constantes no banco de dados que sejam relativos à pesquisa que será efetuada.
 - ✓ Apoio e acompanhamento técnico aos projetos devem ser solicitados pelos pesquisadores quando da apresentação dos mesmos.
 - ✓ As pesquisas incluirão o apoio e acompanhamento do pessoal técnico e administrativo do Parque, durante a realização das atividades de campo.
 - ✓ Os pesquisadores deverão cumprir rigorosamente o Plano de Trabalho do projeto submetido e aprovado bem como, o estabelecido neste Plano de Manejo.

- ✓ Qualquer outro estudo não referido neste Programa poderá ter aprovação para desenvolvimento desde que seja considerado de interesse da UC pela Comissão Técnico-Científico.
- ✓ Os pesquisadores deverão ser orientados para evitar criar e/ou estimular conflitos entre moradores da área e o Parque Estadual da Serra do Conduru.
- ✓ Deverão ser respeitadas todas as normas definidas no Zoneamento bem como as normas gerais da Unidade de Conservação.
- Realizar as seguintes pesquisas:
 - ✓ Determinar o regime hidrológico e a hidrodinâmica do Parque e da Zona de Tampão.
 - ✓ Determinar o nível do lençol freático na área do Parque.
 - ✓ Realizar estudos para indicar a melhor forma para o abastecimento de água para o Parque.
 - ✓ Estudar a composição físico-química das águas internas do Parque incluindo a Zona Tampão.
 - ✓ Pesquisar a taxa de sedimentação e a liberação de substâncias húmicas.
 - ✓ Elaborar mapas geomorfológicos terrestres nas escalas estabelecidas.
 - ✓ Pesquisar a estrutura das comunidades de aves e sua dinâmica populacional.
 - ✓ Realizar inventários quali-quantitativos, áreas relevantes para reprodução, alimentação e manutenção da fauna, em especial, dos seguintes grupos: mamíferos, répteis, anfíbios, insetos, moluscos e crustáceos.
 - ✓ Iniciar estudos de população, hábitos alimentares e reprodutivos, relações tróficas, migrações e demais estudos biológicos e ecológicos das principais espécies existentes no Parque, bem como, daquelas raras ou ameaçadas de extinção.
 - ✓ Realizar levantamentos geológicos (batimétricos, granulométricos sedimentológicos, etc.) no Parque.
 - ✓ Realizar cortes experimentais nos sítios arqueológicos mais significativos que ocorrem no Parque.
 - ✓ Realizar estudos da trilha do MPE de modo a minimizar os impactos ambientais.
 - ✓ Definir a capacidade de carga do Parque.
 - Os estudos deverão usar o Planejamento Limite Aceitável de Câmbio (LAC) por ser esta a maneira mais moderna e real de avaliar o impacto da visitação.
 - ✓ Elaborar diagnóstico do perfil dos visitantes do Parque.
 - ✓ Realizar estudos para quantificar os impactos da agricultura e pecuária na área do Parque na Zona Tampão propondo medidas mitigadoras e de recuperação.
 - ✓ Realizar estudos que busquem alternativas econômicas, fora da área da UC, para os moradores do Parque.

- ✓ Completar a caracterização socioeconômico-histórico-cultural das comunidades envolvidas, bem como, o perfil dos ocupantes da área.
- ✓ Dar continuidade aos estudos fitossociológicos para caracterização da vegetação do Parque.
- ✓ Diagnosticar os componentes dos agrotóxicos utilizados nas lavouras da zona de amortecimento do Parque bem como, suas influências no ecossistema.
- ✓ Elaborar modelo ecológico para o Parque de forma a prever impactos decorrentes de variações ambientais naturais ou induzidas pelo manejo.
- ✓ Realizar levantamento aerofotogramétrico ou aerofotoreconhecimento do Parque e de sua Zona Tampão.
- ✓ Completar a interpretação das fotos aéreas.
- ✓ Pesquisar alternativas e tipologias de ocupação humana no entorno: tipologias de assentamento, tipologias de infra-estrutura e tipologia construtiva.

Requisitos

-Um técnico de nível superior.

-Fontes financiadoras identificadas e acionadas.

-Capacitação do pessoal da Unidade para desempenhar as atividades deste sub-programa.

-Divulgação desse sub-programa.

-Infra-estrutura necessária (veículos, alojamentos).

Prioridades

- Montar a Comissão Técnico-científica.
- Identificar pesquisadores, contatá-los e solicitar aos mesmos a elaboração de projetos de pesquisa específicos inseridos no Programa de Pesquisa.
- Divulgar as necessidades de pesquisa relacionadas no Programa de Conhecimento junto as Instituições de Pesquisa do Estado.
- Articular apoio junto as instituições de fomento à pesquisa para financiamento dos projetos submetidos de interesse da Unidade.
- Montar, em cooperação com as instituições de pesquisa mais envolvidas com o Parque, um acervo com todas as informações sobre a Unidade.
- Montar no Parque uma mapoteca com os mapas, cartas e imagens de satélite referentes à Unidade e sua Zona Tampão.
- Manter no Parque um acervo audiovisual com o material fornecido pelos pesquisadores em sala especial para esta finalidade.
- Montar um banco de dados com todas as informações das pesquisas.

- Contatar todas as instituições que já realizaram pesquisas na área para resgatar as informações perdidas bem como, solicitar publicações sobre ecossistemas correlatos e espécies comuns, de modo a enriquecer o acervo da UC.
- Informar os pesquisadores sobre as diretrizes a serem seguidas

Sugestões de estudo para a área do PESC

- Levantamento de áreas em estágio inicial de regeneração – É extremamente importante conhecer as espécies que estão colonizando as áreas recentemente abandonadas dentro do PESC, principalmente considerando que atualmente várias partes do Parque estão sendo intensamente utilizadas e que, quando for finalizado o processo de desapropriação, estas áreas serão destinadas à regeneração natural. Além de conhecer as espécies colonizadoras, seria interessante acompanhar a regeneração em áreas com diferentes históricos de perturbação, por exemplo, comparando áreas que foram intensamente usadas para plantio de mandioca com áreas que foram utilizadas por pouco tempo e também comparando com áreas que foram utilizadas para pastagens, etc.

- Levantamento de mata ciliar – Não existem estudos sobre a composição de espécies em matas ciliares na região toda. Entretanto, vários projetos de plantio de espécies arbóreas nas margens dos rios têm sido desenvolvidos e as espécies utilizadas são escolhidas de forma empírica, sem embasamento científico. Considerando a presença de vários corpos d'água no interior do parque e alguns ainda com vegetação natural, este é um local adequado para a realização de estudos deste tipo.

- Conhecimento da germinação e produção de mudas de espécies pioneiras – pouco se conhece na região a respeito da biologia das espécies pioneiras, que podem auxiliar no processo de recuperação de áreas degradadas. Seria, portanto, interessante avaliar o potencial de utilização das espécies encontradas na área de capoeira, como, por exemplo a Matatúba (*Schefflera morototoni*), a Quaresmeira (*Tibouchina elegans*), a Janaúba (*Himatanthus phagedaenicus*), o Velame-de-lixia

(*Croton macrobothrys*) o Mundururu (*Miconia mirabilis*) e o Mundururu-ferro (*Henriettea succosa*).

- Levantamento de outras formas de vida – Apesar de alguns estudos já terem sido realizados na região com as espécies arbóreas, as outras formas de vida como lianas, arbustos, herbáceas, epífitas, etc, não foram sistematicamente amostrados na região do PESC. É importante conhecer não só quais são as espécies destes grupos, mas quais são as mais abundantes nas florestas mais conservadas da região. Alguns destes grupos são muito vulneráveis a perturbações e podem estar diminuindo em número nas áreas perturbadas.

- Características biológicas e ecológicas de espécies endêmicas – Por serem espécies que ocorrem numa região restrita, geralmente espécies endêmicas de plantas são pouco estudadas. Entretanto, é extremamente importante conhecer aspectos da biologia destas espécies, como condições de germinação, locais propícios ao seu desenvolvimento, taxas de crescimento e mortalidade, tamanhos populacionais, etc, assim como aspectos da relação desta espécie com outras, como agentes polinizadores, dispersores de sementes, predadores de sementes, herbívoros que consomem as folhas e ramos, etc.

- Espécies abundantes – da mesma forma que é importante conhecer aspectos da biologia/ecologia de espécies endêmicas, é importante conhecer as características das espécies mais abundantes de uma região. Estas espécies geralmente possuem características que as habilitam viver melhor no ambiente predominante local, e conhecer estas características pode ajudar a compreender o próprio ambiente. Algumas espécies abundantes que merecem atenção são os Imbiruçus (*Eriotheca macrophylla* e *E. globosa*), o Paraju (*Manilkara longifolia*), as Maçarandubas (*Manilkara* spp) e as Farinha-secas (*Guapira nitida* e *G. opposita*).

- Palmito – Esta espécie está entre as mais abundantes nas áreas mais conservadas do PESC, entretanto, em áreas sujeitas à atividade humana, o

número de indivíduos adultos está drasticamente reduzido. É importante avaliar, a longo prazo, o impacto que a extração destes indivíduos reprodutivos terá sobre a população da espécie nos locais explorados. É possível que o número de indivíduos jovens diminua no futuro, em função da redução atual do número de indivíduos reprodutivos e, conseqüentemente, da produção de sementes local.

- Monitorar a fauna de pequenos mamíferos nas áreas em processo de regeneração da unidade de conservação.

- Realizar pesquisa sobre ecologia de *Cebus xanthosternos* no PESC com objetivo de avaliar a utilização dos fragmentos pela espécie visando direcionar os esforços de conexão dos fragmentos.

- Avaliar potencial para re-introdução de *Leontopithecus chrysomelas* na unidade de conservação

- Estudar ecologia e comportamento de *Bothrops lecurus* devido a sua periculosidade e a abundância local, e uso público previsto para área.

- Estudos de avaliação do *status* populacional das espécies *Amazona rhodocorytha* *Pyrrhura cruentata* e *Crax blumenbaccii* devido a utilização dessas espécies como xerimbabo e objeto de caça, e por constarem na lista de espécies ameaçadas.

- Estudos de biologia e ecologia das espécies de aves sabidamente dispersoras de semente e suas contribuições para a recuperação natural dos ambientes antropizados existentes no interior do PESC.

C.2. Subprograma de Monitoramento

Objetivo

Este subprograma prevê o acompanhamento dos aspectos ambientais de todas as ações desenvolvidas na Unidade. Tem por objetivo o registro e a avaliação dos resultados de quaisquer fenômenos e alterações naturais ou induzidos através do acompanhamento da evolução dos recursos da Unidade de Conservação e Zona Tampão. Inclui-se aí o acompanhamento da regeneração de áreas degradadas bem como o monitoramento de todo e qualquer uso admitido como: fiscalização, visitação, administração, manutenção e pesquisa.

Resultados esperados

- Monitoramento dos fenômenos naturais e atividades antrópicas estabelecidos e/ou incrementados subsidiando o manejo da Unidade.

Indicadores

- Número de fatores naturais estabelecidos e acompanhados, sendo este número ampliado em 20% ao ano.
- Número de fatores socioeconômicos e culturais estabelecidos e acompanhados, sendo este número ampliado em 20% ao ano.

Atividades e normas

- Elaborar o Plano de Monitoramento.
- Monitorar a qualidade das águas interiores do Parque nos seus aspectos físicos, químicos e biológicos.
 - ✓ Os locais, a sistemática, a freqüência de coletas das amostras e o tipo de análises laboratoriais devem ser estabelecidas com as instituições encarregadas das análises.
 - ✓ As coletas deverão ser no mínimo mensais e diárias quando houver possibilidade de colocação de aparelho automático para coleta.
- Monitorar o meio biótico, com ênfase principal :
 - ✓ nas espécies-chave da avifauna da região.
 - ✓ nas espécies-chave da lista da fauna rara e/ou ameaçada de extinção.
 - ✓ nos mamíferos.
 - Os funcionários da Unidade devem ser orientados no sentido de aprenderem a diferenciar e a registrar as espécies monitoradas (através de fichas).

- Especialistas (pesquisadores) devem ser convidados para dar as orientações necessárias aos funcionários do Parque e à estagiários que estejam dispostos a colaborar no desenvolvimento das atividades de monitoramento.
 - Qualquer fato novo relativo às comunidades vegetais e faunísticas do Parque deve ser registrado, mesmo que não seja alvo do monitoramento.
 - As instituições de pesquisa interessadas devem ser avisadas da ocorrência dos animais mortos.
 - Os veículos do Parque devem ser dotados de um "kit" básico para as atividades de monitoramento.
- Monitorar o clima da região.
 - ✓ Instalar estações meteorológicas dentro da área do Parque.
 - Especialistas devem ser consultados para determinar o número e os locais para instalação das estações.
 - As anotações dos dados meteorológicos devem ser realizadas pelos funcionários da UC sem prejuízo de suas atividades normais.
- Monitorar os outros usos antrópicos (pecuária e agricultura) na área do Parque.
- Monitorar o uso e a ocupação dos solos da Zona de Amortecimento.
 - ✓ O uso e a ocupação dos solos da Zona de Amortecimento devem ser acompanhados por saídas de campo, visitação, fotografias aéreas e imagens de satélite.
- Monitorar os impactos da visita o (número de visitantes, distância de aproxima o ou fuga das aves, danos   vegeta o, efeitos sobre as trilhas e outros parâmetros a serem estabelecidos) dentro das áreas do Parque onde esta atividade   permitida.
 - ✓ Qualquer sinal de degrada o dos recursos naturais ou de altera o no comportamento da fauna, especialmente da avifauna, causado pela visita o deve conduzir a uma diminui o imediata do número de pessoas desenvolvendo atividades, ao mesmo tempo, dentro da Unidade e/ou a altera o das normas de visita o.
- Monitorar a recupera o das áreas degradadas, principalmente:
 - ✓ das áreas de onde as espécies exóticas forem retiradas.
- Monitorar as comunidades diretamente atingidas com a cria o do Parque (Zona Tampão) bem como as comunidades desapropriadas e realocadas.

Requisitos

- Técnico de nível superior.
- Recursos humanos capacitados para executar o monitoramento.
- Convênios de coopera o com institui es afins.
- Recursos financeiros para tais atividades.

-Equipamentos e infra-estrutura necessários.

Prioridades

- Monitorar a qualidade das águas interiores do Parque nos seus aspectos físicos, químicos e biológicos.
- Elaborar o Plano de Monitoramento
- Monitorar os outros usos antrópicos (pecuária e agricultura) na área do Parque.
- Monitorar o uso e a ocupação dos solos da Zona Tampão.

D. Programa de Uso Público

O programa de uso público se constitui em fator de manejo adequado para as áreas naturais protegidas quando é devidamente planejado e procura focar os significados da Unidade. Esse programa deve estabelecer a integração entre a área protegida, seus gestores e as populações do entorno, buscando apoio para a proteção da Unidade.

Este programa tem como objetivo geral ordenar, direcionar e estabelecer as atividades de uso público para o PESC, realçando e valorizando seus atributos naturais e culturais.

Os objetivos a serem alcançados pelo programa são:

- proporcionar a integração da comunidade com as áreas naturais;
- despertar a consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais, culturais e históricos e da valorização das Unidades de Conservação;
- estimular a participação da comunidade no manejo e proteção dessas áreas;
- buscar o apoio e envolvimento da comunidade para a conservação e valorização do PESC;
- divulgar as características históricas, culturais e ecológicas existentes na Unidade;
- realizar ações integradas de educação ambiental e buscar alternativas de desenvolvimento sócio-ambientais junto às comunidades circunvizinhas e;
- sistematizar e organizar a visita na Unidade.

Nesta fase, no qual o Estado ainda não têm domínio sobre as terras, o Programa de Uso Público é formado somente pelo subprograma de educação ambiental e comunicação ambiental.

Na atual área regularizada não há atrativos naturais que justifiquem a elaboração de um programa de ecoturismo e, como há a presença de caçadores e madeireiros no interior do PESC seria imprudente conduzir visitante para outras áreas sem o controle do Estado sobre o uso dos recursos naturais.

D.1. Subprograma de Educação Ambiental e Comunicação Ambiental

Objetivo

A conservação da biodiversidade depende de pessoas bem informadas, sensíveis e engajadas com a natureza. Essa constatação ganha mais importância à medida que implementamos uma área protegida situada em um *Hotspot*, onde a pressão antrópica é forte, como o Parque Estadual da Serra do Conduru.

Se as ações de comunicação e educação são intrínsecas ao processo de conservação ambiental, elas devem ser definidas de forma participativa, envolvendo todos os atores que, de alguma forma, possam gerar impacto na área, como: comunidades locais, instituições governamentais, organizações não-governamentais, pesquisadores, proprietários privados, educadores e comunicadores. Para isso, são realizadas Oficinas que identificam os Problemas, Públicos e Produtos prioritários no campo da Comunicação e Educação. Com a sistematização dessas informações, os próprios participantes da Oficina constroem o Plano de Ação para a unidade, com um horizonte de dois a três anos.

O Plano de Ação em Comunicação e Educação Ambiental também se torna uma importante ferramenta de gestão, pois revela a necessidade de recursos humanos e financeiros, ao mesmo tempo em que estabelece um cronograma de atividades e define um “marco zero” com o qual é possível avaliar o sucesso das ações que forem implementadas.

Algumas atividades de comunicação e educação ambiental devem ser implementadas sem consulta pública ou planejamento participativo, já que

suportam atividades inerentes à missão de um parque estadual, como trilhas interpretativas e folhetos informativos aos visitantes.

Este subprograma prevê a sensibilização da comunidade sobre a importância da biodiversidade existente na Unidade e busca o seu envolvimento e participação em ações para a sua conservação e valorização através da promoção de atividades educativas e de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das comunidades do PESC.

O resultado esperado é a mudança de comportamento por parte das comunidades internas e circunvizinhas através do aumento das ações ambientais positivas em prol da Unidade e do meio ambiente.

Resultados esperados

- Conhecimentos ecológicos, culturais e históricos do Parque divulgados.
- Material informativo produzido e distribuído.
- Visitantes melhor conscientizados.
- Programa de Educação Ambiental ampliado.

Indicadores

- Número crescente de visitantes conscientizados no Parque.
- Número crescente de material informativo produzido.
- Número crescente de escolas envolvidas no Programa de Educação Ambiental.
- Número crescente de alunos participando das atividades de Educação Ambiental.
- Número crescente de professores capacitados.
- Acordos firmados com as Secretarias Municipais de Educação para inserir a temática ambiental na rede de ensino.

Atividades e normas

- Promover cursos para professores, estudantes e jovens;
- Oferecer oficinas educativas, usando os recursos naturais;
- Proporcionar condições para a realização de estudo do meio pelos professores e estudantes;
- Estimular campanhas de conscientização em prol da conservação do PESC tais como conscientização dos usuários da BA 653, mutirão de coleta de lixo, dentre outras;

- Empreender ações educativas integradas com a comunidade para amenizar problemas específicos como a caça, incêndios, invasão de animais domésticos e outros;
- Realizar palestras, debates e projeções de vídeos sobre o PESC para a comunidade escolar circundante;
- Elaborar e operacionalizar o Programa de Educação Ambiental formal.
- Assessorar municípios para inclusão da Educação Ambiental no currículo formal.
- Promover cursos de Educação Ambiental para capacitar os professores locais.
- Elaborar programa de integração escola-parque.
- Criar festivais com prêmios para monografias, pinturas, peças teatrais e desenhos junto às escolas da região, tendo o Parque como tema.
 - ✓ Parte do material premiado deverá ser exposto temporariamente no Centro de Visitantes.
- Promover a formação de uma associação de "Amigos do Parque" nos municípios da Zona Tampão.
- Promover campanhas de recolhimento de lixo na área do Parque.
 - ✓ Poderão ser fornecidos certificados às pessoas que participarem das campanhas como "Amigos do Parque".
 - ✓ Deverão ser feitos acordos com as Prefeituras para o recolhimento deste lixo.
- Produzir vídeos de Educação Ambiental para diferentes públicos.
- Criar espaços na mídia local e regional para programas e matérias de Educação Ambiental.
- Produzir materiais educativos especificamente dirigidos aos agricultores.
- Produzir material educativo sobre a região e sua ecologia bem como, de seus aspectos históricos, arqueológicos e culturais direcionado às escolas com a utilização de linguagens adequadas às diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade.
- Criar programa de Educação Ambiental dirigido aos deficientes físicos.
- Criar programas de conscientização sobre: agrotóxicos, destino do lixo, água e esgoto, bem como, sobre áreas de preservação.
- Buscar intercâmbio e apoio inter-institucional para as atividades de Educação Ambiental.
- Organizar reuniões e oficinas para a divulgação do Plano de Manejo à comunidade circunvizinha para compreensão e participação na sua implantação.
- Estabelecer parcerias com as diversas organizações para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental com a comunidade localizada na Zona Tampão.
- Elaborar "folders" de interpretação da trilha que será facultativamente vendidos aos visitantes.

- ✓ Deverá ser buscado na iniciativa privada patrocínio para elaboração e impressão do material, onde poderá ser inserido a logomarca ou nome do patrocinador.
- Criar página na Internet sobre o Parque.
- Elaborar e divulgar calendário de eventos regionais.
- Ampliar o banco de imagens da Unidade.
 - ✓ As fotografias e os "slides" deverão ser organizados, devidamente registrados, em pastas.
 - ✓ Cópias dos documentários e programas já realizados sobre o Parque Estadual da Serra do Conduru devem ser solicitadas de forma gratuita às Emissoras de Televisão.
- Produzir novos vídeos sobre a Unidade de Conservação.
 - ✓ Devem ser produzidos vídeos científicos destinados aos 3 níveis de ensino enfatizando os ecossistemas da restinga.
 - ✓ Deve ser produzido um vídeo direcionado ao turismo.
 - ✓ Deve ser produzido um vídeo direcionado a proteção da Unidade de Conservação.
- Elaborar e editar "folders" de orientação e informação.
 - ✓ Devem ser elaborados os projeto dos "folders" de orientação e informação.
 - ✓ Deve ser procurado patrocínio para elaboração e impressão do material.
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos profissionais da mídia.
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos moradores locais e proprietários de áreas do Parque.
- Promover exposições fotográficas.
- Realizar expedições intermunicipais para intercâmbio (serviços, escolas).
- Capacitar guias, condutores e funcionários da SEMARH.
- Colocar lixeiras de coleta seletiva nos Centros de Visitação, trilhas e Áreas de Desenvolvimento.
- Elaborar "spots" e "jingles" para emissoras de rádio e "vts" para as emissoras de televisão.
- Elaborar cartazes e um livro sobre o Parque.
- Compor conjuntos de "slides" e cartões-postais para serem vendidos nas lojas de venda de produtos do Parque.

Requisitos

-Técnico de nível superior com experiência.

-Recursos financeiros para a construção das infra-estruturas, aquisição de equipamentos e implantação da trilha.

Prioridades

- Elaborar "folders" de interpretação da trilha.

- Criar página sobre o Parque na Internet.
- Ampliar o banco de imagens da Unidade.
- Elaborar e editar "folders" de orientação e informação.
- Elaborar "folders" de divulgação do Parque.
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos moradores locais e proprietários de áreas do Parque.
- Elaborar e operacionalizar o Programa de Educação Ambiental formal.
- Promover a formação de associações de "Amigos do Parque" nos municípios da Zona Tampão.
- Promover campanhas de recolhimento de lixo na área do Parque.
- Criar espaços na mídia local e regional para programas e matérias de Educação Ambiental.
- Produzir materiais educativos especificamente dirigidos aos agricultores.

PROPOSTA DE ZONEAMENTO SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADA

Levando-se em consideração as potencialidades da Unidade de Conservação a proposta de zoneamento para a situação regularizada (Figura 63) propõe a existência de 6 zonas de manejo interno e uma zona de amortecimento externa.

A distribuição das porcentagens das zonas de manejo para esta proposta está apresentada na tabela 55.

Tabela 55. Zonas de manejo, áreas e porcentagem de ocupação na proposta de zoneamento do PESC para a condição fundiária regularizada

Zona	Soma (ha)	Percentual
Recuperação	7842,45	84,56
Primitiva	1283,76	13,85
Uso extensivo	64,02	0,69
Uso especial	43,56	0,47
Uso intensivo	21,50	0,23
Uso conflitante	19,03	0,20
Total	9275	100

A seguir serão descritas as zonas a serem estabelecidas, segundo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral (IBAMA, 2002), sua localização e as normas de uso indicadas, sendo a ordem apresentada em ordem decrescente de área da zona na proposta.

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
Proposta de Zoneamento para Situação Fundiária Regularizada

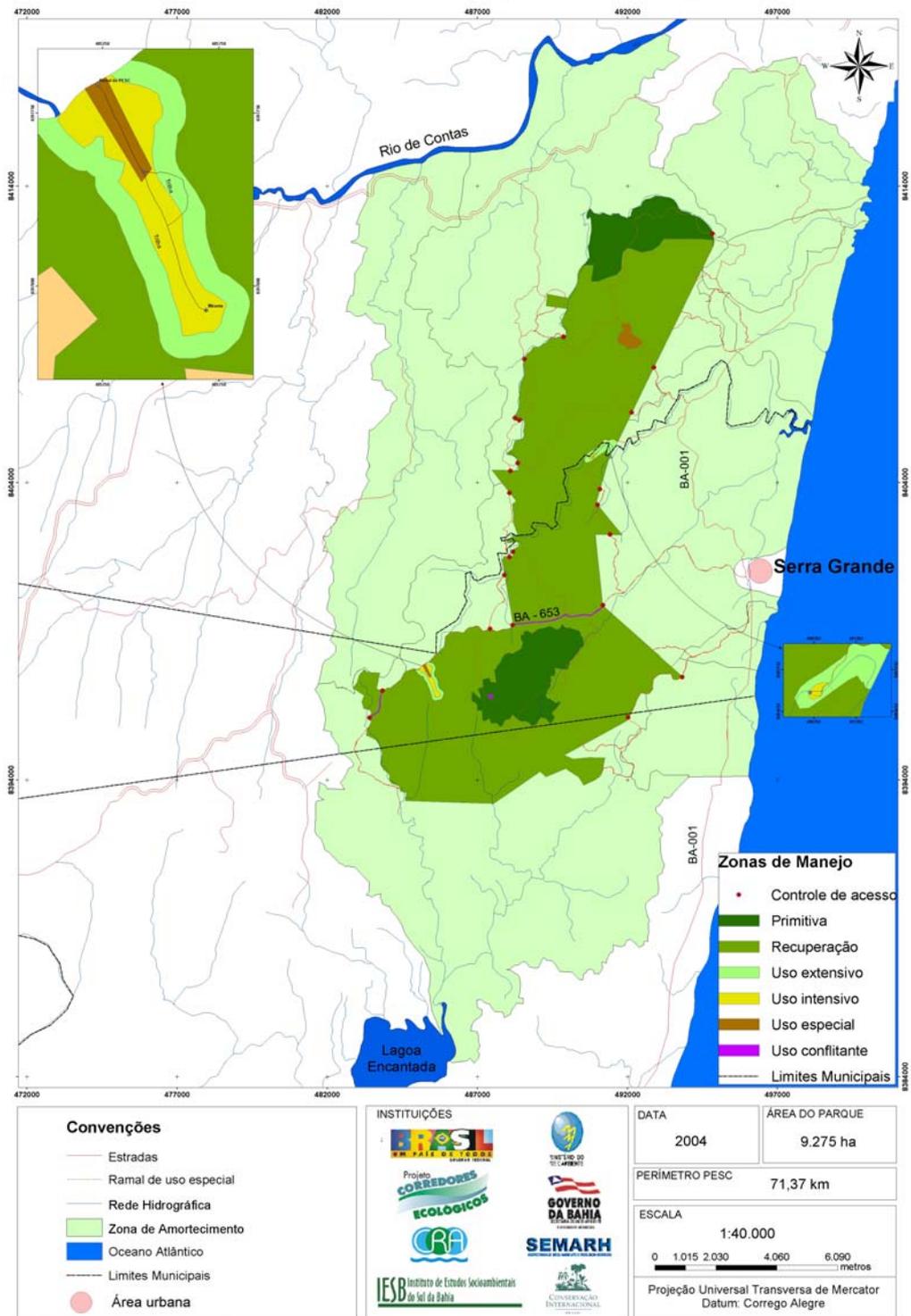


Figura 63. Proposta de zoneamento para o Parque Estadual da Serra do Conduru após sua regularização fundiária

1. Zona de Recuperação

Definições e objetivos

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das Zonas Permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta zona permite uso público somente para a educação ambiental.

Descrição

A zona de recuperação, zona de manejo com maior área (84,56%), está localizada em todos os setores do PESC, e possui as áreas que estão em estágio inicial de regeneração de sua vegetação original. A grande maioria das áreas desapropriadas para a regularização fundiária está categorizada nesta zona de manejo, visando o processo de recuperação. Nesta zona encontram-se os pontos de controle de acesso, localizados no limite da Unidade e que dão acesso a área interna do PESC. Nestes pontos serão instaladas guaritas, visando a fiscalização e o controle de entrada na Unidade.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. monitorar o re-estabelecimento da vegetação nativa, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo;
3. permitir a realização de pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas;
4. identificar as áreas necessárias para o manejo de espécies exóticas, retirando-as do sistema para acelerar o processo de regeneração da vegetação natural;

5. a interpretação ambiental dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e ou recursos indiretos, oferecidos no Centro de Visitantes;
6. é facultado o tráfego de veículos nesta zona em ocasiões especiais tais como as necessidades de proteção e de pesquisa. Quando necessário o trânsito de veículos deverá ser feito a baixas velocidades, e buzinas e outros sons, que não sejam naturais, não serão admitidos.

2. Zona Primitiva

Definições e objetivos

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica e educação ambiental permitindo-se formas primitivas de recreação.

Descrição

Esta zona ocupa 13,85% da área do PESC e está localizada em dois grandes blocos, um no Setor Sul e outro no Setor Norte do PESC. Contém as mais íntegras áreas de vegetação nativa da Unidade de Conservação, sendo que o bloco do Setor Sul abrange a área da Serra do Conduru propriamente dita e o bloco do Setor Norte as áreas contínuas às RPPN Rio Capitão e Fazenda Capitão.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais destas áreas;
2. permitir e incentivar atividades científicas que não comprometam a integridade dos ecossistemas, cuja autorização será concedida pelo órgão gestor;
3. coibir a introdução de espécies exóticas;

4. monitorar a integridade dos recursos naturais, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo;
5. a interpretação ambiental dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e ou recursos indiretos, oferecidos no Centro de Visitantes;
6. não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura;
7. é proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais tais como as necessidades de proteção e de pesquisa. Quando necessário o trânsito de veículos deverá ser feito a baixas velocidades, e buzinas e outros sons, que não sejam naturais, não serão admitidos.

3. Zona de Uso Extensivo

Definições e objetivos

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade para fins educativos e recreativos.

Descrição

Esta zona ocupa uma pequena área (0,69%) localizada em dois setores do PESC. Ao Sul, na qual esta zona separa as áreas destinadas para a recuperação da área que será destinada a atividades mais intensivas de educação ambiental e administrativas, e ao Centro, na área que será estimulada a visita de turistas advindos da região costeira. Sua vegetação contém tanto área em estágio avançado como em processo de regeneração. A trilha interpretativa elaborada pelo Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE) está localizada na área do setor Sul e permitirá uma melhor compreensão da complexidade ambiental desta região pelos visitantes do programa de educação ambiental do PESC. Na área do setor Central deverá ser instalada este mesmo equipamento,

nos moldes do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo, visando facilitar o acesso à Cachoeira da Mata, bem como conservar os recursos da área.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais destas áreas;
2. permitir o acesso público somente com agendamento prévio, de até no máximo 25 pessoas em cada setor e sempre acompanhadas por monitor habilitado, visando garantir a conservação das estruturas já implementadas. Este número é sugerido até a conclusão de um estudo detalhado de capacidade de carga para as áreas;
3. permitir e incentivar a realização de pesquisas científicas, visando inclusive determinar o perfil do visitante, suas preferências e motivações;
4. implantar painéis e/ou placas informativas sobre as trilhas, contendo dados do percurso, dificuldades, atrativos e tempo de caminhada. As trilhas devem ser sistematicamente fiscalizadas em função da segurança do usuário e dos recursos protegidos;
5. o trânsito de veículos, quando necessário, só poderá ser feito a baixas velocidades (máximo de 40 km.);
6. o estacionamento de veículos nesta zona será permitido até a conclusão de estudos para localização de áreas adequadas fora do PESC;
7. coibir a introdução de espécies exóticas;
8. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;
9. monitorar a integridade dos recursos naturais, tanto por sensoriamento remoto como por medições em campo.

4. Zona de Uso Especial

Definições e objetivos

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros.

Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da Unidade de Conservação. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da Unidade.

Descrição

Esta zona ocupa duas áreas no PESC (setor Sul e Norte) e os ramais destinados a fiscalização interna (0,47%). A área do setor Sul está inserida na zona de uso intensivo deste setor e que abriga as estruturas administrativas já instaladas, desde o portal de entrada até o início da trilha interpretativa já implementada. A área do setor Norte terá como função atividades administrativas e de fiscalização bem como o apoio a pesquisas. Neste setor do PESC serão construídos um alojamento para pesquisadores, equivalente ao existente no setor Sul, bem como uma central administrativa.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. esta zona destina-se a centralizar os procedimentos operacionais do Parque, comportando visitação em condições especiais e abrigo de pesquisadores;
3. as construções e reformas deverão estar em harmonia com o meio ambiente;
4. substituição gradativa das espécies exóticas por nativas, sejam elas ornamentais ou frutíferas;
5. o estacionamento de veículos, nesta zona, somente será permitido aos funcionários e prestadores de serviços;
6. esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e depósito dos resíduos sólidos gerados na Unidade, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário público mais próximo, fora do Parque;

7. os veículos deverão transitar em baixas velocidades, sendo proibido o uso de buzinas;
8. os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos ou nascentes e;
9. o asseio e a manutenção dos equipamentos da sede devem ser privilegiados em função dos usuários e da imagem do Parque.

5. Zona de Uso Intensivo

Definições e objetivos

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

Descrição

As duas zonas de uso intensivo do PESC (0,23%) estão totalmente englobadas pela zona de uso extensivo, estando estas localizadas na Porção Sul e Central da Unidade. Sua vegetação está basicamente alterada e há a presença de ramais internos. Nesta zona localiza-se a entrada da trilha interpretativa já instalada bem como o mirante de acesso à Lagoa Encantada. A trilha a ser implementada no setor Central estará inserida parcialmente nesta zona. As atividades nesta zona estarão concentradas para a realização de programas de educação ambiental com escolas e moradores locais no setor Sul e com turistas no setor Central.

Normas de Uso

1. fiscalização permanente, buscando eliminar a utilização dos recursos naturais desta área;
2. incentivar as atividades de recuperação com espécies nativas das áreas de preservação permanentes, em parceria com o programa Floresta Viva;

3. novas instalações para serviços de guias e condutores, churrasqueiras, sanitários, mesas para piquenique, abrigos, lixeiras somente poderão estar localizados nesta zona;
4. a utilização da infra-estrutura desta zona será condicionada à capacidade de suporte das mesmas;
5. as atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza adotadas no Parque;
6. todas as construções e reformas deverão estar integradas ao meio ambiente e ao padrão cultural local;
7. os materiais para a construção ou a reforma de quaisquer infra-estruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da Unidade;
8. esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa ou indicativa;
9. o trânsito de veículos, quando necessário, será feito a baixas velocidades (máximo de 40 km/hora). É proibido o uso de buzinas nesta zona;
10. os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos ou nascentes;
11. os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos e depositados em local destinado para tal e;
12. nesta zona permite-se a utilização de aparelhos sonoros, bem como a realização de eventos culturais, educativos e sociais, sob a supervisão da administração da Unidade, com horário pré-estabelecido para encerramento dos mesmos.

6. Zona de Uso Conflitante

Definições e objetivos

Constituem-se em espaços localizados dentro de uma Unidade de Conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos,

linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as Unidades de Conservação.

Descrição

Esta zona está localizada dentro do bloco Sul da zona primitiva devido à existência de uma torre de transmissão e em toda a extensão da BA 653 inserida na área do PESC (sentido Leste-Oeste).

Normas de Uso

1. a fiscalização será intensiva e abrangerá técnicas e rotinas de monitoramento;
2. os serviços de manutenção da estrada deverão ser sempre acompanhados por funcionários da Unidade;
3. em caso de acidentes ambientais, a administração da UC deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (9.605 de 12 de fevereiro de 1998);
4. no caso de atropelamentos de animais, a administração deverá efetuar o respectivo Boletim de Ocorrência;
5. deverá ser realizado monitoramento dos registros de atropelamento da fauna;
6. deverão ser instalados redutores de velocidade nos pontos identificados como críticos pelo monitoramento de atropelamentos, visando a redução deste índice e;
7. a velocidade máxima permitida no trecho da rodovia BA 653 que corta o PESC deverá ser de 50 km/h, visando evitar riscos de atropelamento.
8. os serviços de manutenção da torre, bem como do ramal de acesso deverão ser sempre acompanhados por funcionários da Unidade;

7. Zona de Amortecimento

Definições e objetivos

Considera-se como zona de amortecimento o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei n.º 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII).

Descrição

Para o delineamento da zona de amortecimento desta fase de manejo, utilizaram-se os critérios de inclusão e exclusão listados no Roteiro Metodológico de elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral (IBAMA, 2002). A totalidade da área das bacias hidrográficas inseridas no PESC, ou com trechos de seus rios dentro da área da Unidade foram incluídas nesta zona. A bacia do Rio Jeribucaçu foi incluída nesta zona por ter um projeto de uso de recurso natural (água) pela Prefeitura do município de Itacaré que poderá afetar a dinâmica da Unidade. A região de influência do distrito de Serra Grande foi excluída desta zona, pois é considerada um núcleo urbano consolidado.

Normas de Uso

1. efetivar o ordenamento territorial estipulado para as APAs Costa de Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e Rio Almada;
2. nesta zona os proprietários rurais deverão ser orientados para a necessidade de fazer conservação de solos e água, segundo o que determina as técnicas e o zoneamento das APAs do entorno do PESC;
3. estimular através de assistência técnica especializada a conversão de áreas agrícolas tradicionais para orgânicas;
4. estimular, através de programa específico estadual e/ou federal, a criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural nesta zona de manejo;
5. estabelecer relações com as escolas rurais inseridas nesta zona para explicar os motivos da criação e os objetivos do PESC;

6. não serão autorizados quaisquer tipos de corte e ou supressão da vegetação nativa;
7. obras de infra-estrutura somente serão autorizadas se não danificarem ou não causarem prejuízos ao meio ambiente;
8. a instalação de indústrias potencialmente poluidoras não será apoiada ou autorizada;
9. não será permitida a utilização intensiva das águas do Rio Tijuípe, bem como seu represamento, salvo para trabalhos visando sua recuperação ambiental;
10. manter rotinas de fiscalização para observação de ocorrências ambientais. Em caso positivo, entrevistar os interessados e acionar os órgãos competentes, se necessário e;
11. articular-se com outros organismos de atuação local, discutindo as ações para o desenvolvimento sócio-ambiental do entorno no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.

PROGRAMAS DE MANEJO

Nesta fase de atividades de manejo na área do PESC, na qual o Estado deterá 100% da área sob seu domínio, 5 (cinco) programas de manejo são recomendados: o Programa de Operacionalização, o Programa de Manejo do Meio Ambiente, o Programa de Conhecimento, o Programa de Uso Público e o Programa de Integração Comunitária.

A. Programa de Operacionalização

Este programa tem como objetivo assegurar os meios para que os demais programas sejam desenvolvidos. Estrutura-se nos seguintes subprogramas: cooperação institucional; desenvolvimento e infra-estrutura e administração e manutenção.

A.1 Subprograma de Cooperação Institucional

Objetivo

Este subprograma destina-se a estabelecer e manter relações de cooperações entre a SEMARH e instituições que desenvolvam ações de interesse para o PESC, além de interagir com programas de desenvolvimento regional de interesse para a Unidade de Conservação.

Resultados esperados

Parcerias estabelecidas (acordos, convênios ou outros) para a implantação dos Programas, do Conselho Gestor e do Plano de Manejo como um todo.

Indicadores

Número de convênios/acordos celebrados no período.

Número de reuniões do Conselho Gestor e de participantes nas mesmas.

Atividades e normas

- Firmar convênios/acordos com as instituições públicas e privadas que já colaboram com o funcionamento do PESC.
- Identificar, contatar e estabelecer parcerias com instituições de apoio e fomento à pesquisa e a programas ambientais (p.ex.: Fundação o Boticário, CNPq, FNMA, FAPESB, FINEP, entre outras).
- Identificar outros parceiros potenciais e negociar suas possíveis cooperações.
- Integrar o Parque nos planos de desenvolvimento da região.
- Criar um Conselho Consultivo formado por representantes das instituições de pesquisa e da comunidade para manejo e dinamização do Parque e seu entorno. Este deve ser reunir em caráter ordinário uma vez por mês e sempre que houver necessidade em caráter extraordinário. As reuniões devem ser agendadas em localidades distintas, facilitando a participação das comunidades de entorno. Os pontos 1 e 2 da Figura 53 podem ser utilizados como base para estas reuniões, bem como as sedes no setor Sul e Norte do PESC.
- Fomentar a participação do Parque em Convenções Internacionais.
- Estabelecer intercâmbios com UCs irmãs (objetivos e ambientes semelhantes).

Requisitos

-Relação e contatos com entidades que atuam na região, quer sejam entidades financiadoras de projetos e pesquisa, empresas privadas, instituições de ensino e pesquisa ou Prefeituras regionais realizados.

-Técnico de nível superior para atuar no Sub-programa.

Prioridades

- Firmar convênios/acordos com as instituições que já se dispuseram a colaborar.
- Identificar, contatar e estabelecer parcerias com instituições de apoio e fomento à pesquisa e a programas ambientais (p.ex. Fundação o Boticário, CNPq, FNMA, FAPESB, FINEP, entre outras).
- Criar um Conselho Consultivo para manejo e dinamização do Parque e seu entorno.
- Fomentar a participação do Parque em Convenções Internacionais.
- Estabelecer intercâmbios com UCs irmãs.

A.2. Subprograma de Desenvolvimento e Infra-estrutura

Objetivo

Este subprograma tem por objetivo viabilizar o funcionamento da Unidade de Conservação, garantindo a manutenção e aprimoramento da infra-estrutura do PESC, o aperfeiçoamento e aumento do quadro de pessoal e a implantação do Plano de Manejo (Tabela 56).

Resultados esperados

- Centros de Visitantes instalados e funcionando.
- Sede administrativa na Porção Norte instalada.
- Áreas de desenvolvimento instaladas e equipadas.
- Sinalização implantada.
- Equipamentos básicos para a manutenção do Parque, laboratórios e fiscalização adquiridos.
- Estruturas existentes restauradas.

Indicadores

- Aquisições, construções e outros serviços executados segundo o estabelecido no Plano Operativo Anual.

Atividades e normas

- Elaborar o projeto para construção dos Centros de Visitantes.
 - ✓ O centro de Visitantes deverá ser construído no limite Sul do PESC.
 - ✓ Deverá ser contratada uma Faculdade de Arquitetura para executar o projeto.
- Elaborar o projeto para construção da infra-estrutura de lazer como churrasqueiras, bancos, mesas, abrigos, arena com palco, parque infantil, etc...
 - ✓ Estas infra-estruturas deverão ser montadas junto ao Centro de Visitantes.
 - ✓ Os projetos das áreas externas do Centro de Visitantes deverão ser elaborados junto com o projeto do prédio.
 - ✓ Deverá ser elaborado projeto paisagístico destas áreas, com a identificação da vegetação mais expressiva do local.
 - ✓ Deverão ser colocados bancos e abrigos ao longo da Trilha do MPE na zona de uso intensivo/extensivo da Porção Sul do PESC de acordo com os projetos específicos das mesmas.
- Elaborar projeto para construção do Centro de Pesquisas do Parque.
 - ✓ O Centro de Pesquisa do Parque deverá ser construído no limite Norte do Parque.
 - ✓ Deverá ser contratada uma Faculdade de Arquitetura para executar o projeto.
- Elaborar projetos para a construção das demais infra-estruturas da Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata.
 - ✓ Deverá ser contratada uma Faculdade de Arquitetura para executar o projeto.
- Elaborar projeto para os estacionamentos.
 - ✓ Deverão ser construídos estacionamentos junto ao Centro de Visitantes e a Sede Administrativa, ambos nos limites do Parque.
 - ✓ Deverá ser contratada uma Faculdade de Arquitetura para executar o projeto.
- Elaborar projeto para construção de mirante no final da trilha do MPE na zona de uso intensivo/extensivo da Porção Sul do PESC, para observação do mosaico florestal da região.
 - ✓ Deverá ser contratada uma Faculdade de Arquitetura para executar os respectivos projetos.
 - ✓ Este mirante deverá ser dotado de lunetas com funcionamento automático através da inserção de moeda.
 - ✓ A luneta, ou pelo menos a parte ótica, deverá ser colocada cada dia nos horários de funcionamento do Parque, sendo retirada à noite.

- Elaborar projeto de pórticos que deverão ser colocados no início da Trilha do MPE e também situado junto ao Centro de Pesquisas.
 - ✓ Suas construções deverão estar integradas ao ambiente e deverão obedecer ao projeto arquitetônico das demais infra-estruturas
- Construir as infra-estruturas de lazer junto ao Centro de Visitantes.
- Construir o Centro de Pesquisas do Parque.
- Construir as infra-estruturas da Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata.
 - ✓ construir sanitários públicos próximos ao Centro de Visitantes.
 - ✓ construir sanitários nas zonas de uso intensivo do setor Sul e na Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata, bem como no Centro de Pesquisa
- Construir os estacionamentos.
 - ✓ Os estacionamentos deverão ser construídos concomitantemente com as demais infra-estruturas da área.
- Construir pórticos.
 - ✓ Deverão ser construídos ao mesmo tempo com as demais infra-estruturas da área.
- Construir mirantes.
 - ✓ Deverão ser construídos junto com as demais infra-estruturas da área.
- Construir a infra-estrutura do almoxarifado (piso, revestimento, etc.).
- Construir a infra-estrutura da lavanderia (piso, revestimento, etc.).
- Adquirir os equipamentos necessários para equipar todas as infra-estruturas previstas para o Parque.
- Implantar os Centros ambulatoriais (primeiros-socorros).
 - ✓ O Parque deverá ter um Centro ambulatorial no Centro de Visitantes, um no Centro de Pesquisas e um na Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata.
 - ✓ Estes Centros deverão ser equipados com o material mínimo necessário para um pronto atendimento dos visitantes, pesquisadores e funcionários.
- Colocar barreiras nas estradas de acesso aos limites do Parque.
 - ✓ As barreiras deverão ser colocadas de modo a impedir a passagem ao longo dos ramais pré-existentes.
 - ✓ Deverá ser elaborado projeto para a construção desta barreira.
- Adquirir os equipamentos necessários para a fiscalização, monitoramento, Educação Ambiental e outras atividades não previstos nas Áreas de Desenvolvimento.
- Adquirir materiais e equipamentos para as demais atividades da Unidade como monitoramento, administração e manutenção.
- Montar biblioteca no Centro de Visitantes.
 - ✓ Deverá ser solicitado às Editoras a doação de livros dentro da área de interesse.
 - ✓ Deverá ser solicitado às instituições de pesquisa e pesquisadores a doação de publicações dentro da área de interesse do Parque.

- ✓ A biblioteca deverá conter todas as publicações, mapas, imagens de satélite e outros documentos referentes ao Parque.
- Implantar o sistema de sinalização.
- Adquirir ou confeccionar lixeiras de coleta seletiva e sacolas para a destinação do lixo da Unidade.
 - ✓ As lixeiras serão colocadas ao longo da trilha, Centro de Visitantes, Área Administrativa, Centro de Pesquisas e na Área de Desenvolvimento segundo o projeto de localização elaborado.
 - ✓ Os sacos plásticos, para serem usadas pelos visitantes, pesquisadores ou escolares ao longo de seus passeios/trabalhos, deverão ser doados ao visitante no momento de seu ingresso no Parque.
 - ✓ As lixeiras e sacolas poderão ser patrocinadas mediante discreta publicidade.
- Construir aceiros.
 - ✓ Deverá ser solicitado às prefeituras locais a construção destes aceiros.
- Adquirir e instalar uma estação meteorológica.
 - ✓ Instalar a estações próxima a sede administrativa pelos profissionais da área.
- Adquirir equipamentos de comunicação (rádios, linhas telefônicas, fax, etc....)
- Adquirir veículos para as atividades do Parque.

Requisitos

-Recursos financeiros garantidos para a construção, reforma das estruturas já existentes e aquisição dos equipamentos.

-Sensibilização do Governo do Estado para a implantação do Parque.

-Sensibilização de empresas privadas para doações de equipamentos.

-Técnico de nível médio.

Prioridades

- Elaborar o projeto para construção do Centro de Visitantes.
- Elaborar o projeto para construção da infra-estrutura de lazer como churrasqueiras, bancos, mesas, abrigos, arena com palco, parque infantil, etc...
- Elaborar projetos para a construção das demais infra-estruturas da Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata.
- Elaborar projeto para os estacionamentos.
- Elaborar projeto de pórticos.
- Colocar barreiras nos limites do Parque.

- Adquirir os equipamentos necessários para a fiscalização.
- Adquirir materiais e equipamentos para as demais atividades da Unidade como monitoramento, administração e manutenção.
- Implantar o sistema de sinalização.
- Construir aceiros.
- Adquirir equipamentos de comunicação (rádios, linhas telefônicas, fax).
- Adquirir veículos para as atividades do Parque.

Tabela 56. Materiais e equipamentos necessários às atividades de monitoramento, fiscalização, Educação Ambiental e outras atividades

Materiais e Equipamentos	Quantidades
-Máquina fotográfica profissional	2
-Lente 700m 300mm tipo baioneta	2
-Filmadora	1
-Máquina fotográfica digital	1
-Veículo pequeno com caçamba ou similar	1
-Carro 4 x 4	2
-Barraca para 5 pessoas	2
-Sistema de rádio comunicação (4 rádios)	1
-Rádio HT de longo alcance	2
-Telefone celular	2
-Saco de dormir	12
-Moto-serra	2
-Equipamento de combate à incêndio	1
-Equipamento para registro automático de dados abióticos (salinidade, temperatura e outros).	3
-Macacão de borracha com botas	7
-Estação meteorológica	3
- GPS	2
-Megafone	1
-Galão para armazenamento de combustível	5
-Galão para armazenamento de água	5
-Conjunto de uniforme	vários
-Material para demarcar o Parque.	diversos
-Computador notebook	1

-Aparelho para data-show	1
-Binóculo 20 x 50	10
-Bicicleta	4
-Kit para monitoramento	5

A.3. Subprograma de Administração e Manutenção

Objetivo

Este subprograma tem como objetivo dotar o PESC de infra-estrutura e equipamentos adequados ao bom desempenho de seus objetivos e finalidades.

Resultados esperados

- Pessoal suficiente para a execução de todos os programas disponibilizados.
- Unidade de Conservação preservada e atendendo seus objetivos.
- Patrimônio material do Parque preservado.
- Parque administrado eficientemente segundo normas estabelecidas.

Atividades e normas

- Adequar as vias internas do Parque segundo o estudo efetuado.
 - ✓ Deverá ser realizado convênio com a Prefeitura de Itacaré para a manutenção do acesso a área Norte bem como com o Estado para a perenização da BA 653.
- Criar um regimento administrativo interno para o Parque.
 - ✓ Administrar a Unidade segundo este regimento interno.
 - ✓ O regimento interno deverá ser elaborado pela administração do Parque e encaminhado posteriormente à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Unidades de Conservação para aprovação.
 - ✓ Deverá ser obedecida a estrutura organizacional proposta no organograma da Figura 66.
 - ✓ Criar uma agenda de trabalho com base neste Plano de Manejo.
- Qualificar os servidores para exercerem uma boa administração da Unidade.
 - ✓ Deverá ser promovidos cursos de capacitação dos servidores.
 - ✓ O Chefe da Unidade e os coordenadores dos programas deverão ser treinados em técnicas de gerenciamento.

- ✓ Deverá ser realizado o treinamento periódico dos funcionários da Unidade para o combate de incêndios, devendo para este treinamento ser solicitado o auxílio do Grupamento de Bombeiros de Ilhéus.
- ✓ Os funcionários da Unidade deverão ser treinados para prestar serviços de primeiros socorros. Deverá ser solicitado ao Curso de Enfermagem da UESC o treinamento dos funcionários para esta finalidade.
- ✓ Dois ou três funcionários da Unidade deverão ser treinados para a coleta dos dados meteorológicos. Deverá ser solicitado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da UESC ou a CEPLAC o treinamento destes funcionários.
- Dotar o parque de um programa para estagiário e criar normas de funcionamento.
- Cuidar da manutenção das instalações e equipamentos e fazer melhorias nas instalações.
 - ✓ Deverá ser elaborado um plano de manutenção periódica das instalações e equipamentos.
 - ✓ Nos processos de manutenção das infra-estruturas deverão ser obedecidos os projetos arquitetônicos elaborados pela Faculdade de Arquitetura.
 - ✓ As instalações deverão ser pintadas periodicamente e mantidas em bom estado de conservação.
 - ✓ As instalações deverão ser limpas rotineiramente ainda que não estejam sendo utilizadas.
 - ✓ A área do Parque deverá ser mantida limpa.
 - ✓ Material de escritório, limpeza, pintura e peças para reposição deverão ser mantidos em estoque.
 - ✓ Pequenos reparos nas instalações e equipamentos deverão ser realizados pelos funcionários do Parque sem prejuízo de suas outras atividades.
 - ✓ Toda a sinalização do Parque e painéis externos deverão ser periodicamente inspecionados e reparados, bem como trocados quando necessário.
 - ✓ O lixo das áreas de uso público deverá ser recolhido e acondicionado para posterior recolhimento pelos caminhões das Prefeituras.
 - ✓ Os materiais e equipamentos de primeiros socorros deverão ser mantidos no seu melhor estado de conservação.
 - ✓ Implantar o sistema de circulação interna.
- A presença de funcionários deverá ser constante nos locais de visitação.
 - ✓ Identificar os funcionários do Parque.
 - ✓ Todos os funcionários da Unidade, durante o expediente de trabalho, deverão usar crachá com nome e fotografia.

- ✓ Os funcionários incumbidos da proteção, guias, agentes de portaria, serviços da limpeza e manutenção deverão usar uniformes adequados, com a logomarca do Parque.
 - ✓ Os demais funcionários, inclusive o Chefe, deverão usar colete com a logomarca da Unidade.
- Contratar ou remanejar pessoal para completar o quadro de funcionários.
 - ✓ O número de funcionários indicados é o mínimo necessário para o funcionamento do Parque obedecendo ao presente Plano de Manejo e, poderá ser aumentado, conforme as necessidades.
 - ✓ A possibilidade de remanejamento de pessoal de outras sedes da SEMARH ou mesmo de outros setores do Serviço Público Estadual para o Parque deverá ser verificada.
- Criar um plano de "marketing".
 - ✓ Deverá ser criada, através de concurso, a logomarca e o "slogan" do Parque.
 - ✓ Todo o material da Unidade (material de escritório, uniformes, viaturas, etc...) deverá usar a logomarca.
- Procurar captar recursos para o Parque.
 - ✓ Deverá ser verificada a possibilidade de registrar a marca "Parque Estadual da Serra do Conduru" para a comercialização de seu uso em produtos como camisetas, postais, bonés, brindes, cadernos, publicações, entre outros.
- Deverá ser efetuada a procura de empresas privadas que possam ou tenham interesse em trabalhar conjuntamente com a SEMARH para explorar atividades comerciais.
 - ✓ Busca de patrocínio para a aquisição dos equipamentos necessários mediante propaganda discreta no Parque.
- Busca junto as instituições financeiras, a fundo perdido, recursos para a execução dos demais programas do Plano de Manejo.
- Cumprir e monitorar o Plano de Manejo.
 - ✓ O administrador do Parque decidirá junto aos seus assessores (coordenadores dos programas) a execução das atividades dos diferentes programas.
 - ✓ O administrador do Parque será o responsável pela implementação do Plano de Manejo gerenciando, acompanhando os sub-programas e compatibilizando todas as ações previstas.
 - ✓ Os coordenadores dos programas serão os responsáveis pela suas implementações.
 - ✓ Deverá haver uma comunicação constante entre os diversos serviços através de relatórios internos, registros e reuniões periódicas.
- A validade do presente Plano de Manejo será de 5 anos, prazo este para cumprir todas as ações relevantes previstas. Este prazo não poderá ser prorrogado.
 - ✓ Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA).

- ✓ Periodicamente a programação física e orçamentária deverá ser avaliada.

Requisitos.

- Recursos financeiros
- Contratação ou deslocamento de funcionários para o Parque.
- Realização dos cursos de capacitação.
- Convênios com entidades governamentais, não governamentais e privadas.
- Técnico de nível superior.

Prioridades

- Criar o regimento administrativo interno para a Unidade.
- Criar uma agenda de trabalho com base neste Plano de Manejo
- Qualificar os servidores para exercerem uma boa administração da Unidade.
- Implantar o sistema de circulação interna.
- Contratar ou remanejar pessoal para completar o quadro de funcionários.
- Criar um plano de "marketing".
- Procurar captar recursos para o Parque.
- Submeter aos órgãos competentes o presente Plano de Manejo para sua aprovação.
- Cumprir e monitorar o Plano de Manejo.
- Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA).

B. Programa de Manejo de Meio Ambiente

Este programa visa garantir a proteção e, em consequência, a evolução natural dos ecossistemas e, quando necessário, realizar intervenções capazes de corrigir ações praticadas, facilitando a regeneração das áreas degradadas. Para esta fase de manejo do PESC este programa é formado pelos subprogramas de proteção e de manejo de recursos.

B.1. Subprograma de Proteção

Objetivo

Este subprograma visa garantir a integridade dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e da infra-estrutura e a segurança dos funcionários do PESC.

Resultados esperados

- Integridade do Parque Estadual da Serra do Conduru garantida.
- Sistema de vigilância e fiscalização implantados.
- Invasões de caráter permanente ou temporário no interior do Parque impedidas.
- Segurança dos visitantes, funcionários e pesquisadores garantida.

Atividades e normas

- Retirar da área do Parque os animais domésticos e domesticados.
- Demolir todas as infra-estruturas (casas, galpões, etc...) de antigos proprietários ou posseiros da área do Parque, retirando da região os escombros.
 - ✓ Casas abandonadas e/ou em ruínas existentes na área do Parque deverão ser retiradas imediatamente após verificação dos aspectos legais.
 - ✓ Excetua-se desta medida qualquer estrutura que seja de interesse do Parque e que esteja situada em áreas permitidas pelo zoneamento.
- Retirar as cercas de qualquer tipo de dentro da área do PESC.
- Sinalizar o Parque visando sua proteção.
- Proibir o trânsito por dentro da área do PESC, com exceção da BA 653.
 - ✓ Moradores da região deverão ser orientados para não transitarem dentro da área do PESC evitando danos à flora e à fauna.
- Identificar, demarcar e fiscalizar os sítios arqueológicos ou históricos para a região.
 - ✓ Os proprietários de áreas dentro do Parque e da Zona de Amortecimento deverão ser orientados para comunicarem à administração do PESC a existência de materiais e/ou de sítios arqueológicos em suas terras.
 - ✓ Os proprietários deverão ser orientados para não retirar qualquer material da área até que as equipes de estudo cheguem ao local.
- Remover o lixo da área do Parque.
 - ✓ Esta atividade deverá ser planejada junto com o Sub-programa de Interpretação e Educação Ambiental.
 - ✓ Os proprietários de terras na área do Parque deverão ser orientados para dar o destino correto ao lixo solicitando para que não o joguem na encosta (mata).

- Estabelecer uma rotina (projeto) de fiscalização em parceria com as outras instituições que se propuseram a auxiliar tal como a Polícia Ambiental.
 - ✓ No projeto deverá constar a frequência, as rotas, os equipamentos e materiais necessários, o número de envolvidos, o estabelecimento de índices de controle, assim como o número de autuações, tipo de infração ou multas.
- Desenvolver ações de fiscalização.
 - ✓ As ações deverão seguir as orientações estabelecidas na rotina da fiscalização com flexibilidade de acordo com situações encontradas.
 - ✓ Os procedimentos no caso de autuação de infratores deverão ser cuidadosos para não desobedecer a legislação vigente.
 - ✓ A população da área deverá ser informada sobre a necessidade de se manter a integridade do Parque.
 - ✓ Sempre que possível contatos e bom relacionamento deverão ser mantidos com os infratores no sentido de tê-los como colaboradores futuros.
 - ✓ Sempre que ações especiais demandem, deverá ser solicitado reforços de equipes do IBAMA ou o acionamento das instituições parceiras nesta atividade.
 - ✓ A fiscalização nas áreas de uso público deverá ser permanente.
- Acompanhar e avaliar periodicamente as ações de campo.
 - ✓ Periodicamente o Administrador da Unidade deverá acompanhar as atividades de fiscalização.
 - ✓ Mensalmente deverá ser efetuada a avaliação das atividades, verificando sua eficácia e, quando for o caso, a proposição de redimensionamento das ações.
 - ✓ Esta avaliação deve considerar os resultados de outros sub-programas, como o de Monitoramento.
- Realizar esporadicamente sobre-vôos sobre a Unidade com a finalidade de fiscalização.
 - ✓ Para a realização desta atividade deverá ser solicitado a parceria com a Infraero ou mesmo previsto o aluguel de um helicóptero no orçamento do Parque.
- Solicitar e acompanhar o cumprimento das atividades previstas dentro do Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da BA 001 no que se refere a proteção da Unidade de Conservação.
- Estabelecer com os pesquisadores que atuam no Parque as condicionantes de suas presenças na área, informando sobre as atividades de fiscalização.
 - ✓ Os pesquisadores deverão ser orientados no sentido de comunicar qualquer irregularidade observada, subsidiando desta forma, a proteção da área.
- Garantir a segurança dos visitantes, das infra-estruturas e do material e equipamentos do Parque.
 - ✓ O pessoal do Parque deverá ser treinado para exercer estas atividades.

- Propor a criação de uma brigada anti-incêndio para atender ao Parque e a região.
- Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis;

Requisitos

-Técnico de nível médio.

-Pessoal necessário para as atividades de fiscalização e para qualificá-los.

-Recursos financeiros disponíveis.

Prioridades

- Retirar da área do Parque os animais soltos.
- Demolir, após a regularização fundiária, todas as infra-estruturas (casas, galpões, etc...) de antigos proprietários ou posseiros da área do Parque, retirando da região os escombros.
- Sinalizar o Parque visando sua proteção.
- Identificar, demarcar e fiscalizar os sítios arqueológicos ou históricos.
- Remover o lixo da área do Parque.
- Desenvolver ações de fiscalização.
- Solicitar e acompanhar o cumprimento das atividades previstas dentro do Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da BA 001 no que se refere a proteção da Unidade de Conservação.
- Estabelecer com os pesquisadores que atuam no Parque as condicionantes de sua presença na área, informando sobre as atividades de fiscalização.
- Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis.

B.2 Subprograma de Manejo de Recursos

Objetivo

Este subprograma tem como objetivo acompanhar e otimizar a recuperação dos ambientes, nas áreas de preservação permanentes das zonas de recuperação, intensiva e extensiva.

Resultados esperados

- Recursos naturais adequadamente manejados.

Indicadores

- Percentual de áreas degradadas recuperadas.
- Percentual de caça reduzido a zero.
- Número de medidas de manejo adotadas.

Atividades e normas

- Eliminar as plantações de **Cocus nucifera** da área do Parque.
 - ✓ A eliminação dos **Cocus nucifera** na área Norte do Parque só deverá ser feita após estudo para recuperação desta área.
- Eliminar todas as frutíferas invasoras na área de capoeira.
 - ✓ Deverão ser realizados acordos com as associações de pequenos produtores rurais da região e com o Instituto Floresta Viva para que eles se encarreguem desta atividade.
- Criar programa de eliminação gradativa da agricultura e pecuária realizadas na área do Parque permitindo a recuperação natural das áreas degradadas.
 - ✓ Esta atividade é dependente do Programa de Regularização Fundiária e do Sub-programa de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento.
- Assegurar que não sejam construídas barragens, pontes e estradas na área de entorno junto aos cursos d'água da bacia do Rio Tijuípe.
 - ✓ Evitar o acesso do gado e a contaminação dos riachos das bacias do Ribeirão Tijuípe por efluentes e resíduos domésticos.
 - ✓ Estimular a formação de matas ciliares na bacia do rio Tijuípe.
- Elaborar termos de ajustamento de conduta.
- Manejar, quando cientificamente comprovada a necessidade, espécies, habitats e/ou qualquer outro recurso do Parque, com o objetivo de preservar a manutenção do sistema.
 - ✓ Este manejo deverá ser realizado por pessoal técnico capacitado ou sob a orientação direta destes com o acompanhamento da Administração do Parque e da Diretoria de Gestão de Unidades de Conservação

Requisitos

- Conhecimentos disponíveis sobre a UC.
- Recursos financeiros disponíveis.
- Disponibilidade de pessoal qualificado.
- Instrução dos funcionários da SEMARH para desempenho destas atividades.
- Técnico de nível superior.

Prioridades

- Eliminar todas as frutíferas invasoras.
- Criar programa de eliminação gradativa da agricultura e pecuária realizadas na área do Parque.
- Evitar a degradação do Rio Tijuípe.

C. Programa de Conhecimento

O principal objetivo deste programa é fornecer subsídios para a proteção e o manejo ambiental. Relaciona-se aos estudos, pesquisas e atividades de monitoramento ambiental desenvolvidos na área. Compreende dois subprogramas: pesquisa e monitoramento.

C.1. Subprograma de Pesquisa

Objetivo

Tem como objetivo indicar os estudos e pesquisas necessários ao manejo dos recursos, disponibilizando informações sobre o Parque em seus aspectos naturais e sócio-econômicos, incluindo sua zona de amortecimento. Neste sub-programa foram sugeridas pesquisas que visam ampliar os conhecimentos já adquiridos bem como iniciar estudos em áreas ainda completamente carentes.

As pesquisas na Unidade serão mais facilmente efetivadas se houver a participação de pesquisadores e instituições científicas no detalhamento dos projetos de pesquisa. Portanto, para a condução das atividades recomenda-se a formação de uma Comissão Técnica dentro do Conselho Consultivo.

Para a realização deste sub-programa deve-se adotar estratégias de captação e administração de recursos.

Resultados esperados

- Conhecimento do Parque aprofundado.
- Recomendações de manejo com base científica.

Indicadores

- Linhas de pesquisa indicadas no sub-programa em desenvolvimento.

- Número de instituições de pesquisa/pesquisadores contatados trabalhando na área e número de projetos aprovados.
- Recomendações de manejo e proteção baseados nas pesquisas desenvolvidas.
- Resultados de pesquisas publicados.
- Número de bolsas de pesquisa e ensino obtidas.

Atividades e normas

- Instituir e operacionalizar uma Comissão Técnico-científica constituída por pesquisadores "ad-hoc".
 - ✓ O chefe da Unidade identificará e solicitará o apoio dos pesquisadores quando necessário.
 - ✓ A Comissão ficará responsável pela análise dos projetos de pesquisa e dos relatórios oriundos destas.
 - ✓ Os representantes das Instituições de Pesquisa, membros do Conselho Consultivo, reunir-se-ão periodicamente e identificarão os pesquisadores "ad-hoc" a serem envolvidos.
 - ✓ A Comissão poderá recomendar modificações nos projetos de pesquisa de forma a direcioná-los às necessidades de manejo, ou a complementar outras pesquisas.
 - ✓ A Comissão dará preferência a aprovação dos projetos de pesquisa que ofereçam respostas às necessidades de gestão da Unidade de Conservação.
 - ✓ A Comissão deverá observar, no momento de análise dos projetos, as metodologias e técnicas de coleta empregadas nas pesquisas e recomendar que as mesmas sejam conduzidas de forma a evitar prejuízos aos recursos naturais da Unidade (limitar número de amostragens ao mínimo necessário, não coletar em ambientes frágeis, não interferir com a paisagem ou o patrimônio arqueológico, entre outros).
- Identificar pesquisadores, contatá-los e solicitar aos mesmos a elaboração de projetos de pesquisa específicos inseridos no Programa de Pesquisa.
- Divulgar as necessidades de pesquisa relacionadas no Programa de Conhecimento junto as Instituições de Pesquisa do Estado.
 - ✓ As necessidades de pesquisa da UC deverão ser divulgadas junto com uma breve descrição do Parque, suas instalações, apoio que pode ser fornecido pela SEMARH e referências gerais quanto as normas para a realização dos estudos.
 - ✓ Esta divulgação deverá ser feita através de correspondência ou através de palestras nas Universidades próximas.
 - ✓ Os pesquisadores deverão trabalhar em estreito relacionamento com os profissionais de outros programas, especialmente do sub-programa de Monitoramento,
 - ✓ Articular apoio junto as instituições de fomento à pesquisa para financiamento dos projetos submetidos de interesse da Unidade.

- Montar, em cooperação com as instituições de pesquisa mais envolvidas com o Parque, um acervo com todas as informações sobre a Unidade.
 - ✓ Cópias de todas as publicações e dos relatórios de pesquisa deverão ser mantidos no acervo do Parque.
 - ✓ Será permitido que as coleções de animais e plantas coletados no Parque sejam mantidas nas Universidades, Museus, etc. com a condição de serem devolvidas à Unidade quando requisitadas.
 - ✓ Restos arqueológicos encontrados no Parque deverão ali permanecer, a exceção do material necessário para pesquisas mais aprofundadas que poderão ser levados para as instituições de pesquisa com a obrigação de, após concluídos os estudos, ficarem a disposição da Unidade.
- Montar no Parque uma mapoteca com os mapas, cartas e imagens de satélite referentes à Unidade e sua Zona Tampão.
- Manter no Parque um acervo audiovisual com o material fornecido pelos pesquisadores em sala especial para esta finalidade.
- Montar um banco de dados com todas as informações das pesquisas.
 - ✓ Devem ser mantidos no banco de dados os locais depositários das amostras coletadas na UC. Este acervo deve ser devidamente registrado com o número de tombo, data, nome da instituição receptora do material e do curador.
- Contatar todas as instituições que já realizaram pesquisas na área para resgatar as informações referentes que não constem nos arquivos da UC bem como, solicitar publicações sobre ecossistemas correlatos e espécies comuns, de modo a enriquecer o acervo da UC.
- Informar aos pesquisadores sobre as normas da UC a serem seguidas.
 - ✓ Toda e qualquer pesquisa deverá ser autorizada pela SEMARH e no caso da fauna com licença do IBAMA.
 - ✓ Cópias das publicações e dos relatórios de pesquisa deverão ser entregues à Unidade de Conservação impressos e digitalizados.
 - ✓ Os relatórios dos pesquisadores deverão, sempre que possível, conter informações úteis ao manejo.
 - ✓ Sempre que for pertinente o pesquisador deverá, em conjunto com o setor de comunicação do Parque, preparar material para divulgação dos resultados entre as comunidades locais e o público em geral, devendo o mesmo ser redigido em linguagem compreensível.
 - ✓ Sempre que pertinente, os resultados das pesquisas deverão ser acompanhados de mapas em escalas apropriadas. Estes mapas deverão ser entregues impressos e digitalizados.
 - ✓ A administração do Parque colocará à disposição dos pesquisadores os dados disponíveis constantes no banco de dados que sejam relativos à pesquisa que será efetuada.
 - ✓ Apoio e acompanhamento técnico aos projetos devem ser solicitados pelos pesquisadores quando da apresentação dos mesmos.

- ✓ As pesquisas incluirão o apoio e acompanhamento do pessoal técnico e administrativo do Parque, durante a realização das atividades de campo.
- ✓ Os pesquisadores deverão cumprir rigorosamente o Plano de Trabalho do projeto submetido e aprovado bem como, o estabelecido neste Plano de Manejo.
- ✓ Qualquer outro estudo não referido neste Programa poderá ter aprovação para desenvolvimento desde que seja considerado de interesse da UC pela Comissão Técnico-Científico.
- ✓ Os pesquisadores deverão ser orientados para evitar criar e/ou estimular conflitos entre moradores da área e o Parque Estadual da Serra do Conduru.
- ✓ Deverão ser respeitadas todas as normas definidas no Zoneamento bem como as normas gerais da Unidade de Conservação.
- Realizar as seguintes pesquisas:
 - ✓ Determinar o regime hidrológico e a hidrodinâmica do Parque e da Zona de Transição.
 - ✓ Determinar o nível do lençol freático na área do Parque.
 - ✓ Realizar estudos para indicar a melhor forma para o abastecimento de água para o Parque.
 - ✓ Estudar a composição físico-química das águas internas do Parque incluindo a Zona de Transição.
 - ✓ Pesquisar a taxa de sedimentação e a liberação de substâncias tóxicas.
 - ✓ Elaborar mapas geomorfológicos terrestres nas escalas estabelecidas.
 - ✓ Pesquisar a estrutura das comunidades de aves e sua dinâmica populacional.
 - ✓ Realizar inventários quali-quantitativos, áreas relevantes para reprodução, alimentação e manutenção da fauna, em especial, dos seguintes grupos: mamíferos, répteis, anfíbios, insetos, moluscos e crustáceos.
 - ✓ Iniciar estudos de população, hábitos alimentares e reprodutivos, relações tróficas, migrações e demais estudos biológicos e ecológicos das principais espécies existentes no Parque, bem como, daquelas raras ou ameaçadas de extinção.
 - ✓ Realizar levantamentos geológicos (batimétricos, granulométricos sedimentológicos, etc.) no Parque.
 - ✓ Realizar cortes experimentais nos sítios arqueológicos mais significativos que ocorrem no Parque.
 - ✓ Realizar estudos da trilha do MPE de modo a minimizar os impactos ambientais.
 - ✓ Definir a capacidade de carga do Parque.
 - Os estudos deverão usar o Planejamento Limite Aceitável de Câmbio (LAC) por ser esta a maneira mais moderna e real de avaliar o impacto da visitação.

- ✓ Elaborar diagnóstico do perfil dos visitantes do Parque.
- ✓ Realizar estudos para quantificar os impactos da agricultura e pecuária na área do Parque na Zona de Transição propondo medidas mitigadoras e de recuperação.
- ✓ Realizar estudos que busquem alternativas econômicas, fora da área da UC, para os moradores do Parque.
- ✓ Completar a caracterização socioeconômico-histórico-cultural das comunidades envolvidas, bem como, o perfil dos ocupantes da área.
- ✓ Dar continuidade aos estudos fitossociológicos para caracterização da vegetação do Parque.
- ✓ Diagnosticar os componentes dos agrotóxicos utilizados nas lavouras da zona de amortecimento do Parque bem como, suas influências no ecossistema.
- ✓ Elaborar modelo ecológico para o Parque de forma a prever impactos decorrentes de variações ambientais naturais ou induzidas pelo manejo.
- ✓ Realizar levantamento aerofotogramétrico ou aerofotoreconhecimento do Parque e de sua Zona de Transição.
- ✓ Completar a interpretação das fotos aéreas.
- ✓ Pesquisar alternativas e tipologias de ocupação humana no entorno: tipologias de assentamento, tipologias de infra-estrutura e tipologia construtiva.

Requisitos

-Um técnico de nível superior.

-Fontes financiadoras identificadas e acionadas.

-Capacitação do pessoal da Unidade para desempenhar as atividades deste sub-programa.

-Divulgação desse sub-programa.

-Infra-estrutura necessária (veículos, alojamentos).

Prioridades

- Montar a Comissão Técnico-científica.
- Identificar pesquisadores, contatá-los e solicitar aos mesmos a elaboração de projetos de pesquisa específicos inseridos no Programa de Pesquisa.
- Divulgar as necessidades de pesquisa relacionadas no Programa de Conhecimento junto as Instituições de Pesquisa do Estado.
- Articular apoio junto as instituições de fomento à pesquisa para financiamento dos projetos submetidos de interesse da Unidade.

- Montar, em cooperação com as instituições de pesquisa mais envolvidas com o Parque, um acervo com todas as informações sobre a Unidade.
- Montar no Parque uma mapoteca com os mapas, cartas e imagens de satélite referentes à Unidade e sua Zona Tampão.
- Manter no Parque um acervo audiovisual com o material fornecido pelos pesquisadores em sala especial para esta finalidade.
- Montar um banco de dados com todas as informações das pesquisas.
- Contatar todas as instituições que já realizaram pesquisas na área para resgatar as informações perdidas bem como, solicitar publicações sobre ecossistemas correlatos e espécies comuns, de modo a enriquecer o acervo da UC.
- Informar os pesquisadores sobre as diretrizes a serem seguidas

C.2. Subprograma de Monitoramento

Objetivo

Este subprograma prevê o acompanhamento dos aspectos ambientais de todas as ações desenvolvidas na Unidade. Tem por objetivo o registro e a avaliação dos resultados de quaisquer fenômenos e alterações naturais ou induzidos através do acompanhamento da evolução dos recursos da Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento. Inclui-se aí o acompanhamento da regeneração de áreas degradadas bem como o monitoramento de todo e qualquer uso admitido como: fiscalização, visitação, administração, manutenção e pesquisa.

Resultados esperados

- Monitoramento dos fenômenos naturais e atividades antrópicas estabelecidos e/ou incrementados subsidiando o manejo da Unidade.

Indicadores

- Número de fatores naturais estabelecidos e acompanhados, sendo este número ampliado em 20% ao ano.
- Número de fatores socioeconômicos e culturais estabelecidos e acompanhados, sendo este número ampliado em 20% ao ano.

Atividades e normas

- Elaborar o Plano de Monitoramento.
- Monitorar a qualidade das águas interiores do Parque nos seus aspectos físicos, químicos e biológicos.
 - ✓ Os locais, a sistemática, a frequência de coletas das amostras e o tipo de análises laboratoriais devem ser estabelecidas com as instituições encarregadas das análises.
 - ✓ As coletas deverão ser no mínimo mensais e diárias quando houver possibilidade de colocação de aparelho automático para coleta.
- Monitorar o meio biótico, com ênfase principal :
 - ✓ nas espécies-chave da avifauna da região.
 - ✓ nas espécies-chave da lista da fauna rara e/ou ameaçada de extinção.
 - ✓ nos mamíferos.
 - Os funcionários da Unidade devem ser orientados no sentido de aprenderem a diferenciar e a registrar as espécies monitoradas (através de fichas).
 - Especialistas (pesquisadores) devem ser convidados para dar as orientações necessárias aos funcionários do Parque e a estagiários que estejam dispostos a colaborar no desenvolvimento das atividades de monitoramento.
 - Qualquer fato novo relativo às comunidades vegetais e faunísticas do Parque deve ser registrado, mesmo que não seja alvo do monitoramento.
 - As instituições de pesquisa interessadas devem ser avisadas da ocorrência dos animais mortos.
 - Os veículos do Parque devem ser dotados de um "kit" básico para as atividades de monitoramento.
- Monitorar o clima da região.
 - ✓ Instalar estações meteorológicas dentro da área do Parque.
 - Especialistas devem ser consultados para determinar o número e os locais para instalação das estações.
 - As anotações dos dados meteorológicos devem ser realizadas pelos funcionários da UC sem prejuízo de suas atividades normais.
- Monitorar os outros usos antrópicos (pecuária e agricultura) na área do Parque.
- Monitorar o uso e a ocupação dos solos da Zona de Amortecimento.
 - ✓ O uso e a ocupação dos solos da Zona de Amortecimento devem ser acompanhados por saídas de campo, visitação, fotografias aéreas e imagens de satélite.
- Monitorar os impactos da visita o (número de visitantes, distância de aproxima o ou fuga das aves, danos   vegeta o, efeitos sobre as trilhas e outros parâmetros a serem estabelecidos) dentro das áreas do Parque onde esta atividade   permitida.
 - ✓ Qualquer sinal de degrada o dos recursos naturais ou de altera o no comportamento da fauna, especialmente da avifauna, causado

pela visitação deve conduzir a uma diminuic o imediata do número de pessoas desenvolvendo atividades, ao mesmo tempo, dentro da Unidade e/ou a alterac o das normas de visitação.

- Monitorar a recuperação das áreas degradadas, principalmente:
 - ✓ das áreas de onde as espécies exóticas forem retiradas.
- Monitorar as comunidades diretamente atingidas com a criação do Parque (Zona de Amortecimento) bem como as comunidades desapropriadas e realocadas.

Requisitos

- Técnico de nível superior.
- Recursos humanos capacitados para executar o monitoramento.
- Convênios de cooperação com instituições afins.
- Recursos financeiros para tais atividades.
- Equipamentos e infra-estrutura necessários.

Prioridades

- Monitorar a qualidade das águas interiores do Parque nos seus aspectos físicos, químicos e biológicos.
- Elaborar o Plano de Monitoramento
- Monitorar os outros usos antrópicos (pecuária e agricultura) na área do Parque.
- Monitorar o uso e a ocupação dos solos da Zona de Amortecimento.

D. Programa de Uso Público

O programa de uso público se constitui em fator de manejo adequado para as áreas naturais protegidas quando   devidamente planejado e procura focar os significados da Unidade. Esse programa deve estabelecer a integração entre a área protegida, seus gestores e as populações do entorno, buscando apoio para a proteção da Unidade.

Este programa tem como objetivo geral ordenar, direcionar e estabelecer as atividades de uso público para o PESC, realçando e valorizando seus atributos naturais e culturais. Os objetivos a serem alcançados pelo programa são:

- proporcionar a integração da comunidade com as áreas naturais;

- despertar a consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais, culturais e históricos e da valorização das Unidades de Conservação;
- estimular a participação da comunidade no manejo e proteção dessas áreas;
- buscar o apoio e envolvimento da comunidade para a conservação e valorização do PESC;
- divulgar as características históricas, culturais e ecológicas existentes na Unidade;
- realizar ações integradas de educação ambiental e buscar alternativas de desenvolvimento sócio-ambientais junto às comunidades circunvizinhas e;
- sistematizar e organizar a visita na Unidade.

Nesta fase de manejo o programa de uso público divide-se em dois subprogramas: recreação e interpretação da natureza e de educação ambiental.

D.1. Subprograma de Recreação e Interpretação da Natureza

Objetivo

Este subprograma visa enriquecer as experiências do visitante, favorecendo a criação de vínculos entre este e o ambiente natural e respeitando as aptidões da área protegida. Visa ainda, através de atividades recreativas e de interpretação da natureza compatíveis com os objetivos de conservação, promover o aumento do conhecimento e divulgar os conceitos éticos e de conservação da natureza junto aos diversos visitantes buscando apoio na proteção do Parque. Como resultado esperado para a implantação deste subprograma espera-se sensibilizar os visitantes para a importância de se conservar o PESC.

Resultados esperados

- Visitantes atendidos em suas expectativas.

- Recursos naturais e ecossistemas preservados.
- Visitantes esclarecidos e satisfeitos nas suas expectativas.
- Guias e condutores capacitados com melhores condições de atenderem os visitantes.
- Áreas de Desenvolvimento de uso público e trilhas funcionando.

Indicadores

- Número de visitantes.
- Número de atividades oferecidas ao visitante.

Atividades e normas

- Regularizar como trilhas interpretativas o acesso a Cachoeira da Mata que passará a chamar-se **Trilha da Cachoeira da Mata** (trilha auto-interpretativa) e a trilha implementada pelo Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo que passará a denominar-se **Trilha do MPE** (trilha guiada).
 - ✓ Deve ser elaborado projeto para implantação da trilha da Cachoeira da Mata com a definição dos locais para colocação de lixeiras, bancos, abrigos, sinalização, bem como, o tratamento do piso e o que mais for necessário.
 - ✓ Devem ser obedecido o Limite Aceitável de Câmbio determinado para o Parque e suas possíveis alterações.
 - ✓ As trilhas devem ser permanentemente fiscalizadas.
 - ✓ O uso das trilhas deverá obedecer as normas já definidas no zoneamento.
- Elaborar regulamento para as atividades de uso público.
 - ✓ O regulamento deverá obedecer todas as normas definidas neste Plano de Manejo.
 - ✓ Em nenhuma hipótese será permitido acampar dentro da área do Parque.
 - ✓ Não será permitida a realização de torneios ou campeonatos de qualquer modalidade dentro da área do Parque.
 - ✓ Em nenhuma hipótese será permitido aos visitantes desenvolverem atividades fora das áreas previstas.
 - ✓ Os visitantes deverão ser informados de todas as normas do Parque a eles pertinentes.
- Criar um manual de recomendações aos visitantes do Parque.
- Terceirizar, quando indicado, os serviços de atendimento aos visitantes.
 - ✓ Deverão ser realizados contratos legais de concessão com as empresas para a realização destes serviços.
 - ✓ Os serviços a serem terceirizados poderão ser: venda de publicações, "souvenirs", transporte dos visitantes e aluguel de equipamentos, entre outros.

- ✓ Não poderão ser terceirizados os serviços de administração da Unidade.
- ✓ Dar-se-á preferência para implantação dos pontos de vendas de "souvenir" do Parque na sede dos municípios de Ilhéus e Itacaré, bem como no distrito de Serra Grande (Uruçuca) para beneficiar economicamente estes municípios.
- ✓ Não serão permitidas atividades comerciais dentro do Parque a não ser nos locais previstos por este Plano de Manejo.
- Fornecer, nos locais de uso público, água potável e serviços básicos de higiene.
- Avisar intensivamente aos visitantes que o lixo deve ser disposto adequadamente nas lixeiras encontradas ao longo das trilhas e nas Áreas de Desenvolvimento obedecendo o sistema seletivo de coleta.
- Distribuir os "folders" de orientação e informação.
 - ✓ Um "folder" de orientação deverá ser fornecido gratuitamente aos visitantes no momento da entrada no PESC, enquanto os demais poderão ser vendidos.
- Distribuir ou vender mapas com roteiros de visitação.
- Elaborar e Implantar o sistema de sinalização informativa.
 - ✓ Deverá ser elaborado projeto para a sinalização informativa das áreas de uso público.
 - ✓ O projeto deverá obedecer as normas de sinalização adotadas para toda a Unidade.
- Analisar, quanto aos aspectos de segurança dos visitantes, os roteiros de visitação bem como, os meios de transporte utilizados.

Requisitos

-Tecnico de nível superior.

-Recursos financeiros para a construção das infra-estruturas, aquisição de equipamentos e materiais necessários, bem como para a implantação das trilhas.

-Relação das operadoras turísticas para que sejam feitos os contatos necessários.

-Guias turísticos e pessoal para o acompanhamento dos visitantes treinado.

Prioridades

- Regularizar as trilhas interpretativas
- Elaborar regulamento para as atividades de uso público.
- Criar um manual de recomendações aos visitantes do Parque.
- Avisar intensivamente aos visitantes que o lixo deve ser disposto adequadamente nas lixeiras encontradas ao longo das trilhas e nas áreas de descanso e lazer obedecendo o sistema seletivo de coleta.

D.2. Subprograma de Educação Ambiental e Comunicação Ambiental

Objetivo

A conservação da biodiversidade depende de pessoas bem informadas, sensíveis e engajadas com a natureza. Essa constatação ganha mais importância à medida que implementamos uma área protegida situada em um *Hotspot*, onde a pressão antrópica é forte, como o Parque Estadual da Serra do Conduru.

Se as ações de comunicação e educação são intrínsecas ao processo de conservação ambiental, elas devem ser definidas de forma participativa, envolvendo todos os atores que, de alguma forma, possam gerar impacto na área, como: comunidades locais, instituições governamentais, organizações não-governamentais, pesquisadores, proprietários privados, educadores e comunicadores. Para isso, são realizadas Oficinas que identificam os Problemas, Públicos e Produtos prioritários no campo da Comunicação e Educação. Com a sistematização dessas informações, os próprios participantes da Oficina constroem o Plano de Ação para a unidade, com um horizonte de dois a três anos.

O Plano de Ação em Comunicação e Educação Ambiental também se torna uma importante ferramenta de gestão, pois revela a necessidade de recursos humanos e financeiros, ao mesmo tempo em que estabelece um cronograma de atividades e define um “marco zero” com o qual é possível avaliar o sucesso das ações que forem implementadas.

Algumas atividades de comunicação e educação ambiental devem ser implementadas sem consulta pública ou planejamento participativo, já que suportam atividades inerentes à missão de um parque estadual, como trilhas interpretativas e folhetos informativos aos visitantes.

Este subprograma prevê a sensibilização da comunidade sobre a importância da biodiversidade existente na Unidade e busca o seu envolvimento e participação em ações para a sua conservação e valorização através da promoção de atividades educativas e de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das comunidades do PESC.

O resultado esperado é a mudança de comportamento por parte das comunidades internas e circunvizinhas através do aumento das ações ambientais positivas em prol da Unidade e do meio ambiente.

Resultados esperados

- Conhecimentos ecológicos, culturais e históricos do Parque divulgados.
- Material informativo produzido e distribuído.
- Programa de Educação Ambiental ampliado.

Indicadores

- Número crescente de visitantes conscientizados no Parque
- Número crescente de material informativo produzido.
- Número crescente de escolas envolvidas no Programa de Educação Ambiental.
- Número crescente de alunos participando das atividades de Educação Ambiental.
- Número crescente de professores capacitados.
- Acordos firmados com as Secretarias Municipais de Educação para inserir a temática ambiental na rede de ensino.

Atividades e normas

- Organizar o funcionamento dos Centros de Visitantes
- Organizar exposições com painéis, pôsters, fotografias, desenhos, amostras, excicatas e material arqueológico para serem exibidas nos Centros de Visitantes
- Promover cursos para professores, estudantes e jovens;
- Oferecer oficinas educativas, usando os recursos naturais;
- Proporcionar condições para a realização de estudo do meio pelos professores e estudantes;
- Estimular campanhas de conscientização em prol da conservação do PESC tais como conscientização dos usuários da BA 653, mutirão de coleta de lixo, dentre outras;
- Empreender ações educativas integradas com a comunidade para amenizar problemas específicos como a caça, incêndios, invasão de animais domésticos e outros;
- Realizar palestras, debates e projeções de vídeos sobre o PESC para a comunidade escolar circundante;
- Elaborar e operacionalizar o Programa de Educação Ambiental formal.
- Promover aulas das escolas regionais no Centro de Visitantes
- Assessorar municípios para inclusão da Educação Ambiental no currículo formal.

- Promover cursos de Educação Ambiental para capacitar os professores locais.
- Elaborar programa de integração escola-parque.
- Criar festivais com prêmios para monografias, pinturas, peças teatrais e desenhos junto às escolas da região, tendo o Parque como tema.
 - ✓ Parte do material premiado deverá ser exposto temporariamente no Centro de Visitantes.
- Promover a formação de uma associação de "Amigos do Parque" nos municípios da Zona Tampão.
- Promover campanhas de recolhimento de lixo na área do Parque.
 - ✓ Poderão ser fornecidos certificados às pessoas que participarem das campanhas como "Amigos do Parque".
 - ✓ Deverão ser feitos acordos com as Prefeituras para o recolhimento deste lixo.
- Produzir vídeos de Educação Ambiental para diferentes públicos.
- Criar espaços na mídia local e regional para programas e matérias de Educação Ambiental.
- Produzir materiais educativos especificamente dirigidos aos agricultores.
- Produzir material educativo sobre a região e sua ecologia bem como, de seus aspectos históricos, arqueológicos e culturais direcionado às escolas com a utilização de linguagens adequadas às diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade.
- Criar programa de Educação Ambiental dirigido aos deficientes físicos.
- Criar programas de conscientização sobre: agrotóxicos, destino do lixo, água e esgoto, bem como, sobre áreas de preservação.
- Buscar intercâmbio e apoio inter-institucional para as atividades de Educação Ambiental.
- Organizar reuniões e oficinas para a divulgação do Plano de Manejo à comunidade circunvizinha para compreensão e participação na sua implantação.
- Estabelecer parcerias com as diversas organizações para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental com a comunidade localizada na Zona de Amortecimento.
- Elaborar "folders" de interpretação das trilhas MPE e Cachoeira da Mata que serão facultativamente vendidos aos visitantes.
 - ✓ Deverá ser buscado na iniciativa privada patrocínio para elaboração e impressão do material, onde poderá ser inserido a logomarca ou nome do patrocinador.
- Criar página na Internet sobre o Parque.
- Elaborar e divulgar calendário de eventos regionais.
- Ampliar o banco de imagens da Unidade.
 - ✓ As fotografias e os "slides" deverão ser organizados, devidamente registrados, em pastas.

- ✓ Cópias dos documentários e programas já realizados sobre o Parque Estadual da Serra do Conduru devem ser solicitadas de forma gratuita às Emissoras de Televisão.
- Produzir novos vídeos sobre a Unidade de Conservação.
 - ✓ Devem ser produzidos vídeos científicos destinados aos 3 níveis de ensino enfatizando os ecossistemas da restinga.
 - ✓ Deve ser produzido um vídeo direcionado ao turismo.
 - ✓ Deve ser produzido um vídeo direcionado a proteção da Unidade de Conservação.
- Elaborar e editar "folders" de orientação e informação.
 - ✓ Devem ser elaborados os projeto dos "folders" de orientação e informação.
 - ✓ Deve ser procurado patrocínio para elaboração e impressão do material.
- Elaborar "folders" de divulgação do Parque.
 - ✓ O material de divulgação deve ser distribuído para agências de turismo e rede hoteleira.
 - ✓ O "folder" de divulgação deverá ser produzido em duas línguas (português e inglês).
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos profissionais da mídia.
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos moradores locais e proprietários de áreas do Parque.
- Promover exposições fotográficas.
- Realizar expedições intermunicipais para intercâmbio (serviços, escolas).
- Capacitar guias, condutores e funcionários da SEMARH.
- Colocar lixeiras de coleta seletiva na área administrativa.
- Elaborar "spots" e "jingles" para emissoras de rádio e "vts" para as emissoras de televisão.

Requisitos

-Técnico de nível superior com experiência.

-Recursos financeiros para a construção das infra-estruturas, aquisição de equipamentos e implantação das trilhas.

-Interesse das operadoras turísticas e capacidade de gerenciamento das mesmas para o maior aporte de visitantes ao Parque.

Prioridades

- Elaborar "folders" de interpretação das trilhas.
- Criar página sobre o Parque na Internet.
- Ampliar o banco de imagens da Unidade.
- Elaborar e editar "folders" de orientação e informação.

- Elaborar "folders" de divulgação do Parque.
- Promover visitas ao Parque direcionadas aos moradores locais e proprietários de áreas do Parque.
- Elaborar e operacionalizar o Programa de Educação Ambiental formal.
- Promover a formação de associações de "Amigos do Parque" nos municípios da Zona Tampão.
- Promover campanhas de recolhimento de lixo na área do Parque.
- Criar espaços na mídia local e regional para programas e matérias de Educação Ambiental.
- Produzir materiais educativos especificamente dirigidos aos agricultores.

E. Programa de Integração Comunitária

Este programa tem por objetivo estimular o comprometimento com a conservação da biodiversidade entre os moradores da zona de amortecimento. Este programa conta com dois subprogramas: Relações Públicas e de Alternativas de Desenvolvimento. Consiste no desenvolvimento de ações e atitudes que visem proteger a Unidade de Conservação dos impactos ambientais ocorridos em sua Zona Tampão.

O Programa propõe ações para a Zona de Amortecimento do Parque, de forma a minimizar impactos sobre a Unidade de Conservação, bem como evitar sua insularização, através de ações de manejo.

E.1 Subprograma de Relações Públicas

Este subprograma visa promover uma nova visão do PESC junto às comunidades locais e Instituições relacionadas com a temática ambiental, proporcionando a utilização da Unidade para datas e comemorações cívicas bem como a divulgação das características da Unidade na mídia nacional e regional.

Resultados esperados

- Parque inserido no contexto estadual e federal e sua importância reconhecida.

Indicadores

- Número de palestras e público ouvinte.

- Número crescente de lideranças efetivamente envolvidas com o Parque.
- Número crescente de pessoas informadas sobre o Parque.
- Número crescente de instituições apoiando a Unidade de Conservação.
- Número crescente de participações em eventos.
- Número crescente de matérias e notícias na mídia.
- Número de encontros realizados nos municípios envolvidos (Itacaré, Uruçuca e Ilhéus).

Atividades e normas

- Divulgar o Plano de Manejo na mídia local e regional.
- Resumir o Plano de Manejo, assim que aprovado, confeccionando cartilhas populares com linguagem adequada.
- Editar informativo periódico sobre o Parque.
- Organizar campanhas populares.
- Criar uma assessoria de comunicação para o Parque.
- Intensificar a aproximação iniciada na Oficina de Planejamento com Prefeituras, associações e comunidades envolvendo-os como agentes multiplicadores.
- Realizar e participar de eventos para divulgação do Parque Estadual da Serra do Conduru.
- Participar e organizar eventos comemorativos ambientais, como por exemplo, semana da árvore, semana do meio ambiente, data de criação do Parque.
- Participar de eventos cívicos e culturais, como por exemplo, semana da Pátria e outras festividades.
- Promover palestras às comunidades rurais, colônias de pescadores, escolas, associações de moradores, sindicatos e entidades trabalhistas, associações vinculadas ao turismo (hotéis e hospedarias, campings, agências de turismo, associações de guias) e outras organizações.
- Fornecer periodicamente notícias sobre o Parque para divulgação na imprensa (emissoras de rádios, emissoras de televisão, jornais, revistas e outros periódicos).
- Identificar entidades que possam colaborar na divulgação do Parque Estadual no âmbito da comunidade científica, ambientalista, agências de financiamento e público em geral.
- Contatar e enviar materiais informativos sobre a Unidade estabelecendo desta forma intercâmbio institucional.
- Participar de fóruns de discussão sobre políticas municipais e regionais, que estejam relacionadas à Unidade.
- Participar de programas e projetos relativos ao turismo na região, atuando junto aos promotores de turismo (hotéis, agências de turismo, secretarias municipais de turismo) salvaguardando os interesses conservacionistas do Parque.

- Informar a todas as autoridades judiciárias e policiais da região sobre a existência do Parque Estadual, seus objetivos e sua base legal.
- Contactar o Departamento Estadual de Estradas (DERBA) para a colocação e manutenção das placas de divulgação ("out-doors") e de informações sobre o Parque.
 - ✓ A macro-localização dessa sinalização bem como, o texto das mesmas, deverão ser informados ao DERBA.
- Divulgar à empresas e entidades particulares potenciais as maneiras pelas quais poderão auxiliar o Parque na sua implantação e manutenção.
- Elaborar cadastro das empresas que possuem relação com o Parque.
- Produzir um calendário ecológico, com a participação da comunidade nas diversas etapas do processo.

Requisitos

-Equipamento fotográfico básico.

-Equipamento de audiovisual.

-Cadastro das entidades bem como, da imprensa especializada que tenham, ou que possam ter, relação com o Parque.

-Técnico de nível superior.

-Recursos financeiros necessários.

Prioridades

- Divulgar o Plano de Manejo na mídia local e regional.
- Resumir o Plano de Manejo, assim que aprovado, confeccionando cartilhas populares com linguagem adequada.
- Criar uma assessoria de comunicação para o Parque.
- Intensificar a aproximação iniciada na Oficina de Planejamento com Prefeituras, associações e comunidades envolvendo-os como agentes multiplicadores.
- Fornecer periodicamente notícias sobre o Parque para divulgação na imprensa (emissoras de rádios, emissoras de televisão, jornais, revistas e outros periódicos).
- Participar de fóruns de discussão sobre políticas municipais e regionais, que estejam relacionados à Unidade.
- Informar a todas as autoridades judiciárias e policiais da região sobre a existência do Parque Estadual, seus objetivos e sua base legal.
- Divulgar a empresas e entidades particulares potenciais as maneiras pelas quais as mesmas poderão auxiliar o Parque na sua implantação e manutenção.
- Elaborar cadastro das empresas que possuem relação com o Parque.

E.2 Subprograma de Alternativas de Desenvolvimento

Este subprograma tem como objetivo identificar e apoiar as alternativas de desenvolvimento sócio-ambientais sustentáveis na comunidade localizada na Zona de Amortecimento do Parque e conhecer o perfil dessa comunidade, principalmente os proprietários rurais, assentados e arrendatários de áreas. Este subprograma busca envolver a população, os setores produtivos e as lideranças comunitárias em iniciativas de implementação de alternativas rentáveis e de menor impacto ambiental.

Resultados esperados

- Recursos naturais utilizados de forma sustentada, gerando benefícios econômicos, culturais e sociais.

Indicadores

- Aumento do número de empregos ligados ao Parque.
- Aumento do número de estabelecimentos empresariais ligados ao Parque.
- Aumento da arrecadação de impostos pelos municípios.
- Número crescente de agricultores usando técnicas ecológicas.
- Incremento de espaços e eventos culturais.

Atividades e normas

- Fomentar a criação de programas de capacitação profissional visando principalmente o aproveitamento da mão-de-obra dos moradores da área do Parque e seu entorno em atividades não prejudiciais ao ambiente e necessárias ao funcionamento da UC, bem como do desenvolvimento sustentado da região.
- Direcionado aos agricultores e/ou pecuaristas.
 - ✓ Terão prioridade neste programa, os agricultores e/ou pecuaristas ex-proprietários de áreas dentro da Unidade e que aí exercem suas atividades.
 - ✓ Este programa deverá priorizar a capacitação destas pessoas para exercerem suas atividades, com condições de sustento, nas áreas que restarem de suas propriedades após a desapropriação ou nos assentamentos para os quais foram realocados.
- Direcionado a proprietários e empregados de hotéis, restaurantes e outros serviços de atendimento ao público.
 - ✓ Deverá abranger desde normas básicas para construção das instalações e aquisição de equipamentos necessários até a maneira de atendimento ao público.

- Fomentar a implantação de programa de desenvolvimento de culturas alternativas adaptadas às condições climáticas e edáficas da região.
- Fomentar a implantação de programa na Zona de Amortecimento de outros tipos de atividades econômicas.
- Fomentar a implantação de programa de agricultura ecológica.
- Fomentar a realização de eventos culturais como apresentações de teatros, corais, grupos de dança, entre outros.
- Fomentar a criação e a melhoria das associações tornando-as mais forte e ativas para atuarem de maneira efetiva nos programas de desenvolvimento da região.
- Fomentar programa de reestruturação das pequenas propriedades.
- Fomentar a criação de grupo para atuar no desenvolvimento estratégico sustentado dos municípios.
- Fomentar a criação de programa de qualidade total para empreendimentos da região.
- Deverão ser fomentadas a confecção de produtos regionais e a abertura de lojas de artesanato.
- Oferecer programas integrados com os proprietários vizinhos ao Parque, tanto de capacitação como de assistência técnica.
- Fomentar o monitoramento da qualidade física, química e biológica da água dos mananciais inseridos na Zona de Amortecimento, especialmente das Bacias do Rio Tijuípe, Tijuipinho, Jeribucaçu e Fojo.
- Buscar os meios necessários para eliminar ou diminuir as causas de danos provocados pela fauna aos proprietários rurais.
- Trabalhar para a constituição de uma "cinturão verde" no entorno imediato do Parque, em seus limites externos, usando árvores nativas com vistas a diminuir o efeito de borda.
- Apoiar as iniciativas que visem à educação ambiental nos assentamentos e escolas, fazendo convênios com entidades educacionais tais como Associação Dendê da Serra e Rosa dos Ventos.
- Identificar as percepções, os problemas e os desafios que as comunidades enfrentam em relação ao Parque e traçar ações de acordo com as realidades, objetivos e programas de gestão.
- Sistematizar um banco de dados das propriedades localizadas na Zona de Amortecimento.

Requisitos

-Instituições governamentais, não-governamentais e privadas integradas com a Unidade e dispostas a trabalhar em favor de um desenvolvimento ecologicamente sustentável da região.

-IBAMA, em todos os níveis hierárquicos, realizando contatos e mobilizando as instituições que podem cooperar no processo.

-Técnico de nível superior.

Prioridades

- Fomentar a criação de programas de capacitação profissional visando principalmente o aproveitamento da mão-de-obra dos moradores da área do Parque e sua Zona de Amortecimento em atividades não prejudiciais ao ambiente e necessárias ao funcionamento da UC, bem como do desenvolvimento sustentado da região.
- Fomentar planos de desenvolvimento sócio-econômicos, culturais e ambientais.
- Fomentar a criação e a melhoria das associações tornando-as mais forte e ativas para atuarem de maneira efetiva nos programas de desenvolvimento da região.

INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

Para a realização das ações de manejo dos programas e subprogramas propostos neste Plano é necessário que o PESC seja dotado de infra-estrutura física e de recursos humanos.

As necessidades de infra-estrutura física estão descritas nas ações dos subprogramas e sua listagem está apresentada na Figura 64. Estas construções devem seguir normas técnicas adequadas para construções em Áreas Naturais, utilizando-se de material não oriundo de extrativismo predatório e instalações de equipamentos para tratamento de resíduos líquidos.

As guaritas estarão distribuídas ao longo de toda a área do PESC nas antigas estradas de acesso, para impedir a retirada ilegal de madeira ou a caça. Nestas entradas serão instaladas as barreiras descritas no programa de proteção A BA 653 também terá que contar com guaritas, visando informar aos transeuntes sobre a dinâmica do local e a necessidade de manutenção de baixa velocidade, evitando-se o atropelamento.

As guaritas serão utilizadas nos programas de fiscalização, e devem permitir a pernoite de um funcionário durante esses programas. Para tanto deve estar associada a um sanitário e possuir energia elétrica.

Figura 64. Listagem das necessidades de construção de infra-estrutura e aquisição de materiais para o manejo do PESC

Infra-estrutura	Quantidade	Programa de Manejo
Guaritas com sanitários	20	Manejo do Meio Ambiente
Alojamento Pesquisador	1	Conhecimento
Escritório Administrativo	1	Operacionalização
Almoxarifado	2	Operacionalização
Centro de Visitantes	1	Uso Público
Sanitários Públicos	4	Uso Público
Estacionamento	2	Uso Público
Trilha Interpretativa	1	Uso Público
Veículos 4x4	2	Todos
Rádio	2	Todos
Computador	2	Todos
Mobiliário	-	Todos

O alojamento para pesquisadores será construído na sede do setor Norte e deverá contar com pelo menos duas suítes, seis quartos e dois sanitários, uma sala, uma cozinha e um local para triagem de material. O escritório administrativo também será construído na sede do setor Norte e deverá possuir duas salas administrativas, uma copa, dois sanitários e um depósito de materiais.

Os almoxarifados serão construídos anexos aos escritórios e deverão ser planejados também para guardar materiais de grande porte.

O Centro de Visitantes será construído no setor Sul do PESC e deverá ser elaborado para receber escolas. Para tanto deverá constar com uma sala de exposição de áudio-visual; biblioteca; museu para coleções zoológicas e botânicas; sala de depósito; sala do técnico responsável, quatro sanitários, sendo dois públicos e dois reservados para os funcionários e uma área para venda de “souvenirs” do Parque e de outras Unidades de Conservação do Estado.

Os sanitários públicos serão construídos nas zonas de uso intensivo do setor Sul e Central, respeitando-se as áreas de preservação permanente. Os estacionamentos serão indicados nas mesmas zonas, mas preferencialmente deverão estar localizados nos limites da área da Unidade. A trilha interpretativa

será construída na zona de uso intensivo do setor Central do PESC, utilizando-se a mesma técnica e os mesmos materiais da trilha já implantada no setor Sul.

Para o funcionamento do Plano de Manejo sugerido para o PESC será necessária a contratação de 10 funcionários de nível fundamental concluído para atuação na área de fiscalização (guardas-parque), dois assistentes de nível médio concluído e três funcionários de nível superior concluído para atuarem no manejo da Unidade. Os recursos humanos que devem ser contratados para o manejo do PESC têm suas funções descritas na Figura 65.

Figura 65. Necessidades de Recursos Humanos e algumas atribuições das funções para o manejo do PESC

FUNÇÃO (quantidade)	NÍVEL	ATRIBUIÇÃO
Guardas-parque (10)	Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> • manter a integridade dos atributos biológicos do PESC; • executar as atividades determinadas pelos superiores diretos; • preparar periodicamente relatório das fiscalizações realizadas; • zelar pela integridade dos bens públicos do PESC.
Assistente Administrativo (1)	Médio	<ul style="list-style-type: none"> • realizar todos os trâmites burocráticos institucionais; • preparar periodicamente os relatórios de pessoal e de finanças; • efetuar e manter atualizado o cadastro dos bens do estado (inventário); • organizar e manter um arquivo de documentação administrativa acessível à direção e; • elaborar registros diários do movimento de pessoal e veículos.
Assistente do Programa de Operacionalização (1)	Médio	<ul style="list-style-type: none"> • zelar pela conservação dos recursos naturais do Parque; • vistoriar periodicamente as instalações e equipamentos da Unidade, zelando pela higiene e humanização dos ambientes de trabalho e de uso público; • cuidar do paisagismo da sede e de outros locais de visitação pública; • zelar pelo adequado uso dos equipamentos, veículos e máquinas do Parque; • atentar para o cumprimento, por parte de seus subordinados, das normas que regem o funcionalismo público; • apontar as necessidades de ação emergencial e programá-las com a direção; • listar os materiais e equipamentos necessários na Unidade, tanto para reposição como suplementares e; • manter rigoroso controle do estoque de materiais, insumos e equipamentos.
Encarregado do Programa de Manejo de Meio Ambiente (1)	Superior	<ul style="list-style-type: none"> • coordenar com a direção a execução do programa de manejo de meio ambiente; • preparar esquemas de vigilância, considerando escalas de

		<p>férias e o pessoal disponível;</p> <ul style="list-style-type: none"> • estimular a capacitação e valorização dos guarda-Parques; • atentar para o cumprimento, pelos seus subordinados, das normas que regem o funcionalismo público; • zelar pela integridade dos bens públicos do Parque; • monitorar os fenômenos naturais e antrópicos ocorrentes; • prestar orientação e auxiliar na manutenção dos acessos internos da Unidade; • fomentar a capacitação do pessoal em primeiros socorros, leitura de mapas, combate a incêndios, abordagem de infratores uso de armas, e no relacionamento com o público ; • realizar os treinamentos periódicos julgados necessários; • priorizar as atividades que resultem na recuperação de áreas degradadas ou em vias de degradação (trilhas, estradas, caminhos e aceiros); • preparar um plano de manutenção rotineira anual, baseando-se em anotações que deverão ser feitas durante um ano de atividades e; • determinar as áreas a serem incentivadas para regeneração florestal.
Encarregado do Programa de Uso Público (1)	Superior	<ul style="list-style-type: none"> • coordenação, supervisão e monitoramento das atividades de visitação pública, educação conservacionista, interpretação ambiental e ecoturismo; • coordenação, com outras organizações, de atividades lúdicas dentro e fora do Parque, • planejar e organizar as atividades anuais e eventos; • desenvolver manuais e roteiros interpretativos dos recursos do PESC, • zelar para a excelente recepção às visitas agendadas; • planejar trilhas, painéis e placas interpretativas; • buscar parcerias e financiamento alternativo para viabilizar as atividades previstas; • manter um registro informatizado sobre a visitação e; • zelar pelas instalações, materiais e equipamentos disponíveis para o Programa.
Encarregado do Programa de Pesquisa e Integração Comunitária (1)	Superior	<ul style="list-style-type: none"> • fomentar a pesquisa científica de acordo com as linhas dos programa de manejo; • promover o intercâmbio técnico e científico com outros organismos de pesquisa; • analisar projetos, acompanhá-los e controlar o desenvolvimento dos mesmos, observando as normas estabelecidas para cada zona e as normas de pesquisa ditadas pela SEMARH; • solicitar relatórios periódicos e a apresentação dos resultados dos trabalhos aos pesquisadores em atividade no Parque; • fomentar o treinamento científico de estudantes das áreas afins ao manejo da Unidade; • promover o debate entre os pesquisadores, visando o aperfeiçoamento das práticas metodológicas e; • difundir os resultados das pesquisas entre a comunidade e instituições de pesquisa; • acompanhar as reuniões e efetivar as decisões do Conselho Gestor da Unidade;

		<ul style="list-style-type: none"> • assistir os produtores rurais do entorno, divulgando técnicas de agricultura alternativa; • auxiliar nas fiscalizações do cumprimento do ordenamento territorial das APA Costa de Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e Rio Almada; • assistir os produtores rurais do entorno para a recuperação de áreas de preservação permanente e a averbação das reservas legais; • identificar áreas potenciais para criação de RPPN no entorno da Unidade e assistir seus proprietários durante o processo de criação.
--	--	--

O organograma proposto para o PESC está apresentado na Figura 66.

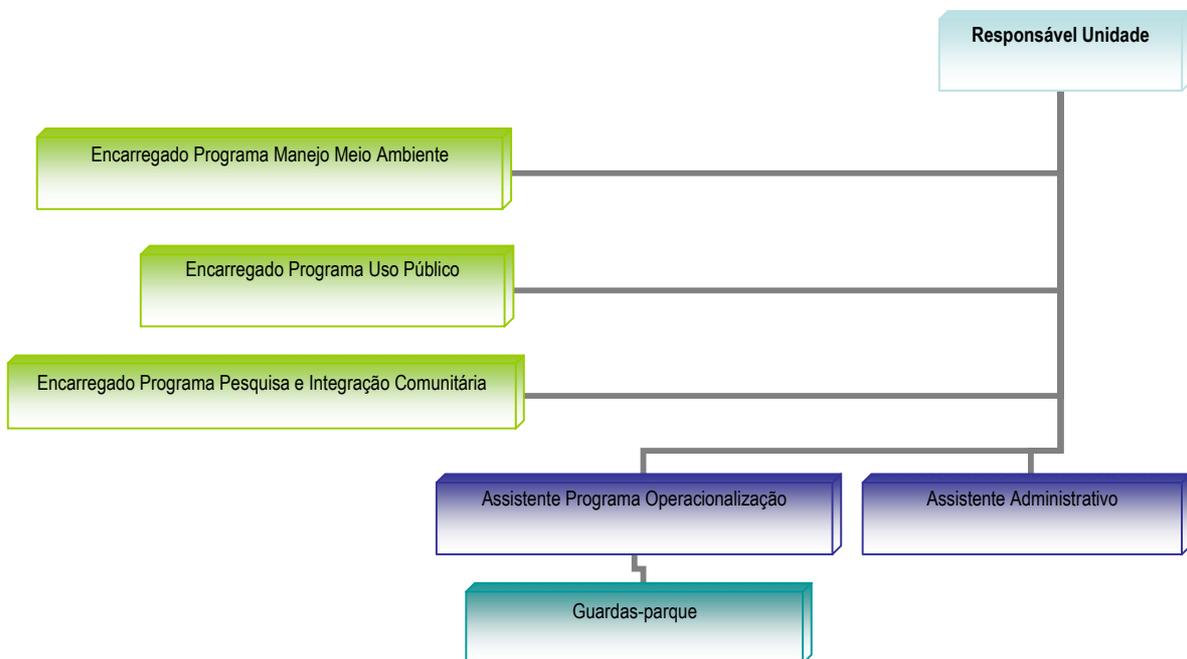


Figura 66. Organograma proposto para o PESC

AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU

Devido aos excepcionais atributos biológicos da região de inserção do Parque Estadual da Serra do Conduru e o ritmo atual de mudança na composição da paisagem desta região devem ser iniciados os trabalhos de inventário de títulos e terras para a ampliação da área do PESC. Neste plano sugere-se a ampliação em

três fases, seguindo as determinações descritas na tabela 57 e apresentadas na figura 67.

Tabela 57. Áreas de expansão do PESC e percentual de aumento para cada zona prioritária

Zona expansão	Área Atual (ha) + Área Acrescida (ha)	Percentual aumento na área PESC
Prioridade I	9275+866 = 10141	9
Prioridade II	9275+1160 = 10435	12,5
Prioridade III a	9275+540 = 9815	5,8
Prioridade III b	9275+543= 9818	5,8

A área total do PESC após a total aquisição destas áreas será de 12.384 ha, com aumento de 33,5% de sua área atual.

Para a determinação das áreas a serem incorporadas ao PESC levou-se em consideração principalmente o conceito de Bacia Hidrográfica, atualmente utilizada e recomendada para a gestão territorial, bem como a raridade de sistemas biológicos, outro conceito utilizado para reduzir as falhas nos sistemas de Áreas Protegidas no mundo.

Como descrito no Encarte 3 há no entorno do PESC uma área de aproximadamente 100 hectares que possui vegetação relictual única na região, categorizada como zona de preservação integral no zoneamento da APA Costa de Itacaré-Serra Grande e que portanto tem todas as características para ser incorporada a uma unidade de proteção integral. A área de prioridade I foi desenhada respeitando os divisores de água desta região, bem como o traçado da estrada BA 001.

As zonas de expansão II engloba as nascentes do Rio Tijuípe. O conceito de Bacias Hidrográficas mostra que as áreas de nascentes são as que possuem maior energia e a transfere para as áreas mais à jusante. Neste processo de transferência há o carreamento de substâncias existentes em sua área para os sistemas aquáticos, o que pode alterar suas características caso haja presença de atividades agrícolas. Ao mesmo tempo as áreas de nascentes são os locais de reposição de água para aquíferos e também com maiores problemas de erosão, devido à declividade. Portanto englobar as nascentes de rios é importante para a integridade dos sistemas florestais, dulcícolas e marinhos da região, bem como

garante água em quantidade e de qualidade para as populações humanas residentes na região litorânea. O Rio Tijuípe já possui atividades de lazer na zona de amortecimento do PESC e neste Plano está se propondo uma Área de Desenvolvimento às suas margens, portanto sua integridade ecológica é essencial para a conservação dos recursos e a execução deste Plano.

As zonas III a e III b, lados Oeste e Leste do PESC, respectivamente, foram enquadradas como prioridade pelo mesmo motivo, sendo que estas nascentes são as formadoras dos rios que deságuam na Lagoa Encantada, área já declarada como Unidade de Conservação pelo Estado da Bahia.

A justificativa para inserção de cada área está apresentada na Figura 68.

Figura 68. Justificativas de ampliação das três zonas de prioridade de expansão do PESC

Zona de Expansão	Justificativa
Prioridade I	Existência de vegetação relictual única na região (Campo Cheiroso) e com forte pressão para mudança de uso da terra
Prioridade II	Nascentes do Rio Tijuípe encontram-se fora da área do Parque, o que pode comprometer a qualidade de suas águas e a integridade do PESC
Prioridade IIIa	Nascentes dos mananciais que abastecem a Lagoa Encantada do lado Oeste do PESC
Prioridade IIIb	Nascentes dos mananciais que abastecem a Lagoa Encantada do lado Leste do PESC

Parque Estadual da Serra do Conduru - PESC
 Mapa das Prioridades para Expansão

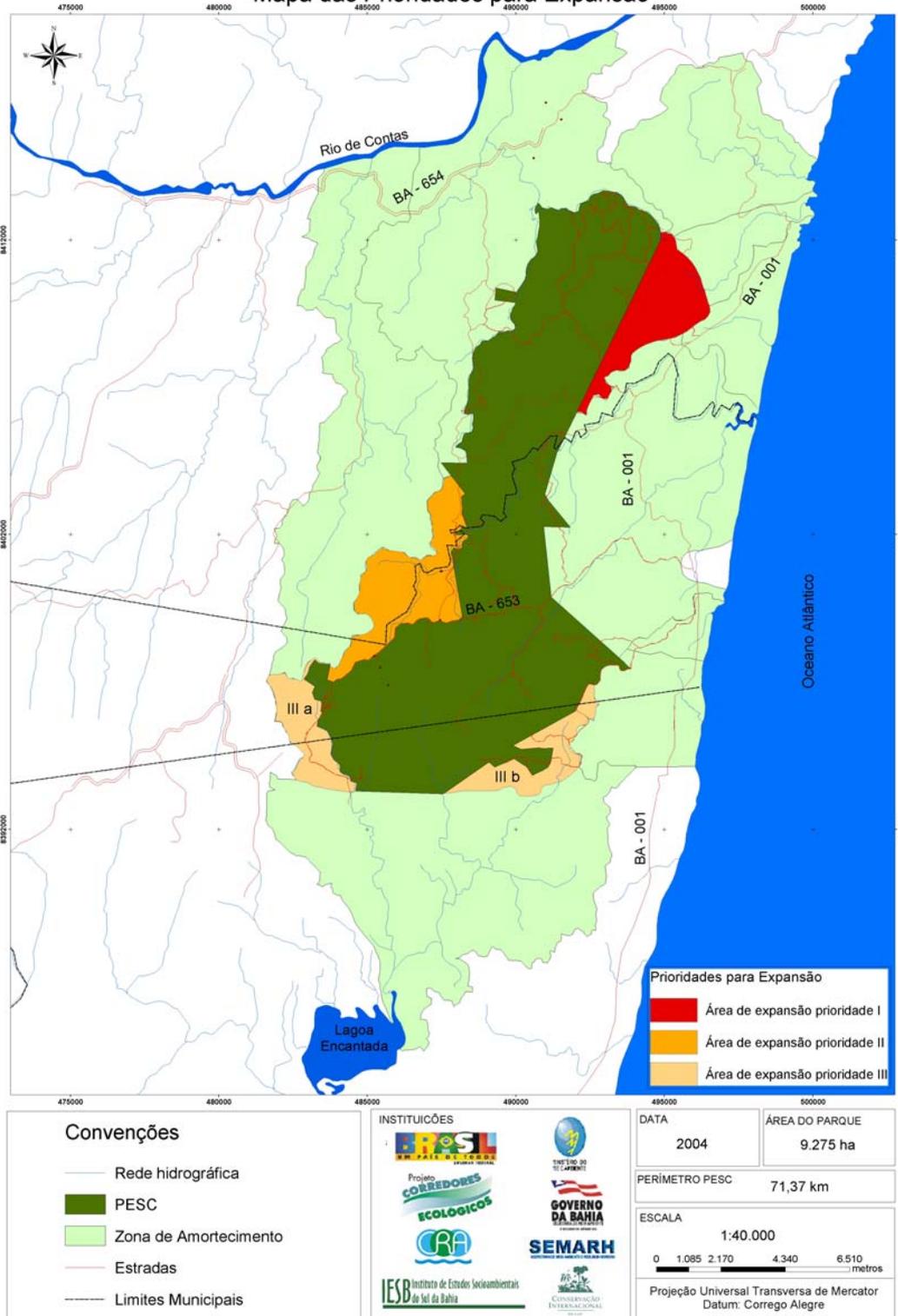


Figura 67. Proposta de aquisição de áreas para ampliação do PESC

CRONOGRAMA DAS AÇÕES

A implantação deste Plano de Manejo deve seguir a ordem temporal estabelecida no Figura 69, visando viabilizar as ações demandadas, a qual foi dividida em três fases distintas: curto, médio e longo prazo.

No primeiro momento, definido como curto prazo, as ações devem ser realizadas no primeiro ano após a aprovação do Plano de Manejo, especialmente as referentes a contratação de mão-de-obra, regularização fundiária e dotação de infra-estrutura. Com estas ações realizadas os programas de manejo de operacionalização e manejo de meio ambiente serão iniciados e passarão a cumprir sua função para a conservação dos recursos naturais do PESCA.

No segundo momento, definido como médio prazo, as ações devem ser realizadas até três anos da aprovação do Plano, especialmente as referentes a regularização fundiária e dotação de infra-estrutura. No terceiro e último momento, definido como longo prazo, as ações devem ser realizadas até cinco anos da aprovação do plano, quando o mesmo deve ser revisto.

Figura 69. Cronograma das ações a serem implementadas para o manejo do PESCA

PROGRAMA DE MANEJO	PRAZO	AÇÕES PRIORITÁRIAS	ATORES ENVOLVIDOS
Operacionalização	curto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de mão-de-obra; 2. Convênio para cessão de máquinas e mão-de-obra pelas prefeituras; 3. Remover o lixo da área do Parque 	<ol style="list-style-type: none"> 1. SEMARH 2. Prefeituras Municipais
Operacionalização	curto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar plano de desapropriação gradativa identificando prioridades; 2. Aquisição das áreas prioritárias I para compra interna; 3. Estudos sobre a titularidade da áreas de prioridade I de expansão externa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. INTERBA 2. SEMARH
Operacionalização	curto	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de material para equipar a infra-estrutura atual e para realização de trabalhos de fiscalização em campo; 2. Elaborar e implementar o Planejamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. SEMARH

		Operativo Anual (POA)	
Manejo Meio Ambiente	curto	1. Programa de fiscalização em funcionamento	1. SEMARH 2. IBAMA
Manejo Meio Ambiente	curto	1. Proteção do Rio Tijuípe; 2. Criar programa de eliminação gradativa da agricultura e pecuária realizadas na área indenizada do Parque	1. SEMARH
Manejo Meio Ambiente	curto	1. Formação de corredores de Mata Ciliar	1. SEMARH 2. CEPLAC 3. Associações de Produtores Rurais 4. ONG's locais
Conhecimento	curto	1. Estabelecimento dos convênios com Instituições de Pesquisa; 2. Montar a Comissão Técnico-científica	1. SEMARH 2. FAPESB
Conhecimento	curto	1. Monitoramento atropelamentos	1. SEMARH 2. UESC 3. ONG's locais
Uso Público	curto	1. Promover visitas ao Parque direcionadas aos moradores locais e proprietários de áreas inseridas no Parque; 2. Promover a formação de associações de "Amigos do Parque" nos municípios da Zona Tampão	1. SEMARH
Uso Público	curto	1. Promoção de cursos para professores 2. Inserção da EA no ensino formal	1. SEMARH 2. Prefeituras Municipais
Operacionalização	médio	1. Aquisição das áreas de prioridade II para compra interna 2. Estudos sobre a titularidade da área de prioridade II e III de expansão externa	1. SEMARH 2. INTERBA
Operacionalização	médio	1. Dotação de infra-estrutura e materiais para a zona de uso intensivo e extensiva do setor Central do PESC 2. Dotação de infra-estrutura e materiais para a sede no setor Norte do PESC 3. Implantação das guaritas nas áreas;	1. SEMARH

		4. Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA)	
Operacionalização	médio	1. Elaborar o projeto para construção do Centro de Visitantes	1. SEMARH 2. Faculdade de Arquitetura
Operacionalização	médio	1. Estabelecimento de convênio com Corpo de Bombeiros	1. SEMARH 2. Corpo de Bombeiros
Manejo Meio Ambiente	médio	1. Formação da Brigada de Incêndio	1. SEMARH 2. Corpo de Bombeiros
Manejo Meio Ambiente	médio	1. Implantação das Guaritas	1. SEMARH
Conhecimento	médio	1. Implantação da Mapoteca; 2. Retirar da área do Parque os animais soltos; 3. Sinalizar o Parque visando sua proteção	1. SEMARH
Conhecimento	médio	1. Monitoramento da qualidade das águas	1. SEMARH 2. UESC 3. CEPLAC
Conhecimento	médio	1. Monitoramento das atividades agrícolas internas e externas	1. SEMARH 2. CEPLAC 3. ONG's locais
Uso Público	médio	1. Regularizar a trilha interpretativa do MPE; 2. Elaborar "folders" de interpretação das trilhas; 3. Criar espaços na mídia local e regional para programas e matérias de Educação Ambiental	1. SEMARH 2. ONG's locais
Uso Público	médio	1. Elaborar e operacionalizar o Programa de Educação Ambiental formal	1. SEMARH 2. Prefeituras Municipais
Operacionalização	longo	1. Aquisição das áreas de prioridade III para compra interna; 2. Revisão do plano de manejo; 3. Colocar barreiras nos limites do Parque;	1. SEMARH

		4. Elaborar e implementar o Planejamento Operativo Anual (POA)	
Operacionalização	longo	1. Elaborar projetos para a construção das demais infra-estruturas da Área de Desenvolvimento da Cachoeira da Mata	1. SEMARH 2. Faculdade Arquitetura
Manejo Meio Ambiente	longo	1. Eliminar todas as frutíferas invasoras	1. SEMARH 2. ONG's locais
Conhecimento	longo	1. Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis	1. SEMARH
Uso Público	longo	1. Criar um manual de recomendações aos visitantes do Parque	1. SEMARH
Integração Comunitária	longo	1. Fomentar a criação e a melhoria das associações tornando-as mais forte e ativas para atuarem de maneira efetiva nos programas de desenvolvimento da região	1. SEMARH 2. ONG's locais 3. UESC 4. Prefeituras 5. Associações Produtores Rurais 6. CEPLAC

Os recursos necessários para a realização das ações prioritárias em cada programa, bem como todas as ações listadas neste Plano devem ser discriminadas nos Planos Operativos Anuais (POAs), tendo como supervisão da destinação das verbas o Grupo de Trabalho para a Implantação do Parque Estadual da Serra do Conduru até a criação do Conselho Consultivo do Parque, o que terá como uma de suas obrigações a cobrança ao Estado de sua responsabilidade pela implantação da Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUNHOSA, P.A. & WOGEL, H. 2004. Breeding behavior of the leaf-frog *Phyllomedusa burmeisteri* (Anura: Hylidae). *Amphibia-Reptilia*, 25:125-135.
- AB´SABER. A.N. 1977. Os domínios morfoclimáticos na América do Sul: primeira aproximação. *Geomorfologia*, 52, 21 p.
- ALGER, K. & CALDAS, M. 1996. Cacau na Bahia: decadência e ameaça à Mata Atlântica. *Ciência Hoje, São Paulo*, 20(117), 7p.
- AMARAL, A. DO. 1923. New genera and species of snakes. *Proceedings of the New England Zoological Club* 8:85-105.
- ANDERSON, J. R. *Land Use Data from Remote Sensing for Resource Planning*. Workshop – Aerial Photography as a Planning Tools. Cornell, Cornell University Center for Aerial Photographic Studies and Eastman Kodak Company, 1973. 49p.
- ANDRADE-LIMA, D. Recursos Vegetais de Pernambuco. *Boletim Técnico*. Recife, Instituto de Pesquisas Agronômicas, 41: 1-32, 1970.
- ANDRÉN, H. Effects of habitat fragmentation on birds and mammals in landscapes with different proportions of suitable habitat: a review. *Oikos*, n. 71, 355-366, 1994.
- ARAÚJO, M., ALGER, K., ROCHA, R. & MESQUITA, C. A. B. 1998. A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. *Série Cadernos da Reserva da Biosfera. Caderno 8*. Instituto Florestal do Estado de São Paulo, SP.
- ARCANJO, J. B. A. *Geologia Regional. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Itabuna. Folha SD.24-Y-B-VI. Estado da Bahia*. Organizado por João Alves Arcanjo – Escala 1: 100.000. Brasília: CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), 1997. pp. 19-31.
- ARGÔLO, A.J.S. 1989. Nota sobre *Bothrops pirajai* Amaral, 1923 (Serpentes: Viperidae). *In Resumos...Congresso Brasileiro de Zoologia*, 16, João Pessoa, 1989. João Pessoa, UFPB, SBZ. p. 81.
- ARGÔLO, A.J.S. 1999. Geographic distribution. *Tropidodryas serra*. *Herpetological Review* 30(1):55-56.

- ARGÔLO, A.J.S. 2003. *Lachesis muta rhombeata* Wied, 1825 (Serpentes, Viperidae): defense behavior and snakebite risk. *Herpetological Review* 34(3):210-211.
- ARGÔLO, A.J.S. no prelo. *As serpentes dos cacauais do sudeste da Bahia*. Ilhéus, Ba : Editus. 260p. : Il.
- ARGÔLO, A.J.S., MORAES, E.P.F. DE, FREITAS, M.A. de. 1999. Primeiro caso documentado de acidente humano por *Bothrops pirajai* Amaral, 1923 (Serpentes, Viperidae). In *Resumos...Encontro de Zoologia do Nordeste*, 12, Feira de Santana, 1999. Feira de Santana, SNZ, UEFS. p. 423.
- ASMAR, S. R. e ANDRADE, M. P. *Geografia da Microrregião Cacaueira*. Itabuna – BA, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, 1977. 120p.
- BARTELLI, L.J.; KLINGEBIEL, A. A.; BAIRD, J. V. e HEDDLESON, M.R. *Soil Surveys and Land Use Planning*. Wisconsin, Soil Science Society of America and American Society of Agronomy, 1966. 196p.
- BASTOS, R.P. & HADDAD, C.F.B. 1995. Vocalizações e interações acústicas de *Hyla elegans* (Anura, Hylidae) durante a atividade reprodutiva. *Naturalia*, 20:165-176.
- BASTOS, R.P. & HADDAD, C.F.B. 1996. Breeding activity of the neotropical treefrog *Hyla elegans* (Anura, Hylidae). *Journal of Herpetology*, 30(3):355-360.
- BASTOS, R.P. & POMBAL Jr., J.P. 1996. A new species of *Hyla* (Anura: Hylidae) from eastern Brazil. *Amphibia-Reptilia*, 17(4):325-331.
- BERG, A. Diversity and abundance of birds in relation to forest fragmentation, habitat quality and heterogeneity. *Bird Study*, n. 44, 355-366, 1997.
- BERNAL, J.M.S. & DE PAULA, F.C.F. Hidroquímica da Bacia Hidrográfica do Rio Cururupe (Município de Ilhéus) e Sua Relação com Eventos de Precipitação. In: Seminário de Iniciação Científica, 9.,2003. *Resumos...* Ilhéus: EDITUS,2003.p 50
- BERTOLANI, F. C.; ROSSI, M.; PRADO, H. do. Utilização de um sistema de informação geográfica, no levantamento pedológico semidetalhado do município de Vera Cruz. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 26., Rio de Janeiro, 20 a 26 de julho de 1997, *Anais . . .*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. (CD-ROM)

- BIBY, CJ; COLLAR, NJ; CROSBY, Mj; HEATH, MF; IMBODEN, C; JOHNSON, TH; LONG, AJ; STATTERSFIELD, AJ e THIRGOOD, SJ. 1992. Putting biodiversity on the map: priority areas for global conservation. Cambridge, UK: International Council for Bird Conservation.
- BIODIVERSITAS. 2003. Revisão da Lista de Animais Ameaçados de Extinção (http://www.biodiversitas.org.br/f_ameaca/fauna.htm). Acesso em 20/05/2004.
- BOKERMANN, W.C.A. 1966. O gênero *Phyllodytes* Wagler, 1830 (Anura, Hylidae). *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 38(2):335-344.
- BOKERMANN, W.C.A. 1974. Três espécies novas de *Eleutherodactylus* do sudeste da Bahia, Brasil (Anura, Leptodactylidae). *Revista Brasileira de Biologia*, 34(1):11-18.
- BRASIL 1994 Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução nº 005, de 4 de maio de 1994*. Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica. Diário Oficial da União de 30/05/1994
- BRASIL - Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL*. Folha SD24 Salvador. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL - Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL*. Folha SF23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Rio de Janeiro, 1983. 775p.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* (IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Instrução Normativa nº 3, de 27 de Maio de 2003.
- BRASIL. 2003. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Brasília, MMA/SBF, 52 p
- BRAZAITIS, P. 1973. The identification of living crocodylians. *Zoologica* 58:5-101.
- BRAZAITIS, P., REBÊLO, G.H.; YAMASHITA, C.; ODIERNA, E.A.; WATANABE, M.E. 1996. Threats to Brazilian crocodylian populations. *Oryx* 30(4): 275-284.

- BUCKELMAN, S.T.; ANDERSON, D.R.; BURNHAM, K.P. & LAAKE, J.L., 1993. *Distance Sampling: Estimating Abundance of Biological Population*. Chapman and Hall, London. 410p.
- CÂMARA, G.. *Anatomia de Sistemas de informações geográficas: visão atual e perspectivas de evolução*. In: ASSAD, E.D. & SANO, E.E., coords. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 1993. 274p
- CÂMARA, I. G. *Plano de ação para a mata atlântica*. SOS MATA ATLÂNTICA, 1991.
- CAMPBELL, J.A. E LAMAR, W.W. 1989. *The Venomous Reptiles of Latin America*. Cornell University Press, Ithaca and New York.
- CARAMASCHI, U. & CRUZ, C.A.G. 1996. Geographic Distribution. *Hyla senicula*. *Herpetological Review*, 27(4):208-209.
- CARAMASCHI, U. & PEIXOTO, O.L. 2001. Geographic Distribution: *Phyllodytes melanomystax*. *Herpetological Review*, 32(4):271-272.
- CARAMASCHI, U. & RODRIGUES, M.T. 2003. A new large treefrog species, genus *Hyla* Laurenti, 1768, from southern Bahia, Brazil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Arquivos do Museu Nacional*, 61(4):255-260.
- CARAMASCHI, U.; SILVA, H.R. & BRITTO-PEREIRA, M.C. 1992. A new species of *Phyllodytes* (Anura, Hylidae) from Southern Bahia, Brazil. *Copeia*, 1992(1):187-191.
- CARVALHO, L.C. 1946. Um novo gênero de Ceratofridídeo do sudeste Baiano (Amphibia; Anura; Ceratophrydidae). *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*, (73):1-14.
- CARVALHO JUNIOR, W. de . *Modelos de Planejamento Agrícola Conservacionista com Suporte de Geoprocessamento – Estudo de Caso nos Municípios de Paty de Alferes e Miguel Pereira RJ*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 1996. 115p. (Tese de Doutorado)
- CECHIN, S. Z. & MARTINS, M., 2000. Eficiência de armadilhas de queda (pitfall traps) em amostragens de anfíbios e répteis no Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 17 (4): 729-740.

- CECHIN, S.Z. & MARTINS, M. 2000. Eficiência de armadilhas de queda (pitfall traps) em amostragens de anfíbios e répteis no Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 17(4):729-740.
- CEPEMAR. *Estudo de Avaliação Ambiental na Área sob Influência da Captação de Água do Rio Salgado*. Prefeitura Municipal de Ilhéus. Ilhéus, 1990.
- CFSEMG – Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais. *Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais*. Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1999. 359p.
- CHIARELLO, A. G., 2000. "Density and Population Size of Mammals in Remnants of Brazilian Atlantic Forest." *Conservation Biology* 14.6: 1649-57.
- COIMBRA-FILHO, A. F. e CÂMARA, I. de G. *Os Limites Originais do Bioma Mata Atlântica na Região Nordeste do Brasil*. FBNCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, 1996. 85p.
- CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA n° 20: "Classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional"*. BRASÍLIA. 1986.
- CORDEIRO, P. H. C. A fragmentação da Mata Atlântica no sul da Bahia e suas implicações na conservação dos psitacídeos. In: Galetti, M.; Pizo, M. A. *Ecologia e conservação de psitacídeos no Brasil*. Belo-Horizonte: Melopsittacus Publicações Científicas, 2002.
- CORDEIRO, P. H. C. Inventário de aves em remanescentes florestais de Mata atlântica no sul da Bahia, lista das espécies observadas. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e Conservation International do Brasil, 2003.
- CORDEIRO, P.H.C. Padrões de distribuição geográfica da avifauna, com ênfase nas espécies endêmicas e ameaçadas nos remanescentes de Mata Atlântica no sul da Bahia. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP, 2003

- CORRÊA, F. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. São Paulo, Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996.
- COSTA, P.D., TOYAMA, M.H., MARANGONI, S., RODRIGUES-SIMIONI, L., CRUZ-HÖFLING, M.A. (1999) Effects of *Bothrops pirajai* venom on the mouse *extensor digitorum longus* (EDL) muscle preparation *Toxicon* 37:1143-1153.
- CRACRAFT, J. (1985) Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: Buckley, P.A., Foster, M.S., Morton, E., Ridgely, R.S. e Buckley, G.L. (eds.), Neotropical Ornithology. *Ornithological Monographs* 36:49-84
- COCHRAN, D.M. 1955. Frogs of Southeastern Brazil. *Bulletin of the United States National Museum*, (206):1-423.
- CRUZ, C.A.G. 1988. Sobre *Phyllomedusa aspera* e a descrição de uma espécie nova desse gênero (Amphibia, Anura, Hylidae). *Arquivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, 11 (1-2): 39-44.
- CRUZ, C.A.G.; CARAMASCHI, U. & IZECKSON, E. 1997. The genus *Chiasmocleis* Méhely, 1904 (Anura, Microhylidae) in the Atlantic Rain Forest of Brazil, with description of three new species. *Alytes*, 15(2):49-71.
- CRUZ, C.A.G. & PEIXOTO, O.L. 1982. Sobre a biologia de *Atelopus pernambucensis* Bokermann, 1962 (Amphibia, Anura, Bufonidae). *Revista Brasileira de Biologia*, 42(3):627-629.
- CRUZ, C.A.G. & PIMENTA, B.V.S. A new species of *Physalaemus* Fitzinger, 1826 from Southern Bahia state, Brazil (Anura, Leptodactylidae). *Journal of Herpetology*, no prelo.
- CRUZ, C.A.G.; PIMENTA, B.V.S. & SILVANO, D.L. 2003. Duas novas espécies pertencentes ao complexo de *Hyla albosignata* Lutz & Lutz, 1938, do leste do Brasil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*, (503):1-13.
- CULLEN, L. JR., BOODMER, E.R. & VALLADARES-PADUA, C. (2001) Ecological consequences of hunting in Atlantic Forest patches, São Paulo, Brazil. *Oryx*, 35(2):1-8.

- CUNHA, O.R. E NASCIMENTO, F.P. 1978. Ofídios da Amazônia X – As cobras da região leste do Pará. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi* 31:1-218.
- CUNHA, O.R. E NASCIMENTO, F.P. 1993. Ofídios da Amazônia. As cobras da região leste do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi sér. zool.* 9:1-191.
- DA VINHA, S. G., T. J. S. RAMOS & M. HORI. 1976. Principais vegetais úteis. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira & Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas-OEA, *Diagnóstico sócioeconômico da região cacaueira, Recursos florestais. Vol. 7.* Ilhéus, Bahia, Brazil.
- DÁRIO, F. R.; ALMEIDA, A. F. Influência de corredor florestal sobre a avifauna da Mata Atlântica. *Scientia Forestalis*, n. 58, 99-109, 2000.
- DEAN, W. 1996. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* Cia das letras, São Paulo, 484 p
- DEVELEY, P. F. As aves da Estação Ecológica Juréia – Itatins. In: Marques, O. A. V.; Duleba, W. *Estação Ecológica Juréia – Itatins.* Ribeirão-Preto: Holos, 2004.
- DEVELEY, P. F. Métodos para estudos com aves. In: Culen, L.; Rudran, R.; Valladares-Pádua, C. *Métodos de estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre.* Curitiba: UFPR, 2003.
- D'HEURSEL, A. & HADDAD, C.F.B. 2002. Schooling and swimming behaviors of *Hyla semilineata* tadpoles. *Iheringia, Série Zoologia*, 92(1):99-104.
- DIXO, M.B.O. 2001. *Efeito da fragmentação da floresta sobre a comunidade de sapos e lagartos de serapilheira no sul da Bahia.* Dissertação de Mestrado, USP. 77p.
- DIXON, J.R. 1979. Origin e distribution of reptiles in lowland tropical rainforests of South America. In: *The South America herpetofauna: its origin, evolution, e dispersal.* W.E.Duellman (ed.). *Monograph of the Museum of Natural History, the University of Kansas* 7:217-240.
- DOUROJEANNI, M. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. *Áreas Protegidas: Conservação no âmbito do Cone Sul.* Pelotas, 2003, 1 – 20.

- DUELLMAN, W.E. 1985. Reproductive modes in anuran amphibians: phylogenetic significance of adaptive strategies. *South African Journal of Science*, (81): 174-178.
- DUELLMAN, W.E. 1999. Global distribution of amphibians: patterns, conservation and future challenges. In: Duellman, WE (ed.). *Patterns of distributions of amphibians. A global perspective*. Baltimore & London. The John Hopkins University.
- DUELLMAN, W.E. 1989. Tropical herpetofaunal communities: Patterns of community structure in neotropical rainforests. In: *Ecological Studies vol. 69. Vertebrates in complex tropical systems*. M.L. Harmelin-Vivien and F. Bourlière (eds), pp. 61-88. Springer-Verlag, New York.
- DUELLMAN, W.E. 1990. Herpetofauna in neotropical rainforests: comparative composition, history, e resource use. In: A. H. Gentry (ed) *Four Neotropical Rainforests*, Yale University Press, New Haven, pp. 455-505.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Procedimentos Normativos de Levantamentos Pedológicos*. Brasília, Serviço de Produção de Informações –SPI, 1995. 116p.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sistema brasileiro de classificação de solos*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisa de Solos, 1999. 412p.
- EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. *Levantamento exploratório - reconhecimento de solos da margem direita do Rio são Francisco, Estado da Bahia*. Recife, EMBRAPA/SNLCS, SUDENE, MA/USAID/ETA, 1977, v. 1 e 2. 1296p. (Boletim Técnico, 52)
- EMMONS, L.H. & FEER, 1990. *Neotropical Rainforest Mammals-a field guide*. University of Chicago Press, Chicago.
- FEIO, R.; BRAGA, U.M.L.; WIEDERHECKER, H. & SANTOS, P.S. *Anfíbios do Parque Estadual do Rio Doce (Minas Gerais)*. Viçosa: UFV/IEF, 1998. 32p.
- FEIO, R.N. & CARAMASCHI, U. 1995. Aspectos zoogeográficos dos anfíbios do médio Rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, Brasil. *Revista Ceres*, 42(239):53-61.

- FERNANDES, R. E ARGÔLO, A.J.S. 1999. Rediscovery of *Atractus guentheri* (Wucherer, 1861) (Serpentes, Colubridae) in Southeastern Bahia, Brazil. *Boletim do Museu Nacional, Nova Série Zoologia* 397:1-5.
- FONSECA, G.A.B.F., HERRMANN, G.; LEITE, Y.R.L.; MITTERMEIER, R.A.; RYLANDS, A.B.; & PATTON, J.L.1996. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. *Occasional Papers in Conservation Biology* n. 4. 38 pp.
- FORMAGGIO, A R.; ALVES D. S. ; EIPHANIO J. C. N. . Sistemas de informações geográficas na obtenção de mapas de aptidão agrícola e de taxa de adequação de uso das terras. *R. Bras. Ci. Solo*. Campinas – São Paulo, 16(2):249-256, 1992.
- FRANCO, F.L., SUGLIANO, G.O.S, PORTO, M., MARQUES, O.A.V. 1998. *Répteis na Estação Veracruz (Porto Seguro, Bahia)*. Publicação Técnico-Científica n. 3. Eunápolis, Bahia, 39p.
- FROST, D.R. 2002. Amphibian species of the world: an online reference. Capturado em 30/04/2004 em <http://research.amnh.org/herpetology/amphibia>.
- GIARETTA, A.A. 1996. Reproductive specializations of the bromeliad hyloid frog *Phyllodytes luteolus*. *Journal of Herpetology* 30(1):96-97.
- GIASSON E.; JONGVAN LIER Q. de; SCHNEIDER P. . Avaliação do efeito de diferentes ajustes na digitalização de mapas. *R. bras. Ci. Solo*. Campinas – São Paulo, 21(2):321-324, 1997.
- GOERCK, J.M. 1997. Patterns of rarity in the birds of the Atlantic Forest of Brazil. *Conservation Biology* 11: 112-118.
- GONZALEZ-SOLIS, J.; GUIX, J.C.; MATEO, E.; LLORENS, L., 2001. Population Density of Primates in a Large Fragment of the Brazilian Atlantic Rainforest. *Biodiversity and Conservation* 10: 1267-82.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Área de proteção ambiental Itacaré/Serra Grande: plano de manejo, zoneamento ecológico-econômico e plano de gestão*. Governo do Estado da Bahia, Salvador, 1998. 31p.
- GUNTHER, A. 1861. Account of the reptiles sent by Dr. Wucherer from Bahia. *Proceedings of the Scientific Meetings of the Zoological Society of London*: 12-18.

- HADDAD, C.F.B. & SAWAYA, R.J. 2000. Reproductive modes of Atlantic forest hylid frogs: a general overview and the description of a new mode. *Biotropica*, 32(4b):862-871.
- HADDAD, C.F.B. & ABE, A.S. 1999. Anfíbios e répteis. In: Workshop Floresta Atlântica e Campos Sulinos. Capturado em 21/03/2000 em http://www.bdt.org.br/workshop/mata.atlantica/BR/rp_anfib.
- HEYER, W. R. 1988. A notable collection of *Cycloramphus* (Amphibia, Leptodactylidae) from Bahia, Brazil, with a description of a new species (*Cycloramphus migueli*). *Proceedings of the Biological Society of Washington*, 101:151-154.
- HEYER, W.R. 1989. *Physalaemus crombiei* (Amphibia: Leptodactylidae), a new frog species from Espírito Santo, Brazil with comments on the *P. signifer* group. *Proceedings of the Biological Society of Washington*, 102(2):500-506.
- HEYER, W.R.; RAND, A.S.; CRUZ, C.A.G.; PEIXOTO, O.L. & NELSON, C.E. 1990. Frogs of Boracéia. *Arquivos de Zoologia*, 31(4):237-410.
- HOOGMOED, M.S.; BORGES D.M. & CASCON, P. 1994. Three new species of the genus *Adelophryne* (Amphibia: Anura: Leptodactylidae) from northeastern Brazil, with remarks on the other species of the genus. *Zoologische Mededelingen*, 68:271-300.
- HOOGMOED, M.S. & GRUBER, U. 1983. Spix and Wagler type specimens of reptiles and amphibians in the Natural History Musea in Munich (Germany) and Leiden (The Netherlands). *Spixiana*, 9(suppl.):319-415.
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Roteiro Metodológico de Planejamento Parque, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas*. 2002, 236 p.
- Ibama, 2003. Lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção. Diário Oficial da União.
- IBGE. 1993. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. *Série Manuais Técnicos em Geociências. Volume 1*. DEDIT/CCDI. Rio de Janeiro, RJ. Brasil

IESB - Instituto de Estudo Sócio-Ambientais do Sul da Bahia. Alternativas Econômicas para Conservação e Desenvolvimento na Região de Una, Bahia. *Resumos de Pesquisas*. Instituto de Estudo Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, Ilhéus, 1996. 23p.

ISA 2001 TAXA DE DESMATAMENTO

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. 2000. *Red List of Threatened Species* <<http://www-atlas.ccrs.nrcan.gc.ca/redlist/default.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2004.

IZECKSOHN, E. & CARVALHO-E-SILVA, S.P. *Anfíbios do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 148p.

IZECKSOHN, E.; CRUZ, C.A.G. & PEIXOTO, O. 1979. Notas sobre o girino de *Proceratophrys boiei* (Wied) (Amphibia, Anura, Leptodactylidae). *Revista Brasileira de Biologia*, 39(1):233-236.

JARDIM, J. G. 2003. Uma caracterização parcial da vegetação da região sul da Bahia, Brasil. In Prado, P. I., Landau, E. C., Moura, R. T., Pinto, L. P. S., Fonseca, G. A. B., Alger, K. (orgs.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.

KÄMPF, N.; SCHWERTMANN, U. Relações entre óxidos de ferro e a cor de solos cauliniticos do Rio Grande do Sul. *R. Bras. Ci. Solo*, 7:27-31, 1983.

KING, L.C. A Geomorfologia do Brasil Oriental. *Rev. Bras. de Geografia*. IBGE, Rio de Janeiro, 1957. 265p.

KWET, A. & DI-BERNARDO, M. *Pró-Mata: Anfíbios*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 107p.

LANDAU, E.C.; RESENDE, N.A.T. 2003. Área de estudo do sub-projeto "Abordagens ecológicas e instrumentos econômicos para o estabelecimento do Corredor Central da Mata Atlântica: Uma estratégia para reverter a fragmentação florestal na Mata Atlântica do sul da Bahia – PROBIO/ MMA" . (mapa em formato digital, adaptado a partir de IBGE 1967 e SUDEN 1976; 1977); escala 1-100.000 In: Prado, P. I., Landau, E. C., Moura, R. T., Pinto, L. P. S., Fonseca, G. A. B., Alger,

- K. (orgs.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.
- LANDAU, E. C. 2003. Padrões de ocupação espacial da paisagem da Mata Atlântica do sudeste da Bahia, Brasil. In: Prado, P. I., Landau, E. C., Moura, R. T., Pinto, L. P. S., Fonseca, G. A. B., Alger, K. (orgs.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.
- LARA, M. & PATTON, J., 2000. Evolutionary diversification of spiny rats (genus *Trinomys*, Rodentia: Echimyidae in the Atlantic Forest of Brasil. *Zoological Journal of Linnean Society*, 130:661-686.
- LARACH, J. O. I. Usos e Levantamentos de Solos. *Informe Agropecuário*. Belo Horizonte – MG, 9 (105): 26-33, setembro, 1983.
- LEITE, J de O. Dinâmica do Uso da Terra.. In: *Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira. Volume 3*, Rio de Janeiro, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas-IIACS e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, 1976. 280p.
- LEITE, Y. R., 2001. *Systematics of the Atlantic tree rats, genus Phyllomys (Rodentia, Echimyidae) and the evolution of echimyid rodents in South America*. Tese de doutorado, University of California, Berkeley, EUA.
- LEPSCH, I.F.; BELLINAZZI JR., R.; BERTOLINI, D.; ESPÍNDOLA, C.R. *Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso*. 4ª aproximação, 2ª imp. rev. Campinas, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1991. 175p.
- LIMA, E. R. V.; KUX H. J. H.; SAUSEN T. M. Sistema de informações geográficas e técnicas de sensoriamento na elaboração de mapas de riscos de erosão no sertão da Paraíba. *R. Bras. Ci. Solo*. Campinas – São Paulo, 16(2):257-263, 1992.
- LOURIVAL, H.; FONSECA, G. *Manejo e conservação da Fauna Silvestre no Brasil*. 1997.
- LUTZ, B. 1973. *Brazilian Species of Hyla*. Austin & London: University of Texas Press. xix–265 pp.

- MACARTHUR, R. H., WHITMORE, R. C. Passerine community composition and diversity in man-altered environments. *Morgantown*, West Virginia, v. 7, 1-12, 1979.
- MARTINS, M. E OLIVEIRA, M. E. 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus region, central Amazonian, Brazil. *Herpetological Natural History* 6:78-150.
- MCCORD, W.P., MEHDI, J-O.; LAMAR, W.W. 2001. A taxonomic reevaluation of *Phrynops* (Testudines: Chelidae) with the description of two new genera and species of *Batrachemys*. *Revista de Biologia Tropical* 49(2):715-764.
- MELIANI, P. F. *Análise geomorfológicas das bacias dos rios Jeribucassu e Burundanga, Itacaré, Bahia - mapeamento em escala 1:25.000*. Ilha de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. 147p. (Dissertação de Mestrado)
- MELO, A. A. O. de; SILVA, L. F. da. *Solos da faixa litorânea Itacaré – Camamu, Bahia*. Ilhéus, Centro de Pesquisa do Cacau – CEPEC – CEPLAC, 1971. 31p. (Boletim Técnico)
- MITTERMEIER, R.A., MYERS, N. & MITTERMEIER, C.G.(1998) *Hotspots: Earth's Biologically Richest and most Endangered Terrestrial Ecoregions*. Toppan Printing Co., Japan.
- MMA 2003. Ministério do Meio Ambiente: *Anexo à Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção*. Disponível na Internet no endereço <http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>, acessado em 13 de outubro de 2004.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2000. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, SEMAD/Instituto Estadual de Floresta – MG. Brasília, MMA/SBF, 40 p

- MONTAGNINI, F., FANZERES, A. & DA VINHA, S. G. 1995. The potential of 20 indigenous tree species for soil rehabilitation in the Atlantic forest region of Bahia, Brazil. *Journal of Applied Ecology* 32: 841-856.
- MOREAU, M. S. *Planejamento do uso da terra na zona tampão do Parque Estadual da Serra do Conduru no Litoral Sul da Bahia*. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2003. 89p. (Tese de Doutorado)
- MOREIRA, M. L. O. .A geologia no diagnóstico ambiental de São Gabriel do Oeste - MS. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 26., Rio de Janeiro, 20 a 26 de julho de 1997, *Anais . . .*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. (CD-ROM)
- MORI, S. A., B. M. BOOM, A. M. V. CARVALHO & T. S. SANTOS. 1983a. Southern Bahian moist forests. *The Botanical Review* 49: 155-232.
- MORI, S. A., B. M. BOOM, A. M. V. CARVALHO & T. S. SANTOS. 1983b. Ecological importance of Myrtaceae in an eastern brazilian wet forest. *Biotropica* 15: 68-70.
- MOURA, R.T. 2003. Distribuição e ocorrência de mamíferos na Mata Atlântica do sul da Bahia. In: Prado, P.I.; Landau, E.C.; Moura, R.T.; Pinto, L.P.S.; Fonseca, G.A.B. e Alger, K. (orgs.): *Corredor da Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/ CI/ CABS/ UFMG/ UNICAMP.
- MOURA, R.T.M., 1999. *Análise comparativa da estrutura de comunidades de pequenos mamíferos em remanescente de Mata Atlântica e em plantio de cacau em sistema de cabruca no sul da Bahia*. Dissertação de mestrado, PG-ECMVS, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MUSSER, G.G.; CARLETON, M.D.; BROTHERS, E.C.; & GARDNER, A.L., 1998. Systematic studies of Oryzomyine Rodents (Muridae, Sigmodontinae): diagnoses and distributions of species formely assigned to *Oryzomys "capito"*. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, nº 236. New York.
- MYERS, N. Threatened Biotas: Hotspots in tropical Forests. *The Environmentalist*, n. 8, 178-208, 1988.
- MYERS, N., MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B. & KENT, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403: 853-858.

- NASCIMENTO, L.B. & FEIO, R. 1999. Geographic Distribution. *Hyla elegans*. *Herpetological Review*, 30(1):50.
- OLIVEIRA, T. 2000. Modelos de Recuperação Ambiental para Ecossistemas Perturbados e Degradados do Parque Estadual Serra do Conduru, Bahia. Ilhéus, 2000. 41p. *Trabalho da disciplina de Recuperação Natural em Áreas de Florestas Naturais (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente)*. Universidade Estadual de Santa Cruz.
- PACHECO, J.P.; WHITNEY, B.M. e GONZAGA, L.P. 1996. A new genus and species of furnariid (Aves: Furnariidae) from the cocoa-growing region of southeastern Bahia, Brazil. *The Wilson Bulletin* 108(3): 397-433
- PAGLIA, A.P., A. PAESE, L. BEDÊ, M. FONSECA, L.P. PINTO E R.B. MACHADO. 2004. Lacunas de conservação e áreas insubstituíveis para vertebrados ameaçados da Mata Atlântica. Pp. 39-50. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Volume II - Seminários. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação. Curitiba, PR.
- PARDINI, R., 2001. *Pequenos mamíferos e a fragmentação da Mata Atlântica de Una, sul da Bahia – Processos e conservação*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PARDINI, R.; FARIA, D.; BAUMGARTEN, J., 2002. Diretrizes biológicas para estratégias de conservação: o projeto Restauna e a Reserva Biológica de Una, sul da Bahia. Em: Milano, M.S. & Theullen, V. (ed.). *Anais... II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Mato Grosso do sul.
- PEIXOTO, O.L.; CARAMASCHI, U. & FREIRE, E.M.X. 2003. Two new species of *Phyllodytes* (Anura: Hylidae) from the State of Alagoas, northeastern Brazil. *Herpetologica*, 59(2):235-246.
- PEIXOTO, O.L. & CRUZ, C.A.G. 1988. Duas novas espécies de *Phyllodytes* do estado do Espírito Santo, Brasil. *Revista Brasileira de Biologia*, 48(3):265-271.

- PERCEQUILLO, A.R., 1998. *Sistemática de Oryzomys Baird, 1858 do leste do Brasil (Muroidea, Sigmodontinae)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PESSOA, L.M., VON ZUBEN, F.J., REIS, S.F., 1998. Morphological affinities of *Proechimys yonenagae* Rocha, 1995 (Rodentia: Echimyidae): Evidence from bacular and cranial characters. *Bonn. Zool. Beitr.* 48(2):167-177.
- PHILLIPS, O. L., R. V. MARTÍNEZ, P. N. VARGAS, A. L. MONTEAGUDO, M. C. ZANS, W. G. SÁNCHEZ, A. P. CRUZ, M. TIMANÁ, M. YLI-HALLA & S. ROSE. 2003. Efficient plot-based floristic assessment of tropical forests. *Journal of Tropical Ecology* 19:629 - 645.
- PIMENTA, B.V.S. & CRUZ, C.A.G. A new species of the genus *Physalaemus* Fitzinger, 1826 (Anura, Leptodactylidae) from the Atlantic Rain Forest of southern Bahia, Brazil. *Amphibia-Reptilia*, no prelo.
- PIMENTA, B.V.S. & SILVANO, D.L. 2001. Geographic distribution. *Hyla senicula*. *Herpetological Review*, 32(4):271.
- PIMENTA, B.V.S. & SILVANO, D.L. 2002. Geographic distribution. *Chiasmocleis schubarti*. *Herpetological Review*, 33(3):219.
- PIMM, SL; RUSSEL, GJ; GITTLEMAN, JL e BROOKS, TM. 1995. The future of biodiversity. *Science* 269: 347-350.
- PINTO, L. P. S.; COSTA, C.M.R.; STRIER, K.B.; FONSECA, G.A.B.da, 1993. Habitat, Density and Group Size of Primates in a Brazilian Tropical Forest. *Folia Primatologica* 61:135-43.
- PIRES, F. R. M.. Arcabouço geológico. In: CUNHA, S.B.da; GUERRA, A.J.T. (orgs). *Geomorfologia do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand-Brasil, 1998. pp. 17-69.
- POMBAL Jr., J.P.; HADDAD, C.F.B. & KASAHARA, S. 1995a. A new species of *Scinax* (Anura, Hylidae) from Southeastern Brazil, with comments on the genus. *Journal of Herpetology*, 29(1):1-6.
- POMBAL Jr., J.P. & BASTOS, R.P. 1996. Nova espécie de *Scinax* Wagler, 1830 do Brasil Central (Amphibia, Anura, Hylidae). *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*, (371):1-11.

- POMBAL Jr., J.P.; BASTOS, R.P. & HADDAD, C.F.B. 1995b. Vocalizações de algumas espécies do gênero *Scinax* (Anura, Hylidae) do sudeste do Brasil e comentários taxonômicos. *Naturalia*, (20):213-225.
- PUGLIESE, A.; ALVES, A.C.R.; CARVALHO-E-SILVA, S.P. 2000. The tadpoles of *Hyla oliveirai* and *Hyla decipiens* with notes on the *Hyla microcephala* group (Anura, Hylidae). *Alytes*, 18(1):34-41.
- RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. de; CORRÊA, G. F. *Pedologia: base para distinção de ambientes*. 2ª ed. Editora Jard. Viçosa, 1997. 334p.
- RESENDE, M.; REZENDE, S. B. Levantamentos de Solos: uma estratificação de ambientes. *Informe Agropecuário*. Belo Horizonte – MG, 9 (105): 3-26, setembro, 1983.
- RESENDE, M.;CURI, N.; REZENDE, S. B. de; CORRÊA, G. F. *Pedologia: base para distinção de ambientes*. 4.ed. Viçosa, NEPUT, 2002. 338p.
- RICKLEFFS, R. E. *A Economia da Natureza*. Editora Guanabara Koogan S.A., Quinta edição, University of Missouri, 503p, 2003.
- ROCHA, J.C.; SCHIAVETTI, A. Status atual da conservação no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Sul da Bahia, Brasil. *Gerenciamento Costeiro Integrado*, v 3, Itajaí, Univali: 50-51, 2003.
- RODRIGUES, M.T. (Coord). 1993. Relatório do Grupo Temático Répteis e Anfíbios. *In* Workshop Prioridades para a Conservação da Biodiversidade do Nordeste do Brasil, Recife, 1993. s.l.,s.e., 19p.
- ROLSTAD, J. Consequences of Forest fragmentation for the dynamics of birds populations: conceptual issues and the evidences. *Biological Journal of the Linnean Society*, v. 42, 149-163, 1991.
- Rylands, A.B., Schneider, H. Langguth, A., Mittermeier, R.A., Groves, C.P., Rodriguez Luna, E., 2000. An Assessment of the Diversity of New World Primates. *Neotropical Primates* 8(2)61-93.
- SÁ, D. F.; ALMEIDA, H. A. e LEÃO, A. C. Fatores Edafoclimáticos Seletivos ao Zoneamento de Cacaucultura no Sudeste da Bahia. *Revista Theobroma*. Ilhéus, v.12, 169 – 187, 1982.

- SÁ, D.F DE, ALMEIDA, H. A. DE, SILVA, L.F. DA, LEÃO, A.C. 1982. Fatores edafoclimáticos seletivos ao zoneamento da cacauicultura no sudeste da Bahia. *Revista Theobroma* 12(3):169-187.
- SAMBUICHI, R. H. R. Fitossociologia e diversidade de espécies arbóreas em Cabruca (Mata Atlântica raleada sobre plantação de cacau) na Região Sul da Bahia, Brasil. *Acta Bot. Bras.*, v. 1, n. 16, 89-101, 2002.
- SAMBUICHI, R. H. R. 2002. Fitossociologia e diversidade de espécies arbóreas em cabruca (mata atlântica raleada sobre plantação de cacau) na região sul da Bahia, Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 16: 89-101.
- SANABRIA, J. A.; ARGUELLO, G. L.; MANZUR, A.. Aplicacion del metodo de susceptibilidad a la erosion de van zuidan y cancelado en la cuenca baja del arroyo San Agustin Cordoba, Argentina. In: Congresso Latino Americano de Ciência do Solo, 13., Águas de Lindóia – São Paulo, 04 a 08 de agosto de 1996, *Anais . . .*, ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP, Departamento de Ciência do Solo, Piracicaba – SP – Brasil, 1996. (CD-ROM)
- SANTANA, D.P. A importância da classificação dos solos e do meio ambiente na transferência de tecnologia. *Informe Agropecuário*. Belo Horizonte, 9 (105): 80-82, setembro, 1983.
- SANTOS, I.B.; MITTERMEIER, R.A.; RYLANDS, AB e VALLE, CM. 1987. The distribution and conservation status of primates in southern Bahia, Brazil. *Primate Conservation* 8: 126-142
- SAYRE, et al., 2000. Natureza em foco: Avaliação Ecológica Rápida – ERA. The Nature Conservancy, 166 p.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Uso da Terra e Cobertura Vegetal: Litoral Sul da Bahia. Salvador, SEI, *Série Estudos e Pesquisas* nº 34, 1998. 104p.
- SHEIL, D.. Conservation and Biodiversity Monitoring in the Tropics: Realities, Priorities and Distractions. *Conservation Biology*, v. 15, n. 4, 1179 – 1182, 2001.
- SICK, H. 1970. Notes on brazilian Cracidae. *Condor* 72: 106-108
- SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed., 2001.

- SILVA, A. B. da; BRITES, R. S.; SOUZA A. R. de. Caracterização do meio físico da microbacia Quatro Bocas em Argelim - PE e sua quantificação usando um sistema de informações geográficas. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 26., Rio de Janeiro, 20 a 26 de julho de 1997, Anais . . . , Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. (CD-ROM)
- SILVA, L.F. da. Solos e aptidão agrícola dos solos da região Cacaueira.. In: *Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira*. Rio de Janeiro, Volume 2, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas-IIACS e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, 1975. 176p.
- SILVA, V.C.L & DE PAULA, F.C.F. Hidroquímica da Bacia Hidrográfica do Rio Cururupe (Município de Ilhéus) e Sua Relação com os Usos da Terra. In: Seminário de Iniciação Científica, 9.,2003. *Resumos...* Ilhéus: EDITUS,2003.p 70.
- SILVANO, D.L. & PIMENTA, B.V.S. 2001a. Geographic distribution. *Scinax alterus*. *Herpetological Review*, 32(4):272-273.
- SILVANO, D.L. & PIMENTA, B.V.S. 2001b. Geographic distribution. *Scinax argyreornatus*. *Herpetological Review*, 32(4):273.
- SILVANO, D.L. & PIMENTA, B.V.S. 2002. Geographic distribution. *Hyla atlantica*. *Herpetological Review*, 33(2):145.
- SILVANO, D.L. & PIMENTA, B.V.S. 2003. Diversidade e distribuição de anfíbios na Mata Atlântica do sul da Bahia. In: Prado, P.I.; Landau, E.C.; Moura, R.T.; Pinto, L.P.S.; Fonseca, G.A.B. e Alger, K. (orgs.): *Corredor da Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/ CI/ CABS/ UFMG/ UNICAMP.
- SIQUEIRA FILHO, J. de. Aspectos da geologia e economia da área polígono da região cacaueira – Itabuna - Bahia. In: *Boletim de Recursos Naturais*. Recife, SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, v.12, no 1, p.37-76, jan/jun. 1974.
- SODERSTROM, T. R. & C. E. CALDERÓN. 1974. Primitive forest grasses and evolution of the bambusoideae. *Biotropica* 6: 141-153.

- SOS Mata Atlântica. 1992. *Prioridades para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste. Workshop Mata Atlântica do Nordeste*. Itamaracá, PE, dezembro 1993.
- SPIX, J.B. 1824. *Animalia Nova, Sive Species Novae Testudinum et Ranarum, quas in Itenere per Brasilian, Annis 1817-1820*. Monaco.
- TEIXEIRA, R.L.; ZAMPROGNO, C.; ALMEIDA, G.I. & SCHINEIDER, J.A.P. 1997. Tópicos ecológicos de *Phyllodytes luteolus* (Amphibia, Hylidae) da restinga de Guriri, São Mateus - ES. *Revista Brasileira de Biologia*, 57(4):647-654.
- THIRGOOD, SJ e HEATH, MF. 1994. Global patterns of endemism and the conservation of biodiversity. In: Forey, PI; Humpries, CJ e Vane-Wright, RI (eds.). *Systematics and Conservation Evaluation. Systematics Association Special Volume 50: 207-227*
- THOMAS, W. W., A. M. V. CARVALHO, A. M. A. AMORIM, J. GARRISON & A. L. ARBELÁEZ. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.
- THOMAS, W. W., A. M. V. CARVALHO, A. M. A. AMORIM, J. GARRISON & A. L. ARBELÁEZ. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.
- THOMAS, W.W., A. M. CARVALHO, A. M. AMORIM, J. GARRISON, AND T.S. DOS SANTOS. Inédito. Diversity of Woody Plants in the Atlantic Coastal Forest of Southern Bahia, Brazil. *Memoirs of the New York Botanical Garden*.
- THOMAS, W.W., CARVALHO, A.M.; HERRERA-MACBRYDE, O. 1997. Atlantic moist forest of Southern Bahia, South-eastern Brazil. In: *Centres of Plant Diversity – A Guide e Strategy for their Conservation. Volume 3, The Americas*. Davis, S.D. et al. (eds). pp. 364-367, Smithsonian Institution. Washington, D.C.
- THOMAS, WM. W.; CARVALHO, A. M. V. de; AMORIM, H. M. A.; GARRISON, J. e ARBELÁEZ A. Plant Endemism in Southern Bahia, Brasil. *Biodiversity and Conservation* (7): 311-322, 1998.
- THOMAS, W. W., JARDIM, J. G., FIASCHI, P. & AMORIM, A. M. 2003. Lista preliminar das angiospermas localmente endêmicas do Sul da Bahia e Norte do

- Espírito Santo, Brasil. In Prado, P. I., E. C. Landau, R. T. Moura, L. P. S. Pinto, G. A. B. Fonseca e K. Alger (Orgs.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.*
- TOYAMA, M.H., SOARES, A.M., WEN-HWA, L., POLIKARPOV, I., GIGLIO, J.R., MARANGONI, S. 2000. Amino acid sequence of piratoxin-II, a myotoxic Lys49 phospholipase A₂ homologue from *Bothrops pirajai* venom. *Biochimie* 82:245-250.
- VANZOLINI, P.E. 1988. Distributional patterns of South American lizards. In: Vanzolini & Heyer (eds.) Proceedings of a workshop on neotropical distributional patterns. *Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro: 317-342.
- VERDADE, V.K. & RODRIGUES, M.T. 2003. Description of a new species of *Cycloramphus* (Anura: Leptodactylidae) from Atlantic Forest, Brazil. *Herpetologica*.
- VINHA, S.G.da; RAMOS, T. de J.S.; HORI, M. Inventário Florestal. In: Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira. Volume 7. Rio de Janeiro, Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1976. p.11-212.
- VINHA, S.G; RAMOS, T.J.S.; HORI, M. 1976. Inventário Florestal. In: Recursos Florestais. Rio de Janeiro, Cartográfica Cruzeiro do Sul (Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueira, 7) Convênio IICA/CEPLAC. Pp 11-212. il.
- WEBER, L.N. & CARVALHO-E-SILVA, S.P. 2001. Descrição da larva de *Physalaemus signifer* (Girard, 1853) (Amphibia, Anura, Leptodactylidae) e informações sobre a reprodução e a distribuição geográfica da espécie. *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*, (462):1-6.
- WIENS, J. A. Habitat fragmentation: island v landscape perspectives on birds conservation. *Ibis*, n. 137, 97-104, 1997.
- WILLSON, M. F. Avian community organization and habitat structure. *Ecology monographs*, v. 55, 1017-1029, 1974.
- WILSON, D.E. & REEDER, D.M. (eds.) 1993. *Mammal species of the world: a taxonomic and geographic reference*. 2nd ed. Smithsonian Institution, Washington, D.C.

- WHITNEY, B.M; PACHECO, J.F.; BUZZETTI, D.R.C. E PARRINI, R. 2000. Systematic revision and biogeography of the *herpsilochmus pileatus* complex, with description of a new species from northeastern Brazil. *The Auk* 117(4): 869-891
- WWF – Fundo Mundial para Conservação da Natureza. *Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçado?* Relatório do WWF Sobre o Grau de Implementação e Vulnerabilidade das Unidades de Conservação Federais Brasileiras de Uso Indireto. Brasília – DF, 1999.
- ZAMPROGNO, C. E SAZIMA, I. 1993. Vertebrate predation on the Neotropical Amphisbaenia *Leposternon wuchereri*. *Herpetological Review*, Lawrence, 24(3):82-83.

ANEXO I - Lista de espécies de plantas coletadas na região do Parque Estadual Serra do Conduru. Na coluna "PESC", estão assinaladas as espécies que foram coletadas dentro da área do Parque

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçua
ACANTHACEAE	Aphelandra bahiensis (Nees)Wassh.					X
ACANTHACEAE	Aphelandra blanchetiana (Nees) Hook				X	X
ACANTHACEAE	Aphelandra nitida Nees & Martius					X
ACANTHACEAE	Geissomeria macrophylla Nees				X	X
ACANTHACEAE	Geissomeria nitida Nees		X		X	X
ACANTHACEAE	Herpetacanthus melancholius Nees & Mart.					X
ACANTHACEAE	Hydrophilla brasiliensis (Spreng) Lindau				X	X
ACANTHACEAE	Jacobinia paniculata Nees.				X	X
ACANTHACEAE	Justicia congrua (Nees)Lind.				X	
ACANTHACEAE	Justicia cydoniaefolia (Nees) Lindau				X	
ACANTHACEAE	Justicia glomerata (Nees)					X
ACANTHACEAE	Justicia symphyantha Lindau				X	
ACANTHACEAE	Leptostachya laxa Nees				X	
ACANTHACEAE	Lophostachys nemoralis Mart.					X
ACANTHACEAE	Lophostachys semiovata Nees					X
ACANTHACEAE	Pseuderanthemum verbenaceum (Mart. & Nees)Radlk.				X	X
ACANTHACEAE	Ruellia affinis (Nees) Lindau				X	X
ACANTHACEAE	Ruellia solitaria Vell.				X	
ACANTHACEAE	Thunbergia grandiflora Roxb.					X
ALISMATACEAE	Echinodorus macrophyllus (Kunth.)Mich.				X	X
AMARANTHACEAE	Alternanthera brasiliiana (L.)Kuntze				X	
AMARANTHACEAE	Alternanthera ramosissima (Mart.)Chod.				X	
AMARANTHACEAE	Alternanthera tenella Colla				X	
AMARANTHACEAE	Chamissoa altissima (Jacq.)Kunth.					X
AMARANTHACEAE	Cyathula prostrata (L.)Blume				X	
AMARANTHACEAE	Philoxerus protulacoides St. Hil.				X	
ANACARDIACEAE	Schinus terebinthifolius Raddi				X	
ANACARDIACEAE	Tapirira guianensis Aubl.	X			X	X
ANACARDIACEAE	Thyrsoodium spruceanum Salzm. & Benth.			X		X
ANNONACEAE	Anaxagorea dolichocarpa Sprague & Sandw.			X	X	X
ANNONACEAE	Annona salzmännii A. DC..	X				X
ANNONACEAE	Cymbopetalum brasiliense (Vell.)Benth.					X
ANNONACEAE	Duguetia bahiensis Maas					X
ANNONACEAE	Duguetia bracteosa Mart.					X
ANNONACEAE	Duguetia scottmorii Maas					X
ANNONACEAE	Guatteria oligocarpa Mart.				X	X
ANNONACEAE	Guatteria sp			X		
ANNONACEAE	Hornschurchia cauliflora Maas & van Setten				X	X
ANNONACEAE	Hornschurchia obliqua Maas & van Setten		X			X
ANNONACEAE	Pseudoxandra bahiensis Maas				X	X
ANNONACEAE	Rollinia bahiensis Maas & Westra	X			X	X
ANNONACEAE	Rollinia laurifolia Schlecht.					X
ANNONACEAE	Rollinia mucosa (Jacq.)Baillon				X	
ANNONACEAE	Unonopsis stipitata Diels				X	X
ANNONACEAE	Xylopia ochrantha Mart.	X				X
ANNONACEAE	Xylopia sericea St. Hil.				X	
ANNONACEAE	Xylopia sp			X		
APIACEAE	Hydrocotyle bonariensis Lam.				X	
APOCYNACEAE	Aspidosperma cruentum Woodson		X			X
APOCYNACEAE	Aspidosperma discolor A. DC..	X				X
APOCYNACEAE	Aspidosperma spruceanum Benth. & Muell. Arg.					X
APOCYNACEAE	Aspidosperma thomasi sp. nov. ined.	X	X			
APOCYNACEAE	Forsteronia leptocarpa (Hook & Arn.)A. DC..					X
APOCYNACEAE	Himatanthus fallax (Muell. Arg.)Plumel					X
APOCYNACEAE	Himatanthus phagedaenicus (Mart.)Woodson	X			X	X
APOCYNACEAE	Lacmellea aculeata (Ducke) Monach.	X	X		X	X
APOCYNACEAE	Macoubea guianensis Aublet				X	X
APOCYNACEAE	Mandevilla moricandiana (DC.)Woods.				X	
APOCYNACEAE	Mandevilla scabra (Roem.& Schult.)K.Schum.					X
APOCYNACEAE	Mesechites trifida (Jacq.)Muell. Arg.				X	
APOCYNACEAE	Odontadenia lutea (Vell.)Markgraf				X	
APOCYNACEAE	Peschiera sp		X			
APOCYNACEAE	Peschiera spixiana (Mart.)Miers.				X	X
APOCYNACEAE	Prestonia coalita (Vell.)Woodson				X	
APOCYNACEAE	Rauvolfia bahiensis A. DC..	X			X	X
APOCYNACEAE	Rauvolfia grandiflora Mart.				X	X
APOCYNACEAE	Tabernaemontana flavicans Willd. & Roem. & Schult.	X				X
APOCYNACEAE	Tabernaemontana salzmännii A. DC..			X	X	X
AQUIFOLIACEAE	Ilex floribunda Reiss. & Maxim.				X	
AQUIFOLIACEAE	Ilex psammophila Mart. & Reiss.					X
AQUIFOLIACEAE	Ilex theezans Mart.				X	
ARACEAE	Alocasia macrorrhiza (L.)G. Don				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
ARACEAE	Anthurium bellum Schott				X	
ARACEAE	Anthurium gladiifolium Schott				X	X
ARACEAE	Anthurium jilekii Schott				X	
ARACEAE	Anthurium pentaphyllum (Aubl.) G. Don		X		X	
ARACEAE	Anthurium sp			X		
ARACEAE	Asterostigma riedelianum (Schott)Kuntze					X
ARACEAE	Caladium bicolor (Ait.)Vent.				X	
ARACEAE	Heteropsis jenmanii Oliv.				X	
ARACEAE	Heteropsis oblongifolia Kunth.				X	
ARACEAE	Monstera adansonii Schott			X	X	X
ARACEAE	Monstera obliqua Miq.					X
ARACEAE	Philodendron blanchetianum Schott				X	
ARACEAE	Philodendron fragrantissimum (Hook) Don			X	X	X
ARACEAE	Philodendron insigne Schott		X		X	X
ARACEAE	Philodendron longilaminatum Schott		X			X
ARACEAE	Philodendron ornatum Schott		X		X	X
ARACEAE	Philodendron pedatum (Hook) Kunth		X	X	X	X
ARACEAE	Philodendron rudgeanum Schott				X	X
ARACEAE	Philodendron scandens Koch & Bouche				X	
ARACEAE	Philodendron surinamense (Miq.) Engl.		X		X	
ARACEAE	Philodendron williamsii Hooker				X	
ARACEAE	Rhodospata latifolia Poepp.				X	X
ARACEAE	Rhodospata oblongata Poepp.		X	X	X	X
ARACEAE	Syngonium vellozianum Schott				X	
ARACEAE	Xanthosoma maximiliani Schott					X
ARACEAE	Zomicarpa steigeriana Schott					X
ARALIACEAE	Didymopanax morototoni (Aubl.)Decne & Planchon					X
ARECACEAE	Attalea funifera Mart.			X		
ARECACEAE	Bactris bahiensis Noblick				X	
ARECACEAE	Bactris ferruginea Burret	X				X
ARECACEAE	Bactris glassmanii Medeiros-Costa				X	
ARECACEAE	Bactris hirta Mart.		X			X
ARECACEAE	Bactris horridispatha Noblick				X	
ARECACEAE	Bactris humilis (Wallace)Burret					X
ARECACEAE	Bactris pickelii Burret					X
ARECACEAE	Bactris sp		X			
ARECACEAE	Bactris sp1			X		
ARECACEAE	Bactris sp2			X		
ARECACEAE	Euterpe edulis Mart.	X	X	X		X
ARECACEAE	Geonoma elegans Mart.			X		
ARECACEAE	Geonoma pauciflora Mart.			X		X
ARECACEAE	Geonoma pohliana Mart.					X
ARECACEAE	Geonoma rubescens Wendl. ex Drude					X
ARECACEAE	Geonoma sp		X			
ARECACEAE	Polyandrococos caudescens (Mart.)Barb. Rodr.					X
ARECACEAE	Syagrus botryophora (Mart.) Mart.	X	X	X		X
ARECACEAE	Syagrus schizophylla (Mart.)Glassman				X	
ASCLEPIADACEAE	Blepharodon nitidum (Vell.)Macbr.				X	
ASCLEPIADACEAE	Ditassa retusa Mart. & Zucc.				X	
ASTERACEAE	Achyrocline satyroides (Lam.)DC..				X	X
ASTERACEAE	Ageratum conyzoides L.				X	
ASTERACEAE	Albertinia brasiliensis Spreng.				X	
ASTERACEAE	Austroeupatorium inulifolium (Kunth)King & Rob.				X	
ASTERACEAE	Baccharis calvescens DC..				X	
ASTERACEAE	Baccharis cassiniifolia DC..				X	X
ASTERACEAE	Blainvillea dichotoma (Murr.)Cass.					X
ASTERACEAE	Calea candolleana (Gardner)Baker				X	
ASTERACEAE	Clibadium armanii Sch.Bip. & Baker				X	X
ASTERACEAE	Conyza chilensis Spreng.				X	
ASTERACEAE	Conyza sumatrensis (Retz.)Walker				X	X
ASTERACEAE	Diacranthera carnosifolia (Robinson)D. J. Hind				X	
ASTERACEAE	Emilia fosbergii Nicolson				X	
ASTERACEAE	Eupatorium lundianum DC..				X	
ASTERACEAE	Lepidaploa edmundoi (Barroso)H. Robinson				X	
ASTERACEAE	Litothamnus nitidus (DC..)W. C. Holmes				X	
ASTERACEAE	Mikania duckei Barroso				X	
ASTERACEAE	Mikania firmula Baker					X
ASTERACEAE	Mikania glomerata Spreng.				X	
ASTERACEAE	Mikania hookeriana DC..					X
ASTERACEAE	Mikania lindleyana DC..					X
ASTERACEAE	Mikania micrantha H.B.K.					X
ASTERACEAE	Mikania myriocephala DC..					X
ASTERACEAE	Mikania nodulosa Sch. Bip. ex Baker				X	X
ASTERACEAE	Mikania obovata DC..				X	
ASTERACEAE	Mikania salzmaniiifolia DC..				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
ASTERACEAE	Mikania sp			X		
ASTERACEAE	Mikania sp2		X			
ASTERACEAE	Mikania trichophila DC..				X	
ASTERACEAE	Orthopappus angustifolius (Sw.) Gleason				X	
ASTERACEAE	Piptocarpha pyrifolia Baker				X	
ASTERACEAE	Piptocarpha riedelii (Sch. Bip.) Baker				X	
ASTERACEAE	Piptocarpha sp					X
ASTERACEAE	Pterocaulon virgatum (L.) DC..				X	
ASTERACEAE	Synedrella nodiflora Gaertn.				X	
ASTERACEAE	Vernonia coulonii Sch. Bip. & Baker					X
ASTERACEAE	Wedelia trilobata (L.) Ritch.				X	
ASTERACEAE	Wulffia baccata (L. f.) Kuntze				X	
AVICENNIACEAE	Avicennia germinans H. N. Moldenke				X	
AVICENNIACEAE	Casselia veronicaefolia Cham.					X
BEGONIACEAE	Begonia smilacina A. DC..				X	X
BEGONIACEAE	Begonia sp		X			
BIGNONIACEAE	Adenocalymna macrophyllum DC..					X
BIGNONIACEAE	Adenocalymna sp			X		
BIGNONIACEAE	Anemopaegma chamberlaynii (Sims.) Bur. & K. Schum.				X	
BIGNONIACEAE	Jacaranda duckei Vatt.				X	
BIGNONIACEAE	Jacaranda macranthera Cham.					X
BIGNONIACEAE	Lundia cordata DC..				X	X
BIGNONIACEAE	Parabignonia unguiculata (Vell.) A. Gentry					X
BIGNONIACEAE	Sparattosperma leucanthum (Vell.) K. Schum.					X
BIGNONIACEAE	Tabebuia cassinooides (Lam.) DC..	X			X	
BIGNONIACEAE	Tabebuia elliptica (DC.) Sandw.					X
BIGNONIACEAE	Tabebuia sp		X			
BIGNONIACEAE	Tabebuia stenocalyx Sprague & Stapt.				X	
BOMBACACEAE	Eriotheca globosa (Aubl.) A. Robyns.	X	X		X	X
BOMBACACEAE	Eriotheca macrophylla (K. Schum.) A. Robyns	X	X		X	X
BOMBACACEAE	Eriotheca obcordata A. Robyns				X	
BOMBACACEAE	Pseudobombax grandiflorum (Cav.) A. Robyns	X			X	
BOMBACACEAE	Quararibeia turbinata Pohl.				X	
BONNETIACEAE	Bonnetia stricta (Nees) Nees & Mart.				X	
BORAGINACEAE	Cordia corymbosa (L.) Don				X	
BORAGINACEAE	Cordia curassavica (Jacq.) Roem. & Schult.				X	
BORAGINACEAE	Cordia ecalyculata Vell.	X			X	X
BORAGINACEAE	Cordia lomato-loba Johnson				X	
BORAGINACEAE	Cordia longifolia DC..					X
BORAGINACEAE	Cordia magnoliaefolia Cham.	X			X	
BORAGINACEAE	Cordia multispicata Cham.				X	
BORAGINACEAE	Cordia nodosa Lam.	X				X
BORAGINACEAE	Cordia polycephala (Lam.) Johnston				X	
BORAGINACEAE	Cordia sp		X			
BORAGINACEAE	Cordia superba Cham.					X
BORAGINACEAE	Cordia toqueve Sieber & Griseb.					X
BORAGINACEAE	Cordia trichoclada DC..				X	
BORAGINACEAE	Tournefortia bicolor Sw.				X	
BORAGINACEAE	Tournefortia gardneri A. DC..				X	
BORAGINACEAE	Tournefortia villosa Salzm. & DC..				X	
BROMELIACEAE	Aechmea amorimii Leme				X	
BROMELIACEAE	Aechmea brachycaulis Baker					X
BROMELIACEAE	Aechmea conifera L. B. Smith					X
BROMELIACEAE	Aechmea echinata (Leme) Leme				X	X
BROMELIACEAE	Aechmea fulgens Brongn.					X
BROMELIACEAE	Aechmea grandebracteata Philcox					X
BROMELIACEAE	Aechmea lingulata (L.) Baker				X	X
BROMELIACEAE	Aechmea miniata (Beer) Hort. & Baker				X	
BROMELIACEAE	Aechmea sp		X			
BROMELIACEAE	Araeococcus parviflorus (Mart. ex Schult. F.) Lindm.				X	X
BROMELIACEAE	Billbergia chlorosticta Hort. Saund.					X
BROMELIACEAE	Billbergia euphemiae E. Morr.				X	X
BROMELIACEAE	Billbergia morelii Brongn.				X	
BROMELIACEAE	Cryptanthus pseudopetiolatus Philcox				X	X
BROMELIACEAE	Guzmania lingulata (L.) Mez					X
BROMELIACEAE	Hohenbergia stellata Schult. F.					X
BROMELIACEAE	Lymania corallina (Brong. & Beer) Read				X	X
BROMELIACEAE	Lymania globosa Leme				X	
BROMELIACEAE	Lymania marantoides (L. Smith) Read					X
BROMELIACEAE	Portea grandiflora Philcox				X	
BROMELIACEAE	Ronnbergia brasiliensis Pereira & Penna				X	X
BROMELIACEAE	Ronnbergia carvalhoi Martinelli & Leme					X
BROMELIACEAE	Streptocalyx curranii L. B. Smith					X
BROMELIACEAE	Tillandsia bulbosa Hooker				X	
BROMELIACEAE	Vriesea duvaliana E. Morr.				X	X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
BROMELIACEAE	Vriesea ensiformis (Vell.)Beer				X	
BROMELIACEAE	Vriesea neoglutinosa Mez				X	
BROMELIACEAE	Vriesea platynema Gaud.				X	
BROMELIACEAE	Vriesea psittacina (Hook.)Lindl.				X	
BROMELIACEAE	Vriesea recurvata Gaud.				X	X
BURMANNIACEAE	Gymnosiphon divaricatus (Benth.)Benth. & Hook.				X	
BURSERACEAE	Protium aracouchini (Aubl.)Marchand.	X				X
BURSERACEAE	Protium bahianum Daly				X	
BURSERACEAE	Protium icariba (DC.)Marchand	X			X	X
BURSERACEAE	Protium robustum (Swart.)Porter				X	
BURSERACEAE	Protium sp1		X			
BURSERACEAE	Protium sp2		X			
BURSERACEAE	Protium warmingianum March.	X			X	X
BURSERACEAE	Tetragastris catuaba Cunha	X				X
BURSERACEAE	Tetragastris ochionii (Rizzi)Daly				X	
BUTOMACEAE	Limnocharis flava (L.)Buch.					X
CACTACEAE	Acanthocereus brasiliensis Britt. & Rose				X	
CACTACEAE	Cereus fernambucensis Lemaire				X	
CACTACEAE	Pereskia aculeata Aubl.					X
CAMPANULACEAE	Centropogon cornutus (L.)Druce				X	
CANNACEAE	Canna indica L.					X
CAPPARACEAE	Capparis nectarea Vell.					X
CAPPARIDACEAE	Capparis aculeata L.				X	
CAPPARIDACEAE	Capparis flexuosa L.				X	
CARICACEAE	Jacaratia heptaphylla (Vell.)A. DC..					X
CELASTRACEAE	Maytenus distichophylla Mart. ex Reiss.	X			X	
CHRYSOBALANACEAE	Chrysobalanus icaco L.				X	
CHRYSOBALANACEAE	Couepia belemii Prance	X		X		
CHRYSOBALANACEAE	Couepia bondarii PTrance	X				X
CHRYSOBALANACEAE	Couepia impressa Prance					X
CHRYSOBALANACEAE	Couepia longipetiolata Prance				X	
CHRYSOBALANACEAE	Couepia ovalifolia (Schott)Benth.				X	
CHRYSOBALANACEAE	Couepia schotii Fritsch.					X
CHRYSOBALANACEAE	Hirtella gracilipes (Hook. f.)Prance					X
CHRYSOBALANACEAE	Licania belemii Prance	X				X
CHRYSOBALANACEAE	Licania discolor Pilg.				X	
CHRYSOBALANACEAE	Licania hoehnei Pilg.				X	
CHRYSOBALANACEAE	Licania lamentanda Prance	X			X	X
CHRYSOBALANACEAE	Licania littoralis Warm.	X		X	X	X
CHRYSOBALANACEAE	Licania santosii Prance				X	
CHRYSOBALANACEAE	Licania sp			X		
CHRYSOBALANACEAE	Licania sp1		X			
CHRYSOBALANACEAE	Licania sp2		X			
CHRYSOBALANACEAE	Parinari alvimii Prance	X			X	X
CLUSIACEAE	Caraipa densifolia Mart.				X	
CLUSIACEAE	Clusia nemorosa Meyer					X
CLUSIACEAE	Kielmeyera itacarensis Saddi	X			X	
CLUSIACEAE	Kielmeyera rugosa Choisy					X
CLUSIACEAE	Oedematopus dodecandrus Pl. & Tr.				X	
CLUSIACEAE	Renggeria comata Meissn.					X
CLUSIACEAE	Rheedia macrophylla Mart.				X	
CLUSIACEAE	Symphonia globulifera L. f.				X	X
CLUSIACEAE	Tovomita brasiliensis (Mart.)Walp.				X	
CLUSIACEAE	Tovomita choisyana Pl. & Tr.	X	X			X
CLUSIACEAE	Tovomita excelsa A. Lima					X
CLUSIACEAE	Tovomita mangle G. Mariz	X				X
CLUSIACEAE	Vismia latifolia Choisy				X	X
COMBRETACEAE	Buchenavia tomentosa Eichl.					X
COMBRETACEAE	Conocarpus erectus L.				X	
COMBRETACEAE	Terminalia dichotoma G. Meyer				X	X
COMBRETACEAE	Terminalia januariensis DC..				X	
COMMELINACEAE	Dichorisandra thyrsoflora Mikan		X			X
COMMELINACEAE	Gibasis geniculata (Jacq.)Rohw.				X	X
CONNARACEAE	Rourea bahiensis					X
CONNARACEAE	Rourea discolor Baker					X
CONNARACEAE	Rourea doniana Baker				X	
CONVOLVULACEAE	Bonamia maripoides Hall. f.					X
CONVOLVULACEAE	Operculina macrocarpa (L.)Urban.				X	
CONVOLVULACEAE	Turbina corymbosa (L.)Raf.					X
COSTACEAE	Costus arabicus L.				X	
COSTACEAE	Costus spiralis (Jacq.)Roscoe				X	
COSTACEAE	Hedychium coronarium Koen.					X
CRASSULACEAE	Bryophyllum calycinum Salisb.					X
CUCURBITACEAE	Cayaponia petiolulata Cogn.				X	X
CUCURBITACEAE	Cayaponia tayuya (Vell.)Cogn.				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
CUCURBITACEAE	Cayaponia trilobata Cogn.					X
CUCURBITACEAE	Fevillea bahiensis G. Robinson				X	X
CUCURBITACEAE	Gurania cissoides (Benth.)Cogn.				X	
CUCURBITACEAE	Gurania spinulosa					X
CUCURBITACEAE	Gurania subumbellata (Miq.)Cogn.				X	X
CUCURBITACEAE	Rytidostylis amazonica (Cogn.)Spruce & Kuntze				X	
CYATHEACEAE	Cyathea sp		X	X		
CYCLANTHACEAE	Evodianthus funifer (Poit.) Harl.		X	X		
CYPERACEAE	Becquerelia clarkei T. Koyama					X
CYPERACEAE	Becquerelia cymosa Brongn.		X	X	X	
CYPERACEAE	Bulbostylis junciformis (H. B. K.)C. B. Clarke				X	
CYPERACEAE	Bulbostylis vestita (Kunth.)Clarke					X
CYPERACEAE	Cyperus diffusus L.				X	
CYPERACEAE	Cyperus haspan L.				X	
CYPERACEAE	Eleocharis geniculata (L.)R. & S.				X	
CYPERACEAE	Eleocharis interstincta R. Br.					X
CYPERACEAE	Fimbristylis cymosa R. Br.				X	
CYPERACEAE	Fuirena umbellata Rottb.				X	X
CYPERACEAE	Hypolitrum sp		X	X		
CYPERACEAE	Hypolitrum sp. nov. ined.			X		
CYPERACEAE	Hypolytrum longifolium (L. C. Rich.)Nees				X	
CYPERACEAE	Hypolytrum pulchrum (Rudge)H. Pfeiff				X	
CYPERACEAE	Lagenocarpus rigidus (Kunth.)Nees				X	
CYPERACEAE	Lagenocarpus verticillatus (Spreng.)Koyam & Maguire				X	
CYPERACEAE	Merostachys sp			X		
CYPERACEAE	Rhynchospora brasiliensis Bock.				X	
CYPERACEAE	Rhynchospora cephalotes (L.)Vahl.				X	
CYPERACEAE	Rhynchospora holoschoenoides (Rich.)Herter				X	X
CYPERACEAE	Rhynchospora pubera (Vahl.)Bock.					X
CYPERACEAE	Rhynchospora ridleyi C. B. Clarke				X	
CYPERACEAE	Rhynchospora rugosa (Vahl.)Gale				X	X
CYPERACEAE	Rhynchospora tenuis Link				X	
CYPERACEAE	Scleria bracteata Cav.				X	
CYPERACEAE	Scleria cyperina Kunth				X	
CYPERACEAE	Scleria hirtella Sw.				X	X
CYPERACEAE	Scleria microcarpa Nees				X	
CYPERACEAE	Scleria secans (L.) Urban			X		
DICHAPETALACEAE	Stephanopodium blanchetianum Baillon	X	X	X		X
DICHAPETALACEAE	Stephanopodium magnifolium Prance	X				X
DILLENIACEAE	Davilla flexuosa St. Hil.				X	X
DILLENIACEAE	Davilla macrocarpa Eichl. in Mart.					X
DILLENIACEAE	Davilla rugosa Poir.					X
DILLENIACEAE	Davilla sp			X		
DILLENIACEAE	Dolioscarpus validus Kub.				X	
EBENACEAE	Diospyros bullata A. C. Smith.					X
EBENACEAE	Diospyros guatteroides A. C. Smith.	X			X	
ELAEOCARPACEAE	Sloanea alnifolia Mart.					X
ELAEOCARPACEAE	Sloanea guianensis Benth.					X
ELAEOCARPACEAE	Sloanea usurpatrix Sprague & Riley					X
ERICACEAE	Gaylussacia brasiliensis (Spreng.)Meissn.				X	
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus bifidus (Schrad.)Kunth.				X	
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus klotzschianus Koern.				X	
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus subtilis Miq.				X	
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus tortilis (Bong.)Mart.					X
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum sp1		X			
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum cuspidifolium Mart.				X	X
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum flaccidum Salzm. & Peryit.				X	
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum grandifolium Peyr.				X	
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum martii Peyr.				X	X
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum nobile O. E. Schullz.				X	
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum sp			X		
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum sp2		X			
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum squamatum Sw.				X	
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum tenue Plowman				X	
EUPHORBIACEAE	Acalypha prunifolia Nees & Mart.					X
EUPHORBIACEAE	Actinostemon concolor (Spreng.)Muell. Arg.	X				X
EUPHORBIACEAE	Actinostemon glaziovii Pax & Hoffm.				X	
EUPHORBIACEAE	Adenophaedra megalophylla (Muell.Arg.)M. Arg.				X	X
EUPHORBIACEAE	Amanoa guianensis Aubl.	X			X	X
EUPHORBIACEAE	Amanoa oblongifolia Muell. Arg.					X
EUPHORBIACEAE	Aparisthium cordatum (Adr. Juss.)Baill.					X
EUPHORBIACEAE	Ateramnus dichotoma G. Meyer					X
EUPHORBIACEAE	Ateramnus hypoleuca (Benth.)Rothm.					X
EUPHORBIACEAE	Bernardia tamanduana (Baill.)Muell. Arg.					X
EUPHORBIACEAE	Cleidion tricoccum (Casar.)Baill.					X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
EUPHORBIACEAE	Cnidocolus marcgravi Pohl.				X	
EUPHORBIACEAE	Croton lobatus L.					X
EUPHORBIACEAE	Croton macrobotrys Baill.	X	X		X	X
EUPHORBIACEAE	Croton pictocalyx Muell. Arg.					X
EUPHORBIACEAE	Croton polyandrus Spreng.				X	
EUPHORBIACEAE	Croton sellowii Baillon				X	
EUPHORBIACEAE	Croton sp		X			
EUPHORBIACEAE	Dalechampia armbrusteri Webster					X
EUPHORBIACEAE	Dalechampia ilheotica Wawra				X	
EUPHORBIACEAE	Drypetes sessiliflora Allemao	X				X
EUPHORBIACEAE	Julocroton triquetus (Lam.)Dirr.				X	
EUPHORBIACEAE	Mabea occidentalis Benth.				X	X
EUPHORBIACEAE	Mabea piriri Aubl.	X				X
EUPHORBIACEAE	Mabea sp			X		
EUPHORBIACEAE	Manihot salicifolia Pohl.				X	
EUPHORBIACEAE	Margaritaria nobilis L. f.	X			X	X
EUPHORBIACEAE	Ophthalmolapton pedunculare Muell. Arg.					X
EUPHORBIACEAE	Pausandra megalophylla Muell. Arg.				X	
EUPHORBIACEAE	Pausandra morisiana (Casar.) Radlk.	X	X			X
EUPHORBIACEAE	Pedilanthus tithymoloides (L.)Poit.					X
EUPHORBIACEAE	Pera glabrata (Schott) Baill.	X		X	X	
EUPHORBIACEAE	Phyllanthus klotzschianus Muell. Arg.				X	
EUPHORBIACEAE	Phyllanthus niruri L.					X
EUPHORBIACEAE	Phyllanthus stipulatus (Raf.)Webster				X	
EUPHORBIACEAE	Pogonophora schomburgkiana Miers.	X		X	X	X
EUPHORBIACEAE	Rhodothyrsus piriri Aublet					X
EUPHORBIACEAE	Sapium glandulatum (Vell.)Pax.					X
EUPHORBIACEAE	Sebastiania gaudichaudii Muell. Arg.			X	X	
EUPHORBIACEAE	Sebastiania hispida (Mart.)Pax.				X	
EUPHORBIACEAE	Sebastiania jacobinensis C. C. Berg					X
EUPHORBIACEAE	Sebastiania multiramea (Klotz.)Muell. Arg.					X
EUPHORBIACEAE	Senefeldera multiflora Mart.				X	
EUPHORBIACEAE	Tetrorchidium rubrivenium Poepp. & Endl.					X
FLACOURTIACEAE	Banara brasiliensis (Schott)Benth.				X	
FLACOURTIACEAE	Banara kuhlmannii (Sleumer)Sleumer	X				X
FLACOURTIACEAE	Carpotroche brasiliensis (Raddi)A. Gray	X				X
FLACOURTIACEAE	Casearia bahiensis Sleumer	X				X
FLACOURTIACEAE	Casearia commersoniana Camb.	X	X			X
FLACOURTIACEAE	Casearia decandra Jacq.					X
FLACOURTIACEAE	Casearia javitensis H. B. K.					X
FLACOURTIACEAE	Prockia crucis P. Browne & L.				X	
GENTIANACEAE	Coutoubea spicata Aubl.				X	X
GENTIANACEAE	Irlbachia purpurascens (Aubl.)Maas				X	X
GENTIANACEAE	Schultesia guianensis (Aubl.)Malme				X	
GENTIANACEAE	Voyria flavescens Griseb.				X	
GENTIANACEAE	Voyria obconica Progel.				X	
GESNERIACEAE	Besleria flavovirens Nees & Mart.				X	
GESNERIACEAE	Codonanthe mattos-silvae Chautems				X	
GESNERIACEAE	Cubitanthus alatus (Cham. & Schl.)Barringer				X	
GESNERIACEAE	Drymonia coccinea (Aubl.)Wiehler				X	X
GESNERIACEAE	Nematanthus corticola Schrad.				X	X
GESNERIACEAE	Sinningia barbata (Nees & Mart.)Nichols.				X	X
GESNERIACEAE	Sinningia brasiliensis (Regel &Schm.)Wieh &Chautems				X	
HIPPOCRATEACEAE	Peritassa granulata (Urb.)A. C. Smith					X
HIPPOCRATEACEAE	Tontelea attenuata Miers.					X
HUMIRIACEAE	Sacoglottis matogrossensis Malme.				X	
HUMIRIACEAE	Schistostemon retusum (Ducke)Cuatr.				X	X
HYMENOPHYLLACEAE	Trichomanes elegans L. C. Richard		X			
ICACINACEAE	Discophora guianensis Miers.			X		X
ICACINACEAE	Emmotum affine Miers				X	
ICACINACEAE	Krameria brasiliensis Mart.				X	
ICACINACEAE	Leretia cordata Vellozo				X	
IRIDACEAE	Hypoxis decumbens L.				X	
IRIDACEAE	Trimezia bahiensis Ravenna				X	
IRIDACEAE	Trimezia connata Ravenna				X	
IRIDACEAE	Trimezia martinicensis (Jacq.)Herb.				X	
IRIDACEAE	Trimezia sp		X			
LABIATAE	Hyptis atrorubens Poit.					X
LABIATAE	Hyptis brevipes Poit.				X	X
LABIATAE	Hyptis suaveolens (L.)Poit.				X	
LABIATAE	Marsypianthes chamaedrys (Vahl.)Kuntze.				X	
LABIATAE	Raphiodon echinus (Nees & Mart.)Schauer				X	
LACISTEMATACEAE	Lacistema robustum Schniz.	X		X	X	X
LAURACEAE	Aniba intermedia (Meissn.)Mez.	X				X
LAURACEAE	Licaria bahiana Kurz.					X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
LAURACEAE	Licaria kubitzkii Kurz.					X
LAURACEAE	Licaria vernicosa (Mez.)Kosterm.				X	
LAURACEAE	Nectandra bahiana Coe-Teixeira				X	
LAURACEAE	Nectandra membranacea (Sw.)Griseb.				X	
LAURACEAE	Nectandra pisi Miguel					X
LAURACEAE	Ocotea cernua (Nees)Mez.				X	X
LAURACEAE	Ocotea complicata (Nees.)Mez				X	
LAURACEAE	Ocotea deflexa Rohwer					X
LAURACEAE	Ocotea glauca Mez	X				X
LAURACEAE	Ocotea longifolia H. B. K.					X
LAURACEAE	Ocotea opifera Mart.					X
LAURACEAE	Ocotea percurrrens Vicentrini	X				X
LAURACEAE	Ocotea puberula (Rich.)Nees					X
LECYTHIDACEAE	Cariniana legalis (Mart.)Kuntze				X	X
LECYTHIDACEAE	Eschweilera alvimii Mori				X	X
LECYTHIDACEAE	Eschweilera mattos-silvae Mori	X				X
LECYTHIDACEAE	Eschweilera ovata (Camb.) Miers	X	X		X	X
LECYTHIDACEAE	Lecythis lanceolata Poiret					X
LECYTHIDACEAE	Lecythis lurida (Miers)Mori	X				X
LECYTHIDACEAE	Lecythis pisonis Cambess.	X		X		X
LECYTHIDACEAE	Lecythis schwackei (Kunth.)Mori					X
LEGUMINOSAE CAES.	Abarema filamentosa (Benth.)Pittier					X
LEGUMINOSAE CAES.	Acacia piptadenioides Lewis					X
LEGUMINOSAE CAES.	Aeschynomene americana L.				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Aeschynomene falcata (Poir.)DC..					X
LEGUMINOSAE CAES.	Aeschynomene gracilis Vog.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Aeschynomene sensitiva Sw.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Affonsea aptera Vinha				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Andira fraxinifolia Benth.	X			X	
LEGUMINOSAE CAES.	Andira legalis (Vell.)Toledo	X				X
LEGUMINOSAE CAES.	Andira lewisii Pennington				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Andira nitida Mart. & Benth.	X			X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Arapatiella emarginata Cowan					X
LEGUMINOSAE CAES.	Arapatiella psilophylla (Harms) Cowan	X	X			
LEGUMINOSAE CAES.	Balizia pedicellaris (DC..)Barneby & Grimes	X			X	
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia angulosa Vog.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia carvalhoi Vaz					X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia cinnamonea DC..				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia forficata Link				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia longifolia (Bong.)Steud.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia microstachya (Raddi)Macbride				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia odoratissima Moric.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia outimouta Aubl.				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia smilacina (Schott)Steud.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Bauhinia sp		X			
LEGUMINOSAE CAES.	Bowdichia virgilioides H. B. K.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Calliandra bella Benth.				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Canavalia dolichothyrsa Lewis				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Canavalia parviflora Benth.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Canavalia rosea (Sw.)DC..				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Cassia sapindifolia Vog.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Centrosema brasilianum (L.)Benth.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Centrosema plumieri Benth.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista amorimii Barneby				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista cytisoides (Collad.)I. & B.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista duartei (I. & B.)I. & B.				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista flexuosa (L.)Greene				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista nictitans (L.)Greene				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Chamaecrista ramosa (Vog.)I. & B.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Clitoria falcata Lam.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Copaifera langsdorfii Desf.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Copaifera lucens Dwyer	X				X
LEGUMINOSAE CAES.	Cranocarpus martii Benth.				X	X
LEGUMINOSAE CAES.	Cratylia argentea (Desv.)O. Kuntze					X
LEGUMINOSAE CAES.	Cratylia hypargyrea Mart. & Benth.					X
LEGUMINOSAE CAES.	Crotalaria maypurensis Kunth.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Crotalaria retusa L.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Crotalaria stipularia Desv.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Dalbergia ecastophyllum (L.)Taub.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Dalbergia foliolosa Benth.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Dalbergia frutescens (Vell.)britt.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Dialium divaricatum Vahl.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Dialium guianense (Aubl.) Sandw.		X			
LEGUMINOSAE CAES.	Diploptropis purpurea (Rich.)Amsh.				X	
LEGUMINOSAE CAES.	Harleyodendron unifoliolatum Cowan	X			X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
LEGUMINOSAE CAES.	Swartzia reticulata Ducke	X	X			
LEGUMINOSAE CAES.	Swartzia sp			X		
LEGUMINOSAE MIM.	Crotalaria lanceolata E. Mey.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Crotalaria micans Link.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Crotalaria pallida Ait.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Dalbergia nigra (Vell.)Allem. & Benth.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Desmodium axillare (Sw.)DC..					X
LEGUMINOSAE MIM.	Desmodium incanum (Sw.)DC..					X
LEGUMINOSAE MIM.	Dioclea virgata (Rich.)Amsh.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Diploptropis incexis Rizz. & Matt.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Erythrina poeppigiana (Walp.)O.F.Cook					X
LEGUMINOSAE MIM.	Exostyles venusta Schott	X				X
LEGUMINOSAE MIM.	Indigofera suffruticosa Mill.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Inga capitata Desv.	X			X	X
LEGUMINOSAE MIM.	Inga fagifolia Willd.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Inga grazielae (Vinha)T. Pennington				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Inga marginata Willd.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Inga nuda Salzm. & Benth.					X
LEGUMINOSAE MIM.	Inga pleiogyna T. Pennington				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Inga sp		X	X		
LEGUMINOSAE MIM.	Macrolobium latifolium Vog.	X			X	
LEGUMINOSAE MIM.	Macrolobium rigidum Cowan				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Melanoxylon brauna Schott				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Mimosa ceratonia L.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Mimosa pellita H. & B. ex Willd.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Mimosa pigra L.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Mimosa pudica L.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Moldenhawera blanchetiana Tul.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Moldenhawera floribunda Schrad.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Mucuna sloanei Fawc. & Rendl.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Parkia bahiae H. C. Hopkins				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Periandra mediterranea (Vell.)Taub.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Phaseolus lunatus L.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Pithecellobium avaremotemo Mart. & Benth.				X	
LEGUMINOSAE MIM.	Pithecellobium sp			X		
LEGUMINOSAE PAP.	Leucaena leucocephala (Lam.)Dewit					X
LEGUMINOSAE PAP.	Machaerium angustifolium Vog.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Machaerium condensatum Kuhlm. & Hoehne					X
LEGUMINOSAE PAP.	Machaerium punctatum (Poir.)Pers.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Machaerium salzmanii Benth.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Machaerium sp			X		
LEGUMINOSAE PAP.	Mimosa paludosa Benth.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Mimosa polydactyla H.B.K.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Mucuna urens DC..					X
LEGUMINOSAE PAP.	Peltogyne pauciflora Benth.	X				X
LEGUMINOSAE PAP.	Piptadenia adiantoides (Spreng.)Macbr.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Pithecellobium filamentosum Benth.				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Pithecellobium pedicellare (DC.)Benth.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Platymiscium speciosum Vogel					X
LEGUMINOSAE PAP.	Pterocarpus rohrii Vahl.	X			X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Schizolobium excelsum Vog.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Schrankia leptocarpa DC..				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Sclerolobium densiflorum Benth.	X			X	
LEGUMINOSAE PAP.	Senna affinis (Benth.)Jl. & B.				X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Senna pinheiroi Irwin & Barneby				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Senna quinqueangulata (L. C. Rich.)Jl. & B.				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Senna splendida (Vog.)Jl. & B.				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Sophora tomentosa L.				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Stryphnodendron pulcherrimum (Willd.)Hoch.	X			X	
LEGUMINOSAE PAP.	Stylosanthes gracilis H. B. K.				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Stylosanthes viscosa Sw.				X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia acutifolia Vog.					X
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia apetala Raddi	X			X	
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia flaemingii Raddi				X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia macrostachya Benth.				X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia myrtifolia J. Smith	X			X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia oblata R. S. Cowan				X	
LEGUMINOSAE PAP.	Swartzia simplex (Sw.)Spreng.	X				X
LEGUMINOSAE PAP.	Tephrosia candida DC..					X
LEGUMINOSAE PAP.	Vataireopsis araroba (Aguiar)Ducke					X
LEGUMINOSAE PAP.	Zollernia latifolia Benth.				X	X
LEGUMINOSAE PAP.	Zollernia magnifica Carvalho & Barneby	X			X	X
LENTIBULARIACEAE	Sciaphila purpurea Benth.				X	
LENTIBULARIACEAE	Utricularia pusilla Vahl.				X	
LILIACEAE	Hagenbachia brasiliensis Nees & Mart.				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
LOGANIACEAE	Spigelia schlechtendaliana Mart.				X	
LOGANIACEAE	Strychnos alvimiana Krukoff & Barneby				X	
LOGANIACEAE	Strychnos bahiensis Krukoff & Barneby				X	X
LOGANIACEAE	Strychnos mattogrossensis S. Moore				X	
LOGANIACEAE	Strychnos recognita Krukoff & Barneby				X	
LOGANIACEAE	Strychnos romeu-belenii Krukoff & Barneby	X			X	X
LOGANIACEAE	Strychnos solimoesana Krukoff				X	
LOGANIACEAE	Strychnus sp		X			
LORANTHACEAE	Ixocactus macrophyllus Kuijt					X
LORANTHACEAE	Psittacanthus dichrous Mart.				X	
LYTHRACEAE	Cuphea flava Sprengel				X	
LYTHRACEAE	Cuphea racemosa (l. f.)Spreng.				X	
LYTHRACEAE	Cuphea sessilifolia Mart.				X	X
MALPIGHIACEAE	Bunchosia acuminata Dobson					X
MALPIGHIACEAE	Bunchosia itacarensis W. Anderson				X	
MALPIGHIACEAE	Byrsonima cacaophila W. Anderson					X
MALPIGHIACEAE	Byrsonima laevigata (Poir.)DC..					X
MALPIGHIACEAE	Byrsonima sericea DC..	X			X	X
MALPIGHIACEAE	Byrsonima stipulacea Adr. Juss.	X				X
MALPIGHIACEAE	Heteropterys anomala Adr. Juss.				X	X
MALPIGHIACEAE	Heteropterys coleoptera Adr. Juss.				X	
MALPIGHIACEAE	Heteropterys crinigera Griseb.				X	X
MALPIGHIACEAE	Heteropterys rubiginosa Adr. Juss.				X	
MALPIGHIACEAE	Heteropterys sanctorum W. Anderson					X
MALPIGHIACEAE	Hiraea sp		X			
MALPIGHIACEAE	Mezia araujei Schwacke ex Hied.				X	
MALPIGHIACEAE	Stigmaphyllon bahiense C. Anderson				X	X
MALPIGHIACEAE	Stigmaphyllon ciliatum (Lam.)Adr. Juss.				X	X
MALPIGHIACEAE	Stigmaphyllon macropodium Adr. Juss.				X	X
MALPIGHIACEAE	Tetrapterys acutifolia Cav.				X	
MALVACEAE	Hibiscus bifurcatus Cav.					X
MALVACEAE	Hibiscus pernambucensis Arruda				X	
MALVACEAE	Malachra helodes Mart.				X	
MALVACEAE	Pavonia castanaefolia St. Hil & Naud.				X	
MALVACEAE	Pavonia malacophylla (Link & Otto)Gurke				X	
MALVACEAE	Pavonia stipularis Krap.				X	
MALVACEAE	Sida linifolia Cav.				X	
MARANTACEAE	Calathea brasiliensis Koern.				X	X
MARANTACEAE	Calathea koernickeana Reg.				X	
MARANTACEAE	Calathea rotundifolia (Koch.) Koern.		X			
MARANTACEAE	Calathea rufibarba Fenzl.				X	X
MARANTACEAE	Calathea sp			X		
MARANTACEAE	Calathea sp1		X			
MARANTACEAE	Calathea sp2		X			
MARANTACEAE	Ischnosiphon sp			X		
MARANTACEAE	Ischnosiphon gracilis (Rudge)Koern.					X
MARANTACEAE	Maranta protracta Miq.				X	
MARANTACEAE	Monotagma grallatum Hagberg				X	X
MARANTACEAE	Monotagma laxum (Poepp. & Endl.)Schum.					X
MARANTACEAE	Monotagma sp		X			
MARANTACEAE	Saranthe unilateralis (Baker)L. Andersson				X	
MARANTACEAE	Stromanthe portea A. Griseb.				X	X
MARANTACEAE	Stromanthe sanguinea Sonder				X	
MARANTACEAE	Stromanthe sp		X			
MARATTIACEAE	Danaea elliptica Smith.		X			
MARCGRAVIACEAE	Norantea brasiliensis Choisy					X
MARCGRAVIACEAE	Souroubea guianensis Aubl.				X	
MELASTOMATACEAE	Aciotis acutiflora (Mart.)Triana					X
MELASTOMATACEAE	Aciotis purpurascens (Aubl.)Triana					X
MELASTOMATACEAE	Bertolonia carmoi Baumgratz		X		X	X
MELASTOMATACEAE	Clidemia biserrata DC..					X
MELASTOMATACEAE	Clidemia blepharodes DC..				X	
MELASTOMATACEAE	Clidemia capilliflora (Naud.)Cogn.				X	
MELASTOMATACEAE	Clidemia capitellata (Bonpl.)D. Don				X	X
MELASTOMATACEAE	Henriettea succosa (Aubl.) DC..	X		X	X	X
MELASTOMATACEAE	Leandra cuneata (Mart.)Cogn.				X	
MELASTOMATACEAE	Leandra dasythricha (A. Gray)Cogn.				X	
MELASTOMATACEAE	Leandra ionopogon (Mart.) Cogn.				X	
MELASTOMATACEAE	Leandra melastomoides Raddi					X
MELASTOMATACEAE	Leandra rhamnifolia (Naud.)Cogn.				X	X
MELASTOMATACEAE	Leandra rufescens (DC..)Cogn.				X	X
MELASTOMATACEAE	Marcetia ericoides (Spreng.)Cogn.				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia albicans (Sw.)Triana				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia amoena Triana				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia budlejoides Triana				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
MELASTOMATACEAE	Miconia calvescens DC..	X			X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia centrodesma Naud.				X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia ciliata (L. C. Rich.)DC..				X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia compressa Naud.				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia dodecandra (Desr.)Cogn.					X
MELASTOMATACEAE	Miconia holosericea (L.)DC..				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia hypoleuca (Benth.)Triana	X			X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia minutiflora (Bonpl.)DC..				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia mirabilis (Aubl.)L. Wms.	X	X		X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia nervosa (Smith.) Triana		X			X
MELASTOMATACEAE	Miconia octopetala Cogn.				X	X
MELASTOMATACEAE	Miconia pileata DC..				X	
MELASTOMATACEAE	Miconia prasina (Sw.)DC..	X				X
MELASTOMATACEAE	Miconia serrulata (DC..)Naud.					X
MELASTOMATACEAE	Miconia sp1		X	X		
MELASTOMATACEAE	Miconia sp2			X		
MELASTOMATACEAE	Miconia tomentosa (L. Rich.)Don				X	X
MELASTOMATACEAE	Mouriri bahiensis Morley				X	
MELASTOMATACEAE	Mouriri regeliana Cogn.	X			X	
MELASTOMATACEAE	Ossaea marginata (Desr.)Triana				X	
MELASTOMATACEAE	Pterolepis glomerata (Rottb.)Miquel					X
MELASTOMATACEAE	Tibouchina elegans (Gardn.)Cogn.	X			X	
MELASTOMATACEAE	Tibouchina paulo-alvini da Vinha				X	X
MELIACEAE	Guarea blanchetii Rizz.	X			X	X
MELIACEAE	Guarea guidonia (L.)Sleumer	X				X
MELIACEAE	Guarea kunthiana A. Juss.	X			X	X
MELIACEAE	Trichilia lepidota Mart.	X			X	X
MELIACEAE	Trichilia pleena A. Juss.					X
MELIACEAE	Trichilia pseudostipularis (Juss.)DC..					X
MELIACEAE	Trichilia ramalhoi Rizz.	X				X
MELIACEAE	Trichilia richardiana A. Juss.				X	X
MENISPERMACEAE	Borismene japurensis (Mart.)Barneby					X
MENISPERMACEAE	Chondrodendron microphyllum (Eichler) Mold.		X		X	X
MENISPERMACEAE	Cissampelos andromorpha DC..					X
MENISPERMACEAE	Curarea crassa Barneby					X
MONIMIACEAE	Bracteanthus atlanticus Jangoux				X	X
MONIMIACEAE	Mollinedia ovata Ruiz & Pavon				X	
MONIMIACEAE	Mollinedia selloi (Spreng.)A. DC..					X
MONIMIACEAE	Siparuna guianensis Aubl.	X				X
MONIMIACEAE	Siparuna tupinambarum Jangoux				X	
MORACEAE	Brosimum guianense (Aubl.)Huber	X				X
MORACEAE	Brosimum rubescens Taub.	X		X		X
MORACEAE	Brosimum sp		X			
MORACEAE	Cecropia pachystachya Trec.					X
MORACEAE	Clarisia ilicifolia (Spreng.)Lanj. & Rossb.					X
MORACEAE	Coussapoa glaziovii Sweth.					X
MORACEAE	Coussapoa pachyphylla Akk. & Berg	X				X
MORACEAE	Dorstenia appendiculata Miq.				X	X
MORACEAE	Dorstenia contensis Carauta & Berg					X
MORACEAE	Dorstenia hirta Desv.					X
MORACEAE	Dorstenia setosa Moric.				X	
MORACEAE	Ficus hirsuta Schott				X	
MORACEAE	Ficus sp			X		
MORACEAE	Helicostylis pedunculata Benoist					X
MORACEAE	Helicostylis tomentosa (P. & E.) Rusby	X	X		X	X
MORACEAE	Pourouma guianensis Aubl.	X		X		X
MORACEAE	Pourouma mollis Tréc.	X	X	X		X
MORACEAE	Pourouma velutina Miq.	X	X	X		X
MORACEAE	Sorocea guilleminiana Gaud.	X				X
MORACEAE	Sorocea hilarii Gaud.	X			X	X
MUSACEAE	Heliconia angusta Vell.				X	X
MUSACEAE	Heliconia richardiana Miq.		X		X	X
MUSACEAE	Heliconia sp			X		
MUSACEAE	Heliconia spatho-circinata Arist.				X	
MYRISTICACEAE	Virola gardneri (DC..) Warb.	X	X			X
MYRISTICACEAE	Virola officinalis Warb.	X				X
MYRSINACEAE	Conomorpha oblongifolia A. DC..					X
MYRSINACEAE	Myrsine coriacea (Sw.)Roem. & Schult.					X
MYRSINACEAE	Myrsine parvifolia A. DC..				X	
MYRSINACEAE	Myrsine umbellata Martius					X
MYRTACEAE	Calyptanthus grandifolia Berg	X			X	
MYRTACEAE	Campomanesia dichotoma (Berg)Mattos				X	
MYRTACEAE	Campomanesia guazumifolia (Cambess.)Berg					X
MYRTACEAE	Eugenia brasiliensis Lam.					X
MYRTACEAE	Eugenia christovana				X	

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
MYRTACEAE	<i>Eugenia cyclophylla</i> Berg				X	
MYRTACEAE	<i>Eugenia feijoi</i> Berg				X	
MYRTACEAE	<i>Eugenia ferreiraeana</i> Berg					X
MYRTACEAE	<i>Eugenia flamingensis</i> Berg					X
MYRTACEAE	<i>Eugenia itacarensis</i> Mattos	X			X	X
MYRTACEAE	<i>Eugenia itapemirimensis</i> Cambess.				X	
MYRTACEAE	<i>Eugenia longifolia</i> DC..	X			X	X
MYRTACEAE	<i>Eugenia magnifica</i> Spring	X				X
MYRTACEAE	<i>Eugenia mandioccensis</i> Berg	X			X	X
MYRTACEAE	<i>Eugenia pruniformis</i> Cambess.	X			X	
MYRTACEAE	<i>Eugenia puniceifolia</i> (Kunth)DC..					X
MYRTACEAE	<i>Eugenia schottiana</i> Berg					X
MYRTACEAE	<i>Eugenia</i> sp		X			
MYRTACEAE	<i>Gomidesia langsdorfii</i> C. C. Berg	X				X
MYRTACEAE	<i>Gomidesia martiana</i> Berg				X	
MYRTACEAE	<i>Gomidesia</i> sp			X		
MYRTACEAE	<i>Marlierea eugenioides</i> (Cambess.)Legrand				X	
MYRTACEAE	<i>Marlierea regeliana</i> Berg				X	
MYRTACEAE	<i>Marlierea silvatica</i> (Gardner)Kiaerskou				X	
MYRTACEAE	<i>Marlierea</i> sp		X			
MYRTACEAE	<i>Marlierea tomentosa</i> Cambess.	X			X	
MYRTACEAE	<i>Myrcia acuminatissima</i> Berg	X				X
MYRTACEAE	<i>Myrcia fallax</i> (Rich.)DC..	X			X	
MYRTACEAE	<i>Myrcia gigantea</i> Berg	X				X
MYRTACEAE	<i>Myrcia guianensis</i> (Aubl.)DC..				X	
MYRTACEAE	<i>Myrcia hirtiflora</i> DC..				X	
MYRTACEAE	<i>Myrcia luschnathiana</i> Berg					X
MYRTACEAE	<i>Myrcia micropetala</i> Berg					X
MYRTACEAE	<i>Myrcia pubiflora</i> DC..	X			X	X
MYRTACEAE	<i>Myrcia rostrata</i> DC..				X	
MYRTACEAE	<i>Myrcia sapiaria</i> DC..					X
MYRTACEAE	<i>Myrcia</i> sp		X	X		
MYRTACEAE	<i>Myrcia sylvatica</i> Mey.)DC..				X	
MYRTACEAE	<i>Myrciaria floribunda</i> (West & Willd)Berg					X
MYRTACEAE	<i>Plinia callosa</i> Sobral				X	X
MYRTACEAE	<i>Plinia</i> sp nov. ined.		X			
MYRTACEAE	<i>Psidium cattleyanum</i> Sabine					X
NYCTAGINACEAE	<i>Boerhavia diffusa</i> L.				X	
NYCTAGINACEAE	<i>Guapira laxiflora</i> (Choisy)Lundell	X			X	X
NYCTAGINACEAE	<i>Guapira nitida</i> (Mart.)Lund.	X				X
NYCTAGINACEAE	<i>Guapira opposita</i> (Vell.)Reitz	X			X	
NYCTAGINACEAE	<i>Guapira pernambucensis</i> (Casar.)Lundell				X	
NYCTAGINACEAE	<i>Guapira</i> sp		X	X		
NYCTAGINACEAE	<i>Neea macrophylla</i> Poepp. & Endl.					X
NYCTAGINACEAE	<i>Neea oppositifolia</i> R. & P.				X	
NYCTAGINACEAE	<i>Neea spectabilis</i> Choisy					X
NYCTAGINACEAE	<i>Neea verticillata</i> Ruiz & Pavon					X
OCHNACEAE	<i>Elvasia tricarpellata</i> Sastre	X				X
OCHNACEAE	<i>Ouratea crassa</i> van Thueghem				X	
OCHNACEAE	<i>Ouratea decipiens</i> Van Tieghem				X	X
OCHNACEAE	<i>Ouratea gigantophylla</i> (Erhard)Engl.	X			X	X
OCHNACEAE	<i>Ouratea longipes</i> Sastre				X	
OCHNACEAE	<i>Sauvagesia erecta</i> L.				X	
OCHNACEAE	<i>Sauvagesia sprengelii</i> St. Hil.				X	
OLACACEAE	<i>Aptandra tubicina</i> (Poepp.)Miers.	X				X
OLACACEAE	<i>Dulacia papillosa</i> (Rangel)Sleumer				X	
OLACACEAE	<i>Heisteria brasiliensis</i> Engl.				X	
OLACACEAE	<i>Heisteria ovata</i> Benth.				X	
OLACACEAE	<i>Heisteria perianthomega</i> (Vell.)Sleumer					X
OLACACEAE	<i>Schoepfia brasiliensis</i> A. DC..				X	
OLACACEAE	<i>Tetrastylidium grandifolium</i> (Baill.) Sleum.			X	X	X
OLACACEAE	<i>Ximenia americana</i> L.				X	
ONAGRACEAE	<i>Ludwigia tomentosa</i> (Cambess.)Hara				X	
ORCHIDACEAE	<i>Brassavola cebolleta</i> Rchb. f.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Catasetum discolor</i> Lindl.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Elleanthus linifolius</i> Presl.					X
ORCHIDACEAE	<i>Encyclia capartiana</i> (Lind.)Fow. & Dur.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Encyclia dichroma</i> (Lind.)Schltr.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Epidendrum cinnabarinum</i> Salzm.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Epidendrum densiflorum</i> Lindl.					X
ORCHIDACEAE	<i>Epidendrum longicolle</i> Lindl.					X
ORCHIDACEAE	<i>Epidendrum rigidum</i> Jacq.					X
ORCHIDACEAE	<i>Epistephium lucidum</i> Cogn.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Habenaria fastor</i> Warm.				X	
ORCHIDACEAE	<i>Habenaria pratensis</i> (Lindl.)Rchb. f.					X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
ORCHIDACEAE	Koellensteinia altissima Pabst				X	
ORCHIDACEAE	Koellensteinia graminea Reichb. f.				X	X
ORCHIDACEAE	Octomeria rhombilabia					X
ORCHIDACEAE	Oeceoclades maculata Lindl.				X	X
ORCHIDACEAE	Oncidium flexuosum Sims.					X
ORCHIDACEAE	Sobralia liliastrum Lindl.				X	
ORCHIDACEAE	Stenorrhynchus lanceolatus (Aubl.)L. C. Rich.				X	X
ORCHIDACEAE	Vanilla chamissonis Klotzsch.				X	
OXALIDACEAE	Oxalis barrelieri L.					X
OXALIDACEAE	Oxalis cytisoides Mart. & Zucc.Ex Zucc.					X
PASSIFLORACEAE	Passiflora amethystina Mikan				X	X
PASSIFLORACEAE	Passiflora edulis Sims.				X	
PASSIFLORACEAE	Passiflora misera H. B. K.				X	
PASSIFLORACEAE	Passiflora mucronata Lam.				X	
PASSIFLORACEAE	Passiflora watsoniana Mast.				X	
PASSIFLORACEAE	Tetrastylis ovalis (Vell.)Killip.				X	
PIPERACEAE	Peperomia magnoliaefolia (Jacq.)A. Dietr.				X	X
PIPERACEAE	Peperomia rotundifolia (L.)H. B. K.					X
PIPERACEAE	Peperomia uapensis Yuncker				X	
PIPERACEAE	Peperomia urocarpa F. & M.				X	
PIPERACEAE	Piper aequale Vahl.				X	
PIPERACEAE	Piper amplum Kunth.				X	
PIPERACEAE	Piper arboreum Aubl.					X
PIPERACEAE	Piper corcovadensis (Miq.)C. DC..					X
PIPERACEAE	Piper dilatatum L. C. Rich.		X		X	X
PIPERACEAE	Piper gigantifolium C. DC..				X	
PIPERACEAE	Piper hayneanum C. DC..					X
PIPERACEAE	Piper hispidum H. B. K.				X	
PIPERACEAE	Piper hoffmannseggianum R. & S.				X	X
PIPERACEAE	Piper ilheusense Yuncker				X	X
PIPERACEAE	Piper klotzschianum (Kunth.)C. DC..				X	
PIPERACEAE	Piper robustipedunculum Yunck				X	
PIPERACEAE	Piper sp		X	X		
POACEAE	Alvimia auriculata Soder. & Londono					X
POACEAE	Atractantha aureolanata Judziewicz				X	
POACEAE	Chusquea bahiana L. G. Clark				X	
POACEAE	Dactyloctenium aegyptium (L.)Willd.				X	
POACEAE	Digitaria insularis (L.)Mez & Ekman				X	
POACEAE	Echinolaena inflexa (Poir.)Chase				X	
POACEAE	Eremitis glabra Hollowell & Soderstrom				X	
POACEAE	Eremitis robusta Hollowell & Soderstrom				X	
POACEAE	Eustachys caribea (Spreng.)Herter.				X	
POACEAE	Ichnanthus drepanophyllus Mez.				X	
POACEAE	Ichnanthus lancifolius Mez				X	
POACEAE	Ichnanthus nemoralis (Schrad.ex R.&S.)H. & C.				X	
POACEAE	Luziola bahiensis (Steud.)Hitchc.				X	
POACEAE	Melinis minutiflora Beauv.					X
POACEAE	Olyra ecaudata Doell.					X
POACEAE	Olyra latifolia L.				X	
POACEAE	Panicum pilosum Sw.				X	
POACEAE	Paradiolyra ramosissima (Trin.)S. & Z.				X	X
POACEAE	Pariana lanceolata Trin.				X	
POACEAE	Paspalum decumbens Sw.				X	
POACEAE	Paspalum parviflorum Rhodde.				X	
POACEAE	Paspalum restingense Renvoize				X	
POACEAE	Paspalum vaginatum Sw.				X	
POACEAE	Pharus lappulaceus Aubl.				X	
POACEAE	Pharus latifolius L.				X	
POACEAE	Piresia leptophylla Soderstrom				X	
POACEAE	Raddia distichophylla Schrad. ex Nees				X	
POACEAE	Raddiella esenbeckii (Steud.)Cald. & Soderst.				X	
POACEAE	Sporobolus virginicus (L.)Kunth.				X	
POACEAE	Stenotaphrum secundatum (Walt.)Kuntze				X	
POACEAE	Sucrea monophylla Soderstrom				X	X
POLYGALACEAE	Bredemeyera autranii Chodat				X	
POLYGALACEAE	Bredemeyera laurifolia (St.Hil. & Moq.)Kl. & Benn.					X
POLYGALACEAE	Coccoloba graziovii Lind.				X	
POLYGALACEAE	Coccoloba ilheensis Wedd.	X			X	
POLYGALACEAE	Coccoloba marginata Benth.	X			X	
POLYGALACEAE	Coccoloba parimensis Benth.				X	
POLYGALACEAE	Polygala pulcherrima Kuhl.					X
POLYGONACEAE	Antigonum leptopus H. & A.					X
POLYGONACEAE	Coccoloba arborescens (Vell.)How.					X
POLYGONACEAE	Coccoloba confusa (Vell.)How.					X
POLYGONACEAE	Coccoloba oblonga Lind.					X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
POLYGONACEAE	Coccoloba sp			X		
POLYGONACEAE	Polygala cyparissias St. Hil. & Moq.				X	
POLYGONACEAE	Polygala grandifolia St. Hil.				X	
POLYGONACEAE	Polygala obovata St. Hil.				X	
POLYGONACEAE	Polygonum acuminatum H. B. K.					X
QUIINACEAE	Lacunaria decastyla (Radlk.)Ducke				X	
QUIINACEAE	Quiina glaziovii Engl.	X			X	
RANUNCULACEAE	Clematis dioica L.				X	X
RAPATEACEAE	Rapatea paludosa Aubl.					X
RHAMNACEAE	Reissekia smilacina (Sm.)Steud.				X	
ROSACEAE	Prunus sellowii Hoehne					X
RUBIACEAE	Alibertia edulis (L. Rich.)A.Rich. & DC..					X
RUBIACEAE	Alibertia elliptica (Cham.)Schum.					X
RUBIACEAE	Alibertia sessilis K. Schum.					X
RUBIACEAE	Alibertia sp		X			
RUBIACEAE	Amaioua guianensis Aubl.					X
RUBIACEAE	Amaioua intermedia Mart.			X		
RUBIACEAE	Amaioua pilosa K. Schum.				X	
RUBIACEAE	Amaioua sp		X			
RUBIACEAE	Augusta longifolia (Spreng.)Rehder				X	
RUBIACEAE	Bathysa mendoncae Schum. & Char.				X	
RUBIACEAE	Borreria capitata (Ruiz. & Pav.)DC..				X	
RUBIACEAE	Chiococca alba (L.)Hitch.				X	X
RUBIACEAE	Chiococca brachiata Ruiz & Pav.				X	
RUBIACEAE	Chiococca densifolia Muell. Arg.				X	
RUBIACEAE	Coffea arabica L.					X
RUBIACEAE	Coussarea graciliflora (Mart.)Benth. & Hook					X
RUBIACEAE	Coussarea ilheotica M. Arg. & Char.					X
RUBIACEAE	Coussarea sp			X		
RUBIACEAE	Diodia spicata Miq.					X
RUBIACEAE	Emmeorhiza umbellata (Spreng.)Schum.				X	X
RUBIACEAE	Faramea axilliflora DC..				X	
RUBIACEAE	Faramea blanchetiana M. Arg.				X	
RUBIACEAE	Faramea glaziovii M. Arg.					X
RUBIACEAE	Faramea martiana M. Arg. & Char.					X
RUBIACEAE	Faramea multiflora A. Richard					X
RUBIACEAE	Faramea sp		X			
RUBIACEAE	Faramea truncata (Vell.)M. Arg.					X
RUBIACEAE	Gonzalagunia dicocca Cham. & Schl.				X	X
RUBIACEAE	Guettarda platypoda DC..				X	
RUBIACEAE	Guettarda viburnoides Cham. & Schldl.				X	
RUBIACEAE	Hamelia patens Jacq.					X
RUBIACEAE	Ixora grandifolia Muell. Arg.				X	
RUBIACEAE	Ixora odorata Hook.					X
RUBIACEAE	Malanea harleyi Steyermark				X	
RUBIACEAE	Malanea macrophylla Bartl. in Griseb.	X			X	
RUBIACEAE	Malanea martiana M. Arg.				X	
RUBIACEAE	Mitracarpus villosus (Sw.)Cham. & Schl.				X	
RUBIACEAE	Pagamea harleyi Steyerm.				X	
RUBIACEAE	Palicourea erecta (Aubl.)Standl & Steyerm.				X	
RUBIACEAE	Palicourea guianensis Aubl.	X			X	X
RUBIACEAE	Palicourea macrobotrys (R. & P.)Roem.				X	X
RUBIACEAE	Perama hirsuta Aubl.				X	
RUBIACEAE	Posoqueria latifolia (Rudge)Roem. & Schult.				X	X
RUBIACEAE	Posoqueria longiflora Aubl.				X	X
RUBIACEAE	Posoqueria macrocarpus Mart.				X	
RUBIACEAE	Posoqueria trinitatis DC..					X
RUBIACEAE	Psychotria bahiensis DC..					X
RUBIACEAE	Psychotria carthagenensis Jacq.		X	X	X	X
RUBIACEAE	Psychotria cephalantha (Muell. Arg.)Standl.				X	
RUBIACEAE	Psychotria cupularis (Muell. Arg.)Standl.				X	
RUBIACEAE	Psychotria deflexa DC..				X	X
RUBIACEAE	Psychotria erecta (Aubl.)Standl. & Steyerm.				X	
RUBIACEAE	Psychotria jambosoides Schl. & Char.			X		
RUBIACEAE	Psychotria mapourioides DC..	X		X		X
RUBIACEAE	Psychotria megalocalyx M. Arg. & Char.				X	X
RUBIACEAE	Psychotria myriantha M. Arg.				X	
RUBIACEAE	Psychotria orchideanum Stand.					X
RUBIACEAE	Psychotria platypoda DC..			X	X	
RUBIACEAE	Psychotria purpurascens Muell. Arg.		X			
RUBIACEAE	Psychotria racemosa (Aubl.)Raeusch.				X	X
RUBIACEAE	Psychotria sessilis (Vell.)M. Arg.				X	
RUBIACEAE	Psychotria sp		X			
RUBIACEAE	Psychotria sp1			X		
RUBIACEAE	Psychotria sp2			X		

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
RUBIACEAE	Psychotria stachyoides Benth.				X	
RUBIACEAE	Randia armata (Sw.)DC..	X			X	X
RUBIACEAE	Richardia brasiliensis Gomes				X	
RUBIACEAE	Richardia grandiflora (Cham. & Schl.)Steud.				X	
RUBIACEAE	Sabicea cinerea Aubl.				X	
RUBIACEAE	Sabicea grisea Cham. & Schlecht.				X	
RUBIACEAE	Salzmannia nitida DC..				X	X
RUBIACEAE	Simira glaziovii (K. Chum.) Steyerem.			X		
RUBIACEAE	Simira sp		X			
RUBIACEAE	Tocoyena bullata (Vell.) Mart.		X			
RUBIACEAE	Tocoyena formosa (Cham. & Schl.)K. Schum.					X
RUTACEAE	Almeidea coerulea (Nees & Mart.)St. Hil.				X	X
RUTACEAE	Angostura cuneifolia (St. Hil.)Albuq.					X
RUTACEAE	Angostura macrophylla (Mik.)Engl.				X	X
RUTACEAE	Conchocarpus cyrtanthus Kallunki				X	
RUTACEAE	Conchocarpus gaudichaudianus St. Hil.				X	
RUTACEAE	Conchocarpus macrophyllus Mik.				X	
RUTACEAE	Conchocarpus mastigophorus Kallunki				X	X
RUTACEAE	Esenbeckia grandiflora Mart.				X	
RUTACEAE	Esenbeckia leiocarpa Engl.	X			X	X
RUTACEAE	Galipea simplicifolia (Nees & Mart.)Engl.& Mart.				X	
RUTACEAE	Metrodorea nigra St. Hil.					X
RUTACEAE	Monnieria bahiensis Engl.					X
RUTACEAE	Neoraputia magnifica (Engl.)Emmerich				X	X
RUTACEAE	Neoraputia maracasana Kaastra				X	
RUTACEAE	Neoraputia trifoliata (Engl.)Emmerich				X	X
RUTACEAE	Pilocarpus sp			X		
RUTACEAE	Pilocarpus grandiflorus Engl.					X
RUTACEAE	Pilocarpus riedelianus Engl.	X			X	X
RUTACEAE	Rauia nodosa (Engl.)Kallunki					X
RUTACEAE	Rauia resinosa Nees & Mart.					X
RUTACEAE	Rauia sp		X			
RUTACEAE	Zanthoxylum nemorale Mart.					X
RUTACEAE	Zanthoxylum nigrum Mart.					X
RUTACEAE	Zanthoxylum rhoifolium Lam.	X			X	
SAPINDACEAE	Cardiospermum grandiflorum Sw.				X	
SAPINDACEAE	Cardiospermum integerrimum Radlk.				X	
SAPINDACEAE	Cupania oblongifolia Mart.					X
SAPINDACEAE	Cupania racemosa Radlk.	X				X
SAPINDACEAE	Matayba discolor (Spreng.)Radlk.				X	
SAPINDACEAE	Paullinia confertiflora Radlk.				X	
SAPINDACEAE	Paullinia sp			X		
SAPINDACEAE	Paullinia trigonia Vell.					X
SAPINDACEAE	Serjania communis Camb.					X
SAPINDACEAE	Serjania encardia Radlk.				X	
SAPINDACEAE	Serjania racemosa Wawra				X	
SAPINDACEAE	Serjania salzmanniana Schl.				X	
SAPINDACEAE	Talisia elephantipes Sandw.					X
SAPINDACEAE	Talisia sp		X	X		
SAPOTACEAE	Chrysophyllum ebenaceum					X
SAPOTACEAE	Chrysophyllum flexuosum Martius				X	
SAPOTACEAE	Chrysophyllum gonocarpum (Mart. & Eichl.)Engl.	X				X
SAPOTACEAE	Chrysophyllum lucentifolium Cronq.				X	X
SAPOTACEAE	Chrysophyllum sp		X			
SAPOTACEAE	Chrysophyllum splendens Sprengel					X
SAPOTACEAE	Diploon cuspidatum (Hoehne)Cronq.	X				X
SAPOTACEAE	Ecclinusa ramiflora Mart.	X				X
SAPOTACEAE	Manilkara longifolia (A. DC..)Dubard	X				X
SAPOTACEAE	Manilkara maxima Penn.	X	X	X	X	X
SAPOTACEAE	Manilkara salzmannii (DC..)Lam.					X
SAPOTACEAE	Manilkara sp			X		
SAPOTACEAE	Micropholis compta Pierre	X				X
SAPOTACEAE	Micropholis crassipedicellata (Mart. & Eichl.)Pierre					X
SAPOTACEAE	Micropholis gardneriana (DC..)Pierre					X
SAPOTACEAE	Micropholis guyanensis (DC..)Pierre	X				X
SAPOTACEAE	Pouteria bangii (Rusby)Pennington	X				X
SAPOTACEAE	Pouteria bilocularis (Winkler)Baehni	X			X	X
SAPOTACEAE	Pouteria cuspidata (A. DC..)Baehni	X				X
SAPOTACEAE	Pouteria gardneri (Martius & Miquel)Baehni				X	
SAPOTACEAE	Pouteria grandiflora (A. DC..)Baehni					X
SAPOTACEAE	Pouteria guianensis Aublet					X
SAPOTACEAE	Pouteria hispida					X
SAPOTACEAE	Pouteria macahensis (Glaz.)Pennington				X	X
SAPOTACEAE	Pouteria microstrigosa Pennington					X
SAPOTACEAE	Pouteria procera (Martius)Pennington	X				X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
SAPOTACEAE	Pouteria reticulata (Engler)Eyma	X				X
SAPOTACEAE	Pouteria sp		X	X		
SAPOTACEAE	Pradosia bahiensis				X	
SAPOTACEAE	Pradosia lactescens (Vell.)Radlk.	X				X
SAPOTACEAE	Sprucella crassipedicellata (Mart. & Endl.)Pires					X
SCROPHULARIACEAE	Schlegelia parviflora (Derst.)Monachino					X
SIMAROUBACEAE	Picramnia coccinea W. Thomas		X		X	X
SIMAROUBACEAE	Picramnia glazioviana Engl.	X				X
SIMAROUBACEAE	Simaba cedron Planch.					X
SIMAROUBACEAE	Simaba guianensis Aubl.					X
SIMAROUBACEAE	Simarouba amara Aubl.					X
SMILACACEAE	Smilax pseudosiphilitica Vell.				X	
SOLANACEAE	Brunfelsia clandestina Plowman	X			X	
SOLANACEAE	Brunfelsia fasciculata (Vell.)Sendt.				X	
SOLANACEAE	Brunfelsia micrantha Sendt.				X	
SOLANACEAE	Cestrum amictum Schlecht					X
SOLANACEAE	Cestrum axillare Vell.				X	
SOLANACEAE	Cestrum retrofractum Dunal				X	
SOLANACEAE	Cestrum salzmännii Dunal				X	
SOLANACEAE	Dyssochroma viridiflorus (Sims)Miers.					X
SOLANACEAE	Lycianthes pauciflora (Vahl)Bitter				X	X
SOLANACEAE	Schwenkia americana L.				X	
SOLANACEAE	Schwenkia paniculata (Raddi)Carv.				X	
SOLANACEAE	Solanum alternato-pinnatum Steud.					X
SOLANACEAE	Solanum asperum Mart.				X	
SOLANACEAE	Solanum asterophorum Mart.				X	
SOLANACEAE	Solanum evonymoides Sendtn.				X	
SOLANACEAE	Solanum melissarum Bohs				X	
SOLANACEAE	Solanum paniculatum L.				X	
SOLANACEAE	Solanum polytrichum Moric.				X	
SOLANACEAE	Solanum robustum Wendl.				X	
SOLANACEAE	Solanum rugosum Dunal				X	
SOLANACEAE	Solanum rupicola Sendt.				X	
SOLANACEAE	Solanum santosii S. Kanpp				X	
SOLANACEAE	Solanum stipulaceum Roem. & Schult.				X	
STERCULIACEAE	Cola acuminata Schott & Endl.					X
STERCULIACEAE	Dombeya wallichii Benth. & Hook.					X
STERCULIACEAE	Sterculia chicha St. Hil. & Turpin					X
STERCULIACEAE	Sterculia excelsa C. Martius	X				X
STERCULIACEAE	Sterculia sp		X			
STERCULIACEAE	Sterculia speciosa Schum.					X
STERCULIACEAE	Theobroma bicolor Humbl. & Bonpl.					X
STERCULIACEAE	Theobroma cacao L.					X
STERCULIACEAE	Theobroma grandiflorum (Willd. & Spreng.)Schum.					X
STERCULIACEAE	Theobroma speciosa Willd. & Spreng.					X
STERCULIACEAE	Theobroma subincanum Mart.					X
STERCULIACEAE	Waltheria cinerescens St. Hil.				X	
STERCULIACEAE	Waltheria indica L.				X	
STYRACACEAE	Styrax glabratus Spreng.				X	
THYMELAEACEAE	Daphnopsis sanctae-teresae Nevling		X		X	
TILIACEAE	Apeiba albiflora Ducke				X	X
TILIACEAE	Luehea divaricata Mart.					X
TILIACEAE	Triumfetta althaeoides Lam.				X	X
TILIACEAE	Triumfetta rhomboidea Jaq.				X	
TRIGONIACEAE	Trigonía nivea Camb.					X
TURNERACEAE	Turnera annularis Urban				X	
TURNERACEAE	Turnera subulata Sm.				X	
TYPHACEAE	Typha domingensis Pers.					X
ULMACEAE	Celtis glycyarpa Mart. & Miq.					X
ULMACEAE	Trema micrantha (L.)Blume					X
VELLOZIACEAE	Vellozia dasypus Seubert				X	
VERBENACEAE	Aegiphila fluminensis Vell.				X	X
VERBENACEAE	Aegiphila macrantha Ducke				X	
VERBENACEAE	Aloysia lycioides Steud.				X	
VERBENACEAE	Citharexylum myrianthum Cham.				X	
VERBENACEAE	Ghinia spicata (Aubl.)Moldenke				X	
VERBENACEAE	Lantana camara L.				X	
VERBENACEAE	Lantana macrophylla (Cham.)Schauer				X	
VERBENACEAE	Lantana undulata Schrank				X	X
VERBENACEAE	Stachytarpheta polyura Schauer				X	
VERBENACEAE	Tamonea spicata Aubl.				X	X
VERBENACEAE	Vitex orinocensis H. B. K.	X		X		X
VIOLACEAE	Cissus paucinervea Lombardi					X
VIOLACEAE	Cissus verticillata (L.)Nicolson & Jarvis					X
VIOLACEAE	Noisetia orchidiflora (Rudge)Ging				X	X

Família	Nome científico	PESC	Caititu	Capitao	Itacaré	Uruçuca
VIOLACEAE	Paypayrola blanchetiana Tul.	X	X	X	X	X
VIOLACEAE	Rinorea bahiensis (Moric.)O. Kuntze				X	
VIOLACEAE	Rinorea guianensis Aubl.	X			X	
VITACEAE	Cissus erosa L. C. Rich.				X	
VOCHYSIACEAE	Vochysia riedeliana Stafl.	X			X	

Anexo II - Lista de espécies de plantas amostradas no levantamento realizado em quatro áreas do Parque Estadual Serra do Conduru e status atual de conservação das espécies. (Legenda para Status - END = Espécie endêmica do Sul da Bahia; IUCN = Espécie catalogada na lista vermelha da IUCN; EXO = Espécie exótica). Para legendas de Categoria consultar o texto.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
ACHARIACEAE	Carpotroche brasiliensis Endl.	Fruto-de-paca			1				1
ANACARDIACEAE	Tapirira guianensis Aubl.	Pau-pombo			1		1	2	4
ANNONACEAE	Annona salzmannii A. DC.						1		1
ANNONACEAE	ANNONACEAE sp. 1						1		1
ANNONACEAE	ANNONACEAE sp. 2						1		1
ANNONACEAE	Guatteria blanchetiana R.E.Fr.				1				1
ANNONACEAE	Guatteria candolleana Schtdl.				1				1
ANNONACEAE	Guatteria sp. 1				1			1	2
ANNONACEAE	Rollinia bahiensis		END + IUCN	VU B1+2c				1	1
ANNONACEAE	Xylopia ochrantha Mart.							1	1
ANNONACEAE	Xylopia sp. 1					1			1
ANNONACEAE	Xylopia sp. 2						1		1
APOCYNACEAE	Aspidosperma discolor A. DC.	Peroba-de-gomo			3	4			7
APOCYNACEAE	Aspidosperma thomasii Marc.-Ferr.		END			4			4
APOCYNACEAE	Himatanthus phagedaenicus (Mart.) Woodson	Janaúba, Agoniada					3	4	7
APOCYNACEAE	Lacmellea aculeata (Ducke) Monach.				2				2
APOCYNACEAE	Rauwolfia bahiensis A. DC.				2				2
APOCYNACEAE	Tabernaemontana flavicans Willd. ex Roem. & Schult.					1		5	6
ARALIACEAE	Schefflera morototoni (Aubl.) Maguire, Steyerl. & Frodin	Matatauba			1			15	16
ARECACEAE	Bactris ferruginea Burret	Tucum, Mané-velho						3	3
ARECACEAE	Euterpe edulis Mart.	Palmito Jussara			14	9	6		29
ARECACEAE	Syagrus botryophora (Mart.) Mart.	Pati	IUCN	LR/nt				3	3
ASTERACEAE	Vernonanthura diffusa (Less.) H.Rob.						4	3	7
BIGNONIACEAE	Tabebuia cassinoides DC.	Caixeta				1	1		2
BORAGINACEAE	Cordia ecalyculata Vell.				2	1		6	9
BORAGINACEAE	Cordia magnoliaefolia Cham.				1	3	2		6
BORAGINACEAE	Cordia nodosa Lam.	Baba-de-boi branco			1			1	2
BORAGINACEAE	Cordia sp. 1				1				1
BURSERACEAE	Protium aracouchini (Aubl.) Marchand	Breu-branco-da-praia			1	2	2		5
BURSERACEAE	Protium icariba (DC.) Marchand var. talmonii Daly		END		3	4	1		8
BURSERACEAE	Protium sp. 1					1	2		3
BURSERACEAE	Protium warmingianum Marchand				3	2	1		6
BURSERACEAE	Tetragastris catuaba Soares da Cunha	Catuaba, Breu-almécega				1			1
CELASTRACEAE	Cheiloclinium cognatum (Miers) A.C.Sm.				3		1		4
CELASTRACEAE	Maytenus distichophylla Mart. ex Reiss.					1	3		4
CHRYSOBALANACEAE	CHRYSOBALANACEAE sp. 1					1			1
CHRYSOBALANACEAE	CHRYSOBALANACEAE sp. 2						1		1
CHRYSOBALANACEAE	Couepia belemii Prance	Oiti-boi				1			1
CHRYSOBALANACEAE	Couepia bondarii Prance		END			1			1
CHRYSOBALANACEAE	Couepia pernambucensis Prance				1				1
CHRYSOBALANACEAE	Hirtella bahiensis Prance							1	1
CHRYSOBALANACEAE	Hirtella triandra Sw.				1				1
CHRYSOBALANACEAE	Licania belemii Prance					2	3		5
CHRYSOBALANACEAE	Licania kunthiana Hook. f.	Oiti				1			1
CHRYSOBALANACEAE	Licania lamentanda Prance		END		1	1			2

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
CHRYSOBALANACEAE	Licania littoralis Warm.		END		2	1			3
CHRYSOBALANACEAE	Parinari alvimii Prance	Oiti-cumbuca	END			1			1
CHRYSOBALANACEAE	Stephanopodium blanchetianum Baill.	Borboleta				3	1		4
CHRYSOBALANACEAE	Stephanopodium magnifolium Prance	Borboleta	END + IUCN	VU D2	1	2			3
CHRYSOBALANACEAE	Stephanopodium sp. 1					2			2
CLUSIACEAE	Clusia palmicida Rich. ex Planch. & Triana				1				1
CLUSIACEAE	Garcinia gardneriana (Planch. & Triana) Zappi					5			5
CLUSIACEAE	Garcinia macrophylla				3		2		5
CLUSIACEAE	Kielmeyera itacarensis N.Saddi	Pau-santo			3				3
CLUSIACEAE	Tovomita choisyana Planch. & Triana					3	2		5
CLUSIACEAE	Tovomita mangle G. Mariz	Mangue-da-mata				2			2
CLUSIACEAE	Vismia ferruginea Humb., Bonpl. & Knuth						1	2	3
COMBRETACEAE	Buchenavia capitata Eichl.				1				1
CYATHEACEAE	Cyathea corcovadensis Domin					1			1
EBENACEAE	Diospyros guatterioides A.C.Sm.						1		1
EBENACEAE	Diospyros sp. 1				1				1
EBENACEAE	Diospyros sp. 2						1		1
ELAEOCARPACEAE	Sloanea guianensis Benth.	Gindiba-preta			1				1
ELAEOCARPACEAE	Sloanea sp. 1				1	1			2
ERYTHROXYLACEAE	Erythroxylum cf. citrifolium A. St.-Hil.					1			1
EUPHORBIACEAE	Actinostemon appendiculatus Jabl.						1		1
EUPHORBIACEAE	Actinostemon concolor (Spreng.) Müll.Arg.						2		2
EUPHORBIACEAE	Croton macrobothrys Baill.	Velame-de-lixia						5	5
EUPHORBIACEAE	EUPHORBIACEAE sp. 1				1	6	3		10
EUPHORBIACEAE	Glycydendron amazonicum Ducke					1	2		3
EUPHORBIACEAE	Hevea brasiliensis (Willd. ex Adr.Juss.) Müll.Arg.	Seringueira	EXO					4	4
EUPHORBIACEAE	Hyeronima oblonga Müll.Arg.							2	2
EUPHORBIACEAE	Mabea piriri Aubl.	Leiteira			2	1			3
EUPHORBIACEAE	Pausandra morisiana Radlk.					11			11
EUPHORBIACEAE	Pera glabrata Poepp. ex Baill.	Pau-de-tamanco, Pau-óleo-branco						7	7
EUPHORBIACEAE	Pogonophora schomburgkiana Miers ex Benth.	Cocão, Gema-de-ovo				1		1	2
FABACEAE	Abarema cochliacarpos (Gomes) Barneby & J.W. Grimes		IUCN	VU B1+2c		1			1
FABACEAE	Andira fraxinifolia Benth.	Angelim			1		1		2
FABACEAE	Andira legalis (Vell.) Toledo						1		1
FABACEAE	Andira nitida Mart. ex Benth.	Angelim					1		1
FABACEAE	Andira sp. 1				1				1
FABACEAE	Arapatiella psilophylla (Harms) R.S. Cowan	Faveca-vermelha	IUCN	VU B1+2c		2			2
FABACEAE	Balizia pedicellaris (DC.) Barneby & J.W. Grimes	Juerana-branca			1		1	1	3
FABACEAE	Bauhinia ovata Vog.	Pé-de-cabra						1	1
FABACEAE	Copaifera lucens Dwyer	Pau-óleo-copaiba			1	1	1		3
FABACEAE	Exostyles venusta Schott ex Spreng.	Mucitaiba-folha-miuda			1				1
FABACEAE	FABACEAE sp. 1						3		3
FABACEAE	FABACEAE sp. 2				1				1
FABACEAE	FABACEAE sp. 3					1			1
FABACEAE	Harleyodendron unifoliatum R.S.Cowan		END				1		1
FABACEAE	Inga blanchetiana Benth.	Ingá-piloso					1		1
FABACEAE	Inga capitata Desv.	Ingá				2			2
FABACEAE	Inga cf. laurina (Sw.) Willd.						1		1

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
FABACEAE	Inga sp. 1						1	5	6
FABACEAE	Inga sp. 2				1				1
FABACEAE	Inga tenuis (Vell.) Mart.					1			1
FABACEAE	Macrolobium latifolium Vog.	Óleo-comumbá				1	4		5
FABACEAE	Parkia pendula Benth. ex Walp.	Juerana-verdadeira					1		1
FABACEAE	Peltogyne pauciflora Benth.					2	2		4
FABACEAE	Pterocarpus rohrii Vahl	Pau-sangue			1				1
FABACEAE	Sclerobium densiflorum Benth.	Ingauçu	IUCN	LR/nt			1	1	2
FABACEAE	Stryphnodendron pulcherrimum Hochr.	Barbatimão					1		1
FABACEAE	Swartzia apetala Raddi var. blanchetii (Benth.) R.S. Cowan				1	2	1		4
FABACEAE	Swartzia myrtifolia Sm. var. elegans (Schott) R.S. Cowan					1			1
FABACEAE	Swartzia reticulata Ducke					1	6	1	8
FABACEAE	Swartzia simplex Spreng.	Fruto-de-urubu			2	1			3
FABACEAE	Zollernia magnifica A.M. Carvalho & Barneby	Murrinha-de-estipula	END		1	2			3
FABACEAE	Zollernia modesta A.M. Carvalho & Barneby	Mucitaíba-folha-miuda	END			1	1		2
HUMIRIACEAE	Humiristrum sp. 1				2				2
INDETERMINADA	INDETERMINADA						1		1
LACISTEMATAEAE	Lacistema robustum Schnizl.					2	1		3
LAURACEAE	Aniba intermedia (Meisn.) Mez	Louro	IUCN	VU B1+2c	3				3
LAURACEAE	LAURACEAE sp. 1					1			1
LAURACEAE	LAURACEAE sp. 2				1				1
LAURACEAE	LAURACEAE sp. 3						1		1
LAURACEAE	LAURACEAE sp. 4				1				1
LAURACEAE	Ocotea cf. blanchetii (Meisn.) Mez						1		1
LAURACEAE	Ocotea cf. glauca (Nees & Mart.) Mez					4			4
LAURACEAE	Ocotea indecora Schott ex Meisn.					1			1
LAURACEAE	Ocotea laxa Mez							1	1
LAURACEAE	Ocotea percurrrens Vicentini				1		1		2
LAURACEAE	Ocotea sp. 1					1			1
LAURACEAE	Ocotea sp. 2					1			1
LAURACEAE	Persea caesia Meisn.				3				3
LECYTHIDACEAE	Eschweilera mattos-silvae S.A. Mori	Inhaíba-jacaré, Sapucainha	END			1	5		6
LECYTHIDACEAE	Eschweilera ovata Mart. ex Miers	Biriba			3	1	2	4	10
LECYTHIDACEAE	Lecythis lurida (Miers) S.A. Mori	Inhaíba, Jarana	IUCN	LR/cd	1	3	2		6
LECYTHIDACEAE	Lecythis pisonis Cambess.	Sapucaia				1	2		3
LOGANIACEAE	Strychnos romeu-belemii Prance		END				1		1
MALPIGHIACEAE	Byrsonima sericea DC.	Murici-da-praia						2	2
MALPIGHIACEAE	Byrsonima stipulacea A.Juss.							1	1
MALVACEAE	Apeiba tibourbou Aubl.	Jangada-branca, Pau-de-Jangada						2	2
MALVACEAE	Eriotheca globosa (Aubl.) A. Robyns	Imbiruçu-vermelho				2	3		5
MALVACEAE	Eriotheca macrophylla (K. Schum.) A. Robyns	Imbiruçu, Embiruçu			6	5	13		24
MALVACEAE	Pseudobombax grandiflorum							1	1
MALVACEAE	Sterculia excelsa Mart.				1				1
MELASTOMATAEAE	Henriettea succosa (Aubl.) DC.	Mundururu-ferro			1	1	5	1	8
MELASTOMATAEAE	MELASTOMATAEAE sp. 1				1				1
MELASTOMATAEAE	Miconia calvescens DC.	Mundururu-vermelho						1	1
MELASTOMATAEAE	Miconia hypoleuca Triana	Mundururu-chumbo			1			1	2
MELASTOMATAEAE	Miconia lurida (Miers) S.A. Mori						2		2

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
MELASTOMATACEAE	Miconia mirabilis (Aubl.) L.O. Williams					1	6	3	10
MELASTOMATACEAE	Miconia prasina (Sw.) DC.	Munduru-branco			3				3
MELASTOMATACEAE	Miconia pyrifolia				1				1
MELASTOMATACEAE	Mouriri regeliana Cogn.				3	1	2		6
MELASTOMATACEAE	Tibouchina elegans Cogn.	Quaresmeira						8	8
MELASTOMATACEAE	Tibouchina sp. 1							2	2
MELIACEAE	Guarea blanchetii C. DC.				2	1	1		4
MELIACEAE	Guarea guidonia (L.) Sleumer				1	1			2
MELIACEAE	Guarea kunthiana A. Juss.	Bilreiro-rosa					1		1
MELIACEAE	Trichilia lepidota Mart.					2			2
MELIACEAE	Trichilia ramalhoi Rizzini		IUCN	VU A1ac		1	2		3
MORACEAE	Artocarpus heterophyllus Lam.	Jaqueira	EXO					2	2
MORACEAE	Brosimum guianense Huber ex Ducke				4	3	1	1	9
MORACEAE	Brosimum rubescens Taub.	Conduru			1	1	2		4
MORACEAE	Ficus gomelleira Kunth & Bouche	Gameleira					1		1
MORACEAE	Helicostylis tomentosa (Poepp. & Endl.) Rusby	Amora-preta, Amora-Vermelha			21	1	3		25
MORACEAE	Sorocea guilleminiana Gaud.	Amora-branca	IUCN	VU A1c	5	1			6
MORACEAE	Sorocea hilarii Gaud.	Amora-branca			1				1
MYRISTICACEAE	Virola gardneri Warb.	Bicuiba-vermelha			3	2	1		6
MYRISTICACEAE	Virola officinalis Warb.	Bicuiba-branca			2	1	1	1	5
MYRSINACEAE	Cybianthus cf. densiflorus Miq.				1				1
MYRTACEAE	Calyptranthes grandifolia O. Berg				1	1			2
MYRTACEAE	Eugenia aff. ayacuchae Steyerl.				1		2		3
MYRTACEAE	Eugenia cf. longifolia				1				1
MYRTACEAE	Eugenia cf. magnifica Spring. ex Mart.					1	2		3
MYRTACEAE	Eugenia cf. mandiocensis				1	1			2
MYRTACEAE	Eugenia cf. pruniformis Cambess.				1	1			2
MYRTACEAE	Eugenia cf. rostrata O. Berg				3				3
MYRTACEAE	Eugenia itacarensis Mattos	Murta	END		1		2		3
MYRTACEAE	Eugenia mandiocensis				1				1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 1				1				1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 2					1	3		4
MYRTACEAE	Eugenia sp. 3				1				1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 4						1		1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 5					1			1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 6					1			1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 7				1				1
MYRTACEAE	Eugenia sp. 8				1				1
MYRTACEAE	Gomidesia fenzliana O. Berg						1		1
MYRTACEAE	Gomidesia langsdorffii O. Berg	Murta-cumbuca			1	1			2
MYRTACEAE	Gomidesia sp. 1				2	3			5
MYRTACEAE	Gomidesia sp. 2					1			1
MYRTACEAE	Marlierea cf. schottiana O. Berg				1				1
MYRTACEAE	Marlierea tomentosa Cambess.				2	2	3		7
MYRTACEAE	Myrcia acuminatissima O. Berg						1		1
MYRTACEAE	Myrcia aff. gigantea Berg						1		1
MYRTACEAE	Myrcia bicolor Kiaersk.				2				2
MYRTACEAE	Myrcia cf. fallax DC.				1			7	8

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
POLYGONACEAE	Coccoloba ilheensis Wedd.						2		2
POLYGONACEAE	POLYGONACEAE sp. 1				1				1
PUTRANGIVACEAE	Drypetes cf. sessiliflora Allem.					2	2		4
QUIINACEAE	Quiina glaziovii Engl.				1				1
RUBIACEAE	Alseis floribunda Schott	Guabiraba-preta					1		1
RUBIACEAE	Cordia bahiensis C. Persson & P. G. Delprete				1	2	1		4
RUBIACEAE	Coussarea contracta (Walp.) Benth. & Hook. ex Müll.Arg.				4	1	2		7
RUBIACEAE	Faramea monantha Müll.Arg.						1		1
RUBIACEAE	Faramea sp. nov.					2			2
RUBIACEAE	Malanea macrophylla Bartl.					1			1
RUBIACEAE	Palicourea guianensis Aubl.							1	1
RUBIACEAE	Psychotria mapourioides DC.						1	3	4
RUBIACEAE	Psychotria schlechtendaliana Müll. Arg.					3	8	1	12
RUBIACEAE	Psychotria vellosiana Benth.				1			4	5
RUBIACEAE	Randia armata (Sw.) DC.	Cruzeiro				2	1		3
RUBIACEAE	Rudgea crassifolia Zappi & E. Lucas		IUCN	VU B1ab(i,iii)	1	2			3
RUBIACEAE	Rudgea sp. 1					6			6
RUBIACEAE	Rudgea sp. 2						1		1
RUBIACEAE	Simira sp. 1				3		1		4
RUTACEAE	Esenbeckia leiocarpa Engl.	Guarantã	IUCN	VU A1cd			1		1
RUTACEAE	Hortia arborea Engl.	Limão-bravo			1				1
RUTACEAE	Pilocarpus riedelianus Engl.						3		3
RUTACEAE	Zanthoxylum acuminatum (Sw.) Sw.							1	1
RUTACEAE	Zanthoxylum rhoifolium Lam.	Maminha-de-porca						1	1
RUTACEAE	Zanthoxylum sp. 1					1			1
SALICACEAE	Banara kuhlmannii (Sleumer) Sleumer				1				1
SALICACEAE	Casearia bahiensis Sleumer					1			1
SALICACEAE	Casearia commersoniana Cambess.	Aderninho				2	2	2	6
SALICACEAE	Casearia oblongifolia Cambess.						1		1
SAPINDACEAE	Allophylus cf. membranifolius Radlk.						1		1
SAPINDACEAE	Allophylus laevigatus Radlk.							2	2
SAPINDACEAE	Cupania aff. scrobiculata Rich.						1		1
SAPINDACEAE	Cupania racemosa Radlk.					1	1	1	3
SAPINDACEAE	Cupania sp. 1				1	6			7
SAPINDACEAE	Talisia cupularis Radlk.				1				1
SAPOTACEAE	Chrysophyllum gonocarpum (Mart. & Eichl.) Engl.				2				2
SAPOTACEAE	Diplöon cuspidatum (Hoehne) Cronquist	Bacumixá			1	1	1		3
SAPOTACEAE	Ecclinusa ramiflora Mart.	Bapeba-de-nervura			6	3	5		14
SAPOTACEAE	Manilkara longifolia (A. DC.) Dubard	Paraju	IUCN	EN A1c, B1		1			1
SAPOTACEAE	Manilkara maxima T.D. Penn.	Maçaranduba-praiú	END + IUCN	VU B1+2c		5			5
SAPOTACEAE	Manilkara sp. 1						1		1
SAPOTACEAE	Micropholis compta Pierre ex Glaz.		IUCN	VU B1+2c	1		1		2
SAPOTACEAE	Micropholis guyanensis Pierre				2	1	1		4
SAPOTACEAE	NÃO COLETADA						1		1
SAPOTACEAE	Pouteria aff. reticulata (Engl.) Eyma				1				1
SAPOTACEAE	Pouteria bilocularis (H.J.P. Winkl.) Baehni				1	1			2
SAPOTACEAE	Pouteria butyrocarpa (Kuhlm.) T.D. Penn.		IUCN	EN B1+2b	1				1
SAPOTACEAE	Pouteria caimito Radlk.	Abiu-branco						1	1

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOMES POPULARES	Status	Categoria	Mata da Torre	Fazenda Capitão	Área Explorada	Capoeira	TOTAL
SAPOTACEAE	Pouteria cf. bangii (Rusby) T.D. Penn.				1	1		1	3
SAPOTACEAE	Pouteria cuspidata (A. DC.) Baehni					1	2		3
SAPOTACEAE	Pouteria procera (Mart.) T.D. Penn.	Mucuri				4	1		5
SAPOTACEAE	Pouteria reticulata (Engl.) Eyma							1	1
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 1				1				1
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 2					3	1		4
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 3				5				5
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 4						1		1
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 5				1				1
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 6				1				1
SAPOTACEAE	Pouteria sp. 7				1				1
SAPOTACEAE	Pradosia aff. subverticillata Ducke		IUCN	VU B1+2c	1	1			2
SAPOTACEAE	Pradosia lactescens (Vell.) Radlk.	Buranhém, Piancó			1				1
SIMAROUBACEAE	Simaba floribunda A. St.-Hil.				1				1
SIPARUNACEAE	Siparuna guianensis Aubl.	Negramina			1				1
SOLANACEAE	Brunfelsia clandestina Plowman						1		1
SOLANACEAE	Solanum sp. 1							1	1
URTICACEAE	Coussapoa pachyphylla R.W.A.P. Akkermans & C.C. Berg.		END		1				1
URTICACEAE	Pourouma guianensis Aubl. subsp. guianensis	Tararanga-de-lixá			3		1		4
URTICACEAE	Pourouma mollis Trec.	Tararanga-vermelha			1				1
URTICACEAE	Pourouma velutina Mart. ex Miq.	Tararanga			2	1	3		6
VERBENACEAE	Aegiphylla sellowiana Cham.							1	1
VERBENACEAE	Vitex orinocensis Humb., Bonpl. & Knuth						1		1
VIOLACEAE	Paypayrola blanchetiana Tul.	Cravo-de-caipora			1	3	4	1	9
VIOLACEAE	Rinorea guianensis Aubl.	Cinzeiro			1	5	5	1	12
VOCHYSIACEAE	Qualea sp. 1				1		1		2
VOCHYSIACEAE	Vochysia riedeliana Staffleu				2		1		3
VOCHYSIACEAE	Vochysia sp. 1				1				1
TOTAL					254	263	253	145	915

Anexo III - Listagem preliminar das espécies coletadas no Campo Cheiroso, Itacaré, Bahia. (Material depositado no herbário CEPEC com exceção das plantas marcadas com asterisco, depositadas no herbário UESC)

Familia	Genero	Especie	Autor da Especie	Epiteto	Status	Autor do Epiteto
ANACARDIACEAE	Tapirira	guianensis	Aubl.			
APOCYNACEAE	Mandevilla	morilandiana	(DC.)Woods.	bahiensis	var	Woods.
APOCYNACEAE	Mesechites	trifida	(Jacq.)Muell. Arg.			
ARACEAE	Philodendron	fragrantissimum	(W. J. Hooker)G. Don			
ASCLEPIADACEAE*	Blepharodon	sp				
ASTERACEAE	Achyrocline	satureioides	(Lam.)DC.			
ASTERACEAE	Ageratum	conyzoides	L.			
ASTERACEAE	Conyza					
ASTERACEAE	Lepidaploa	edmundoi	(Barroso)H. Robinson			
ASTERACEAE	Lithothamnus	nitidus	(DC.)W. C. Holmes			
ASTERACEAE	Vernonia	scorpioides	Pers.			
ASTERACEAE	Vernonia	vinhae	H. Robinson			
BLECHNACEAE*	Blechnum	serrulatum				
BOMBACACEAE	Pseudobombax	grandiflorum	(Cav.)A. Robyns			
BONNETIACEAE	Bonnetia	stricta	(Nees)Nees & Mart.			
BORAGINACEAE	Cordia	trichoclada	DC.			
BROMELIACEAE	Aechmea	discordiae	Leme			
BROMELIACEAE	Aechmea	miniata	(Beer)Hort. ex Baker			
BROMELIACEAE	Tillandsia	bulbosa	Hooker			
BROMELIACEAE	Vriesea	duvaliana	E. Morren			
BROMELIACEAE	Vriesea	procera	(Mart. ex Schult.f)Witt.			
BURSERACEAE	Protium	icicariba	(DC.)Marchand	talmonii	var	Daly
BURSERACEAE	Tetragastris	occhionii	(Rizzi)Daly			
CHRYSOBALANACEAE	Licania	littoralis	Warm.			
CLADONIACEAE	Cladia	sp.				
CLADONIACEAE	Cladia	sp.				
CLADONIACEAE	Cladonia	salmonea	Stenroos			
CLADONIACEAE	Cladonia	sp.				
CLADONIACEAE	Cladonia	sp.				
CLADONIACEAE	Cladonia	sp.				
CONVOLVULACEAE	Evolvulus					
CYPERACEAE	Becquerelia	clarkei	T. Koyama			
CYPERACEAE	Bulbostylis	junciformis	(H. B. K.)Lindm.			
CYPERACEAE	Hypolytrum	pulchrum	(Rudge)H. Pfeiff.			
CYPERACEAE	Lagenocarpus	rigidus	(Kunth.)Nees			
CYPERACEAE	Lagenocarpus	verticillatus	(Spreng.)Koyama			
CYPERACEAE	Rhynchospora	ridleyi	C. B. Clarke			
CYPERACEAE	Scleria	cyperina	Kunth			
CYPERACEAE	Scleria	sp.				
DICRANACEAE	Campylopus	beyrichianus	Dub.			
DILLENACEAE	Doliocarpus	validus	Kub.			
ERICACEAE	Gaylussacia	brasiliensis	(Spreng.)Meissn.			
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus	bifidus	(Schrad.)Kunth.			
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus	klotzschianus	Koern.			
ERIOCAULACEAE	Paepalanthus	subtilis	Miq.			
EUPHORBIACEAE	Croton	klotzschii	Mull. Arg.			
EUPHORBIACEAE	Croton	sellowii	Baillon			
EUPHORBIACEAE	Phyllanthus	klotzschianus	Muell. Arg.			
EUPHORBIACEAE	Sebastiania	heterodoxa	(Mull. Arg.)Benth.			
EUPHORBIACEAE*	Phyllanthus	gladiatus	Muell. Arg.			
FRULLANIACEAE	Frullania	nodulosa	(Rein., Blume e Nees) Nees.			
FRULLANIACEAE	Frullania	sp.				
FRULLANIACEAE	Frullania	sp.				
GENTIANACEAE	Irlbachia	purpurascens	(Aubl.)Maas			
GESNERIACEAE	Codonanthe	mattos-silvae	Chautems			
HUMIRIACEAE	Humiria	balsamifera	(Aubl.)St. Hil.			
HUMIRIACEAE	Schistostemon	retusum	(Ducke)Cuatr.			
LAURACEAE	Ocotea	complicata	(Meiss.)Mez			
LAURACEAE	Pagamea	harleyi	Steyerm.			
LEGUMINOSAE CAESALP	Bowdichia	virgilioides	H. B. K.			
LEGUMINOSAE CAESALP	Chamaecrista	cytisoides	(Collad.)I. & B.	brachystachya	var	(Benth.)I. & B.
LEGUMINOSAE CAESALP	Chamaecrista	ramosa	(Vog.) & B.	ramosa	var	
LEGUMINOSAE CAESALP	Macrolobium	latifolium	Vog.			
LEGUMINOSAE CAESALP	Macrolobium	rigidum	Cowan			
LEGUMINOSAE MIMOS	Inga	pleiogyna	T. Pennington			
LEGUMINOSAE PAPILIO	Andira	nitida	Mart. & Benth.			
LEGUMINOSAE PAPILIO	Periandra	mediterranea	(Vell.)Taub.			
LEGUMINOSAE PAPILIO	Stylosanthes	capitata	(Ruiz et Pav.) DC.			
LEJEUNEACEAE	Bryopteris	sp.				
LYTHRACEAE	Cuphea	flava	Sprengel			
LYTHRACEAE	Cuphea	sessilifolia	Mart.			

Familia	Genero	Especie	Autor da Especie	Epiteto	Status	Autor do Epiteto
MALPIGHIACEAE	Heteropterys	rufula	Adr. Juss.			
MALPIGHIACEAE	Stigmaphyllon	macropodium	Adr. Juss.			
MELASTOMATACEAE	Comolia	ovalifolia	(DC.)Triana			
MELASTOMATACEAE	Marcetia	ericoides	(Spreng.)Berg & Cogn.			
MELASTOMATACEAE	Miconia	pileata	Dc.			
MYRTACEAE	Marlierea	eugenioides	(Cambess.)Legrand	ovata	var	(Berg)Legrand
MYRTACEAE	Myrciaria	floribunda	(H. West ex Willd.)O. Berg			
OCHNACEAE	Ouratea	crassa	van Thueghem			
OCHNACEAE	Sauvagesia	sprengelii	St. Hil.			
OLACACEAE	Schoepfia	brasiliensis	A. DC.			
ORCHIDACEAE	Catasetum	discolor	(Lindl.)Lindl.			
ORCHIDACEAE	Encyclia	capartiana	(Lind.)Fow. & Dur.			
ORCHIDACEAE	Encyclia	dichroma	(Lindl.)Schltr.			
ORCHIDACEAE	Epistephium	lucidum	Cogn.			
ORCHIDACEAE	Koellensteinia	altissima	Pabst			
ORCHIDACEAE	Sobralia	liliastrum	Lindl.			
PLAGIOCHILACEAE	Plagiochila	sp.				
POACEAE	Axonopus	aureus	P. Beauv.			
POACEAE	Ichnanthus	drepanophyllus	Mez			
POACEAE	Ichnanthus	lancifolius	Mez			
POACEAE	Panicum	trinii	Kunth			
POACEAE	Paspalum	parviflorum	Rhodde.			
RUBIACEAE	Borreria	capitata	(Ruiz. & Pav.)DC.			
RUBIACEAE	Malanea	harleyi	Steyermark			
RUBIACEAE	Malanea	martiana	Muell.Arg.			
RUBIACEAE	Perama	hirsuta	Aubl.			
RUBIACEAE	Psychotria	astrellantha	(Mull. Arg.)Standl.			
RUBIACEAE	Psychotria	carthagenensis	Jacq.			
RUBIACEAE	Psychotria	peckoltiana	Muell. Arg.			
RUBIACEAE	Spermacoce					
RUTACEAE	Esenbeckia	grandiflora	Mart.			
SAPINDACEAE	Matayba	discolor	(Spreng.)Radlk.			
SEMATOPHYLLACEAE	Trichosteleum	sp.				
SOLANACEAE	Solanum	paniculatum	L.			
SOLANACEAE	Solanum	polytrichum	Moric.			
SOLANACEAE	Solanum	stipulaceum	Roem. & Schult.			
SOLANACEAE	Solanum	thomasiifolium	Sendtn.			
STERCULIACEAE	Waltheria	cinerescens	St. Hil.			
VELLOZIACEAE	Vellozia	dasyopus	Seubert			
VERBENACEAE	Lantana	macrophylla	(Cham.)Schauer			
VERBENACEAE	Lippia	macrophylla	Cham.			

Anexo IV. Matriz de Análise Estratégica para a região Norte do Parque Estadual da Serra do Conduru (Limite Norte ao Sul da Propriedade da Incom)

	Ordem de Importância	Ambiente Interno	Ambiente Externo
Forças Restritivas	Maior	<p align="center">Pontos Fracos</p> Processo de desmatamento Atividade de caça e extrativismo Existência comunidade residente (Serra Azul) Ausência de títulos das terras Ausência de recursos humanos e financeiros por parte do Estado Ausência de terras sobre domínio do Estado	<p align="center">Ameaças</p> Aumento fluxo turístico para Itacaré Aumento no preço das terras Aumento na demanda local por madeira Processo de desmatamento Estrada não pavimentada com grande movimentação (acesso da BR 101 para Itacaré) Possibilidade de criação de pista de pouso e condomínio na área do Campo Cheiroso Atividade de caça e extrativismo
	Menor	Invasão propriedades Falta de alternativas econômicas para as comunidades residentes	
	Maior	<p align="center">Pontos Fortes</p> Pré-disposição da comunidade de Serra Azul de deixar o local Propriedade de posse de uma ONG ambientalista Área contínua de floresta Representatividade biológica da região Dificuldade de acesso Limites naturais demarcados Presença de grandes propriedades	<p align="center">Oportunidades</p> Entorno decretado como APA (Costa de Itacaré – Serra Grande) Presença de RPPNs no entorno imediato Potencial turístico Bacia do Rio Jeribucaçu será fonte de abastecimento de água para Itacaré Presença de ecossistema único – Campo Cheiroso Potencial científico, para educação ambiental e ecoturismo Possibilidade de conversão no sistema produtivo de propriedades para produção orgânica Área de ação de ONGs locais
Forças Impulsoras	Menor	Baixa aptidão agrícola Potencial científico, para educação ambiental e ecoturismo	

Anexo III. Matriz de Análise Estratégica para a região Central do Parque Estadual da Serra do Conduru (Sul da Propriedade da Incom até a Estrada Uruçuca – Serra Grande)

Ordem de Importância	Ambiente Interno	Ambiente Externo
	Pontos Fracos	Ameaças
Maior	Processo de desmatamento Fragmentação das áreas de floresta Atividade de caça e extrativismo Existência de comunidade residente (Tesouras) Nascentes do Rio Tijuípe estão fora do Parque Estadual da Serra do Conduru Ausência de títulos das terras e sobreposição em algumas áreas Ausência de recursos humanos e financeiros por parte do Estado Ausência de terras sobre domínio do Estado Falta de alternativas econômicas para as comunidades residentes Ampliação da fronteira agrícola e da produção na propriedade do Sr. Carlos Alex	Processo de desmatamento Aumento na demanda local por madeira Atividade de caça e extrativismo Estrada não pavimentada com grande movimentação (Uruçuca – Serra Grande) Aumento no preço das terras Aumento fluxo turístico para Serra Grande Rio Tijuípe adentrar o Parque Estadual da Serra do Conduru após passar por área agrícola
Forças Restritivas		
Menor	Presença de grande número de ramais internos	
	Pontos Fortes	Oportunidades
Maior	Área de ação de ONGs locais Representatividade biológica da região Potencial científico, para educação ambiental e ecoturismo Pré-disposição da comunidade para deixar o local	Entorno decretado como APA (Costa de Itacaré – Serra Grande) Potencial turístico Presença de fazenda com produção orgânica no entorno imediato Possibilidade de conversão no sistema produtivo de propriedades para produção orgânica Área de ação de ONGs locais
Forças Impulsoras		
Menor	Interesse dos proprietários em ter toda a propriedade desapropriada Identificação do limite natural a Oeste do Parque Estadual da Serra do Conduru	

Anexo III. Matriz de Análise Estratégica para a região Sul do Parque Estadual da Serra do Conduru (Estrada Uruçuca – Serra Grande até o limite Sul da Parque)

Ordem de Importância	Ambiente Interno	Ambiente Externo	
Forças Restritivas	Pontos Fracos	Ameaças	
	<p>Processo de desmatamento</p> <p>Atividade de caça e extrativismo</p> <p>Fragmentação das áreas de floresta</p> <p>Existência de três comunidades residentes (Águas Claras, Manga D'Água e Morro Grande)</p> <p>Ausência de títulos das terras</p> <p>Ausência de recursos humanos e financeiros por parte do Estado</p> <p>Ausência de terras sobre domínio do Estado</p> <p>Falta de alternativas econômicas para as comunidades residentes</p> <p>Estrada não pavimentada com grande movimentação (ligação Uruçuca – Serra Grande)</p> <p>Presença de grande número de ramais internos</p>	<p>Processo de desmatamento</p> <p>Atividade de caça e extrativismo</p> <p>Aumento fluxo turístico para Serra Grande</p> <p>Aumento na demanda local por madeira</p> <p>Aumento no preço das terras</p>	
	Menor	Pré-disposição parcial de deixar o local por parte das comunidades	
	Maior	Pontos Fortes	Oportunidades
Forças Impulsoras	Área de ação de ONGs locais	Entorno decretado como APA (Costa de Itacaré – Serra Grande e APA Lagoa Encantada e Rio Almada)	
	<p>Maior área contínua de floresta do Parque Estadual da Serra do Conduru</p> <p>Presença das nascentes que drenam para a Lagoa Encantada</p> <p>Representatividade biológica da região</p> <p>Potencial científico, para educação ambiental e ecoturismo</p> <p>Interesse dos proprietários em ter toda a propriedade desapropriada</p>	<p>Presença de fazenda com produção orgânica no entorno imediato</p> <p>Potencial turístico</p> <p>Bacia do Rio Tijupinho é fonte de abastecimento de água para Serra Grande</p> <p>Possibilidade de conversão no sistema produtivo de propriedades para produção orgânica</p> <p>Área de ação de ONGs locais</p>	
	Menor	Presença da estrutura da sede do Parque Estadual da Serra do Conduru	

ANEXO V – REUNIÕES PARTICIPATIVAS

Lista da primeira série de Reuniões Participativas para Planejamento do
Parque Estadual da Serra do Conduru

FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES OFICINA: Fazenda Capitão

DATA: 15/03/2004

NOME	COMUNIDADE
Henrique F. Berbert de Carvalho	Jussari moderador
Lucélia de Melo Berbert	Jussari moderadora
Mônica Suely Melo	Ilhéus - UCE
Francisco Santos Souza	Capitão
Samuel Ermídio de Souza	Rio Capitão
Genivaldo Mendes da Silva	Rio Capitão
Nivaldo Martins dos Santos	Fojo
Carmerindo Ribeiro Santos	Fojo
Dinorá Assunção dos Santos	Fojo
Gabriel da Silva	Fojo
Aroldo Gomes dos Santos	Fojo
Ronivaldo M. dos Santos	Fojo
Milton de Jesus	Fojo
Delcic Gomes dos Santos	Fojo
Edenildo Santos Souza	Capitão e Segredo
Ivanildo Costa de Andrade	Pedra do sabiá
Elenilton Cerqueira santos	Pedra do Sabiá
Genivaldo Costa da Silva	Capitão
João Soares de Oliveira	Pedra do Sabiá
Pablo Villanueva	Ilhéus
Flávio dos Santos Leopoldino	Ilhéus
Alexandre Schiavetti	Ilhéus
Adeildo Conceição Oliveira	Pedra do Sabiá

FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES
OFICINA: Conselho Gestor

DATA: 17 de março de 2004

NOME	COMUNIDADE
Henrique Fragoso Berbert de Carvalho	Jussari
Lucélia de Melo Berbert	Jussari
Flávio dos Santos Leopoldino	Ilhéus
Aurício Oliveira dos santos	Serra Azul
Ananias dos Santos	Serra Azul
Célia Santos	Serra Azul
Osmário Batista Brito	Serra Azul
Miguel Oliveira Santos	Itacaré
Israel O. L.	Tesouras
Cecília Gonçalves de Oliveira	camboinha
Leila Muricy torres	Itacaré
Mônica Melo	Ilhéus
Otília Maria Nogueira	Marambaia
Juvenal Teixeira dos Santos	Serra Azul
Luiz Fernando Souza	Serra Grande
Jomária Soledade da Silva	Itacaré
Joval Pereira	Serra Grande
Geilly Viviane Ribeiro	Serra Grande
Rui Rocha	Serra Grande
Everaldo Souza Santos	Uruçuca
Oscar artaza	Ilhéus
Marlene	Serra Grande
Vânia Rocha de Araújo	Itacaré
Soraya Stumpo da Silva	Itacaré
Domingos Manoel da Hora	Serra Grande
Alda dos santos	Serra Azul
Marco Aurélio Souza Silva	SFC- SEMARH
Marcelo Barreto	PESC-SEMARH

FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES
OFICINA: ÁGUAS CLARAS

DATA: 19/03/2004

NOME	COMUNIDADE
Lucélia de melo Berbert	Jussari
Henrique F. Berbert de Carvalho	Jussari
Sidrônio Bastos	Salvador - UCE
Mônica Suely Melo	Ilhéus - CRA
Frederico Costa Curta	Ilhéus - IECC
Adriano José da Ressurreição	Águas Claras
José Abade da Silva	Águas Claras
João Ferreira dos Santos	Águas Claras
Hermínio Mota dos Santos	Morro Grande
Pedro Bispo de Oliveira	Morro Grande
Maria Domingas Santos	Águas Claras
Jomiro Dantas Dias	Capitão
Raimunda Muniz da Cruz	Águas Claras
Marilene de Souza Santos	Águas Claras
Isabel Pereira da Silva	Águas Claras
Ananias Santos	Campo Cheiroso
Augusto dos Santos	Morro Grande
Eliezer dos Santos	Morro Grande
Sipriano Alves de Souza	Águas Claras
José Dantas Dias	Águas Claras
Antônio Carlos da Silva	Morro Grande
Marina dos Santos	Serra Grande
Georgina Alves Santos	Morro Grande
Ivo Nascimento Melo	Morro Grande
Antônio Carlos Freitas	Serra Grande
José Alves Filho	Itacaré
Genivaldo Batista	Itacaré
Almir Ribeiro da Silva	Serra Grande
Afrânio Silva Almeida	Serra Grande
Juvenal Teixeira dos Santos	Serra Azul
Marco Aurélio	SFC - SEMARH
Macelo Barreto	SFC- PESC
Telma Eliza	SEMARH
Flávio Leopoldino	IESB
Alexandre Braga	IESB
Alexandre Schiavetti	UESC
Luiz Fernando	Floresta viva
Joval Pereira	Serra Grande
Cleres Silva Santos	Tesouras

Caetano Pereira Santana	Tesouras
Domingos Pereira Santana	Tesouras
Genivaldo Santana Santos	Serra Azul
Sirlene Araújo Santos	Serra Azul
Alda Lindaura Santos	Serra Azul
Fabiano Pereira Santos	Tesouras
Israel Oliveira Lima	Tesouras
Júlia Maria Jesus Santana	Tesouras
Vanilda Maria de Jesus	Tesouras
Santilha Maria de Jesus	Tesouras
Rosemeire Jesus Santos	Tesouras
Marcelo Biguá	Floresta Viva
Jomária Soledade da Silva	Itacaré
Raildo Costa dos Santos	Tesouras
Magnólia Ferreira dos Santos	Tesouras
Claiton Silva Santos	Tesouras
Ezequias Silva Santos	Tesouras
Ademir Freitas dos Santos	Campo Cheiroso
Zenilde Calazans da Silva	Tesouras
Reinaldo Costa e Silva	Tesouras

**Lista da segunda série de Reuniões Participativas para Planejamento do
Parque Estadual da Serra do Conduru**

**FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES
OFICINA: Conselho Gestor APA Itacaré – Serra Grande**

DATA: 28/07/2004

NOME	COMUNIDADE ou INSTITUIÇÃO
Henrique F. Berbert de Carvalho	Jussari moderador
Lucélia de Melo Berbert	Jussari moderadora
Otília Maria Nogueira	Marambaia
Cosmira Elias dos Santos	Serra Grande
Andreino dos Santos	Serra Grande
Joal Paim	Associação de Serra Grande
Rui Rocha	Instituto Floresta Viva
Virginia Maria de Jesus	Itacaré
Maria Regina Santos	Associação de Serra Grande
Cosme Nunes Pereira	Instituto Tijuípe
Guilherme Mendonça	SEMARH / CRA
Mayne Santos	Prefeitura Municipal de Uruçuca
Francisco J. A. Pereira	Itacaré
Elias Leal Veloso	CEPLAC / ORDEM
Flávio Leopoldino	IESB
Jomaria Soledade da Silva	Instituto Tijuípe
Vânia Rocha de Araújo	Instituto Tijuípe
Durval Libânio Mello	Instituto Floresta Viva
Raquel Teixeira de Moura	IESB
Marcelo Zamboni Hildebrand	Instituto Floresta Viva
Jelly Viviane Ribeiro	Instituto Floresta Viva
Alexandre Schiavetti	UESC

FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

OFICINA: Águas Claras / Tesouras / Serro Azul

DATA: 29 de julho de 2004

NOME	COMUNIDADE ou INSTITUIÇÃO
Henrique Fragoso Berbert de Carvalho	Jussari
Lucélia de Melo Berbert	Jussari
Marcelo Zamboni Hildebrand	Instituto Floresta Viva
Raquel Teixeira de Moura	IESB
Auricio Oliveira dos Santos	Serra Azul
José Almeida da Silva	Águas Claras
Joval Paim	Associação de Serra Grande
Israel Oliveira Lima	Tesouras
Juvenal Texeira dos Santos	Tesouras
Evani Maria Vargas	Tesouras
Maria Domingas dos Santos	Águas Claras
José Abade da Silva	Águas Claras
Alexandre Schiavetti	UESC

FICHA DE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

OFICINA: Capitão / Fojo

DATA: 30/07/2004

NOME	COMUNIDADE ou INSTITUIÇÃO
Lucélia de Melo Berbert	Jussari
Henrique F. Berbert de Carvalho	Jussari
Célia Cruz dos Santos	Pedra do Sabiá
Danilo Sobrinho Raposo	Instituto Floresta Viva
Marcelo Barreto	SEMARH / CRA
Vitor Silvana Santos Simões	Instituto Floresta Viva
Francisco Santos de Souza	Capitão
Evandro da Costa Guimarães	Capitão
Miguel Gomes Jesus	Fojo
Flávio Santos Leopoldino	IESB
Mauricio G. Guedes	Fojo
Marcio Rodrigues	Instituto Floresta Viva